



# **Ecoturismo: uma indústria sem chaminé?**

**PAOLA VERRI DE SANTANA**

**PAOLA VERRI DE SANTANA**

**ECOTURISMO:  
UMA INDÚSTRIA SEM CHAMINÉ?**

1ª Edição

São Paulo  
FFLCH  
2008

ISBN: 978-85-7506-154-1

Copyright © Paola Verri de Santana

Direitos desta edição reservados à Labor Edições

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 (Laboratório de Geografia Urbana)

Cidade Universitária – Butantã

05508-900 – São Paulo – Brasil

Tele fone: (11) 3091-3714

E-mail: [gesp@usp.br](mailto:gesp@usp.br)

<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

Editado no Brasil

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº5988)

1ª edição – 2008

Projeto Editorial: Comissão Editorial Labor Edições

Diagramação: Igor Santos Valvassori e Camila Salles de Faria

Foto Capa: Paola V. de Santana

Logo Labor Edições: Caio Spósito

Logo GESP: Mayra Pereira Barbosa

#### Ficha Catalográfica

SANTANA, Paola Verri de. Ecoturismo: uma indústria sem chaminé?. São Paulo: Labor Edições, 2008, 147p.

Inclui bibliografia

1. Geografia Humana 2. Turismo

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.

A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme a ficha catalográfica.

Disponibilizado em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

## AGRADECIMENTOS

O período de investigação, leitura e redação de um trabalho de pesquisa é bastante solitário. Por outro lado, o estudo exige a colaboração de muitos. Assim, os agradecimentos são inúmeros além de incalculáveis. Pensar na autoria de um texto desta natureza é necessário atribuir valor àqueles pensadores que deram fundamento teórico e metodológico. Por esta razão, deixo minha homenagem a todos os autores citados nas referências bibliográficas. Além disso há os inesquecíveis momentos de aprendizagem através de informações empíricas transmitidas, particularmente, ao que concerne à pesquisa de campo.

Esta dissertação de Mestrado somente pôde ser realizada devido a confiança de Ana Fani Alexandri Carlos. Com ela aprendi muito sobre a Geografia, em especial, por ter saído de uma formação em Ciências Econômicas. Mas ainda terei bastante conhecimento a adquirir com a possibilidade de continuidade de sua orientação, pois considero o Mestrado apenas um primeiro passo para o entendimento daquela disciplina. Não obstante esse movimento já ser o início de uma revolução pessoal no modo de pensar e ver o mundo moderno. O projeto proposto, por sua vez, mereceu uma clareza somente alcançada dadas as suas contribuições na busca conjunta do problema a ser fixado e desenvolvido.

A versão final desta dissertação carrega a tentativa de compartilhar das importantes contribuições provenientes das análises e avaliações feitas pela banca composta por Amélia Damiani e Arlete Rodrigues, durante o exame de qualificação. Tive, com a primeira, um maior contato por participar dos seus colóquios sobre as leituras das obras de Henri Lefebvre, “Du Contrat de Citoyenneté” e “Hegel, Marx, Nietzsche ou o Reino das Sombras”. Nesses momentos ela clamava aos alunos o fato de, durante o processo de pesquisa, haver o encontro com diversos caminhos, portanto, a importância de nunca perder o eixo norteador proposto como questão. Arlete Rodrigues lembrou a necessidade de precisar tudo que é escrito, a começar por quais matrizes os discursos estão sendo tratados. Hoje, vejo que a qualificação foi uma introdução para redigir sobre o aprofundamento empírico aqui atingido. Sua colaboração fundamental foi ter me conduzido a uma extensa literatura enriquecedora que não havia sido explorada naquela data.

Com Jaime Oliva tive um diálogo por correspondência em que pude apreender valiosas questões sobre os debates entre ecologia e geografia. Sua sugestão era questionar como o ecoturismo poderia estar aliado à ecologia se é uma prática típica do mundo moderno, posto que o discurso deste movimento trata, justamente, de uma crítica à modernidade. Assim, ele acompanhou o desenvolvimento da produção do texto que se segue. Genovan Ferreira foi aquele que aceitou dar apoio com leituras finais e grandes trocas de experiências, assistindo, com amizade, o período de concepção e realização da pesquisa. Glória Alves leu o trabalho quando ainda estava em conclusão e foi muito válido saber sua opinião sobre a estrutura e organização do texto, dando motivação para alterações essenciais.

E ainda às amigas que tiveram como elo os colóquios das Professoras Ana Fani e Amélia Damiani. Aos bons momentos com o grupo de estudo da obra de Karl Marx, Scarim, Anselmo, Tatiana, Carlos, Bruno. Das leituras e discussões sobre a Questão Judaica, os Manuscritos Econômicos e Filosóficos, a Sagrada Família e a Ideologia Alemã.



Agradeço a todas as agências de ecoturismo que responderam às solicitações de informações complementares às investigações propostas no plano de pesquisa. José Zuquim, da Ambiental Expedições; Luiz Fernando Ferreira, da Bioma Educação Ambiental; Eduardo Félix Justiniano, da Brazil Nature; Abraham Gurvitch, da Ecology Passagens e Turismo Ltda.; Edgar Werblowsky, da FreeWay Adventures; Luciana, da Gate One Turismo; Mauro Chwartz.. da Highland Adventures; Helena Romano, da HR Viagens; Lea, da Itareí Natural Diversity Conservation Ecotourism; Alessandra, da Pagu Turismo; Sidnei Brancalhão, da Seil Turismo e Passagens Ltda.; Eunice, da Sem fronteiras; Jean-Claude Razel, da Alaya Expedições em Campinas; Margaret, da Adrik Central de Reservas Viagens e Turismo; Marco Aurélio, da TrilhaBrasil em Brasília e, especialmente, João Ricardo Marincek, da Ventura & Aventuras não só pela atenção ao questionário como pelo envio de seu trabalho de graduação em turismo;

Sou grata a todas as ONGs que atenderam ao pedido de se apresentar com informações relativas às suas práticas ligadas ao ecoturismo. Obrigada a Ocílio José Azevedo Ferraz, da Fundação Nacional do Tropeirismo; a Juljan Czapski, da Associação Ituana de Proteção Ambiental – AIPA; a Charles Loyres Gomes, da Eco Sistema; a Isabel Garcia, da Agência Para O Desenvolvimento Sustentável – ABDS; a Delma M. Vidal, do Centro de Amigos da Natureza – CAMIN; a José Luiz Pasin, da Reserva Ecológica Da Fazenda Boa Vista e a Paula Arantes, da Fundação SOS Mata Atlântica.

Para todas da secretaria de Pós-graduação em Geografia, Ana Lúcia, Fumiko Ono e Rosilei. Agradeço por ter contado com o valioso apoio financeiro da Fundação Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes durante os quarto semestres de contemplação da bolsa de mestrado em trabalho integral à pesquisa junto ao programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

Minha gratidão e amizade para meu cunhado Márcio Angelim, quem mais ajudou na tarefa de providenciar fotocópia e livros em minha casa e em São Paulo no período em que estive afastada. Ele foi também um grande auxiliar de pesquisa no intuito de obter detalhes com as empresas e ONGs vinculadas à prática ecoturística. Para Andrea e Fernanda com amizade por terem aceito tratar questões burocráticas nas horas que mais precisei delas.

O professor Sérgio Luís Boeira deu a oportunidade de discutir sobre seus artigos. De Brasília, Eduardo Viola também mandou via e-mail um de seus artigos. Do Rio de Janeiro, Evandro Sathler, da empresa de ecoturismo The Quest, manteve uma boa correspondência e troca de informações sobre o mercado de ecoturismo. De Natal, Eduardo Bagnoli, da Manary também respondeu ao questionário. A Marcio Vitiello, pelas boas conversas e conhecimento transmitido em sua vivência de trabalho junto às empresas de ecoturismo. De São Paulo, Rogério Ruschel, da Ruschel & Associados Marketing Ecológico, fez a gentileza de ceder uma cópia do seu estudo de mercado do ecoturismo. A Guilherme Rocha Dias, do IEB, em São Paulo, pela postagem dos boletins informativos e estatuto do Instituto de Ecoturismo do Brasil. A Barros, do Pensamento Ecológico, pelas respostas às cartas e solicitações dos Boletins do PECO. E ainda a Associação Brasileira de Ecoturismo e àqueles que por ventura estejam esquecidos.

Meus agradecimentos a Ney Lacerda, da EMBRATUR, por encaminhar o documento Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. A Paul Dale, da Fundação Florestal, pela possibilidade de diálogo. A Cristina Azevedo e Daniela Meirelles, do PROBIO da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, pelas informações concedidas. Para o IBAMA, que serviu imensamente ao enviar uma série de textos publicados sobre o ecoturismo existentes em seu acervo.

Para lembrar, o agradecimento à “sagrada família” é eterno. Aos meus pais, Geraldo Santana e Gilda Whitaker Verri, arquiteto-urbanista e bibliotecária-socióloga que gostam de exercer a profissão de



professores universitários, informalmente, com a filha. Devo dar-lhes a alegria com o término de uma etapa como estudante e pesquisadora. Espero que possam ficar felizes por ter assumido algo que realmente gosto de fazer. O encontro com o que se deseja é um ato de aprendizagem. Ao meu pai, que ao saber que o estudo se tratava do ecoturismo, logo lançou a ironia do primeiro realizado no Brasil ter sido feito pelos colonizadores ao desembarcarem em terras indígenas inexploradas. Para minha mãe, que mostrou como ser objetiva no intento de concluir as tarefas que nos propomos a nós mesmos.

Por fim e começo, dou o meu amor para Sérgio Angelim, aquele que melhor viveu e ouviu as minhas inquietações de aprendiz em Geografia Urbana.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1.A NATUREZA CONSUMIDA NO ECOTURISMO.....</b>	<b>12</b>
1.1.A “PAISAGEM NATURAL INTOCADA” NO ECOTURISMO.....	16
1.2.O ECOTURISMO E SUAS DEFINIÇÕES .....	21
1.3.PRODUTO TURÍSTICO VERDE: O CHAMADO ECOTURISMO .....	23
1.4.FORMAÇÃO DO MERCADO DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO EM SÃO PAULO.....	26
1.5.PECULIARIDADES NOS NEGÓCIOS .....	31
1.6.ATIVIDADE ORGANIZADA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SETOR.....	34
1.7.OS FOLHETOS DE PROPAGANDA ECOTURÍSTICA .....	37
<b>2.GRUPOS AMBIENTALISTAS E PRÁTICAS DE ECOTURISMO.....</b>	<b>46</b>
2.1.AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	47
2.2.O ECOTURISMO E O AMBIENTALISMO .....	67
<b>3.O COTIDIANO .....</b>	<b>71</b>
3.1.A SOCIEDADE DO LAZER PROGRAMADO .....	73
3.2.OS DISCURSOS QUE DIRECIONAM O OLHAR DO ECOTURISTA.....	77
3.3. A NATUREZA CONSUMIDA NO TURISMO. ....	91
<b>4.CONDICIONANTES HISTÓRICAS .....</b>	<b>95</b>
4.1.FORMAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL VERDE.....	101
4.2.CRISE ECOLÓGICA E NASCIMENTO DE MOVIMENTOS E IDÉIAS ECOLÓGICAS.....	104
4.3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	113
4.4.UM MOMENTO INICIAL DO AMBIENTALISMO BRASILEIRO .....	116
<b>5.CONCLUSÃO .....</b>	<b>119</b>
<b>6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>126</b>
<b>7.ANEXOS .....</b>	<b>133</b>



## INTRODUÇÃO

O enfoque desenvolvido na Geografia Humana onde o espaço geográfico é produzido pelo homem através de um processo histórico de transformação da natureza orienta a discussão e a compreensão do objeto de estudo. É neste sentido que o espaço geográfico é produzido pelo homem através de um processo histórico de transformação da natureza. Quando entendido como espaço social é especialmente para testemunho de que é produto das relações sociais de produção, além de ser nele onde elas se realizam. O espaço, enquanto uma dimensão da sociedade, é homem e natureza e manifesta-se como espaço físico e social das relações objetivas entre sujeito e objeto que o faz humanizado. Isso não implica em concluir que o homem seja puramente o sujeito, porque este não se separa da natureza inclusive porque para se fazer como tal também sofre relação objetiva. Isto é, um ser indissociavelmente dotado sujeito e objeto. Contudo, o homem se diferencia nestas relações dialéticas quando de posse de sua liberdade de ter a consciência de sua ação, trabalho e busca pela satisfação de suas reais necessidades. Dialéticas porque o homem se impõe como sujeito se também for um ser objetivo, até mesmo nas relações entre homens. O momento marca o processo em que o homem passa a fazer sua própria história e deixa de pertencer simplesmente a uma história da natureza, da Terra, do universo. Assim o homem não é só parte da natureza, se a natureza é julgada socializada, ela torna-se para a consciência humana sua própria extensão.

Alerta-se que a divisão do trabalho tende a fragmentar a visão total da eterna relação dialética entre sociedade e natureza. A técnica, inserida na prática produtiva, serve de mediação no desenvolvimento da ação do homem na natureza. O uso de instrumentos de trabalho, cada vez mais sofisticados, gera um relativo distanciamento entre o homem e a natureza, devido a distinção feita entre o artificialmente produzido e aquilo tido como natural. O homem não se dissocia da natureza, não só por sua animalidade e humanidade, mas também porque seu trabalho se realiza com esta fonte de riqueza, a natureza, os recursos naturais. Ademais, com a fonte de energia transferida ao corpo, o homem retém forças para trabalhar na transformação da natureza que lhe é externa. O homem reúne a capacidade de ser o animal que adapta a natureza a si, produzindo sua humanidade. É o trabalho do homem que faz o espaço ser humano.

Isso implica em reconhecer o espaço na geografia hoje sob a exigência de apreender o momento histórico da sociedade e o modo de produção com o qual as relações sociais se estabelecem. Quando se verá que o espaço além de ser produzido é também consumido, mais do que ser espaço das relações de produção ainda significa espaço do consumo e consumo do espaço. As relações capitalistas não se limitam ao uso, porque este passa a obedecer (e resistir na vida cotidiana) às determinações de valores de uso e valores de troca vinculadas à circulação de mercadorias. Uma mudança no modo de regulação da sociedade se torna notória, antes restrita à produção (portanto ao tempo e local de trabalho, especialmente na fábrica), expande-se para os momentos restantes da vida. O processo de acumulação do capital entra no tempo do não-trabalho sendo levado para fora da fábrica, invadindo a vida e o lar, através da exaltação do ato de consumir.

O contexto histórico é igualmente imprescindível para a compreensão das condições gestoras dos problemas ecológicos amplamente debatidos na atualidade. As circunstâncias em que a chamada “crise



ecológica” surge devem ser compreendidas dentro de condições estabelecidas pelo modo de produção e regulação da sociedade, bem como das relações sociais travadas por uma organização do trabalho. Todavia, não cabe aqui qualquer indagação técnica em prol do tópico relativo à degradação ambiental, limitações energéticas, etc. Pois não se trata de um estudo sobre o interior das catástrofes ecológicas como o efeito estufa, a chuva ácida, o esgotamento energético e de recursos naturais, a poluição urbana, etc. Não obstante, interessa aquilo que diga respeito às suas impressões associadas ao modo de vida fundado no consumo e no interior da produção capitalista.

Os discursos ecológicos tomam a natureza como algo externo ao homem, isto é, como produção não-humana, presume-se uma separação entre o homem e a natureza. Reivindicam a idéia do homem ser parte da natureza como parte de um todo. Embora com noções como a de meio ambiente surja como utilidade para o homem. Em ambos os casos negligencia-se obra e produto como ganho proveniente do homem. Instiga-se uma revisão do valor de utilidade das fontes e recursos naturais na produção - subordinado às necessidades econômicas do homem. Estas dariam uma visão antropocêntrica ao pensamento ecológico. No entanto, para a versão biocêntrica, a qualquer ser da natureza, às vezes reduzido aos animais, é atribuído valor intrínseco independentemente da vida e ação de interesses objetivos para o homem, como direitos iguais à natureza diante do homem - postura em contestação a tese de que a atitude humana tem assumido uma pretensa superioridade frente às outras formas de vida existentes na natureza.

Através desta valorização pelo natural o enfoque ecológico pode sugerir a superação da percepção referente à ação humana de transformação da natureza. Uma postura que induz a idéia da ação humana local ter ultrapassado fronteiras alcançando o imprevisível ou o incontrollável, adquirindo relevância global. Ou melhor, uma consciência sobre um dado aspecto da vida quanto à dimensão e intensidade das transformações da natureza feita pelo homem. Isso deixa crer que o movimento de evolução capitalista - expansão industrial e comercial, alterações na organização do trabalho, aperfeiçoamento técnico, tecnológico e científico, ampliação da informação, etc. - traz em seu bojo as condições para o fomento das chamadas crises ecológicas e críticas ecologistas e ambientalistas. No entanto, o discurso ecológico obscurece o fato da lógica da apropriação da natureza pelo homem dever ser a mesma que separa os homens - e que distingue desenvolvimento de subdesenvolvimento, pobreza de riqueza. Baseado na desigualdade, Juan Martínez Alier defende a tese da existência de um “ambientalismo da abundância” e outro “ambientalismo da sobrevivência”, são lutas de preservação com origens em circunstâncias opostas. Ademais, a suposta postura de superioridade do homem diante da natureza, na realidade pressupõe alienações endógenas às relações humanas e situações diversas de um lugar para outro. Mas ao contrário de recuperar o sentido da totalidade, a hipótese é que o discurso ecológico presume uma separação entre o homem e a natureza.

Os discursos ecológicos podem, numa certa medida, reproduzir as relações sociais de produção capitalista, então vale perguntar quais seriam os espaços capturados e onde estariam as possibilidades de contestação. É neste sentido que a ação de valorização da natureza pode implicar numa desvalorização do homem. Luc Ferry caracteriza a ecologia profunda de uma forma de anti-humanismo. Este processo se dá diferentemente entre diversos modos de pensar e agir ligados à chamada questão ecológica, quer sejam marcados por influências provenientes dos ecologistas profundos (biocêntricos), quer sejam das diretrizes apontadas pela Organização das Nações Unidas (paradigma do desenvolvimento sustentável), ou dos eco-socialistas, etc. Além disso, variados grupos da sociedade, como as organizações não governamentais ambientalistas nacionais e internacionais, os representantes governamentais, agentes empresariais,



pesquisadores, etc., apropriam-se desigualmente destes discursos, ora produzindo formas próprias ora reproduzindo outras mais hegemônicas. Um exame apurado quanto a estes elementos resulta na investigação sobre o ecologismo pode estar sendo diversamente gerado, apropriado e reproduzido pelos distintos grupos sociais nestas duas últimas décadas do século XX, particularmente com a atenção para São Paulo.

A questão ecológica invade a vida cotidiana, produzindo uma nova necessidade sob o impulso de uma diversidade de discursos. Apesar das diferenças inerentes a cada discurso, há um aspecto que, contraditoriamente, revela-se como unidade, como se uma fusão se realizasse através do consumo. Isso é ressaltado pela indução a uma modificação nos artigos e serviços consumidos, a serem substituídos por “produtos verdes”, como se fosse um movimento aliado ao processo de reprodução das relações sociais de produção capitalista. A possibilidade de legitimação de uma tendência a homogeneização da ação dos diversos grupos e discursos ecológicos pode estar também revestida da proposta de “desenvolvimento sustentável”. Esta vem sendo intensamente difundida e isso significa pensar na sua adoção como uma não disposição para se abdicar os resultados não simplesmente da produção técnica, tecnológica e científica, mas igualmente ao modo de vida da sociedade de consumo. Isso motiva a conjecturar a hipótese de que o discurso ecológico possua um viés ideológico.

O ecoturismo aparece como tema específico escolhido no intuito de nortear o conteúdo das discussões aprofundadas dentro dos objetivos desta pesquisa. O ecoturismo representa uma forma de uso do tempo do não-trabalho, precisamente como momento para o lazer, seguido pelo turismo. Esta crescente atividade econômica na vida moderna se realiza em espaços considerados ecológica e ambientalmente qualitativos, que são consumidos como produtos ecoturísticos. Mas além de serem caracterizados pela qualidade ambiental do espaço explorado, convém indagar como os diferentes discursos ecológicos podem estar expressos através da prática associada ao ecoturismo – que vão definindo o ecoturismo como mercadoria turística diferenciada. Inicialmente vale notar que tais espaços coincidem com aqueles designados à conservação (em estado de uma “natureza intocada”), os parques nacionais, por exemplo. Ao mesmo tempo o ecoturismo é visto como uma manifestação da atração pela diversidade de espécies biológicas, neste assunto entra também a diversidade de modos de vida humanos quando de culturas tradicionais.

Este estudo intenta investigar como a chamada consciência ecológica é construída e entra no modo de vida através de campanhas movidas por ONGs, órgãos governamentais e, mais recentemente, empresas de variados ramos de atividade econômica. A “consciência ecológica” também é particularmente promovida com o ecoturismo, como “prática antropocêntrica” que produz uma “temática biocêntrica” como atrativo ao fluxo ecoturístico. O ecoturismo está inserido na sociedade moderna como uma forma de consumo do espaço subordinada a uma representação da natureza, que define um objeto atrativo ao ecoturista. Convencionou-se denominar tal objeto com a expressão “paisagem natural intocada”. Neste sentido, para o discurso ecológico penetrar no cotidiano das pessoas depende de uma determinação, feita especialmente na propaganda, quanto a preferência, na escolha de um modo de consumir. No ecoturismo, a natureza é consumida como espetáculo natural e como exemplar de uma diversidade biológica (e eventualmente cultural), mas também como fonte de energia em nome de uma vida melhor. Este caso pode se revelar pela vontade de conhecer os objetos defendidos nos discursos ecológicos preservacionistas. Mas também pode ser a simples ausência de elementos urbanos e industriais, fruto da busca por algo ausente na cidade, realidade que aparece como vontade de fuga do cotidiano. Afinal, esta “paisagem natural intocada” virou uma raridade na paisagem urbana vivida por quem necessita se fazer



ecoturista. O campo é transformado em área verde (livre ou não) para o lazer da sociedade urbana, que deixa de ser escassa na cidade porque se torna sua extensão. Os lugares vendidos como pontos ecoturísticos se integram à extensão do urbano na medida em que a atividade ecoturística cria novas relações entre as sociedades tradicionais e as urbanos-industriais. Imagina-se novas relações entre cidade e campo.

Para tanto, o ecoturismo se realiza no espaço onde é possível encontrar estas formas de natureza, onde o espaço se passe pelo não produzido ou não transformado pelas mãos do homem. Estes espaços raros na cidade de São Paulo, passam a ser (ou continuam) desejados pelo homem urbano moderno. Eleva-se a demanda por momentos em lugares onde a cultura urbano-industrial não seja sentida, onde seja possível um encontro com o passado histórico (ainda presente porque o desenvolvimento é desigual), onde haja descoberta do primitivo, do tradicional - para alguns também significa contato com outras culturas, tal como a oriental em oposição a ocidental. Os destinos ecoturísticos basicamente são áreas naturais, especialmente de significativa beleza cênica, áreas em geral disputadas com os interesses de conservação ambiental, mas passíveis de acordo harmônico segundo cláusulas de projetos de “desenvolvimento sustentável”. Isto é, os empreendimentos ecoturísticos e as iniciativas de preservação concorrem por um mesmo território, mas este fato passa a ter interesses aliados pelos adeptos do paradigma do “desenvolvimento sustentável”.

Esta duplicidade de interesses sobre os usos numa certa medida opostos (preservação versus turismo), sem contar com os das sociedades tradicionais locais, está sendo conduzida como convergente em prol de uma “causa comum” através da adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável idealizado. O ecoturismo estabeleceria uma forma sustentável de utilização do patrimônio natural e cultural a fim de manter preservada a qualidade de seu produto, concomitante às tendências de multiplicação de agentes turísticos, hotéis, sistemas de transportes, restaurantes, etc.

A questão é que o uso de espaços verdes era realizado apenas por uma minoria de “aventureiros”, disposta a sair do ambiente urbano, do conforto dos avanços técnicos, ou mesmo fugir do cotidiano. Desejo este nem sempre realizado pelos “menos corajosos” ou “menos entesourados”. Este seria um incentivo a oferta de produtos ecoturísticos, que surgem como facilitação a realização da necessidade desses últimos, através da venda de serviços operacionais de viagens turísticas. Dizer que tais espaços possam ser consumidos desta maneira significa inferir que o uso pode ser explorado como algo que adquire valor de uso e de troca, isto é, ser a mercadoria mediadora de novas relações comerciais. Esta indústria do turismo pode ter sido viabilizada pela “consciência ambiental” disseminada através da propaganda dela derivada, assim o ecoturismo automaticamente passa a ser mais um veículo mentor para criação da vontade (necessidade) de “volta a natureza”.

Para compreender este movimento é preciso questionar o fato da natureza, e particularmente a “paisagem natural intocada”, aparecer como uma nova raridade em função das condições de reprodução da vida, realidade que o discurso ecológico numa certa medida ajudou a explicitar. Deste modo, o objetivo central neste trabalho é investigar causas e conseqüências da formação de discursos ecológicos no mundo do pós-guerra, e mas especificamente em São Paulo. Ademais, vale o estudo sobre que medida a germinação de uma consciência ecológica possibilitou estímulo a gestação de novos mercados, onde o ecoturismo aparece como mercadoria que reproduz discursos ecológicos e ao mesmo tempo reproduz relações de produção capitalista. O ecoturismo, enquanto mercadoria, surge como novo ramo econômico que sobrevive tendo como mediação uma propaganda que impõe novas necessidades.



## 1.A NATUREZA CONSUMIDA NO ECOTURISMO

A procura por uma “paisagem natural intocada” surge quando a tecnicidade torna-se um desapontamento. Lefebvre explica como isso surge. Tão logo seja conhecido como um objeto funciona e como se faz para funcionar, a concentração — atenção e interesse sobre um dado objeto — começa a ser desviada para a procura de algo mais. “Se isso é para ser mantido, a sensibilidade tecnológica necessita cada vez mais um progresso tecnológico mais acelerado. Ao invés disso, o progresso tecnológico acelerado irá constantemente destruir o interesse em tecnicidade, apenas para renovar isso novamente. O progresso técnico força o homem individual e social a aceitar as coações da tecnicidade; ele joga sua parte neste destino, forjando sempre para não mostrar onde ele está liderando, e sem necessidade de saber.” (Lefebvre, 1995, p. 89).

Lefebvre, quando investiga sobre tecnicidade e cotidiano (1967), mostra que a ‘substância’ é transformada em um conteúdo superficial para fetichizar a forma e isso fundamentaria sua crítica quanto a um “espetáculo uniforme da tecnicidade”. Tanto nas telas de cinema e de televisão como na ‘realidade’, o folclore e a tecnicidade se completam. O espetáculo do mundo, os lazeres, o turismo, prendem-se a esta estrutura. Seus campos de significação resultam numa oposição pertinente, de um lado, um passadismo, nostalgia, variedades em visitas a lugares mortos (museus, antigas vilas), porém, de outro, fuzis, mísseis, cidades científicas, instalações prodigiosas. Na sociedade contemporânea, o cotidiano se aperfeiçoa na crença entre o passado folclórico e as virtualidades da técnica, ele é organizado como ausência e presença ilusória, como uma substância ambígua.

Para Armando Silva o processo histórico passa a inverter o senso comum entre o que seja natural, o não produzido, que deixa de ser o anterior ao homem. A técnica tem se tornado natural, apesar de ainda haver resistências para ser aceita. “O não-natural, assim, torna-se apenas o medo ancestral que a humanidade tem de sua própria capacidade inventiva.” Com isso o ensaísta reforça a idéia de que o natural não se trata mais dos lugares intocados da humanidade, mas sim a informática, a cibernética, a robótica, a telemática, etc. (Silva, 1993, p. 42).

Ao lidar com a natureza conquistada o que está acontecendo parece ser o surgimento da necessidade de retorno às origens. Leonardo Boff descreve este movimento de regresso.

“Estávamos perdidos entre máquinas, fascinados por estruturas industriais, enclausurados em escritórios de ar refrigerado e flores ressequidas, aparelhos eletrodomésticos e de comunicação e absortos por mil imagens falantes. Agora estamos regressando à grande comunidade planetária e cósmica. Fascina-nos a floresta verde, pararmos diante da majestade das montanhas, enlevamo-nos com o céu estrelado e admiramos pela vitalidade dos animais. Enchemo-nos de admiração pela diversidade das culturas, dos hábitos humanos, das formas de significar o mundo.”(Boff, 1995, p. 30)

Esta realidade produz “paisagens naturais intocadas” como novas raridades para um mundo moderno, produzindo a necessidade de dar uma volta ao passado através de lugares ainda fisicamente pouco transformados, ou mesmo uma necessidade de garantir amostras para uso futuro. Nestes casos parece haver uma alienação quanto ao vivido aqui e agora, em troca do desejo de uma vida supostamente



melhor. A questão fica entre uma visão nostálgica ou utópica. Lefebvre escreve que o tema da vida nova é contraditório pois liga-se tanto à tecnicidade como à natureza. “Assim a procura pela vida nova toma uma forma contraditória: vôo da tecnicidade, escape, retorno a natureza pura — como ‘pura’, tão crua quanto o possível.” (Lefebvre, 1995, p. 89).

O que resta na vida da cidade, a metrópole como símbolo do mundo moderno, quando a insaciável busca por tecnicidade e pela volta a natureza são momentos chegados, por exemplo na cidade de São Paulo?

“A metrópole paulista transforma-se em simulacro, preenchida por signos e imagens que emitem ordens as mais diversas sobre como andar, vestir, comer, comportar-se; regulariza comportamentos e determina ações, pois os objetos se dispõem numa ordem hierarquizada em que, reduzidos ao signo, criam um modelo cômodo para que pessoas e consciências sejam manipuladas - uma vez que o signo se separa do significado, torna-se o objeto mágico, que entra no sonho das pessoas, dando um outro sentido à mercadoria.” (Carlos, 1996, p. 27).

Isto significa que o tema da vida nova, abordado por Lefebvre, é apreendido por tendências ao consumo.

Esta realidade entra na paisagem da cidade. “Assim, a idéia de paisagem aproxima-se daquela de obra coletiva, que por ser realizada pela sociedade contém todas as dimensões humanas; é por isso que a paisagem se revela cheia de vida, ao mesmo tempo que expressão de sentimentos contraditórios, paixões e emoções. As marcas do tempo impressas na paisagem, inscritas nas formas da cidade reproduzem a condição da constituição da humanidade do homem...” (Carlos, 1996, p. 21). Mas esta vida na paisagem urbana parece perde-se quando é invadida pelo mundo de imagens. Perdido nesta conturbação urbana o homem sente nostalgia, sonha encontros com paisagens cheias de vida talvez idealizada pelos opostos entre o concreto e cimento dos prédios e dos objetos técnicos. Crescem as contradições, as oposições entre paisagem natural e paisagem artificial. A cidade é produto e obra, já a “paisagem natural intocada” não poderá ser obra, mas produto, pois se presta ao consumo.

Milton Santos entende a noção de paisagem através do domínio do visível, de tudo aquilo que os sentidos alcançam: volumes, cores, movimentos, odores, sons, etc. A visão de quem observa depende da sua localização. A elevação, a extensão e a direção do olhar podem proporcionar visões diferenciadas do espaço. A distância entre o observador e o seu objeto resultam variadas paisagens, panoramas vistos de um avião, de um mirante, de um edifício, de uma rua, de uma árvore, de uma montanha. Para Santos a dimensão da paisagem depende do que os sentidos permitem perceber (como foi destacado através do olhar), a apreensão é seletiva com base em elementos cognitivos formados através de processos formais ou informais de educação. Por esse motivo, a paisagem pode ser apreendida de diversas maneiras por diferentes pessoas. Para lembrar os ensinamentos de Max Sorre de que a geografia não deve ter como objeto o estudo da paisagem, ficando apenas com aspectos descritivos, Milton Santos conclui seu pensamento escrevendo: “Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência.” (Santos, 1988, p. 61-2). Em se tratando de uma visão da paisagem direcionada ao turismo, não apenas a localização, mas o tempo de exposição da paisagem ao observador parece ser de extrema importância para a percepção. Sim, porque uma visita turística assume uma aceleração no tempo de observação da paisagem, a contemplação, a rigor, carrega um prazo cronometrado mais exposto do que em outras circunstâncias.



Santos também explica a existência de dois tipos de paisagem:

“A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social” (Santos, 1996, p. 64).

Pode-se dizer que a divisão territorial do trabalho é desigual e este é um dos motivos pelos quais a paisagem pode ser compreendida como natural e artificial. Marx fala que a divisão do trabalho implica na repartição do trabalho e dos seus produtos, uma distribuição qualitativa e quantitativamente desigual, dando origem à propriedade. Acrescenta-se que este processo tem uma materialidade espacial que produz lugares diferenciados pela acumulação de trabalho contido e pela articulação com outros lugares. Tal fato leva a pensar na heterogeneidade da paisagem, com elementos naturais e artificiais ora uns mais ausentes e outros mais presentes, ora o inverso. Santos completa dizendo: “A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é uma herança de muitos diferentes momentos.” (Santos, 1996, p. 66).

Mas o que a prática do turismo ecológico hoje busca é uma “paisagem natural intocada”, isto é, sem heranças, sem produto humano, sem construção humana, no mínimo sem substituições ou sobreposições. Isto apenas para lembrar que o primitivo, as transformações das sociedades tradicionais são às vezes aceitas como integrantes dessa paisagem natural. Essa paisagem não chega a ser o lugar onde não houve contatos físicos, o ecoturista seria o primeiro a tocar, a entrar nessa paisagem. O ecoturismo terá alcance justamente de lugares considerados cada dia mais raros em contraposição à cidade, daqueles remanescentes no planeta. O ecoturismo estabelece relações de contraste entre o cotidiano vivido na cidade, durante o tempo do trabalho e as experiências fora deste espaço-tempo. Ou seja, onde a ‘paisagem natural’ não existe mais, não deixou rastro, onde o que prevalece é a paisagem artificial, transformada como obra e produto do homem. Por isso parece justo que o ecoturista seja o próprio habitante da cidade, para quem a paisagem natural é uma ausência cotidiana — talvez seja perda, mas para quem nasceu na cidade e nunca teve paisagem natural, ela seria uma ausência. O ecoturismo pode levar a ganhos ao invés de ser busca pela recuperação de algo perdido. Como a “paisagem natural intocada” pode ser sentida? Sua presença mantém-se na sociedade, através da memória, história, imaginário, reproduzidos por diversos tipos de expressão e de linguagem, retidas pela propaganda dirigida ao ecoturismo.

A tecnicidade está presa à necessidade de sempre renovar o velho objeto técnico conhecido. A contemplação romântica de uma “beleza natural intocada” não estaria agora sendo mais uma vez reexplorada? Sim, mas o ecoturismo não é a mesma coisa, ou é? A contemplação coletiva do “bem material” natural e monumental não estaria no ecoturismo? A descoberta e redescoberta da natureza é um repetitivo antigo na história, portanto, dizer ‘volta à natureza’ poderia ser entendido que a descoberta tomou outra forma? Arlete Rodrigues faz referência à questão da ‘volta à natureza’ — durante as décadas de 60 e 70, período de contestações na história, um movimento social da “civilização ocidental urbana e industrial”. Surgem naquele momento reivindicações libertárias quanto aos modos de vida da sociedade de consumo, em oposição ao “sistema de objetos” inserido no cotidiano. “Se foi preciso voltar a ela é porque dela a sociedade havia se afastado...” A autora escreve que movimentos caracterizados como



“volta à natureza, de volta ao viver próximo à natureza” seriam na realidade “propostas onde a natureza não é apenas recurso” (Rodrigues, 1997).

No Prelúdio à Natureza, Lefebvre escreve que o homem deixou a natureza. Seria mesmo controverso pensar em perda exatamente quando a conquista da natureza é um sentimento de realização, apesar dela permanecer sempre como uma virtualidade. Entretanto, o movimento ecologista, com suas fragmentações e digressões, induz a pensar que este fato está prestes a ser consumado, efetivado, a ponto de acusar o homem de destruidor da natureza. O homem tenta, sim, dominar a natureza, ou melhor, tenta trazê-la ao seu domínio, mas isso não significa destruir. Ele a transforma assim como a si próprio, deixando sua animalidade para realização de sua humanidade. No livro “O Marxismo”, Lefebvre escreve:

“As relações fundamentais para qualquer sociedade são as relações com a natureza. Para o homem, a relação com a natureza é básica não porque o homem continua um ser da natureza (interpretação falaciosa do materialismo histórico), mas, ao contrário, porque luta contra ela. No decurso desta luta, em condições naturais, o homem arranca à natureza tudo o que precisa para subsistir e para ultrapassar a vida simplesmente natural. Como? Por que meios? Pelo trabalho e da organização do trabalho.” (Lefebvre, 1974, p. 74).

A construção da idéia de afastamento e de sentimento de perda, no entanto, liga-se às alienações da vida cotidiana. A ‘volta à natureza’ é antes de mais nada o desejo de escapar, fugir, libertar-se do que oprime, humilha e pressiona a vida cotidiana. Natureza como escape é uma tentativa de recuperar o sentido do uso. Quando o prazer, os sentidos, o corpo não respondem mais aos objetos, estes já não atendem mais aos desejos e às vontades, o esquema cai na satisfação de necessidades. O sentido da satisfação, como deturpação do prazer, implica no consumo de objetos que presumem a própria insatisfação, posto que sua ‘substância’ perde seu conteúdo. O prazer, como irredutibilidade, impõe carências inerentes à cotidianidade que implode.

Estas alienações também são sentidas no uso do espaço, que passa a ser mediado em função da troca. Assim a cidade se estende, formando novos laços, a fim de suprir o que nela falta. A dinâmica da cidade depende das relações com outros espaços, mantidas através de fluxos. Prigogine e Stengers (1984) expõem: “Nós podemos isolar um cristal, mas cidades e células morrem quando separadas de seu meio ambiente.” O turismo é fluxo que integra relações entre lugares diferentes, com o ecoturismo habitantes da cidade podem passar suas horas de lazer em ‘lugares naturais’, onde a “paisagem natural intocada” esteja presente.

A idéia de paisagem natural poderia ser entendida como ausência de relações sociedade-espaço. Entretanto, a paisagem natural transforma-se em produto da sociedade quando seu espaço ganha valor de uso para o turismo. A ‘volta à natureza’ baseada em aspirações ligadas ao uso, à reconstituição do prazer, ao ser incorporada como valor de uso para a atividade turística, é imediatamente transformada em valor de troca. Lefebvre (1980) ao citar as representações da natureza na ecologia e no turismo, esclarece que ambos aparentemente concorrem pelo mesmo terreno, aquele em que natureza e valor de uso estão identificados, sendo que o turismo a transforma deliberadamente em valor de troca. Enquanto que a ecologia se esforça em direção a uma autenticidade. A questão é entender como os dois se fundem em uma coisa única, enquanto combatem pelo mesmo território: o ecoturismo. A sociedade tradicional mantinha um antigo uso deste espaço, com o ecoturismo o habitante da cidade traz um outro uso.

A fotografia permite objetificar a “paisagem natural intocada” que ganhou valor de troca para o ecoturismo, revelando a sensação de propriedade mais do que de apropriação. Timothy Luke esclarece



que a fotografia possibilita que a natureza seja representada como recurso cênico, proporcionando reimaginação fotográfica da natureza. Isso significa dizer que com a generalização da fotografia da ‘beleza natural intocada’ define-se um determinado objeto atraente à prática ecoturística — signos característicos como certas espécies animais e vegetais em extinção materializam-se na televisão, cinema, revistas, *folders* das agências de ecoturismo, etc. Este objeto, presente em paisagens naturais espetaculares, ganha imediatamente um valor. O enquadramento deste objeto obedece a determinados critérios de focagem, como e o que emoldurar, harmonizar em cores, objetos, e luzes. Critérios que parecem aliar-se ou usar idéias próprias como inspiração e determinação resultam em imagens construídas tendo como base a afirmação de valores preestabelecidos. Ademais, sendo a fotografia é um dos meios que permite a crença quanto a uma fidelidade da reprodução e representação do real, ela acaba por cumprir o papel de provar a veracidade da ‘beleza natural intocada’, atrativo incomensurável ao turista. Assim uma ‘paisagem natural intocada’ serve tanto quanto cenário — ambiente — para a realização de atividades específicas com características próprias (esportes de aventura e da natureza, cursos de educação ambiental e fotografia da natureza, estudo de meio, etc.), quanto espetáculo, que pressupõe uma atitude contemplativa e instrutiva — passiva — do observador. Ou seja, o espetáculo da natureza e da ‘natureza espetacular’ registrada e divulgada através da retórica fotográfica. (Luke, 1997, p. 46).

Logo, o turista tem instantaneamente o que reproduzir, ver e fotografar. Talvez por isso o turista esteja cada vez mais dependente da necessidade de fotografar a paisagem, ter um instrumento de recordação e um atestado de presença. A “paisagem natural intocada” passa a ser recurso cênico para o ecoturismo. Que, organizado, entra com o seu recurso cênico no mercado, pondo a natureza como o seu produto, passando esta a ser sua própria mercadoria. Mercadoria não manufaturada, como diria Luke, posto que, quanto menos tocada e transformada melhor, mais valor de troca ela adquire. A teoria do valor de Marx, fundada no valor do trabalho humano foi questionada por Gaviria. Tanto na ‘natureza intocada’ quanto na natureza produzida há sempre algo ganho sem esforço materializado no espaço. A ‘natureza intocada’ — mesmo sendo produção de uma idealização humana — revela um valor intrínseco, algo que lhe é próprio, alheio ao trabalho transformador do homem. Entender e ver que este valor intrínseco realmente é absorvido pela produção e acumulação é aceitar uma nova forma de acumulação antes não explorada. Ou será uma simples questão da teoria não ter atingido tal dimensão? Mário Gaviria escreve que a emergência das questões ligadas à natureza, elevadas com o ecologismo, sugere uma ‘revisão’ nesta teoria do valor fundada apenas do trabalho. Enquanto Marx exalta o valor trabalho, Gaviria lembra que a questão ecológica faz aparecer novas raridades, com os limites dos recursos naturais e energéticos. Este pode ser um novo fator influente na teoria do valor. Por outro lado, o próprio trabalho de produzir uma retórica fotográfica em prol da propaganda ecoturística seria sim a produção de valor de uma “paisagem natural intocada”. (Gaviria, 1982)

### 1.1.A “PAISAGEM NATURAL INTOCADA” NO ECOTURISMO

Entender o ecoturismo através das tentativas de conceituação existentes hoje parece ser um bom indicativo do que esta atividade é na prática e o ideal desejado por quem procura uma definição. Mas antes de enumerar uma lista destas definições e mesmo de analisá-las, convém apresentar o que, possivelmente, mostra-se como mais peculiar nesta atividade, sem prender-se a aspectos específicos



decorrentes das transformações inerentes à prática do ecoturismo, de suas origens, de sua evolução e estágio atual.

O ecoturismo representa uma forma do homem se relacionar e ver a natureza, não promove somente uma aproximação do homem urbano com a natureza selvagem. Se assim fosse, o antigo hábito de passar as férias numa casa de campo ou mesmo acampando numa praia deserta já seria ecoturismo. Para compreender o que vem a ser o ecoturismo é preciso dar destaque ao contexto histórico em que este se formou. O termo ecológico, atribuído a uma forma de turismo, está associado à disseminação de uma “sensibilidade ecológica” generalizada na década de 80 e que vem sendo alimentada, pelo menos, desde o período pós-guerra. A “sensibilidade ecológica”, assim denominada por Alphandéry, Bitoun e Dupont, é tratada por diversos autores. Esta idéia representa um discurso comum baseado essencialmente em duas questões chaves. A primeira seria o “medo das catástrofes”, simbolizada por fenômenos como o ‘efeito estufa’ e a ‘chuva ácida’, que aterrorizam a população humana na terra. A segunda está ligada a “alegrias estéticas e no ressurgimento espiritual que traz uma relação mais direta com a natureza”. O ecoturismo está vinculado às duas, a primeira na posição de oposição, isto é, de prática contra a possibilidade de ser causador das “castástrofes”, sendo segunda perfeitamente realizada. (Alphandéry, 1992)

O ecoturismo — especialmente quando se diferencia da noção de turismo de massa — está livre de ser associado ao desenvolvimento de indústrias químicas, petrolíferas, nucleares. Portanto, apesar de ser indústria não faz parte do ‘grupo de risco’, isto é, salva-se de ser constituído como causador da ‘catástrofes ecológicas’. Ao contrário, é difundido como aliado a modelos estéticos e de vida saudável inspirados na natureza. O ecoturismo é apresentado como um caminhar libertário das mediações vividas no cotidiano. Ou seja, também seria uma oposição à ilusão de um modo de vida em que a felicidade estaria no que Baudrillard diria com a idéia de um sufocamento pelo “sistema de objetos”, e Granou com a do “reino da mercadoria”, porque não é o chamado turismo para compras.

Mas este seria um momento último, Lefebvre (1980) lembra que há idéias que surgem num determinado momento na história que não se apagam e às vezes parecem ressurgir com um vigor como se os conceitos permanecessem os mesmos. Isso para lembrar que há um movimento anterior, inclusive no sentido de possibilitar a fecundação desta “sensibilidade ecológica”. Diegues recapitula que o turismo ecológico (ou ecoturismo) tem incutido o que ele chamou de neo-mito de natureza intocada e selvagem.

“A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes de um estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção natural”” (Diegues, 1994, p. 45).

A natureza assim idealizada tem sua presença nas paisagens naturais e sua ausência nas paisagens industriais e urbanas. Por esta razão os habitantes das grandes cidades são os principais formadores da demanda por ecoturismo. Mas Diegues esclarece que coexistem hoje uma variedade de “mitos” sobre a conservação do mundo natural, isso reside em resistências antagônicas motivadas pelas diferentes formulações de cada sociedade. Sem querer aqui investigar as oposições míticas e práticas entre sociedades tradicionais e as modernas, como fundamentou o estudo realizado por Diegues, vale frisar apenas que o neo-mito da natureza intocada e selvagem pertence ao urbano. Ou seja, pessoas da cidade teriam estes espaços em estado “puro” para benefícios como o passeio, a diversão, a reposição de energia, etc., porque estes se tornaram uma raridade no meio urbano. A vida cotidiana, entretanto, teria mantido



(ou criado) a necessidade de ter a sua extensão em áreas naturais, porque muitas vezes estão fora das cidades como lugares reservados ao lazer e a reprodução da vida.

Existe no ecoturismo uma forma de contemplar a natureza. Primeiramente, neste caso a natureza é vista como sendo uma paisagem com o mínimo sinal de presença da sociedade industrial e urbana, preferencialmente como sendo uma amostra do seu oposto, capaz de mostrar aquilo que supostamente foi perdido ou está ausente na vida cotidiana. É a idéia de natureza intocada, inexplorada, preferencialmente aquela que mostra a exuberância da fauna e flora em estados naturais. A natureza preservada, não degradada, relíquia que a ação do homem pouco transformou, um lugar confundido com o que um dia teria sido o espaço natural. Seria então uma ‘paisagem natural’? Sim, quando esta ‘paisagem natural’ significar a inexistência total da ação do homem, se forem o avesso a qualquer registro histórico? O ecoturismo implica em ser por si só uma própria exceção, as relações dos visitantes que chegam, hospedam-se e voltam aos seus lugares de origem. Mesmo se casos individuais não sejam capazes de transformar a paisagem, ou até há a presença do homem ou o que Milton Santos lembra em Pensando o Espaço do Homem, a intenção de ir a espaços assim caracterizados onde sua existência está no imaginário e conhecimento. Isso responde a possibilidade de dúvida quanto a não existência de um espaço natural, mesmo se a paisagem aparece natural. Porém, ao menos para a ação turística parece evidente que produza suas marcas na paisagem, vias de transporte para os fluxos freqüentes de turistas, construção de pousadas, áreas de acampamento, restaurantes, etc. Isto é, inicia-se um processo de transformação da natureza para atender a uma demanda turística. Na realidade, esta transformação no intuito de formar a infra-estrutura turística, o ‘receptivo turístico’, seriam no mínimo a chegada do turismo em antigas vilas bucólicas. O que era casa de morador é reformada para servir como pousada, mudam-se a funcionalidade e tenta-se manter as formas, com a imitação de estilos regionais através da arquitetura vernacular.

Isso denota que os registros históricos originais estão presentes na idealização desta “paisagem natural intocada”, mas a questão é entender que o sentido do lugar se transforma. O lugar, que se refere a símbolos de um estágio de desenvolvimento rudimentar, onde recursos urbanos e industrializados modernos ainda não estão fixados fisicamente em sua paisagem, passa a ter um valor de uso típico dos moldes do mundo moderno, dito urbano e industrializado. Este mundo, entretanto, é percebido como ausência inicialmente apenas por quem vive na cidade e está de passagem nesses “lugares naturais”. Estes espaços raros dentro da cidade ganham valor quando integrados à dinâmica da vida urbana. Portanto, mesmo sem transformação da paisagem tais lugares passam a estar inseridos nas relações sociais do mundo moderno.

Cada lugar que se transforma em destino ecoturístico tem a sua peculiaridade, a história do lugar também marca diferenças, que são capturadas como riqueza tomada como atrativo para o turismo ecológico e cultural. As pequenas vilas de pescadores, antigo casario colonial são exemplos históricos concretos do que também seduz o ecoturista, mesmo que sejam tomados como atrativo turístico secundário, perdendo em atenção aos aspectos da fauna e flora. Assim, caracterizar a natureza selvagem, mais biocêntrica do que antropocêntrica, como único objeto de atração para o ecoturismo não é suficiente para defini-lo. No entanto, o elemento humano se apresenta pela diferença de nível de desenvolvimento, como exemplo de um momento histórico ou cultura diverso.

Então, porque não dizer que o homem nativo, a comunidade local com sua cultura, costumes e tradições regionais também não seriam objetos atrativos para a prática ecoturística? Não é todo o dia que o homem urbano pode estar tão próximo de um caiçara, um índio, um ribeirinho, um seringueiro, um peão boiadeiro, uma rendeira, um jangadeiro, um caçador de caranguejo e tantos outros no Brasil, um



balinês, um tibetano, um quíchua, inca, andino, no mundo. Estes sim estão compondo a “paisagem natural intocada”, ora por culturas tradicionais, ora por rurais. A revista Os Caminhos da Terra<sup>1</sup> traz uma reportagem sobre aqueles tipos brasileiros e descreve, por exemplo que “O homem pantaneiro, que é basicamente um vaqueiro adaptado para as pastagens úmidas, nasceu com a chegada da criação extensiva de gado ao Pantanal.”

O ecoturista se isolaria do ambiente visitado ou teria uma experiência interativa verdadeira com este ambiente que lhe é estranho? John Urry destaca o fato de que vários estudiosos de uma sociologia do turismo concentram-se exatamente neste aspecto, ele cita Boorstin para dizer que o turista é protegido da estranheza do ambiente que o cerca e o hospeda, isto é, sai de seu ambiente urbano cotidiano e entra numa “bolha ambiental”. (Urry, 1996, p 23) A organização do turismo garante ao turista um ambiente familiar, guias, agentes de viagem, hotéis acolhedores e mediadores da inevitável, porém superficial, apresentação do ambiente e das culturas locais. O contato com a comunidade local, portanto é reduzido e o envolvimento desta muitas vezes restringe-se a atribuições funcionais inseridas na cadeia do turismo (guias locais, cozinheiros, etc.). Para François Ascher, as comunidades locais podem vender tanto sua força de trabalho como a elas próprias<sup>2</sup>, ao se converterem em espetáculo para o turista, e cita o exemplo de Bali. (Ascher, 1985, p. 13).

O modo de vida da comunidade local, sua identidade, etc. está sendo reproduzido como signos atrativos à prática do ecoturista, até porque é inevitável manter um olhar apenas sob signos de uma “paisagem natural intocada”. Isso porque a maior parte das áreas naturais visitadas por ecoturistas possuem uma existência ligada às sociedades tradicionais. Isso se explica o fato delas serem vistas sob representações ao primitivo, pela oposição às características associadas a modos de vida urbano-industrial.

Entretanto, o “consumo ecoturístico” se limita à efeitos comparativos entre culturas tradicionais e industriais, nem entre paisagem natural versus paisagem urbana ou industrializada. O prefixo “eco” expressa outras intenções, a de chamar a atenção do turista para aspectos da fauna e da flora em seu próprio meio ambiente. Além da fauna ser representativa de um estado “puro”, natural, um animal passa a ser símbolo de uma espécie em extinção (o mico-leão-dourado), ou de uma diversidade biológica ausente na cidade, na indústria, na vida cotidiana. O atrativo ecoturístico não é somente o banho de cachoeira, sentar e caminhar pela praia, cavalgar, mas conhecer a biodiversidade, às vezes supostamente em extinção. Observar baleias, nadar com o golfinho, tocar em corais, sair ao encontro de dezenas de jacarés<sup>3</sup> em seu *habitat* natural são símbolos que fascinam um ecoturista. A natureza é transformada em espetáculo diferente da vida urbana moderna. Para tanto, este turista precisa chegar perto, sentir entrar num ambiente natural real, nem que seja apenas por reduzidas horas. Caminhar por trilhas estreitas, escorregadiças ou íngremes, sob sol ou chuva é ter que sair do automóvel, do ônibus da excursão, isto é,

<sup>1</sup> Romanini, Vinícius. Quem somos, afinal? Os Caminhos da Terra. São Paulo: Abril, junho 1998. Ano 7, n. 6. Edição 74.

<sup>2</sup> Sobre este assunto vale destacar o turismo sexual que inclui a venda do próprio corpo, além de poder ser simplesmente associado uma forma de venda da natureza sugere um “contato com o primitivo”, como apresentou Tito Rosenberg: “I am from Brazil, a country where sex tourism is a big hit, in Manaus is everywhere, with loads of germans and other european nationals going there for "ecological orgies" in which they rent tour boats full of local ladies.” O autor deste depoimento é o proprietário da Tito Rosenberg Expedições. Este é um exemplo que suscitou grande debate (originário de uma questão apresentada sobre o turismo sexual na Tailândia, se este seria decorrente de uma suposta liberação religiosa, budista) no grupo de discussão Green-Travel, organizado Marcus L. Endicott através do sistema de correio eletrônico (na internet, URL: <http://www.green-travel.com/>), no qual participam profissionais, acadêmicos, ambientalistas, turistas, etc. ligados ao turismo ecológico em diversos países.

<sup>3</sup> A focagem de jacaré é uma das atividades mais comuns e praticadas no ecoturismo brasileiro, em lugares como o Pantanal. É uma espécie de safari fotográfico.



tentar ao máximo evitar resíduos de uma vida e paisagem urbana-industrial. Num passeio de escuna, chamar a atenção do apreciador para o encontro das águas pode torna-se ato sistemático.

Geffen e Berglie apresentam vários tipos de excursões organizadas de ecoturismo, das mais específicas até a mais comum, assim expressam:

“Excursões naturais de interesse geral — a maioria das excursões tem um escopo amplo, oferecendo uma visão geral de um *habitat* ou localidade particular, com apenas a atenção moderada para elementos específicos como: pássaros, flores, árvores, características geológicas, etc. O objetivo é dar um sentimento geral sobre a natureza da área. Os líderes da excursão normalmente têm uma especialidade e conhecimento superficial em outros campos. Normalmente estes passeios são de barco ou outro tipo de viagem de aventura (as viagens de aventura em geral não estão incluídas em si. Apesar de provavelmente ver alguma natureza em viagens de rafting, hiking e que os líderes da excursão poderem ter familiaridade com a flora e a fauna, normalmente o foco é na aventura e não na natureza).” (Geffen e Berglie, 1993)

Quando a ênfase é a natureza, para Geffen e Berglie, as excursões de ecoturismo privilegiam atividades mais especializadas, que em geral servem a um público mais exigente, ou melhor, mais interessado pelos temas dados pela ecologia. Aquela sensibilidade ecológica está em toda parte, Alphantéry, Bitoun e Dupont (1992) advertem: “E se, para qualquer um, ecologia rima com natureza, é evidente que nem todos estão de acordo sobre a natureza da ecologia”. Assim, se uma consciência ecológica avança alcançando o turismo, este tem, por sua vez, o seu olhar sobre qual é a natureza desta natureza. Para ilustrar acredita-se que os alguns tipos de excursões descritos por Geffen e Berglie sejam bem representativos, como a de observação de aves, de botânica ou flores silvestre, Safári de animal, etc.

Esses exemplos valorizam símbolos positivos da natureza perdida, aquilo que parece incontestável, a presença óbvia de uma natureza que nada se assemelha com o homem. Dizer que isso não é sua criação revela-se como evidência. A criação deste universo visual é sim obra e produto do homem. As aves, as baleias, os répteis, as flores, as árvores, todos são transformados em “objeto sagrado do ritual turístico”, objetos que formam a “paisagem natural intocada”, objeto do olhar, mas que são fundamentais para a definição de um espaço visual, mais do que fotografar e filmar. Urry trata esta idéia, citando MacCannell para abordar o processo de sacralização, que torna um determinado artefato, natural ou cultural, um objeto sagrado do olhar, porque as pessoas devem aprender como, quando e para onde “olhar” (Urry, 1996, p. 26). O olhar é seletivo para os elementos de uma “paisagem natural intocada”, símbolos de uma “biodiversidade”? Um espaço visual (produzido) para o ecoturismo, como diria Lefebvre, estaria se definindo. Fica uma dúvida bem simples (contudo nem um pouco fácil de ser explicada), por que são raras, se é que existem, as excursões para observar sapos, cobras, bem como, para experimentações da loucura que pode vir a ser a vivência com os insetos ao fim da tarde? O conforto que a vida moderna na cidade da classe média ou rica proporciona é insubstituível neste sentido? A menos que se façam quartos protegidos em hotel, como aliás é a tendência, nem tudo seria volta ao paraíso perdido, idéia religiosa ainda nem explicitada. Tendência porque o ecoturismo não é apenas para aventureiros dispostos a enfrentar tudo, é justamente para quem não teria esta coragem de sair de sua casa e assim se produz a “bolha ambiental” como construção receptiva.



## 1.2.O ECOTURISMO E SUAS DEFINIÇÕES

Ceballos-Lascuráin<sup>4</sup> escreve que o turismo depende de uma qualidade ambiental, em alguns casos este é o primeiro atrativo. Turistas de todos os tipos estão se tornando cada vez mais sensíveis ao poluído ou às condições de degradação ambiental em seus diferentes tipos de viagens. Para o autor, o meio ambiente pode ser definido como todas as condições, circunstâncias e influências que envolvem e afetam o desenvolvimento de um organismo ou grupo de organismos, incluindo assim tanto os fatores biofísicos como os sócio-econômicos. O turismo baseado na natureza depende do uso de recursos naturais em estado relativamente não desenvolvido, na paisagem, topografia, aspecto da água, vegetação e vida selvagem. (Ceballos-Lascuráin, 1996, p. 19).

Héctor Ceballos-Lascuráin encontrou em citações realizadas por James Butler, em 1992, vários outros termos<sup>5</sup> para manifestar novas formas de viagens ligadas a natureza além do ecoturismo. Estes autores compreendem que esta diversidade de termos comportam idéias que, em geral expressam a uma alternativa ao turismo de consumo de massa, apesar deles não serem sinônimos. Na pesquisa realizada em 1997, a fim de compreender como este mercado está se formando no Brasil e, mais particularmente, em São Paulo, foi possível encontrar vários termos<sup>6</sup>, sendo aplicados por agentes de viagens.

Apresentar estes termos, como sinônimos ao ecoturismo, é fazer um termo genérico a ser aplicado indiscriminadamente para quase toda atividade que liga turismo à natureza. Assim, Ceballos-Lascuráin, que desde a década de 80 vem utilizando o termo “ecoturismo” e “turismo ecológico”, adota junto ao Programa de Ecoturismo do IUCM - The World Conservation Union<sup>7</sup> a seguinte definição: “visitas e excursões a lugares relativamente não transformados (intocados) com responsabilidade ambiental que possibilitam desfrutar e apreciar a natureza (e qualquer característica cultural passadas ou presentes) que promova conservação, tenha baixo impacto por parte do visitante e que propicie envolvimento sócio-econômico ativo e benéfico da população local.”

A definição está mais relacionada com o que denominam ser um “turismo sustentável”. Na realidade, este sentido pertence à proposta do IUCM ao promover o modelo de desenvolvimento sustentável. Há um ecoturismo que mantém os aspectos “originais” da paisagem, isso implica em produzir a infra-estrutura ecoturística necessária de forma considerada adequada para os técnicos,

<sup>4</sup> Ceballos-Lascuráin é consultor de ecoturismo junto a IUCN - The World Conservation Union.

<sup>5</sup> Aproximadamente 35 expressões associadas com a idéia de ecoturismo: “Among the best-known of these are: nature tourism, nature-based or nature-oriented tourism, wilderness tourism, adventure tourism, green tourism, alternative tourism, sustainable tourism, appropriate tourism, alternative tourism, rural tourism, and soft tourism.”

<sup>6</sup> Tais como: turismo de aventura, turismo educacional, turismo alternativo, viagens temáticas, turismo cultural, turismo exótico, viagens alternativas, turismo de educação ambiental, turismo ambiental, viagens em contato com a natureza, turismo de esportes de aventura, esportes na natureza, etc. Além do ecoturismo e turismo ecológico que são usados como sinônimos. Enquanto as ONGs (as Organizações Não-Governamentais Ambientais) quando realizam alguma atividade assemelhada, em geral não associadas as formas reproduzidas pelas empresas, utilizam termos como educação ambiental, convivência com a natureza, educação ambiental esportiva, lazer ao ar livre, passeios a pé pela natureza, caminhadas de preservação ecológica, trilhas ecológicas (ação cultural e ambiental no Vale do Paraíba), excursões didáticas, turismo educacional, caminhadas pelas montanhas, espeleologia, passeios a unidades de conservação, outras incluem no próprio nome expressões como ecoturismo, vivência ambiental, enquanto outras tem projeto de capacitação para o ecoturismo. Uma tentativa de compreender mais claramente o que cada um desses termos significa dando uma breve apresentação do que as ONGs hoje estão realizando nesta área será desenvolvida posteriormente. Ademais, apesar de para muitas destas ONGs o ecoturismo não ter afinidade com o que elas realizam, foi possível verificar que esta atividade chama a atenção, que as fazem manifestar posicionamentos e ressalvas dentro de suas perspectivas ecologicamente conscientes.

<sup>7</sup> IUCM - The World Conservation Union é a International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, fundada em 1948 e que reuni cerca de 800 membros governamentais e não-governamentais em aproximadamente 132 países.



consultores e ,especialmente, de modo a conservar o estilo rudimentar, campestre, etc. Como é o caso da arquitetura vernacular, explorada na construção de hotéis.

Ceballos-Lascuráin menciona também a definição de ecoturismo formulada por TES - The Ecotourism Society<sup>8</sup>: “ecoturismo são viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente e sustentam o bem-estar da população local”, assim, ele mostra que em ambas as definições o ecoturismo denota um turismo ligado à temática da natureza e com um elemento normativo. Este último é uma resposta ao desejo de permitir acesso em áreas de beleza natural, a premissa fundamental do ecoturismo é que o desfrute das gerações futuras não deva ser afetado pelos visitantes de hoje. (Ceballos-Lascuráin, 1996, p. 20)

O autor diz que algumas áreas muito populares ao turismo estão enfrentando um declínio da atividade turística devido a problemas ambientais nem sempre provocados pelo turismo. O modelo de crescimento industrial e exploração de recursos naturais e de consumo, nada sustentáveis, aliado à civilização ocidental contemporânea, foi o primeiro a ser censurado. E mesmo o turismo baseado na natureza, que requer um ambiente preservado e limpo, mesmo que sua prática não seja sustentável, como em casos relacionados com um turismo tradicional, abarca fatores externos que influenciam negativamente as condições neste ambiente. Por outro lado, este representante da The world Conservation Union, defende que a renda proveniente do turismo possa contribuir para o desenvolvimento e melhoria de áreas de serviços como sistema sanitário tanto para turistas como para residentes. (Ceballos-Lascuráin, 1996, p. 19-20)

Essa preocupação de Ceballos está ligada ao debate sobre a incompatibilidade entre desenvolvimento versus meio ambiente, como se a defesa de um implicasse na negação do outro. Tal debate vem sendo abstraído através do domínio de um modo de conceber uma integração em prol da sustentação do atual sistema econômico. Neste caso observa-se que o ecoturismo vem sendo associado a uma prática econômica passível de atender eficientemente aos postulados descritos pelo chamado paradigma do “desenvolvimento sustentável”. Segundo Barbieri<sup>9</sup>, esta expressão surge pela primeira vez no documento ‘World Conservation Strategy’ de autoria da IUCN e do World Wildlife Fund (que é atualmente o WWF) em 1980. Mas foi com o relatório “Nosso futuro comum”, realizado em 1987 pela Comissão Brundtland, formada por decisão da Assembléia Geral da ONU em 1983, que os objetivos e princípios formulados para o título de “desenvolvimento sustentável” foram disseminados. Este constitui o que Arlete Rodrigues<sup>10</sup> sugere como sendo uma das mais influentes bases disseminadoras e formadoras do chamado discurso ecológico.

Enfim, Ceballos-Lascuráin defende que o turismo pode ter efeitos positivos ao meio ambiente, desde que os operadores turísticos tenham o interesse de prover a manutenção da qualidade ambiental das destinações turísticas. Interesse este que tem respaldo na própria necessidade do setor empresarial de garantir a qualidade do seu produto ecoturístico. Mas há que se considerar que outros autores já reivindicam a participação de todos os agentes do ecoturismo, como a participação do turista, agente “ecologicamente consciente e educado”, capaz de seguir normas preventivas quanto à degradação do meio ecoturístico. Apesar das opiniões variarem um pouco quanto à capacidade do ecoturismo servir de exemplo mais eficaz do modelo de desenvolvimento sustentável, o surpreendente é haver um elogio quase

<sup>8</sup> Definição facilmente encontrada na página na internet da própria TES, quando esta orienta o turista a como escolher um operador de ecoturismo, na URL: <http://www.ecotourism.org/textfiles/opfaq.txt>

<sup>9</sup> No livro “Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21” 1997. p. 23

<sup>10</sup> No artigo “Novas práticas e novas matrizes discursivas?”, 1994. p. 124



generalizado ao ecoturismo como alternativa capaz de atender às exigências que a proposta de sustentabilidade parece requerer. Na realidade, o ecoturismo escapa de fazer parte do “tabu” das indústrias de alto risco poluidor.

Todavia, a definição dada ao ecoturismo nem sempre foi adotada com este sentido, Elizabeth Boo<sup>11</sup>, em 1990, adotou a definição daquele mesmo autor em 1987. Ceballos-Lascuráin entendia ecoturismo — que Boo considera sinônimo do turismo na natureza quando usado a expressão “turismo ecológico” — como sendo: “viagens a áreas naturais relativamente não transformadas (intocadas) e não poluídas com o objetivo específico de estudar, admirar e apreciar a paisagem e suas plantas e animais selvagens, bem como qualquer manifestação cultural existente (passada ou presente) encontradas nestas áreas...”

Assim, duas definições originárias do mesmo autor apenas diferenciadas pelo fato de mais recentemente ter sido introduzido ao que é a atividade ecoturística, uma idealização de como esta deve ser conduzida, obedecendo a ideais de sustentabilidade e desenvolvimento. O próprio Ceballos-Lascuráin cita dois autores, Ziffer e Healy, para abordar esta questão, estão lidando com este fato — outros pesquisadores e consultores de ecoturismo (Eagles, Higgins, Whelan, etc.).

### 1.3.PRODUTO TURÍSTICO VERDE: O CHAMADO ECOTURISMO

A divisão temporal do cotidiano de maneira a conduzir um determinado uso do tempo livre, também chamado por Lefebvre de tempo dos lazeres, está sujeito às regulações do modo de vida. Isso significa a realização de um lazer programado e, em particular, a prática do turismo transita com a constituição de diferentes objetos focados para esta atividade econômica. Ou seja, como o turismo é diversificado de acordo com os gostos dos consumidores, quando uma “paisagem natural intocada” se torna uma mercadoria para um público potencialmente simpatizante de discursos ecológicos. Este seria mais um argumento para concordar com Henri Lefebvre de que assim o espaço se torna abstrato, porque regido pelas leis do mercado. Neste caso, o produto vendido e comprado é aquele que apresenta um valor de uso baseado especialmente no visual característico de uma “paisagem natural intocada”.

Tamanha é a possibilidade de transformar tudo em mercadoria, baseado em mudanças de comportamento e idéias dos consumidores que, Roberto Mourão, presidente da organização EcoBrasil (Associação de Ecoturismo do Brasil), tem a sua versão quanto aos negócios ecológicos, ao escrever um artigo sobre o ‘oportunismo no turismo ecológico’:

“Oportuno ou oportunismo? Ecotour, ecolodge, copark, eco... lógico, ecoportunismo. (...) Pois bem, também no turismo, com a onda do "turismo ecológico", temos nossos neologismos e ecoportunistas, principalmente após a Rio - 92, ou melhor a Eco - 92. Será só uma questão semântica, ou será que existe uma diferença? Oportuno, segundo o Aurélio, é o que vem a tempo, a propósito, ou quando convém; apropriado. Já oportunismo, significa "acomodação e aproveitamento das circunstâncias para se chegar mais facilmente a algum resultado.”

Assim sendo ou não o fato é que um mercado vem se consolidando. Tem havido um uso exacerbado da palavra “ecológico” para indicar a simples aproximação ao natural. Às vezes uma

<sup>11</sup> Elizabeth Boo, como consultora do Programa de Ecoturismo da WWF - World Wildlife Fund, publicou em 1990 um estudo sobre o ecoturismo em dois volumes: *Ecotourism: The Potentials and Pitfalls* e o segundo volume, *Country Case Studies*. Estudo realizado com recursos do United States Agency for International Development (USAID)



caminhada em trilhas ganha o prestígio de ser “ecológica” por proporcionar a sensação do cheiro do mato, da picada de um inseto, do canto de pássaros, da cor verde. Lefebvre, em seu prelúdio à natureza, começa tentando alguns caminhos para esta questão: A noção de natureza tornou-se difusa através do uso exagerado no jornalismo, na literatura, na mídia. O uso indiscernível da palavra natureza acabou por transformar seu conceito em uma idéia estereotipada. Este pensador justifica aprofundando a indagação: “Como é possível apresentar um quadro do universo nos dias de hoje, logo quando o homem começa a superar o seu ‘mundo’; quando está se tornando consciente diante da terra porque está saindo dela; quando o termo ‘mundo’ está perdendo seu significado porque está sendo usado indiscriminadamente; quando as investigações do universo estão apenas começando?” (Lefebvre, 1995, p. 132). Tão logo conhecida a “paisagem natural intocada” é destinada a atender a uma demanda de curiosos quanto às experiências ecológicas, tornando efetivo o aumento de negócios.

César Dassie cita as avaliações feitas pela EcoBrasil quanto ao número de agências estimado no Brasil apontando a existência de 350 especializadas em ecoturismo no País. Somente localizadas na Grande São Paulo seriam 72, no Rio de Janeiro 36 e 23 em Manaus. (Dassie, s/d) Há cerca de 200 eco-hotéis para atender a demanda pelo ecoturismo. João Marincek parece confirmar alguns números. “Um levantamento feito em 1995 pelo projeto “Polo ecoturístico do Lagamar” da SOS Mata Atlântica, apontou a existência no mercado Paulistano de aproximadamente 70 agências de Ecoturismo. Posteriormente, constatou-se que apenas 25 estavam regularmente estabelecidas.” (Marincek, 1996, p. 22).

Em vista da dimensão que a pesquisa de campo poderia alcançar, uma delimitação satisfatória seria adotar a cidade de São Paulo, enquanto origem do fluxo emissivo, como universo de estudo. É interessante frisar que uma maioria dos brasileiros participantes do ecoturismo são paulistanos, formadores de uma demanda significativa. Neste caso, convencionou-se investigar apenas aquelas agências de ecoturismo localizadas nessa região metropolitana, preferencialmente no município de São Paulo, que intermediam a procura potencial. Os destinos das viagens, todavia, podem ser para qualquer direção nacional ou internacional. Ou seja, os fluxos podem ser para qualquer lugar ou região do Brasil ou do mundo onde se encontre presente uma “paisagem natural intocada”. É preciso ficar claro que uma indústria está se formando localizada em São Paulo, como centralidade em emissão turística para os mais diversos lugares, produtos como Pantanal e Amazônia. São Paulo não é o palco da realização da mercadoria ecoturística, esta acontece longe da mancha urbana, porque diferentes pontos passam a manter relações específicas voltadas para o “turismo” e “ecologia”.

Não se tem ao certo o número de participantes brasileiros e paulistanos, mas Dassie escreve sobre os fluxos de turistas internacionais:

“Imagine 1,5 milhão de norte-americanos viajando para fora do seu país, com a simples intenção de conhecer pássaros. Pode parecer absurdo, mas foi exatamente o que se registrou em 1988. De lá para cá, esse índice mantém uma curva sempre crescente: a cada ano mais de 45 milhões de pessoas, especialmente europeus, visitam as paisagens da Costa Rica, da Malásia e até da Amazônia, observada pelo lado do Peru, Colômbia e Venezuela. Pior, de acordo com o diretor presidente da Ruschel & Associados Marketing Ecológico e coordenador Geral da 1ª Bienal de Ecoturismo de Canela (RS), Rogério Ruschel, a escolha por outros países se repete em todos os sub-segmentos do ecoturismo, como a prática de esportes na natureza, que soma mais de 40 modalidades...” (Dassie, p. 26).

Entretanto, ao contrário do que ainda mantém-se no Brasil, o público estrangeiro (e suas empresas) é bastante exigente e especializado.



As vantagens comparativas para o Brasil são as riquezas dos recursos naturais transformados em produto ecoturístico. Em geral os países do Terceiro Mundo possuem os lugares mais atrativos, que constituem uma gama de destinos. Aylê Quintão apresenta o que em sua opinião é a nova vantagem frente ao mercado mundial do turismo, o Brasil estaria em condições compatíveis aos interesses voltados para a ecologia. “Pois é no primitivismo que está o segredo do turismo brasileiro. O Brasil possui a maior parcela das matas tropicais do Planeta: cerca de 300 milhões de hectares, que correspondem a 1/3 das matas tropicais nativas da Terra.”

Mas quanto ao mito do profissionalismo, da eficiência o Brasil ainda estaria com dificuldades para atender a uma demanda existente, porém, exigente, ao menos é o que Roberto Mourão critica sobre uma das motivações para o surgimento da oferta ecoturística no Brasil.

“Na maré alta do "turismo ecológico" no Brasil, na virada dos anos 80/90, quando os ecooportunistas entraram em "frenesi ecológica", alguém que tivesse um hotel frente ao mar, um coqueiro, uma cadeira de praia e um coco gelado, logo começou a vender "pacotes ecológicos". Com a maré baixa, quando muitos empresários tomaram conhecimento que este segmento do turismo é bastante especializado e, caso se queira oferecer produtos para atender ao exigente mercado internacional, estes devem ter conteúdo, pessoal especializado, incluir atividades participativas e, principalmente, qualidade ambiental e/ou cultural. No Ecoturismo, a qualidade que se busca está no entorno da hospedagem, na mata, no rio, e não no polimento do granito da pia do banheiro.” (Mourão, 1997).

Apesar deste período ter havido um relativo “boom” nas atividades ligadas ao ecoturismo, interpretada pelas influências da Rio-92, o presente trabalho não tem condições de realizar avaliações temporais, portanto se fixará na realidade que desponta nestes últimos anos da década de 1990.

Comparando as datas de fundação das agências<sup>12</sup> com o período de maior número de ONGs fundadas (ambas em São Paulo), observa-se uma “coincidência”. Uma metade surgiu na década de 80 justamente quando 66 das 115 ONGs<sup>13</sup> nasceram. Observa-se também que as fontes destes dados sempre estão pondo como divisor a data da Rio-92, momento em que a questão do meio ambiente ganhou grande espaço na mídia. Uma preocupação no sentido de dizer o quanto havia se feito antes e o quanto surgiu depois, menos ou mais, na realidade os números só mostraram que no intervalo (do antes e o depois do ano de 1992) é que as movimentações ocorreram de fato, e com elas o boom não só na formação de agências como de ONGs.

Mas o Brasil ainda não se desenvolveu devidamente para ter o ecoturismo como uma atividade econômica lucrativa. O México, Costa Rica, Belize, Equador, entre outros, são citados por Boo (1990) por serem dentre os países da América Latina os que exploram esta prática. Espalhado pelo mundo, o ecoturismo vem ganhando mercado, por exemplo: “O Quênia obteve em 1988 com o turismo, que é a atividade que mais rende divisas para o país, US\$ 400 milhões. Este país, inclusive, desenvolveu um modelo de valorização sobre a atração turística dos animais do Parque Nacional Amboseli. Segundo esse modelo, um leão vale US\$ 27 mil anuais, enquanto o valor de uma manada de elefantes é de US\$ 610 mil.” (Brasil, 1994, p. 13)

O setor, que já é representativo, vem se organizando para fazer um destino capacitado, apesar deste não ser o momento de analisar este movimento entre agências, ONGs, governo, outros

<sup>12</sup> Especialmente baseado nos resultados da pesquisa de Ruschel & Associados Marketing Ecológico e confirmação com os dados de Marinček e desta pesquisa.

<sup>13</sup> Dado obtido com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente em São Paulo, através do documento “Entendendo o Meio Ambiente”, Programa de Apoio às ONGs, 1995.



profissionais e entidades internacionais, vale apenas deixar dito que as expectativas são as do trabalho coletivo para a promoção do ecoturismo no Brasil e crescimento nos negócios. Rogério Ruschel<sup>14</sup>, do IEB - Instituto de Ecoturismo do Brasil, apresenta um mercado promissor para este setor: “Aqueles que pensam que a vocação do ecoturismo é uma exclusividade para pequenos projetos localizados, precisa rever este conceito”. O ecoturismo vem sendo analisado também como um “big business”, como mostram os exemplos do Pantanal e da região amazônica. Segundo João Meirelles Filho, presidente do Instituto de Ecoturismo do Brasil e diretor do Consórcio Neo-Parque, associação de empresas criada para atender este segmento de negócios, “o ecoturismo tem um potencial espetacular para ser a força matriz de projetos de grande porte, e empresas e investidores institucionais já começam a entender isto”.

#### 1.4.FORMAÇÃO DO MERCADO DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO EM SÃO PAULO

No livro *Ecologia, Cultura e Turismo*, Américo Pellegrini Filho escreve que o Pantanal Matogrossense passou a ser alvo de turismo ecológico na década de 80, primeiro por grupos franceses, mas logo ganhou modismo nacional devido à primeira novela chamada ecológica (Pantanal) porque valorizou tomadas paisagísticas e temas regionalistas. Sem querer buscar minúcias a respeito das origens do ecoturismo no Brasil e, particularmente, em São Paulo; é forçoso investigar como tal atividade está se estruturando. Tarefa que permite indicar algumas práticas que acabaram por derivar o seu desenvolvimento.

Segundo os agentes ecoturísticos as pessoas que participam deste tipo de lazer desejam saber mais sobre o lugar e o ecossistema visitado. O objetivo não se limita as caminhadas, mas a conhecer aspectos físicos e sociais, receber explicações sobre a fauna e a flora, noções históricas, etc. Esta prática tem ganhado interesse de grupos heterogêneos (diferentes idades, sexo, ramos profissionais, etc.), não obstante esta espécie de turismo destinar-se às escolas e empresas, crianças e adultos, educação ambiental e esportes de aventura.

O trabalho de conclusão de curso sobre as agências de ecoturismo de São Paulo de João Marincek<sup>15</sup> significou uma importante fonte de informações quanto à formação deste mercado. Isto porque muitas dentre as 12 agências de sua amostra não responderam às solicitações feitas nesta pesquisa. Ele escreve que a primeira geração de empresas surgiu na década de 80, com professores que gostavam de viajar pelo país e tinham interesse pela natureza. A segunda geração, depois de 1990, foi uma derivação da anterior, citando que antigos guias ou funcionários abriram o próprio negócio. Segundo este autor, do primeiro grupo, apenas a Kaipó está desativada, apesar da Freeway ter estado fechada há alguns anos e a Eco Associação ter ficado restrita ao telefone durante o plano Collor, além das dificuldades que também passaram a Climb, Ambiental, Naturismo, etc. (Marincek, 1996)

O amadorismo inicial causou alguns traumas para os primeiros turistas, segundo o relato de Maurício Lino, proprietário da Pisa Trekking. O público mais importante naquela época era formado por crianças, grupos escolares, que não exigiam muito conforto e cumprimento de um programa

<sup>14</sup> ROGERIO, Ruschel. COLUNA “DE OLHO NO ECOTURISMO”: Ecoturismo como “big business”. Jardim Botânico do Rio Foi Palco Para Duas Campanhas Ecológicas. *Jornal do Meio Ambiente*.out/1996. Ele é Diretor de Relações Institucionais do Instituto de Ecoturismo do Brasil e da consultoria Ruschel & Associados Marketing Ecológico.

<sup>15</sup> João Ricardo Marincek é também proprietário da Ventura & Aventuras em São Paulo.



preestabelecido. Em seguida, as empresas começaram a competir pelo público adulto, o que estimulou a melhoria dos serviços oferecidos. As tradicionais excursões escolares passaram a ser educativas, no intuito de mostrar a necessidade de preservação e os problemas das degradações. Já o público adulto foi supostamente estimulado pela emergência de uma consciência ecológica. Outro incentivo foi o pequeno ou imprevisível efeito multiplicador do “boca a boca” instigado por amigos dos próprios guias e proprietários. Na realidade, é interessante saber se foi sido nessa mesma época que as viagens escolares ganharam nova dimensão diante do público ao serem denominadas de ecoturismo.

Marincek escreveu que a Freeway apontou ter seus negócios impulsionados dentro do público adulto<sup>16</sup>, quando as viagens ecológicas começaram a ser destacadas pela imprensa. A Freeway, fundada em 1983, iniciou os trabalhos com o público adulto, gerando a Brasil Adentro. A Eco Associação, por sua vez, criou uma “dissidência”, fazendo formar a Biotrip e a Ipá Ti-uá — uma ONG que trabalha com ecoturismo. Marincek defendeu a tese de que a maioria das operadoras paulistanas originou através da prática de viagens escolares do chamado estudo de meio. Exceto a TrilhaBrasil, que surgiu com um grupo de espeleologia.

As empresas dedicadas ao turismo educacional, acreditando estar contribuindo para a chamada ‘educação ambiental’, têm a grande vantagem de conseguir clientela garantida, através de contatos diretos com as escolas primárias e secundárias para realizar atividades extracurriculares. Várias agências definem esta estratégia, a Brasil Adentro (e a Econautas) justifica: “A educação ambiental vem recebendo atenção crescente nas escolas. (...) As viagens são para remanescentes preservados de vegetação nativa. Ali, além de se divertir, os alunos podem conhecer mais a natureza do país e aprender sobre a importância da conservação e do desenvolvimento sustentável.”<sup>17</sup>

A Pagu Turismo Educacional dedica-se apenas às escolas e não se define como de ecoturismo, oferecendo atendimento personalizado para “estudos de meio” e viagens de formatura. A Bioma Educação Ambiental é voltada para educação e consultoria ambiental, oficinas de capacitação em ecoturismo, só realiza roteiros de educação ambiental para grupos escolares; em seus estudos de meio os objetivos são: conhecer os diferentes ecossistemas, o sistema de tratamento de água, aspectos físicos do relevo, etc. O curioso é observar que apenas a Pagu e a Bioma oferecem destinos além do requisito da “paisagem natural intocada”. As opções são diversificadas com o pressuposto de mostrar o meio ambiente e não uma visão naturalista da natureza. Patrimônios históricos, como as cidades de Ouro Preto e Parati, hidrelétricas e nascentes do rio Tietê são alguns roteiros alternativos à proposta do conhecer e deleitar-se com as belezas naturais. Todavia, tais passeios nem sempre são considerados ecológicos.

O depoimento de Márcio Vitiello, que trabalhou em diversas empresas confirma o vínculo com as escolas para a formação das viagens:

“Comecei por meio do Parque Estadual da Cantareira em São Paulo no ano de 1991. Lá desenvolvíamos atividades de educação ambiental com escolas da grande São Paulo. Daí para a Biotrip e outras agências foi um passo. Naquela época dezenas de pequenas empresas surgiam com o intuito de divulgar “exóticas” e desconhecidas paisagens. A infra-estrutura era (e ainda é) precária, e os roteiros ainda não eram muito confiáveis. Minha maior dedicação foi para a Biotrip, onde fiquei cinco anos como monitor e mais um como coordenador didático na área de Geografia. Ainda trabalhei como “freelancer” na Bioma, na Pisa Trekking entre outras. Sobre os

<sup>16</sup> Faixa etária predominante entre 26 e 35 anos (SCT, 1994). Outras duas pesquisas de demanda feitas na agência Venturas & Aventuras, apontam mais de 55% do público com faixa etária entre 26 e 35 anos (Marincek, 1993 e Prado, 1996).

<sup>17</sup> Na carta de apresentação sobre a Brasil Adentro.



grupos escolares: A Biotrip surgiu dessa forma sim. A Bioma, a Ipa Ti-uá, a Pé na Estrada e a ECO foram empresas que se especializaram nas viagens pedagógicas (que não necessariamente são ecológicas, fiz várias vezes cidades históricas mineiras com a Biotrip)”.

As empresas surgiram como derivação de práticas anteriores de seus proprietários, por exemplo com o excursionismo — professor levando alunos —, como a Ambiental, na década de 70, hoje uma das maiores e mais antigas (1987) operadoras de ecoturismo em São Paulo. A mesma agência já adquiriu uma postura bem definida no mercado, como aparece na coluna social, da Folha de São Paulo em setembro de 1997, organizada por Joyce Pascowitch<sup>18</sup>:

“Foi no tempo em que o ecoturismo era papo de mochileiro que o então professor de geografia José Zuquim (foto) — hoje diretor do Instituto de Ecoturismo — descobriu que o Brasil podia ser legal. Antenado nas tendências ecologicamente corretas — que já eram moda na Europa e Estados Unidos —, o moço resolveu abrir aqui a agência Ambiental — uma das primeiras a colocar florestas e corredeiras nos programas de viajantes brasileiros. Dez anos depois, o setor se profissionaliza, se sofisticava e os chamados roteiros verdes — tipo Amazônia, Pantanal e Bonito (MS) — viram cada vez mais objeto de desejo de executivos, que saem em busca de adrenalina Brasil a fora. Mas tudo com ar condicionado e muito conforto, biên sur.”

O proprietário da Venturas e Aventuras<sup>19</sup> tinha uma experiência de 4 anos trabalhando na Ambiental nos planos iniciais, uma proposta ligada às crianças, mas logo se desenvolveu para um público jovem e adulto com tendência a se especializar nos esportes de aventura. Muitas firmas estão investindo no mercado dos esportes de ação na natureza, como também a Freeway, Hadama, Econautas, Special Way, etc. A TrilhaBrazil é uma exceção dentre as agências mais antigas — deste 1996 com uma unidade franqueada em Brasília — porque surgiu como extensão da prática de espeleólogos e montanhistas. “Fundada originalmente por Espeleólogos e Montanhistas, a Agência tem uma forte característica de Aventura em suas viagens”<sup>20</sup>.

Numa certa medida, o excursionismo e os esportes ao ar livre estão sendo impulsionados pela valorização à natureza. O Centro Excursionista Brasileiro – CEB foi o primeiro a ser fundado (1919) no Brasil. Seu histórico sobre o montanhismo explica que “o desenvolvimento dos materiais e equipamentos oferecidos pelos fabricantes, acompanham a evolução da técnica e as exigências do público consumidor. Tais fatores, aliados à crescente “onda ecológica”, tem contribuído para ampliar o contingente de participantes da comunidade montanhística nacional”. “O período compreendido entre o final dos anos 20 e o início da Segunda Grande Guerra (1940) constituiu a época clássica do montanhismo esportivo. Com o aparecimento das técnicas, foram vencidos desafios de vulto na cadeia dos Alpes.” Em São Paulo, os grupos mais conhecidos são: Clube Alpino Paulista (CAP); União Paulista de Espeleologia (UPE); Centro Excursionista Petropolitano; Centro Excursionista Universitário (CEU)<sup>21</sup>

<sup>18</sup> Folha de São Paulo: Coluna Joyce Pascowitch. Editoria: MAIS! p. 5-2 9/2977. Edição Nacional Sep 7, 1997.

<sup>19</sup> Marincek conta como foi que surgiu o primeiro grande impulso para a divulgação da Ventura e Aventuras: “Tudo ocorreu de maneira muito rápida e para o mês de julho, lançamos uma viagem à Chapada Diamantina. A maneira como se deu grande parte das vendas deste pacote foi muito curiosa... Um pequeno anúncio classificado que publicamos no suplemento “Folhateen” do jornal Folha de São Paulo, despertou o interesse da então editora do próprio suplemento, Bia Abramo, para uma matéria da capa que sairia mais tarde, abordando as opções alternativas de viagens nas férias de Julho. Assim, conseguimos viabilizar a realização da viagem contando com a ajuda desta ótima propaganda gratuita.”

<sup>20</sup> TrilhaBrazil Turismo de Aventura, texto encontrado em sua página na *internet*, URL: <http://www.trilhaBrazil.com.br/end.html>

<sup>21</sup> Informações obtidas na apostila do Curso Básico de Montanhismo do CEB através da *internet*. URL: <http://www.webventure.com.br>



Jordi Marti relata que, desde 1857, quando foi fundado o “Alpine Club” em Londres, proliferou-se na Europa as sociedades dedicadas ao estudo e desfrute da natureza, em particular a montanha e sua espetacularidade. “Este fenómeno hay que relacionarlo principalmente con la expansión de la clase media y la difusión del ferrocarril. Efectivamente, la consolidación de la burguesía supone que un amplio grupo cuente con las condiciones básicas para dedicarse con asiduidad al excursionismo: inquietud cultural, capacidad económica y tiempo libre”. O autor completa dizendo que o excursionismo é uma atividade popular inserida na história de disciplinas como as ciências naturais — com naturalistas, botânicos, etc.—, a história da arte, a arqueologia e a antropologia. “Si inicialmente predominó la actividad propiamente científica en las sociedades excursionistas, centrada en la investigación de las ciencias naturales y la confección de mapas, muy pronto se fueron sumando los aficionados al arte, el folklore, la historia o simplemente la estética del paisaje y el ejercicio al aire libre.” (Marti, 1996)

Estas atividades têm um desenvolvimento próprio, entretanto, várias agências de viagens começam a crescer em função da reprodução dessas práticas. Assim, muitas empresas entram e são criadas para um novo mercado, o ecoturismo, como um turismo praticado e promovido não só por aqueles que se preocupam com a preservação da natureza, mas por interessados nessas práticas mediadas pelo excursionismo. O mercado do alpinismo<sup>22</sup> tem crescido e vários grupos se fortalecem. A Ecobrasil tem uma listagem de 115 grupos no Brasil (dos quais 33 são do estado do Rio de Janeiro e outros 46 de SP) classificados nas seguintes categorias: Atividades e Esportes Especiais, como rafting, balonismo, etc.; Ecoturismo: excursionismo e montanhismo; Turismo Especializado: espeleologia; Turismo Esportivo: canoagem e remo, equestre, mergulho, mountain bike, surf e wind surf.

Começam a surgir algumas agências especializadas neste ramo, como a Alaya Expedições, que nasceu em Julho de 97, em Campinas - SP, trabalhando com montanhismo: Alpinismo, trekking, snowboard e escalada. Seu proprietário, Jean-Claude Razel, alpinista francês morando no Brasil e praticante de todas as atividades de montanha desde a infância, esclareceu que “Apesar de ser muito ecologicamente consciente, trabalha mais com esporte de aventura que com ecoturismo”. Jean-claude acredita que esta prática vem motivada pela consciência ecológica, entretanto, argumenta: “Mas eu acho que o alpinismo tem além disso a luta de uma pessoa contra seus próprios limites e a gratuidade deste ato faz a sua grandeza.” E ainda afirmou que ecoturismo e esporte de aventura se diferenciam pelo perfil e motivação das pessoas. “Quem faz ecoturismo não faz Esporte aventura. Quem faz esporte aventura sempre faz ecoturismo porque a natureza é o teatro de seus desafios”.

A Canoar surgiu com propostas ligadas ao turismo de esportes de aventura, criada por José Roberto Pupo, canoísta. Márcio Vitiello, que integrou a equipe da Canoar<sup>23</sup>, realizou um programa

<sup>22</sup> Renato Cukier em agosto de 1997 realizou, pela WEBventure Esportes de Aventura, uma pesquisa exploratória (feita através de um formulário fechado com poucas pessoas, que, em média, praticam o alpinismo e lidam com este mercado há pelo menos 7 anos, isto é, com proprietários de lojas e clubes de alpinismo e pessoas que praticam o alpinismo, em São Paulo e Rio de Janeiro). A pesquisa de mercado concluiu com os seguintes resultados empíricos aproximados: 1. O crescimento do alpinismo no Brasil teve início entre 1991 e 1992; 2. Hoje em dia deve haver cerca de 4.000 praticantes no país; 3. Existem cerca de 40 lojas especializadas em vender equipamentos para alpinismo. O público alvo destas lojas são alpinistas, militares e empresas de engenharia; 4. O mercado de equipamentos de alpinismo no Brasil tem um potencial de aproximadamente 2 milhões e meio de dólares por ano; 5. O Rio de Janeiro é a cidade onde tem a maior concentração de praticantes de alpinismo em rocha e São Paulo a maior em praticantes de alpinismo em gelo — praticado fora do país; 6. Existe ainda um grande número de praticantes nas regiões dos Estados do Paraná e Belo Horizonte.

A WEBventure Esportes de Aventura é uma “loja virtual”, revende produtos para esportes de aventura através da *internet* - URL: <http://www.webventure.com.br>

<sup>23</sup> Márcio Vitiello escreve: “Na Canoar assumi toda a Coordenação do programa Estudo e Aventura no Rio Juquiá, voltado exclusivamente para um estudo do meio sobre recursos hídricos. Devido aos altos custos operacionais e a resistência de pais em relação a segurança, o programa não têm dado muito retorno.” (conversa em jan. 98)



adequado para as escolas e conta: “Divulgamos em mais de duzentas escolas e conseguimos um baixo retorno. Enquanto a Canoar levava mais de 200 pessoas por final de semana, nós conseguíamos cerca de 2 escolas por semestre. O preço, em torno de 80 reais, e a desconfiança em relação a segurança foram apontados como principais problemas.”, diz ele.

As tendências desse mercado de ecoturismo, em São Paulo, mostram que algumas empresas estão mais voltadas para o público jovem e adulto em geral. Uma fatia bem peculiar é a formação de grupos fechados com escolas mas também com empresas. Neste caso, muitas vezes como alternativa às festas de confraternização ou propostas de integração ou dinâmica de grupo entre funcionários de empresas. A Brasil Adentro advoga que uma vantagem para a formação de grupos é conseguir um custo menor por pessoa. Mas quanto às empresas ela classifica em dois tipos, um para executivos — grupos menores com tratamento personalizado — o outro para os funcionários — organizado em conjunto com a associação de funcionários ou grêmio recreativo. Em ambos os casos, trata-se de um requinte às condições de renovação da mão-de-obra.

A Econautas cria o estímulo para as empresas: “Em tempos de concorrência acirrada, a melhoria na qualidade de vida dos funcionários é um fator decisivo no aumento da qualidade do produto ou serviços das empresas. O funcionário tem que estar de “bem com a vida” para poder exercer melhor suas funções dentro da organização”. Continuando, “A ECONAUTAS Turismo Ambiental apresenta-se então com uma parceria nesta atividade, preparada para oferecer opções de viagens de lazer...”<sup>24</sup>. Assim, é possível verificar que as agências de ecoturismo estão captando o vácuo deixado pelas circunstâncias criadas pelas novas condições de organização do trabalho.

Assim as agências passam a contar com uma clientela assídua, uns porque conseguem repetitivos compradores de pacotes ecoturísticos — particularidade destacada por Marincek —, outros porque negociam com empresas interessadas em reunir seus executivos ou funcionários como metodologia de reprodução da força de trabalho ou como substituição às tradicionais festas de confraternização. No dia 15 de dezembro de 1996, a Folha de São Paulo anunciava no caderno de Empregos a manchete “Confraternização: Executivos trocam o tradicional jantar pelas trilhas da Mata Atlântica; consultores fazem ressalvas” de que apesar de “mostrar a importância de trabalhar em equipe” — “não deve ser algo imposto pelo setor de recursos humanos”. Aderindo à inovação no trato das relações de trabalho estava a rede de hipermercados Superbox, do Grupo Pão de Açúcar. A matéria no final divulgava onde encontrar: Pé de Estrada, R\$ 70,00 por pessoa, para programas de seis horas.

Para Lipietz, a ecologia é vista como motivação à reflexão de que “...a relação do homem com a natureza é uma questão decisiva, inclusive, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho” (Lipietz, 1991, p. 71). Sendo que neste caso, o turismo ecológico entra como aliado ao sustento do trabalhador para a empresa que trabalha, não se sabe até que ponto a individualidade estaria sendo valorizada. Na realidade, o ecoturismo surge como uma forma de turismo alternativo à visão que se tinha do turismo de massa. Isto quando os sujeitos começam a manifestar suas diferenças, Baudrillard diz que a produção das coisas se personaliza. O produto escolhido para o consumo acaba sendo expressão de individualidades. Porque é através do consumo (da circulação de mercadorias) que o sistema se reproduz (Baudrillard, 1988).



<sup>24</sup> Encontra-se em sua página na *internet*, URL: <http://www.econautas.com/>

O que se quer salientar aqui é que o ecoturista está numa corda bamba entre ser um mochileiro — ou aventureiro, que escolhe sua própria aventura — ou um consumidor que simula um programa induzido pela escola onde estuda ou pela empresa em que trabalha.

## 1.5. PECULIARIDADES NOS NEGÓCIOS

Vale discutir em que medida as agências de ecoturismo aderem a uma prática ambientalista e em que diferem das empresas convencionais do turismo em massa. João Marincek ao referir-se à existência de várias definições, quanto à atividade ecoturística poder estar ou não aliada às posturas ambientalistas, coloca uma questão essencial:

“Devido à associação direta que se faz entre ecoturismo e ecologia, existe um preconceito social em relação ao lucro das empresas. Para muitas pessoas, soa como “heresia” a idéia de que quem trabalha com meio ambiente possa querer ganhar dinheiro. Nota-se este pensamento presente até mesmo nos donos de agências ou ONGs que trabalham no mercado. Muitos preferem dizer que fazem educação ambiental, embora gerem praticamente os mesmos impactos ambientais e culturais que uma empresa de ecoturismo”.

Singular é o sentimento de culpa salientado entre os próprios agentes do ecoturismo, até porque, como o autor ressalta, os proprietários destas agências em geral não possuem de início, o espírito empresarial, mas são forçados a adquirir. (Marincek, 1996, p. 12).

Entretanto, nem todos pensam assim, por exemplo, ao perguntar quais eram os serviços ofertados — tomando o termo econômico, que significa por mercadoria a venda no mercado —, a resposta foi clara: “ofertados não, vendidos”. Isso porque José Zuquim, um dos proprietários da Ambiental, adiantou sua queixa quanto às pesquisas acadêmicas na área de ecoturismo estarem longe da realidade — “pensam que este segmento é dirigido por ONG’s e na verdade é uma atividade econômica dentro da indústria do turismo, mesmo que todos nós operadores tenhamos uma forte ação na preservação da natureza.”

Marincek chama a atenção para o fato dos proprietários terem um perfil aventureiro e não empresarial.

“Um dado interessante é que, em nenhuma das agências de ecoturismo de São Paulo, existe um proprietário ou mesmo sócio que seja um investidor, um sócio capitalista. Todas as empresas começam de maneira muito informal, organizando viagens para alunos ou amigos, e a partir destes trabalhos, vão se constituindo. Não houve inicialmente uma injeção de capital e à medida em que os negócios foram aumentando, as dificuldades no gerenciamento e controle da empresa foram se explicitando.”(Marincek, 1996).

A pesquisa junto às empresas de ecoturismo revelou que, ao contrário do que se costuma encontrar no mercado de turismo convencional, a maioria das empresas realiza tanto o trabalho de operações como o de vendas. Dentre as empresas consultadas, a Gate One Turismo<sup>25</sup> foi a única exceção, funcionando apenas como agência e vendendo tanto pacotes convencionais — operados pela CVC, Nascimento, Soletur, Stella Barros, etc. — quanto ao que chamou turismo alternativo — pacotes operados pela Ambiental Viagens e Expedições. Como esclarece Marincek, no turismo convencional as empresas se dividem em poucas operadoras organizadoras dos pacotes, enquanto um enorme número de

<sup>25</sup> Gate One Turismo, referência no questionário e página na *internet*, URL: <http://www.gateone.com.br/>



agências fazem o trabalho de distribuição, de venda dos pacotes; enquanto que no segmento do ecoturismo, quase todas as empresas são simultaneamente operadoras e agências. O ecoturismo vive uma situação de mercado muito particular. Ao contrário do turismo “convencional”, existe um número de operadoras especializadas em turismo ecológico muito superior ao número de empresas que somente agenciam as viagens alternativas. Em São Paulo, existem por volta de 5.000 agências de turismo vendendo o trabalho das poucas operadoras mais conhecidas: CVC, Dimensão, Costa, Agaxtur, Intravel, Sigma, Cibramar, Wellcome, etc. No ecoturismo a situação se inverte, são aproximadamente 70 operadoras e apenas uma empresa, aberta há um ano atrás, que é conhecida como especializada exclusivamente em venda de pacotes “verdes” (Adventure Club). Destaca-se que no período de 1993 a 1995, a empresa Radical Livre, esforçou-se para atuar preferencialmente enquanto agência, porém acabou fechando suas portas por dificuldades econômicas. (Marincek, 1996). Assim, além da Gate One Turismo ainda há a Adventure Club, fundada em 1996.

Ascher lembra, especialmente para as relações internacionais, que é do controle de transportes aéreos que se definem as linhas de produtos e a diversificação de atividades, sendo uma resultante de negociações e estratégias em rede, lideradas pelas companhias aéreas seguindo pela indústria hoteleira, operadores, locadoras de carro, etc. A questão é que as empresas de ecoturismo em São Paulo ainda fecham grupos pequenos — inclusive porque cada firma tende a ofertar um destino diferente de sua concorrente, ou resolvem entrar em parcerias para conseguir formar um grupo, dividir tarefas e lucros —, apesar das expectativas de crescimento estarem revelando o “sucesso” do setor ecoturístico internacional como movimento mundial. Elas aparentemente não fazem parte das corporações transnacionais do turismo, mas poderão vir a concorrer com as empresas internacionais de ecoturismo, tão logo estas entrem no Brasil. As peculiaridades das empresas revelam apenas que as agências são do empresário autônomo, geralmente com dois sócios, poucos funcionários, um grande indicativo das características do próprio setor ser pequeno, e ao mesmo tempo tão diversificado quanto aos produtos ofertados. Algo que poderia ser avaliado no sentido de nenhum pacote ser igual ao do outro, porque a individualização da mercadoria é grande. Uma forte característica destas pequenas firmas é o atendimento personalizado, individualizado.

Isso fica claro em as “cartas de apresentação”<sup>26</sup>, pelas quais algumas empresas não seriam mais classificadas como agências ou operadoras de viagens. Os serviços são personalizados e anunciam vender não um pacote fechado (pré-moldado), mas o planejamento de um pacote pessoal, de acordo com as exigências e “individualidade” do cliente. Para ilustrar com uma dessas propagandas: “VIVATERRA criada sob medida para quem deseja adaptar as viagens ao seu jeito especial de ser.”<sup>27</sup>. Para a empresa, a visão empresarial está sendo definida como assistência e consultoria de viagem, feita por um profissional do ecoturismo. O produto seria um “pacote artesanal” e não algo saído da “linha de produção em série”. “VIVATERRA cuidará de todos os detalhes para você poder viver emoções incríveis, através de uma programação exclusiva e individualizada, com atendimento personalizado”. Generaliza-se o número de consumidores, mas ao invés de ser absorvido um produto padronizado, fala-se de uma produção diversificada para interesses especiais. Porém cada agência é especializada apenas em determinados roteiros, não fazem qualquer negócio, e oferecem opções fechadas com as quais trabalha.

<sup>26</sup> As “cartas de apresentação” são comuns nas páginas das empresas que dão acesso pela *internet*, onde mostram um pouco sobre o que é a empresa, com que e quem (a equipe) trabalha e quem são, etc.

<sup>27</sup> Vivaterra Viagens URL: <http://www.vivaterra.com.br/>



Assim, as excursões não comportam elevado número de pessoas para a formação de grupos, muitas são basicamente individuais. É difícil reunir muitas pessoas de uma só vez, logo cada grupo é composto por cinco ou duas ou mais. Há exceção quando as negociações são diretas com as escolas ou empresas, situação em que o contrato passa a ser assinado com pessoas jurídicas (“fictícias”) e não físicas (“naturais”). A demanda para algo tão específico, como são alguns destinos ecoturísticos, faz com que as novas ordens do atendimento exclusivo ao cliente sejam seguidas.

O sentido da produção em massa para o turismo se transforma. Uma reengenharia faz nascer um turismo diferente: verde, de aventura, instrutivo, etc., uma indústria diferenciada para pessoas diferentes. Entretanto, se apenas duas pessoas partem num feriado para Fernando de Noronha, por exemplo, os custos operacionais são mais altos. O poder de barganha nas negociações com os hotéis, companhias aéreas perde-se, por outro lado, fica a idéia de um turismo de baixo impacto sobre o meio ambiente, posto que vão poucos de cada vez. É claro que esta imagem é refutável, para uma turma de 40 alunos em uma excursão, com o pretexto da educação ambiental, quando se trata de lugares muito procurados como Bonito, no Mato Grosso.

A concorrência é um item à parte. Além da diversificação de atividades, estudo de meio, esportes de aventura, cursos<sup>28</sup>, há a variedade de destinos<sup>29</sup>: são lugares diferentes, pois nem todas levam ao mesmo lugar. O número de agentes do ecoturismo se multiplica, as relações de concorrência e a abertura de outros horizontes — pessoas interessadas em um turismo diferente, exótico, ecológico, exotérico, relaxante, educativo, esportivo, etc. — acabam criando novos mercados. A fim de se garantir uma fatia do mercado, as empresas tentam a se especializar. Uma partição do mercado por perfis dos clientes, uma segmentação dentro do próprio ecoturismo por destinos, lugares para onde os turistas se deslocam, como se as empresas tivessem feito um rateio<sup>30</sup> ou zoneamento em função de roteiros a serem postos no mercado. Uma das condicionantes desta forma de territorialidade parece ser a própria capacitação e qualificação de cada empresa. O fato é que enquanto umas operam roteiros locais — nas proximidades de São Paulo, em especial quando recém ingressas nesta atividade —, outras se especializam no Brasil — a Brasil Adentro tem esta proposta, baseada no lema “é preciso conhecer para preservar”, outras têm apenas roteiros internacionais, como a Highland, ao Himalaya e sul da África.

A escolha de um destino ecoturístico — de um lugar a visitar ou pacote a comprar — pode ser uma condicionante na definição de qual operadora escolher, dada a uma certa divisão espacial da oferta ecoturística disponibilizada pelas agências. A importância de se destacar quais destinos ecoturísticos estão sendo postos no mercado, vem da possibilidade de compreender as diferentes posturas e propostas de vender um turismo ecológico. O duelo entre concorrência mercadológica e intenções de participar de uma questão maior, como o programa ambientalista cujo lema é: “conhecer para preservar”, pode ser exposto através de uma pergunta: Por que os destinos ecoturísticos são numericamente diversificados, para um número de empresas ofertantes tão pequeno. Com exceção das quase unânimes ofertas para o Pantanal, Amazônia, Fernando de Noronha, entre outros, é possível ver casos como: para a Costa Rica, apenas a HR Turismo tem pacotes, mas no mercado ecoturístico mundial, a Costa Rica é um dos países mais freqüentados.

<sup>28</sup> Um outro serviço está na forma de cursos. O roteiro se realiza com o objetivo de aprender alguma modalidade esportiva, ou fotografar a natureza, etc. a Freeway, por exemplo, oferece cursos de escalada em rocha, em gelo e em neve, canyoning (exploração de rios de montanha), exploração de cavernas, de abismos, de mountain bike e cicloturismo. Além de assumirem ainda um serviço de representação de hotéis, como Ventura e Aventuras e o Ariaú Jungle Towers próximo a Manaus.

<sup>29</sup> Observar a variedade de destinos ecoturísticos por agência como demonstrado em quadros anexos.

<sup>30</sup> Os quadros em anexo mostram bem esta diversidade de destinos por empresas.



A realidade é que a primeira geração de agências de ecoturismo, principal grupo estudado por Marincek das que surgiram na década de 80 até 1990, tem enfrentado a entrada (e conseqüentes saídas) de várias outras concorrentes.

“Para se abrir uma empresa de Ecoturismo, não são necessários grandes investimentos e nem a montagem de grandes estruturas. Assim, surgem de uma semana para outra as novas agências<sup>31</sup>. Ex-clientes, professores colegiais e também guias de ecoturismo, iniciam seus negócios com muita facilidade e por terem custos reduzidos, acabam obtendo uma boa penetração no círculo social no qual estão inseridos. Muitas vezes, passados os primeiros meses, acaba o fôlego e a empresa sucumbe, (Aluá Nascente, Cia. de Turismo, etc...). O espaço aberto com a falência destas empresas é disputado pelas antigas e por outras que continuam a surgir.” (Marincek, 1996).

O grupo denominado de “Velhos Veteranos” constitui 50% dos entrevistados que entraram antes de 1991, a outra metade ingressou no mercado a partir de 1994 ou recentemente, após a estabilidade econômica do Real. (Ruschel, 1995)

Em épocas econômicas recessivas as agências que sobrevivem limitam-se a poucos consumidores, e chegam a fazer acordos coletivos de parceria. Marincek relata que as tentativas foram várias, desde 1993. A mais expressiva, no entanto, aconteceu em dezembro de 1995, por iniciativa da Pisa Trekking, que convocou as 12 ‘mais conhecidas’ para estruturar um trabalho em conjunto, todas se interessaram. O fato foi explicado por Marincek em função das dificuldades econômicas, porque não significava mais do que uma união pacífica para problemas aparentemente iguais. Elas partiram do pressuposto de que todos eram bons operadores, o que independe de quem realiza a viagem, “...todos vendiam e quem vendia mais, ganhava mais. Porém, o que ninguém contava, é que todos juntos vendessem tão pouco, ao ponto de não poderem honrar uma das chamadas “saídas garantidas” por absoluta falta de turistas e não por problemas operacionais.” (Marincek, 1996)

## 1.6.ATIVIDADE ORGANIZADA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SETOR

Apesar da instabilidade financeira, o setor ecoturístico é visto como um mercado em crescimento, tendo em vista os interesses crescentes por uma ‘volta a natureza’ e também por atividades mais interativas, como os esportes de aventura. Com isso acirra-se a concorrência, que desemboca na necessidade de organizar formalmente o setor, tornando-o representativo perante a sociedade, o Estado, etc. Por outro lado, as flutuações do sucesso nos negócios pode ter respaldo ou subsídio de financiadores de projetos de adequação para melhorias na infra-estrutura, receptivos para o turista alorjar-se com conforto, chegar sem dificuldades, etc. Bem como para a produção de pólos ecoturísticos no Brasil. Para tanto, assumindo o paradigma da sustentabilidade. Se até então a atividade previa apenas uma forte atração pela “paisagem natural intocada”, contemplação, apreciação, uso da natureza, isso não continha nenhuma intenção objetiva de ter a prática qualquer concepção quanto às possibilidades de conciliação entre desenvolvimento e meio ambiente. Quando as empresas se reuniram com a intenção de criar uma associação, por ocasião da 1ª Bienal de Ecoturismo de Canela<sup>32</sup>, o propósito era claro: “Definindo

<sup>31</sup> O autor citou aqui, um trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Turismo Ambiental de Silvia Maria Scapin: “Como montar uma agência de Ecoturismo”.

<sup>32</sup> Evento idealizado durante o III Seminário Nacional de Ecoturismo”, realizado em Ilhéus, Bahia, no dia 2 de junho de 1994. Iniciativa de Rogério Ruschel (empresário da Ruschel & Associados Marketing Ecológico) e convite do então Secretário de Turismo de Canela, Gilberto Travi.



rumos, se propõe a contribuir de forma fundamental para a institucionalização e amadurecimento deste setor de negócios no Brasil, e por esta razão estará sendo realizada em três fases ao longo do ano de 1995:”

1. Realização de uma Auditoria de Opinião Junto ao Trade Específico do Ecoturismo no Brasil.
2. Análise a fim de montar uma “Agenda Consolidada do Ecoturismo no Brasil”
3. Realização do Congresso de Ecoturismo da Bienal de Canela. nov/1995, cidade de Canela-PR

No congresso pretendia-se discutir sobre a utilização de Unidades de Conservação para a prática de turismo ecológico e propor a criação de uma organização para “...representar os interesses globais do ecoturismo brasileiro e ser a interlocutora junto à sociedade e ao governo para transformar em realidade uma Política Nacional de Ecoturismo e promover o desenvolvimento harmônico e equilibrado deste setor de negócios no país”. A votação para a constituição do IEB - Instituto de Ecoturismo do Brasil, com sede em São Paulo, portanto, foi unânime: 90% do setor privado acreditava precisar se organizar em uma entidade associativa. Entretanto, o relatório informava que, pelo menos, duas outras entidades já existiam<sup>33</sup>: a EcoBrasil - Associação Brasileira de Ecoturismo, fundada em 1993, e a Associação Brasileira de Turismo Rural, na época recém criada e voltada a região de Lages - SC.

De acordo com o “Relatório de Auditoria de Opinião Junto ao “Trade” Específico do Ecoturismo no Brasil”<sup>34</sup>, a conceituação corrente no mercado e aceita como válida para o perfil e objetivos da “Iª Bienal de Ecoturismo de Canela” foi uma citação ao “Manual do Ecoturismo”<sup>35</sup>, a saber: “Ecoturismo é uma atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas”. Entretanto, outra definição, a de uso oficial da EMBRATUR<sup>36</sup>, foi destacada neste mesmo relatório: “Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”. (Brasil, 1994)

Aparentemente, a primeira definição nada promete a não ser a garantia de que o turista poderá contemplar a natureza talvez ter um lazer esportivo. Mas se o roteiro for algo como a observação de baleias<sup>37</sup>, por exemplo, ninguém poderá garantir que na realidade haja alguma baleia para ser observada no lugar de costume, em uma visita qualquer. Afinal, as condições externas, do tempo e do ar, clima,

<sup>33</sup> Existiam outros como TurisRio (em 1993, no Rio de Janeiro); AMO-TE - Associação Mineira de Organizadores do Turismo Ecológico; mais recentemente a EcoRio - Associação de Profissionais em Ecoturismo e Atividades ao Ar Livre do Estado do Rio de Janeiro. Fundada no dia 2 de dezembro 1997, na cidade do Rio de Janeiro, sob a forma de uma sociedade civil sem fins lucrativos, que reúne parceria entre três empresas do Rio de Janeiro: Igarapé Ecoturismo; Espaço Livre Aventuras; Clube do Turismo Ecológico.

A organização e expansão do ecoturismo pode ser sentida através das iniciativas de reunir os profissionais do setor com a promoção de eventos realizados no Brasil, como congressos, seminários, etc. Há ainda outras referências anteriores, porém a insuficiência dos dados ainda não permite maiores afirmações.

<sup>34</sup> Documento elaborado pela Ruschel & Associados Marketing Ecológico de São Paulo em 1995, dada solicitação da Prefeitura Municipal de Canela e da Associação Comercial e Industrial de Canela e apoio do WWF - Fundo Mundial para a Natureza, para integrar a primeira etapa da “Iª Bienal de Ecoturismo de Canela”.

<sup>35</sup> Publicação da EMBRATUR em maio de 1994, p. 68.

<sup>36</sup> BRASIL. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília: EMBRATUR, 1994. (Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA e sob a coordenação de Sívio Magalhães Barros II, MICT - SETS, e Denise Hamú M de La Penha, MMA - SCA)

<sup>37</sup> No Brasil existem alguns pontos de observação de baleias, por exemplo, no litoral sul do país, em Santa Catarina, vende-se pacotes com passeios de barco com este objetivo.



naturais e ecológicas, precisam estar incorporadas à programação, por serem inerentes ao produto. Na segunda definição, há claras promessas exacerbadas quanto a um compromisso com ideais de sustentabilidade ecológica e cultural. O IEB, Instituto de Ecoturismo do Brasil, por sua vez, lança a sua “própria” definição: “O Ecoturismo é a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem estar das populações envolvidas”.

O IEB cita como objetivo imediato a elaboração de código de ética para o exercício das atividades do setor; certificação ambiental para os produtos de ecoturismo; capacitação de recursos humanos (regulamentação da profissão de guia); normatização em unidades de conservação; privatização de serviços em unidades de conservação. O coordenador para a elaboração do código de ética, Eduardo Bagnoli, propõe que a promoção do ecoturismo conserve os recursos naturais, sociais e culturais, mantendo sintonia com os interesses das comunidades locais. Segue dizendo que o respeito para com tais comunidades se refere a compartilhar os ganhos econômicos, inclusive através da utilização de mão-de-obra, produtos e serviços locais. Ademais a “ética ecologicamente consciente” pede que se observe a capacidade de suporte de cada ecossistema. (IEB, 1996) São propostas em resposta ao problema da concorrência. É também a possibilidade de atender aos critérios para receber apoio financeiro de órgãos como a EMBRATUR, o IBAMA, para promover grandes negócios. Agora o “ecoturismo é big business”. O critério “ambientalmente correto” faz o ecoturismo ser bem visto no mercado garantindo sua sustentabilidade econômica.

Estar associado à ecologia pode significar a apresentação um alibi em defesa da sobrevivência das atividades comerciais. Não apenas no sentido de deixar que as futuras gerações conheçam e usufruam este ambiente preservado, mas em especial no intuito de perpetuar o crescimento da produção e regular relações competitivas. Quando os investimentos tornam-se favoráveis, as agências disputam fatias no mercado com novas ingressantes<sup>38</sup>. Torna-se difícil aceitar que a assunção pública de um caráter ambientalista na organização do ecoturismo não tenha sido um ato forçado. A demanda ecoturística tem crescido<sup>39</sup> sim, mas ainda é restrita, assim os negócios oscilam dada a “fragilidade” do ecoturismo no Brasil.

É falso pensar que existam empresas de ecoturismo, ao menos a partir de 1994, como marco de uma institucionalização, orientadas ou preparadas para abraçar a questão ecológica e cultural, posto que estão sendo obrigadas a assumir a ordem do desenvolvimento sustentável. Na realidade, o empresariado vê oportunidades de expansão do negócio fundamentadas em valores éticos, como educar pessoas e conservar os recursos naturais. É também através da adoção desta ética que o setor poderá conseguir financiamentos e autorização para a regulamentação da exploração de unidades de conservação.

---

<sup>38</sup> Sobre uma contextualização desse movimento das empresas de ecoturismo em São Paulo ler o trabalho de conclusão de curso de João Ricardo Marincek: *Origem, evolução e situação atual das agências de ecoturismo de São Paulo*. São Paulo: USP-ECA, 1996.

<sup>39</sup> 61 quase 72% dos entrevistados tem registrado crescimento no seu negócio e 75, 88% acredita em um crescimento de pelo menos 15% ao ano nos próximos anos. 92,94% acredita maciçamente que o setor de ecoturismo também crescerá a taxas de pelo menos 10% ao ano. (RUSCHEL, 1995)



## 1.7. OS FOLHETOS DE PROPAGANDA ECOTURÍSTICA

Este título foi motivado pelo estudo sobre o turismo na Espanha, coordenado por Mário Gaviria, particularmente quanto à realização de uma análise ideológica através dos impressos de operadores estrangeiros de turismo (os “*Tour Operators*”). Gaviria estudou o turismo estrangeiro — individual e o turismo nacional interno, individual ou organizado — administrado pelos “*Tour Operators*”, com vistas ao uso e ao consumo das praias espanholas. Apesar das diferenças quanto aos estudos de caso, convém destacar algumas de suas argumentações pertinentes quanto à investigação sobre o turismo organizado por agências de viagem. A importância da análise dos folhetos para este trabalho é justificada pela possibilidade de entender como as mercadorias (pacotes ecoturísticos) são vendidas. Os folhetos que cada empresa produz ou reproduz um determinado discurso não é somente ecológico mas tem a pretensão de induzir a necessidade de uso do tempo livre.

Para este trabalho foram colhidos vários folhetos<sup>40</sup>, que costumam ser enviados pelo correio ou distribuídos em mãos durante ocasiões diversas. Informes publicitários costumam ter apenas uma folha com os roteiros básicos, preços e breve descrição dos pacotes. Há também o espaço para divulgação dos produtos da empresa nas páginas na *internet*, que apresenta maiores informações sobre a própria agência<sup>41</sup>. As agências de ecoturismo contam com vários outros meios de divulgação não só da atividade como da própria empresa<sup>42</sup>.

Aqui não consta uma análise das propagandas e publicações encontradas em revistas especializadas apesar de serem lidas por interessados no setor. Por outro lado, é importante salientar que a auditoria de opinião junto ao *trade* específico do ecoturismo no Brasil, realizada em 1995 pela Ruschel & Associados Marketing Ecológico, apresentou que os profissionais, em geral, proprietários das agências de ecoturismo costumam se atualizar sobre seus negócios especialmente através de revistas e jornais (69 pessoas, 81,18% da amostra colhida). Dentre as três revistas mais citadas<sup>43</sup> estavam a Caminhos da Terra, Horizonte Geográfico e Ecologia e Desenvolvimento. (Ruschel, 1995) Isso significa dizer que estas seriam algumas das bases informacionais da elaboração dos próprios folhetos, bem como da montagem dos pacotes ecoturísticos.

<sup>40</sup> Os folhetos foram os das oito seguintes empresas: Ambiental Expedições, Brasil Adentro Ecoturismo, Biotrip Turismo Ecológico, Highland Adventures, Pisa Trekking, Freeway Trilhas & Natureza Viagens e Turismo (publicação Freeway Adventures), Pagu Turismo Educacional, Radical Livre Ecoturismo e Aventura.

<sup>41</sup> As que possuem alguma divulgação na *internet* são: Freeway Adventures, Trilhabrasil, Hadama Ecoturismo, Bioma Educação Ambiental, Econautas Turismo Ambiental, Special Way, Gate One Turismo, Sem Fronteiras Viagens e Aventuras, Vivaterra Viagens, Ecology, Brazil Nature, Pé na Trilha, Andaluzs Adventures.

<sup>42</sup> Os manuais para os consumidores verdes e os níveis de especialização é surpreendente, em São Paulo estão continuamente crescendo. Livros luxuosos, editorial e fotograficamente, como a série “Brasil Aventura - Roteiros Ecológicos” de Ana Augusta Rocha e Roberto Linsker, que são os próprios editores e proprietários da editora independente, a Editora Terra Virgem, Guia Brasil de Turismo Ecológico (1990), realizado por João Meirelles Filho que, com um grupo de profissionais do ramo, fundou o Instituto de Ecoturismo do Brasil. Ademais, conta com um espaço significativo em freqüentes matérias sobre ecoturismo (com dicas para viagem, onde encontrar) em jornais de grande circulação como a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Folha da Tarde, etc. E também revistas como a “Caminhos da Terra”.

<sup>43</sup> Entretanto várias outras devem ser citadas aqui a fim de mostrar a diversidade de publicações que, de alguma forma, estão introduzindo temas ligados ao ecoturismo ora eventualmente ora sendo o próprio centro das atenções, pela ordem de usuários do ramo: Amantes da Natureza, National Geographic, Ecotraveller, Ecologia, Brasil Service, Brasil Fluvial, EcoRio, Mares do Sul, Panrotas, Superinteressante, Veja. Além das que foram citadas apenas por um profissional: Airone, Amazonia, Backpacker, Boa Forma, de ONGs, Boletins da The Ecotourism Society, Brasil Travel, Brasil Turis, Bussworm, Cheval Magazine, Dove, Ecotravel, Ecotour, Ecotourism, Fluir, Gault Nilau, Gente Viaggi, Geo, Grandes Reportagens, Gulliver, Guia, Hardcore, Hippius, Horse Business, Inside, Ocean Realm, Revista de Bordo, Skin Diver, Time, The Economist, Travel Leisure, Travelling, Trekking, Turismo em Análise-USP, Turismo Submarino, Undersea Journal, Voe Livre.



Como afirmou Ana Fani Carlos, na *internet* hoje já se pode viajar sem se sair do lugar, e também comprar através dela. Seria o limite da produção de um lugar automatizado das relações sociais concretas. Em referência a Adyr Rodrigues ela escreve: “Seu raciocínio a leva mais longe ao sugerir a idéia de que a mídia também produz lugares preenchendo-os de falsos significados, que com o desenvolvimento da *internet* será possível, viajar sem sair do lugar.” (Carlos, 1996, p. 112) O adicional neste caso é que o turista que tenha acesso a *internet* pode em casa escolher o lugar para viajar, até com uma amostra ou viagem experimental, e a agência, aquela que melhor se apresentar, mais rápido responder além de tantas outras considerações, como foram analisadas por Mário Gaviria. Por esta razão, acredita-se que este material será significativo para a análise que se segue.

A elaboração dos folhetos possui princípios estratégicos, aliados a mecanismos publicitários, que tornam as férias uma necessidade inquestionável, um consumo compulsório. Gaviria vai mais longe, argumenta que os folhetos tendem a introduzir um “homem acrítico” no circuito de consumo turístico e a induzir o consumidor a integrar suas férias à estrutura econômica capitalista. (Gaviria, 1974, p. 78) Os folhetos mostram a necessidade de se conhecer um determinado lugar, longe dos problemas urbanos e industriais. “A Ambiental convida você para uma expedição pelo Brasil. A temporada de férias está aberta e o verão está aí para você curtir as maiores belezas naturais desse país”

Visitação a um paraíso de sonhos perdidos é a proposta. “Você tanto poderá “quase tocar o céu” ficando em grandes altitudes, chegando até a base do Everest, como estar “o mais perto possível do centro da terra”, adentrando as cavernas do PETAR, a 300 km de São Paulo” (Sem Fronteiras Viagens e Aventuras). “Conheça os encantos e mistérios que envolvem São Tomé das Letras, com suas montanhas, grutas e cachoeiras cercadas de misticismo e lendas, como, dentre outros locais, a Casa da Pirâmide e o Vale das Borboletas.” (Vento Forte Turismo Ambiental) “A Península Valdés é um autêntico paraíso de fauna marinha.” (Vento Forte Turismo Ambiental)

Os folhetos induzem a pensar que se exercitar em ambientes onde haja ar puro seja melhor para a saúde. “Aventura, exploração e relaxamento: uma boa mistura para alimentar corpo e espírito.” (Econautas Turismo Ambiental). “Considerado como uma alternativa para o alpinismo, o canyoning mistura ação e aventura com muita água e movimento, tudo isso a céu aberto em meio a paisagens intocadas”(Freeway Adventures).

É através do ecoturismo que o cidadão pode tomar consciência ecológica, ou somente com um roteiro, como o ofertado, será possível ver de perto a diversidade animal e vegetal em seus próprios ecossistemas. “No início, quando entramos na mata nada percebemos; são tantas coisas para se ver e cada uma é diferente. Com o tempo aprendemos a diferenciar as plantas e perceber os animais e finalmente reparar a diversidade das nossas florestas. Usamos todos os sentidos e todas as partes de nosso corpo para andar na mata. As cachoeiras e rios cristalinos das florestas das serras são uma recompensa de qualquer esforço” (Brazil Nature).

Os folhetos demonstram que o descanso, as férias, a pureza do verde e a fuga do cotidiano urbano e do trabalho só podem ser conquistados com a realização da mercadoria turística. “Turismo alternativo... com a loucura dos dias de hoje, cada vez mais pessoas tem se interessado por passeios diferentes, aventuras, emoções fortes, enfim, adrenalina, ou ainda, aproveitar as férias para aprender, porque não? Este item em nosso site abrange ecoturismo, turismo de aventura, expedições, viagens temáticas, esportes radicais, pescarias, lugares exóticos e ainda turismo cultural” (Gate One Turismo).



Eles insinuam que haja exclusividade para aquele que aceite comprar um pacote. “Cachoeiras de Itararé... Na divisa entre São Paulo e Paraná, um lugar privilegiado e ainda pouco conhecido: Itararé — cachoeiras e trilhas de beleza incomum” (Econautas Turismo Ambiental).

A função dos folhetos é atrair, de forma objetiva, os consumidores potenciais a se interessarem, num primeiro olhar, por um dos pacotes ofertados. Para tanto, cumprem as determinações básicas de não discriminar um certo tipo de comprador, uma vez que o importante é fechar negócios.

“A acessibilidade, característica que, junto à universalidade dos consumos propostos, é de vital importância para a eficácia dos folhetos, se consegue tanto mediante as proposições dirigidas a uma completa identificação com os modelos humanos propostos nas fotografias (cuja semelhança com os possíveis consumidores se consegue não definindo exatamente — nem por idade nem por *status* socio-econômico — a estes modelos) como pela insistência em considerar as próprias férias como artigo de primeira necessidade...” (Gaviria, 1974, p. 78)

Um estudo apurado dos folhetos das agências de ecoturismo em São Paulo merece algumas considerações. O ecoturismo é uma atividade que sugere a definição de um tipo de consumidor, simpatizante da idéia de ter um maior contato com a natureza, ou uma certa disposição a esforços físicos do tipo caminhadas. Quanto a não definição de um público baseado em níveis sócio-econômicos, a advertência de Gaviria mantém-se relevante. Além disso, é notória a participação um tanto especializada das empresas, dando a cada uma delas alguns aspectos de singularidade. A escolha a um destino — de um lugar a visitar ou pacote a comprar — pode ser uma condicionante na definição de qual operadora escolher, dada a uma certa divisão espacial da oferta disponibilizada pelas agências. As empresas têm estratégias diferentes, contatos diretos com firmas e escolas, veiculação em revistas especializadas, dentre as mais conhecidas: Os Caminhos da Terra, Editora Azul, da Abril Cultural, ou em determinados cadernos dos Jornais — matérias para adolescentes, no Folhateen da Folha de São Paulo. Enfim, a acessibilidade, mencionada por Gaviria, recebe aqui uma outra dimensão.

Para ilustrar, há um texto que parece deixar em aberto um perfil de consumidor, que revela interesse em aceitar qualquer negócio, e a disposição para atender a vontade do cliente. Sem Fronteiras Viagens e Aventuras<sup>44</sup>: "Seja você um aventureiro e amante da natureza, ou esteja você a procura daquele merecido descanso à beira da piscina em um hotel confortável em algum lugar desse mundo, ou ainda, se você preferir, a bordo de um navio fazendo aquele cruzeiro pelo mar do Caribe ou Terra do Fogo". Isso porque esta é uma agência de viagens que trabalha com roteiros ecológicos e convencionais.

Gaviria observa que uma dada homogeneidade na apresentação do produto turístico presta-se para não privilegiar pontos determinados, evitando-se demandas excessivas sem condições de serem atendidas. Assim os folhetos servem para influenciar o consumo das férias, e não para eleger o lugar onde efetivá-las. (Gaviria, 1974, p. 78) Não obstante, cada folheto — especialmente quando se trata de pequenas firmas especializadas — mostra um conjunto de planos e opções predefinidos, isto é, os pacotes turísticos ofertados por cada empresa.

Pellegrini, por sua vez, ao elaborar um levantamento de dados “eco-etnográficos” a fim de ampliar a oferta turística brasileira, segundo relações entre ecologia, cultura e turismo, justifica seu estudo com a seguinte hipótese: “Existe enorme potencialidade de recursos naturais e culturais, que o turismo brasileiro no Brasil não quer, não sabe ou não pode aproveitar”. (Pellegrini, 1993, p. 11) Apesar de sua argumentação em prol de um cuidado relativo às capacidades de recepção, alertando contra perigos do

<sup>44</sup> Este texto não foi encontrado num impresso, mas sim na página na *internet* da Sem Fronteiras Viagens e Aventuras, URL: [http://www.netbrazil.com.br/semfronteiras/home\\_index.html](http://www.netbrazil.com.br/semfronteiras/home_index.html)



“turismo predatório” atribuído ao turismo de massa. Pellegrini não deixa de sugerir a transformação de recantos — ainda inexplorados — em mercadorias para o turismo interno ou internacional, ou precisamente, produto turístico brasileiro passível de ser consumido.

Gaviria anunciou o fato dizendo que o objetivo de alcançar os melhores resultados comerciais acaba por eliminar um processo decisório — e explica que a possibilidade de optar é uma ilusão interna à mitologia moderna. Os folhetos não traduzem os desejos dos consumidores, mas sim impõem gostos e uma sensibilidade determinada, dirigida pelos interesses comerciais de quem os edita. (Gaviria, 1974, p. 80)

Conforme Gaviria, os folhetos apresentam o interesse das agências de elevar o limite de um rigoroso controle do consumo turístico, pois asseguram a diversão no hotel — para os que mostram não haver vida nem diversão fora dali —, e garantem o consumo externo através do “conhecido e rentável mecanismo das excursões”. Para ilustrar o fato, Gaviria cita o tratamento com o mar: “nos folhetos se vende mais a certeza de sua existência (como componente indispensável de um Holiday Resort de veraneio) que a possibilidade de seu uso, deixando este para a piscina, espaço fechado e dependente do hotel e, em suma, âmbito mais facilmente controlável por parte da agência.” (Gaviria, 1974, p. 80) Em princípio há que se dar uma explicação quanto aos propósitos freqüentes em torno do ecoturismo, a imagem do turista passivo, do conforto do hotel. O oposto a do ecoturista: passar a maior parte do tempo caminhando pelas trilhas, ou em passeios de barco, enfim, ficar no hotel é estar enjaulado. Na realidade, para algumas excursões ecoturísticas, as empresas incluem acampamentos, pousadas, com o básico apenas para dormir, tomar banho e se alimentar. Providenciam também hotéis de conforto, carregadores — de bagagem, cozinha, comidas, etc. — para subir o Himalaya. Ademais, as instalações ecoturísticas em geral seguem um estilo decorativo baseado em regionalismos, inclusive com o argumento de ser sustentável ao utilizar materiais locais.

Os folhetos criam um estímulo ao consumo através da apresentação de uma vida prazerosa, resultante do contraste com a dura e fatigante vida cotidiana, Gaviria declara uma oposição entre a normalidade e a suposta grandeza do acontecimento — especialmente para quem consome pela primeira vez, aos já consumidores, busca-se memorizar e induzir o consumidor a “contratar as férias” novamente. A marca de uma estreita oposição entre a vida cotidiana, para se referir à rotina do tempo do trabalho, e a das férias, para o tempo do não-trabalho, do lazer, é mostrada com os contrastes entre ambas. No caso do ecoturismo, uma diferença nítida é a poluição da cidade contra o ar puro, ou uma vida urbana em oposição a uma vida no campo. Refere-se à tranqüilidade, ao silêncio, ao canto das aves, tudo que se põe na cidade como perdido. O contraste do cotidiano urbano e o cotidiano das férias ecológicas, aparece freqüentemente e de formas variadas: A Brazil Nature elogia uma ida ao Pantanal, sem explicitar as buzinas no trânsito de São Paulo, a poluição sonora e o ritmo na cidade como um incômodo diário. Os sons da natureza e o seu tempo se impõem como sanidade. “A tranqüilidade sob o sol quente, o céu azul intenso e o verde é quebrada pelas barulhentas araras e papagaios e pela expectativa de ver jacarés, cobras e pacas nas margens e praias dos rios. É inesquecível ficar sozinho num barco a deriva numa tarde morna tomando sol ouvindo o barulho da água. Sem esforço, tudo é bonito para fotografar e filmar.” A Radical Livre em 1995 dizia: “A Radical Livre tem variadas e saudáveis opções para você dar uma fuga rápida do “fumacê”, das filas... etc. e tal de São Paulo.”

Gaviria mostra que se tende a eliminar as preocupações cotidianas apresentando como solucionáveis, pela promessa de felicidade garantida contra o “fantasma das preocupações” em viagens. Os folhetos mostram como as agências se propõem a resolver as férias, facilitando os deslocamentos, prevenindo aborrecimentos, proteção diante do medo do exotismo, que impeçam um feliz desenvolvimento das



férias. (Gaviria, 1974, p. 81) Tudo é organizado para que o turista não sofra, Urry tratou da idéia da “bolha ambiental”, que parece ter um sentido semelhante. Aliado a esta inclinação, os pacotes apresentam o mínimo de informação, que se restringe aos deslocamentos, saída e chegada no aeroporto, quem recebe e leva ao hotel, etc.

Em resumo, Gaviria escreve que a indução ao consumo turístico, implícita no mecanismo publicitário de folhetos, é alcançada de várias maneiras:

“1. Fomentando a necessidade das férias. 2. Atribuindo às mesmas o caráter de artigo de primeira necessidade (e consumo obrigado). 3. Configurando o folheto de forma mais mercantil que orientativa. 4. Prometendo o acesso a mundos míticos mediante o consumo de férias. 5. Comparando este consumo com os consumos aristocráticos. 6. Explorando os benefícios derivados das férias. 7. Aplicando às férias benefícios que não se conseguem através delas. 8. Ressaltando as contradições existentes entre a vida cotidiana e a vida que propõem. 9. Negando as possibilidades de crítica. 10. Assegurando uma perpétua proteção contra o medo e a seguridade diante do exotismo. 11. Eliminando os elementos negativos que perturbem o curso satisfatório das férias.” (Gaviria, 1974, p. 89)

A elaboração de um folheto depende de vários fatores, a que público se destina: empresas, industriais, pessoas. No estudo Gaviria chamou o proletariado europeu ou a classe média, com baixa capacidade cultural, da necessidade de cumprir com um objetivo imposto, até a criação de um estilo de férias que possa destacar a agência. O objetivo da venda das férias implica numa configuração da forma mais mercantil, uma “obstinada” tendência a incluir o preço ao lado do produto oferecido, e com uma linguagem um tanto vulgar. “A abundância de denotações se opõe à premeditada ausência de conotações sutis...” Com o trato da ‘personalização’ do produto há um maior cuidado em produzir imagens, etc.

“Uma teoria muito simples sobre a publicidade poderia ser a de que aqueles produtos de consumo aleatórios devem oferecer ao menos através de sua própria publicidade lugares conotativos que obriguem ao consumidor a converter um consumo aleatório em cotidiano, habitual, como consequência da acumulação de vantagens que se derivam do mesmo. E de acordo com esta teoria os folhetos, ao incluir as conotações e as transgressões, intentariam incorporar as férias à consideração de produto de primeira necessidade.” (Gaviria, 1974, p. 89)

Gaviria leva às últimas consequências sua análise formal e estilística. Ele inicia apresentando alguns temas como o da segurança para o turista com a presença do guia — representada por imagens da eficiência das empresas com fotos dos diretores, opinião de outros turistas, símbolos da segurança, a imagem de um avião, ou da precisão e impossibilidade de esquecimento ou engano, com o computador. Gaviria mostra como o papel do guia assume uma figura que mescla com a manipulação humana, o assistente social, o feitiçeiro e o vendedor. O guia é o tradutor, no idioma e nas orientações quanto aos melhores lugares para ir; o enfermeiro; o confessor, ouve lamentos e pecados dos turistas difíceis; o confidente; o pai, a mãe e irmão, a família que supre a ausência; o animador social e festivo; o professor da língua; o psicólogo constante, aquele que recebe todas as críticas e queixas; o conversador, que sabe ouvir e ser amigo, nunca opina; o sacerdote, transmite amor e carinho; o assistente social; o agente funerário caso necessário; conselheiro em relações matrimoniais; anfitrião; agente de segurança dando proteção psicológica, polícia; inspetor, verificando a qualidade dos serviços; canalizador das queixas ao hotel; contador das vendas de excursões e outros pagamentos; administrador dos gastos extras; líder e até o financiador de empréstimos. (Gaviria, 1974, p. 236)

No ecoturismo, a figura do guia é ainda de maior importância pois é o especialista, o professor de biologia, de geografia, de fotografia, de mergulho, de botânica, etc. Marincek escreve que os guias são



decisivos para o sucesso da viagem. Além dos atributos citados por Gaviria, o ecoturismo exige que o guia possua uma “conduta ecologicamente correta, ter uma boa gama de conhecimentos científicos e saber transmitir com palavras ou gestos o respeito pelo meio ambiente local”. A carência de bons guias de ecoturismo no mercado, faz com que sejam disputados entre as agências, ou quando não são os próprios donos das empresas que acabam indo para o trabalho de campo. “Hoje, o relacionamento entre algumas concorrentes é muito melhor do que era há três ou quatro anos atrás e quem tem a ganhar com isto é todo o mercado. A prova disto está no fato de encontrarmos um mesmo guia trabalhando para várias operadoras”. (Marinck, 1996) *Ambiental Viagens e Expedições* - “Os passeios são acompanhados por pesquisadores que nos levam à cavalo, de carros abertos, em pequenos barcos e a pé pelas “cordilheiras”, campos e matas, para safáris fotográficos, onde se pode conviver na intimidade com tamanduás, jacarés, macacos, capivaras, garças, colhereiros, biguás e outros tantos animais de rica vida selvagem do pantanal.”

Os folhetos mostram também imagens de uma vida aristocrática propondo a entrada em mundos míticos e libertação do consumidor de seu *status* sócio-econômico habitual. Uma contradição pela própria acessibilidade e universalidade dos consumos propostos. Tudo isso é manipulado através de fotografias falsas e textos falaciosos. A diferença entre a realidade e aquela prometida, férias felizes cuja a imagem é de uma inversão da vida cotidiana, realiza-se pelo real, encoberto nos folhetos. “Pode observar, por exemplo, como os folhetos intentam um retorno até o naturalismo, mito surgido nos últimos anos por contraposição ao mundo atual, plastificado e cimentado, notoriamente deteriorado pela crescente e alarmante poluição, resultados últimos do <<a-naturalismo>> industrial.” (Gaviria, 1974)

Gaviria mostra como o respeito à pessoa aparece nos folhetos, o intento de comunicar a totalidade do benefício das férias, que alcança todo o corpo — ressaltar uma parte do corpo resulta na parte mais favorecida pelo consumo. Um modo de vida é proposto, mas também o consumo, que contrasta com a idéia de naturalismo (pretendido, porém não desfrutado). “Um naturalismo (o dos folhetos) cuja artificialidade deixa desmarcada diante da forma empregada para representar a paisagem, quase sempre selvagem e premeditadamente segmentada, não vista como totalidade, mas parcialmente.” Assim oculta-se o presente, eliminam-se os desastres urbanísticos em referência ao retorno a um estado primitivo, como um estado natural e mais são ou puro.

O uso da cor verde foi encontrado em quase todas as fotografias analisadas por Gaviria. (Gaviria, 1974) Para essas idéias apontadas por Gaviria, a estética da maior parte dos hotéis estudados — os Holiday Resorts mediterrâneos, mostram o quanto são pouco sinceros, pois usam cores vivas na publicidade ou folhetos como estaria sendo comum, revela imediatamente o oposto a este naturalismo. No caso do ecoturismo observa-se o desenvolvimento de uma arquitetura vernacular, com regionalismos e reprodução de estilos locais, com matérias-primas da própria região. “Pelo fato da atividade ser realizada em áreas de preservação, uma das tendências para a acomodação dos praticantes é a implantação de ‘ecolodges’, instalações simples, com uso de materiais renováveis, que atendam às expectativas da clientela internacional e da própria demanda interna”, comenta Hillel.” (Dassier, s/d)

Ariau Amazon Tower Hotel<sup>45</sup>, a 35 milhas de Manaus, no “coração da Amazônia”, é o que denomina “hotel de selva”, com acomodações básicas, mas de “experiência única”. Os quartos, restaurante e bar estão localizados em árvores, oferecendo extraordinária vista panorâmica. Dentre as atividades incluem viagens em canoas motorizadas com guias multilingüe, caminhadas na selva, pesca de

<sup>45</sup> URL: <http://www.brol.com/ariau.html>



piranha, observação de pássaros e focagem de jacaré. Acajatuba Jungle Lodge<sup>46</sup>, localizado a margem do rio Acajatuba a 35 milhas de Manaus no “coração da Amazônia”. “Um passeio de barco por três horas passando por “O Encontro das Águas” (onde as águas escuras do Rio Negro encontram as águas claras do Rio Solimões) com duas saídas diárias pegará você de Manaus até o alojamento.” O hotel foi construído com materiais nativos (madeira e folhas de palmeiras) seguindo o estilo regional. Refúgio Ecológico Caiman<sup>47</sup> - está localizado a 140 milhas de Campo Grande, numa fazenda com 53.000 hectares dos quais 7.000 estão isolados como reserva de rica fauna e flora. Onde há uma paisagem de pântanos. “A região é uma das reservas naturais mais ricas do mundo e parada migratória de patos, cegonhas...” “... oferece um alojamento principal e mais quatro estrategicamente localizados em diferentes pontos da fazenda com sua infra-estrutura própria e estilo. Oferecem quartos decorados com ar condicionado, piscina e excelente comida regional e internacional.”

Fato que pode encobrir mais profundamente estes resgates naturalistas, que no ecoturismo passa a ser o fundamento, a totalidade se revelaria quando anunciam a diversidade na fauna e flora, o ecossistema como totalidade. Entretanto, um naturalismo simbólico, por exemplo: Hadama Ecoturismo - “Ilha Grande... 105 praias (muitas ainda selvagens); mar de águas cristalinas, permitindo grande visibilidade para observação de peixes de vários tipos; caminhadas pelas trilhas na mata atlântica intocada, onde se esconde uma rica fauna e flora incluindo bromélias, orquídeas, macacos, araras, entre outros bichos; mergulho em grutas e naufrágios; passeios de escuna pelas outras ilhas da região (Angra dos Reis possui 360 ilhas).”

Através dos folhetos também se procura privilegiar a apresentação de tudo que possa denotar a possibilidade de boas férias, tanto que se eliminam qualquer elemento perturbador. Gaviria mostra também como são abundantes os símbolos de consumo ‘aristocrático’, o bar do hotel, a piscina, cuja a fruição está reservada a um grupo de elegidos (você e todos que com tão bom critério escolheram esta agência, este lugar, este hotel). Diante da prolixidade de fotografias e dos atrativos expostos nos textos, o leitor pode perceber que foi escamoteado tudo que se supunha prejuízo ou possibilidade de tê-lo. Percebe-se a significativa eliminação do cotidiano (o carro, a carreta, o trem, o trabalho, o frio, a necessidade de ir vestido, os uniformes, a polícia, etc.), além de mostrar diferencial entre um lugar do outro. Gaviria chama atenção ainda para o absoluto desprezo nos folhetos quanto aos países turísticos, a adoção de um ar ‘imperialista’. Neste caso, o ecoturismo pode aparecer com diferentes posturas, quando o programa se trata dos esportes de aventura, como as descidas em corredeiras, as características do lugar são apenas o cenário, com isso parece não haver nenhum outro vínculo com o lugar, assim como no estudo de Gaviria em que o importante é saber que a praia e o sol estarão lá. Em outros aspectos do ecoturismo, haveria sim algum outro interesse em conhecer ao menos uma espécie da fauna ou flora e passar, Pé na Trilha –

“Caminhar na mata, percorrer um rio a canoa, passear de saveiro no mar, mergulhar em águas cristalinas, subir em um penhasco acompanhado de um guia experiente, acampar numa praia selvagem, aprender biologia no campo aberto, praticar esportes em meio à natureza, entrar numa caverna com um grupo organizado, banhar-se nas águas frias de uma cachoeira, conhecer uma vila de pescadores, observar a flora, a fauna, a paisagem, em uma das áreas naturais dos diferentes domínios ecológicos do Brasil é um direito de todo cidadão brasileiro e do mundo.”

No ecoturismo, entretanto, há uma valorização do lugar a ser visitado. Quando aparece a opção de ir para o Nordeste brasileiro por exemplo (um dos destinos nacionais mais demandados em São Paulo

<sup>46</sup> URL: <http://www.brol.com/acajatuba.html>

<sup>47</sup> <http://www.brol.com/caiman.html>, localizado em Campo Grande - Mato Grosso do Sul



no turismo convencional), fica claro um único objetivo, isto é, deleitar-se com o sol e o mar, na certeza de um bom clima e belas praias. Poderia haver nisso uma relação com o ecológico, com a natureza, mas esta não é feita, a menos que sejam os “intocados” destinos, como Fernando de Noronha, Jericoacoara, etc.. Talvez na praia possa haver campanhas contra o deixar lixo na areia, cuidados com a poluição da água, mas estas seriam derivações externas (aliado-se mais ao ‘ambiental’ do que o ‘ecológico’), não um atrativo turístico. Enfim, aparentemente não há nenhuma outra motivação além do sol e mar, não é a cultura regional, nem as cidades, sua arquitetura, folclore, etc. O ecoturismo parece tomar estes aspectos (o histórico, o cultural) como secundários (talvez pela condição de ser predominantemente em áreas naturais protegidas), posto que o diferencial é a fauna e a flora, o relevo, as formações rochosas, etc. Neste caso, porém, haveria um interesse em conhecer o lugar, porém na busca do que seria o mais natural, especialmente a animalidade.

É preciso salientar que esta idéia não é assim claramente definida, dadas as características de cada empresa e roteiro. Aqueles em que o programa é o esporte de aventura, o lugar é apenas o cenário da prática esportiva, ou a mediação que proporciona a emoção, a aventura, ou como é preferido pelos praticantes, a adrenalina (quase uma droga, capaz de fazer escapar o cotidiano ou fazer dele uma maravilha). O turismo educacional, por sua vez, tem imbuído o conhecer, o estudo de meio, transforma o lugar em um laboratório vivo, significando o sair para o real de onde as informações foram gestadas. Por outro lado, os programas que se limitam aos esportes de aventura, como as descidas em corredeiras em botes infláveis (que está se tornando muito popular), definem os lugares precisamente pelas condições que um determinado rio irá oferecer (em termos de maiores emoções, obstáculos, etc., enfim, suas singularidades geográficas), mas terá a paisagem, suas particularidades, apenas como cenário para o esporte.

Cada lugar, então, carrega a definição de que tipo de atividade realizar e do que há para conhecer. Mas em geral esta diferenciação é tomada tendo em vista representações de uma ‘paisagem natural intocada’, nos termos definidos por ecossistemas ou paisagens. As agências descrevem cada roteiro através de símbolos como nomes e imagens de uma espécie animal. A Brazil Nature<sup>48</sup> mostra este enfoque quando descreve as regiões ecoturísticas brasileiras: Pantanal:

“Com 140 mil quilômetros quadrados, esta região quente, com chuva de novembro a março, do Centro-Oeste brasileiro, é muito procurada por pescadores pelo tamanho e pela quantidade dos peixes. Os animais famosos desta região são: o jacaré, a onça-pintada, a anta, a jaguatirica, a piranha e a sucuri. São 600 famílias diferentes de pássaros como tucanos, garças, cegonhas, gralhas, gaviões, jaçanãs, marrecos, araras e papagaios; o maior deles é o Tuiuiu, com mais de um metro de altura.” (Brazil Nature)

Então qual distinção é possível fazer entre o turismo convencional e o ecoturismo? O destino, o lugar escolhido para ser visitado pelo turista, é o maior diferencial no produto vendido. A primeira vista o que importa é sair da rota massificada para as capitais européias, os grandes centros norte americanos e seus parques temáticos ou até mesmo evitar o fluxo exclusivo para as capitais (e suas praias) do nordeste brasileiro. Um produto diferente para quem procura uma cultura diferente da ocidental, para quem quer ver as belezas naturais existentes no mundo, para quem deseja fugir do ambiente urbano das grandes cidades. Por exemplo, não se vende uma viagem para a Amazônia com estada em Manaus simplesmente, mas sim para ficar no meio da selva, para que os animais, árvores e rios possam ser vistos de perto, bem

<sup>48</sup> A Brazil Nature é praticamente uma agência virtual, através de sua página na internet, URL: <http://brazilnature.com/index.htm>



como ser sentida a grandeza que é esta floresta. Mas como os turistas saídos das grandes cidades não são autênticos habitantes deste “lugar natural”, então, são acolhidos por hotéis temáticos, como o Ariau Jungle Tower ou o Amazon Lodge. Mas existem também produtos ecoturísticos mais simples, uma caminhada, com banhos de cachoeiras, em Visconde de Mauá.

É possível afirmar que os destinos ofertados pelas empresas de ecoturismo são tipicamente deste segmento do turismo, mas existem áreas de fronteiras. Observou-se que os destinos com maior número de empresas de ecoturismo ofertantes são também disputados pelas principais operadoras tradicionais de São Paulo. A Viagens CVC vende pacotes para Porto de Galinhas - PE e para África do Sul com visitas a parques nacionais, assim como a Ambiental Viagens e Expedições. Mas a Viagens CVC faz também roteiros para Londres e Buenos Aires, que não são destinos para nenhuma empresa de ecoturismo. A Nascimento leva turistas ao Pantanal e a Brasil Adentro, Pisa Trekking, Ambiental, Hadama, etc. também. Porém estas últimas não colocaram à venda pacotes para Beto Carrero World, assim como a Nascimento. A Soletur se estendeu e monta pacotes com destinos a Abrolhos - BA, Pantanal, Porto de Galinhas, África do Sul, etc. Esta operadora chegou a assinar uma parceria com o IBAMA, a fim de cooperar em uma campanha de conscientização ambiental junto aos turistas, nas viagens pelo território nacional. Vilmar Berna<sup>49</sup> relata: “Viajar É Preservar, cujo objetivo é conscientizar os passageiros da empresa, que responde por 7% do mercado de vôos fretados no Brasil, sobre a importância de preservar o meio ambiente. No seu discurso inicial, Carlos Eduardo Guimarães, diretor da SOLETUR, disse que o maior patrimônio do turismo é exatamente a diversidade ambiental e cultural do Brasil. Preservar esse patrimônio é questão estratégica de sobrevivência para a indústria do turismo.”

A Sem Fronteiras Viagens e Aventuras<sup>50</sup>, por exemplo, divide os destinos em ecológicos e não ecológicos. As opções ecológicas para os seguintes destinos: Chapada Diamantina, Abrolhos, Chapada dos Veadeiros, Ilha Grande, Rafting em vários rios, Visconde de Mauá (Brasil), Parques Nacionais do EUA, Machu Picchu, Índia, Nepal (exterior). As não ecológicas foram classificadas como sendo para: Nordeste, Serras Gaúchas, Pousada do Rio Quente, Cidades Históricas (Brasil), Buenos Aires, Lagos Andinos, Cancun, EUA, Canadá, Europa, Caribe, etc. (exterior). A Sem Fronteiras está no mercado oficialmente desde fevereiro de 1997, mas atuam na área de turismo convencional há 17 anos, enquanto o turismo ecológico há apenas 8 anos. Assim esta empresa descreve<sup>51</sup> alguns programas: “Se você não quiser sair do Brasil explore as trilhas da Chapada Diamantina, mergulhe em Abrolhos e Fernando de Noronha, conheça a maravilhosa fauna e flora do Pantanal e Amazônia. Mas se isso não for suficiente para você faça a trilha Inca indo até Machu Picchu, ou vá para Patagônia, Índia, Nepal ou Galápagos.”

A diferença é que nem a Nascimento, nem a Viagens CVC, nem a Soletur parecem se interessar em classificá-los como pacotes ecoturísticos. Então, uma viagem convencional em que os atrativos são as propriedades naturais de um ambiente conservado, pode não conter os objetivos programáticos que no ecoturismo são evidenciados. No ecoturismo é destaque fazer caminhadas por trilhas, ter um espírito de aventura ou contemplativo diante da idéia de natureza selvagem ou intocada, o conforto do hotel, o prazer com o sol e mar, parecem ser ainda secundários. Mas muitas vezes estes são objetivos determinados pelo que cada lugar teria como atrativo turístico, que privilegia a percepção das belezas naturais.

<sup>49</sup> Berna, Vilmar. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Jardim Botânico do Rio Foi Palco Para Duas Campanhas Ecológicas. *Jornal do Meio Ambiente*.out/1996. Berna é o Editor do *Jornal do Meio Ambiente* e de Presidente dos Defensores da Terra

<sup>50</sup> Informações obtidas através do questionário, com Eunice da Sem Fronteiras Viagens e Aventuras (São Paulo) em 21 de novembro de 1997.

<sup>51</sup> Encontra-se na página na internet da Sem Fronteiras Viagens e Aventuras, URL: [http://www.netbrazil.com.br/semfronteiras/home\\_index.html](http://www.netbrazil.com.br/semfronteiras/home_index.html)



## 2. GRUPOS AMBIENTALISTAS E PRÁTICAS DE ECOTURISMO

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, CNUMAD — Eco-92, foram assinados cinco documentos oficiais. Segundo Barbieri, a Agenda 21, um dentre eles, representa uma consolidação de vários relatórios, tratados, protocolos. Em síntese, é um plano de ação a fim de promover o modelo de desenvolvimento sustentável — princípio idealizado no relatório “Nosso futuro comum”<sup>52</sup>. “Princípios, conceitos e recomendações expressos no relatório da Comissão Brundtland, nas estratégias de conservação mundial da UICN, WWF e PNUMA de 1980, nas estratégias do *Caring for the Earth*, nos documentos do Painel Inter-governamental sobre Mudanças Climáticas, por exemplo, podem ser reconhecidos no texto da Agenda.” (Barbieri, 1997, p. 58)

Para Arlete Rodrigues, a Agenda 21 não cumpre o papel esperado de “Programa de Ação Global para o Desenvolvimento Sustentável”. Seu principal protesto se refere ao fato de não ter enfrentado conflitos e confrontações, manifestados durante seu processo de negociação. Sobre a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, indicada na Agenda 21, Rodrigues especula (1994) que “os embates fiquem restritos na autonomia e nas formas de participação ou não das ONGs.”. A autora analisa que os documentos oficiais assinados na CNUMAD atribuem responsabilidades aos chefes de governo e questiona o significado desta posição exclusiva aos governantes, indagando se o Estado é, ao final do século XX, a representação política do neoliberalismo. Igualmente necessário foi perguntar se o mercado na hegemonia neoliberal é o definidor das políticas e responsabilidades delineadas e que teria culminado no conceito de Desenvolvimento Sustentável. (Rodrigues, 1994, p.122)

Rodrigues escreve que, em paralelo a CNUMAD, foi organizado o Fórum das Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais, marco da organização da sociedade civil internacional em relação às questões ambientais. O Fórum Global, como foi chamado, representou um esforço para a discussão sobre as relações da sociedade e seus entrelaces com a natureza, reunindo os movimentos reivindicativos e libertários. Para Rodrigues, este encontro dos movimentos sociais e das ONGs “Significa a criação e a ocupação de um espaço alternativo para a manifestação da sociedade civil organizada”, no qual se discutiu sobre as contradições inerentes ao “modelo de civilização dominante”. As ONGs têm criticado que a postura de crescimento ilimitado não respeita a finitude da Terra, para tanto defenderam a concepção de uma ética. Rodrigues esclarece que os tratados assinados neste encontro utilizaram o conceito de Desenvolvimento Sustentável, assumiram uma idéia particular associada à igualdade, justiça social, preservação da diversidade cultural e de integridade ecológica. Para esta autora, isto significa que tal concepção está mais apropriada à noção de sociedade sustentável, novo referencial discursivo, diferente daquele proclamado pelos representantes governamentais. (Rodrigues, 1994, p. 125)

Em que medida a autonomia nas ações e modos de pensar da sociedade civil, das ONGs, pode permanecer em vigor com a implementação da intenção manifestada na Agenda 21 de “Fortalecimento do papel dos grupos principais”? Uma das recomendações apontadas nesse documento foi que “A

<sup>52</sup> Realizado em 1987 pela Comissão Brundtland, formada por decisão da Assembléia Geral da ONU em 1983.



participação pública e o envolvimento das ONGs devem ser estimulados.” (Barbieri, 1997, p. 91). Isso significa perguntar se o confronto entre essas duas bases carrega a tendência à indução pela adoção do estigma denominado neoliberal. Porque a pretensão é de ganhar o apoio social em prol de supostos interesses comuns em defesa do modelo de desenvolvimento sustentável. Se inicialmente o Fórum Global não se manifestou de pleno acordo com tal paradigma, passar a aceitá-lo pode causar o impacto da perda do esperançoso combate ideológico.

Para Barbieri, a “democracia participativa” depende do desempenho das ONGs para sua formulação e efetivação, por isso devem ser reconhecidas como parceiras das políticas governamentais, com os movimentos populares e as organizações formais e informais. Segundo o autor, o Capítulo 27 da Agenda 21 propõe desenvolver mecanismos para dar “Fortalecimento do papel das organizações não-governamentais: parceiros para um desenvolvimento sustentável”, como mostra o título. Para tanto, as Nações Unidas têm ficado encarregadas de examinar padrões de financiamento e apoio administrativo, enquanto os governos devem intensificar o diálogo e os programas de parcerias ligados às ONGs. (Barbieri, 1997, p. 133)

Eduardo Martins critica as ONGs por trabalharem com uma “agenda importada”, argumentando que 85% dos recursos que sustentam as ONGs no Brasil são oriundos do exterior: “Com o dinheiro vem também a pauta de prioridades definidas para cada país. Isso gera problemas. A discussão ambiental patrocinada pelas ONGs acaba virando um modismo ditado, que já teve como símbolo o mico-leão, o elefante e agora o mogno. Hoje, por exemplo, percebe-se uma redução das doações de dinheiro em todo o mundo. Pode ser um sinal de que mais esse modismo está passando.” Martins diz que, diante da tentativa de se fazer um cadastro sobre as ONGs atuantes no país, foram negadas, por significativa parcela delas, a divulgação relativa aos orçamentos. O papel das ONGs é fundamental para a necessidade de preservação ambiental e, no entanto, a precariedade em sua atuação não se restringe à dependência financeira.<sup>53</sup>

## 2.1. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Com o objetivo de atender às diretrizes definidas na Agenda 21 e obedecendo às orientações nela contidas, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo priorizou dez programas especiais para a Agenda 21, do Estado de São Paulo: “Apoio às ONGs, Biodiversidade, Consumidor e Meio Ambiente, Controle Ambiental, Educação Ambiental, Gestão Ambiental Descentralizada, Mudanças Climáticas Globais, Prevenção à Destruição da Camada de Ozônio, Recursos Hídricos, e Resíduos Sólidos”. A tarefa do PROAONG é intensificar o diálogo e estimular as parcerias entre a ação governamental e as ONGs, ampliar o conhecimento sobre a participação social, bem como elaboração de políticas adaptadas às demandas regionais da SEMA. O documento “Entendendo o Meio Ambiente - Volume IX: Programa Estadual de Apoio às ONGs (PROAONG) Atividades 1995 - 1996”, elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, reúne dados sobre o conjunto das Organizações Não Governamentais ambientalistas do Estado de São Paulo. Segundo consta na apresentação deste documento, o grupo representa a sociedade civil organizada nas diferentes formas de atuação ligadas à questão ambiental. (São Paulo, 1996)

<sup>53</sup> Eduardo Martins, então presidente do IBAMA, foi diretor no Brasil da World Wildlife Fund (WWF). Depoimento em entrevista à revista *Veja* em 2 de julho de 1997.



O levantamento realizado nesse documento permitiu verificar a existência de um total de 180 entidades atuantes em 20 diferentes áreas em São Paulo. Estas ONGs estão pregando educação ambiental, praticada por 80 grupos cadastrados. A segunda atividade mais realizada é a de denúncia, com 32 atuantes. Além disso apresentam ação em tópicos especializados, como resíduos sólidos, preservação ambiental, recursos hídricos, divulgação, recuperação de áreas degradadas, reflorestamento, pesquisa, proteção ambiental, ecoturismo, biodiversidade, Agenda 21, Agricultura Orgânica, unidades de conservação, direito ambiental, planejamento urbano, questão indígena, acidentes ambientais e espeleologia.<sup>54</sup> O ecoturismo aparece na classificação como uma atividade em que cerca de 17 ONGs estão envolvidas. O documento não aponta todas elas, nem em que consiste este trabalho ligado ao ecoturismo. A ficha técnica das ONGs cadastradas fornece algumas informações parciais. Na listagem fornecida, somente oito tinham explicitamente usado a palavra “ecoturismo”, para indicar uma de suas principais ocupações. Os Educadores Do Meio Ambiente - Centro De Pesquisas Ambientais - EMA (Santos - SP); Estação Guanhanhã (São Paulo - SP); Gaivotas Atlântico Sul - Educação Ambiental / Ecoturismo - GASEA (Itanhaém - SP); Grupo Ecológico Erê (São Paulo - SP); Ipa Ti-Uá Vivência Ambiental (Taboão da Serra - SP); Movimento Futuro Verde (São Paulo - SP), não responderam à solicitação de informações. A Reserva Ecológica Da Fazenda Boa Vista (Roseira - SP) e Agência Para O Desenvolvimento Sustentável - ABDS (São Paulo - SP) apresentaram uma introdução sobre o que consiste a proposta de trabalho do ligada ao ecoturismo.

Através de informações contidas no Anexo II deste mesmo documento, foi possível extrair uma visão geral sobre o quadro participativo das ONGs ambientalistas paulistas focalizada no ecoturismo e atividades afins. O quadro, nos anexos, mostra as ONGs, e enumera suas linhas de trabalho. Distinguem-se por apresentarem o ecoturismo como atividade, ou por oferecerem caminhadas por trilhas, passeios em áreas de preservação e parques, como “metodologia” para programas de educação ambiental e promoção da conscientização ecológica. Uma exceção pareceu ser a Agência para o Desenvolvimento Sustentável - ABDS (São Paulo), que se ocupa com o projeto de capacitação de proprietários privados de áreas naturais, para diversificação de práticas, como a alternativa do ecoturismo, tomando em consideração propostas de desenvolvimento sustentável. O Centro de Amigos da Natureza - CAMIN (São José dos Campos) difere ao promover atividades esportivas como prática de baixo impacto ecológico, tais como: montanhismo, alpinismo, espeleologia, mergulho, etc. Duas dentre as 180 do Estado de São Paulo trabalham apenas com a espeleologia, não incluídas nesta amostra. Uma terceira, Grupo Ecológico Convocação Verde (São Paulo), destaca-se das demais por ter afirmado fazer manutenção das trilhas de parques estaduais, isto é, limpeza do lixo lançado pelos visitantes.

Na tentativa de identificar as nove restantes envolvidas diretamente com o ecoturismo, foram selecionadas mais 17, em função de indicativos relativos a roteiros, trilhas, passeios, caminhadas, muitas vezes vinculadas à promoção de atividades para a educação ambiental. Outras foram escolhidas por suas regiões de atuação coincidirem com alguns destinos ecoturísticos usuais, neste caso a comunicação sobre a pesquisa objetivava saber como vêm a prática do turismo e se participavam de práticas associadas ao ecoturismo. O objetivo maior nesta pesquisa é identificar a força das ONGs na formação da consciência ecológica, e que valores ambientalistas estão sendo fomentados.

Poucas responderam as cartas, mas foi possível ter um visão geral do que é esta prática do ecoturismo por parte das Organizações Não-Governamentais ambientalistas em São Paulo. No caso das

<sup>54</sup> Estas informações estão no documento “Entendendo o Meio Ambiente - Volume IX Programa Estadual de Apoio às ONGs (PROAONG) Atividades 1995 - 1996”, elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo



ONGs, o menor número no Estado de São Paulo e o fato do universo existente ser conhecido, encorajou um contato direto com as envolvidas com o ecoturismo. A delimitação para esta investigação não se restringiu àquelas com sede no município de São Paulo, para que não houvesse dúvida quanto à inclusão da região metropolitana, bem como daquelas que possuem um escritório na capital, com atuação em regiões fora dele. Reduzir a amostra sobre estas premissas seria perder o sentido das relações que entrelaçam os diferentes lugares e grupos sociais.

Cada grupo foi apresentado em separado porque mostrou características diversas, a ponto de não ser possível falar de todos juntos, como se formassem um grupo coeso, “o ecoturismo das ONGs ambientalistas”. Do contrário, o caos reinaria em meio a generalizações mal sucedidas. Uma das maneiras de identificar as diferenças consiste no que Sérgio Boeira (1998) convencionou dividir em grupos profissionais, semiprofissionais e amadores. Segundo o documento “Entendendo o Meio Ambiente” do PROAONG, as ONGs do Estado de São Paulo são pouco profissionalizadas, além de nem sempre estarem em pleno funcionamento. Apesar de estar havendo uma onda tentando reverter essa situação, uma das iniciativas é quanto à capacitação de profissionais — que é uma das convenções propostas na Agenda 21, como tarefa para representantes governamentais mediarem. Na realidade, as propostas práticas de cada ONG se diferenciam pelos modos de pensar sobre o que seja o ecoturismo, como estimular uma consciência ecológica através de passeios, caminhadas, visitas, viagens a áreas naturais e culturas tradicionais. Estes se realizam na maioria das vezes em lugares preservados, em oposição à realidade de meios urbanos e industriais. Os lugares e recantos degradados, poluídos, desmatados, etc. são apontados para mostrar que se trata do chamado problema ambiental: a destruição da natureza, a falta de consciência ecológica, etc. Em síntese, limita-se a retórica do “é preciso preservar”, seja como um fim em si mesmo, quando a natureza é tratada por seu “valor intrínseco”, seja para garantir a vida das futuras gerações, ou para que “nossos filhos” possam conhecer e usufruir das riquezas naturais.

#### a) *Fundação Nacional do Tropeirismo*

Ocílio José Azevedo Ferraz, presidente da Fundação Nacional do Tropeirismo, respondeu que, há vinte anos, vem praticando excursões didáticas na Fazenda Gramado, onde está localizada a sede da instituição de direito privado fundada em 22 de outubro de 1985, como centro cultural rural baseado no ciclo do tropeirismo. O folheto publicitário sintetiza os atrativos para visitantes: “Sediada em zona rural e a 100 km de São Paulo, comporta mata natural e artificial, hortas, quintais, pomares, plantas medicinais, animais de grande e pequeno porte; o centro de propagação de culinária, núcleo de religiosidade, de folclore e autênticas peças indígenas, africanas e tropeiras.” Ferraz explica que originalmente as pessoas da capital o procuravam como forma de conhecer as raízes culturais brasileiras, um processo que evoluiu em torno de um movimento ligado às origens da cidade de Silveiras, derivando em uma valorização da cultura e história do Vale do Paraíba, pelo potencial turístico.

Dentre as atividades desenvolvidas na Fundação Nacional do Tropeirismo, estão:

Excursões didáticas: programa de turismo educacional dedicado a temas ligados à biologia, ecologia, história. A fundação funciona como um “parque temático de raízes culturais brasileiras composto de Casa, Rancho e Armazém do Tropeiro, vendinha, salas de aula e de exposições, brinquedoteca original, habitações típicas e centro de documentação.”

Turismo rural e ecológico: cursos e assessoria em turismo rural. Os roteiros turísticos de acordo com a descrição no *folder* informativo eram:



“Trilha da independência” - “Uma redescoberta da história percorrendo a trilha de Dom Pedro em cidades agradáveis e bem organizadas.”

“Barões do café” - “o fascínio das históricas fazendas do café, a opulência dos barões; a dignidade dos povos africanos e a simplicidade dos Tupi, Puri, Guarani, Tremembé, dos piraquaras, tropeiros, caipiras valeparaibanos.”

“Trapeiros do século XXI” - “a aventura da travessia das tropas firmando uma saga que resulta na qualidade de vida. Tudo isto, regado à saborosos chás de plantas da Mata Atlântica, cheiro de torresmo frito e comida de fogão de lenha - de dar água na boca!”

Observa-se nesta descrição uma valorização de características regionais e de um passado ligado ao ciclo econômico da cultura do café. Esta Fundação é um meio de manutenção de um estado histórico local dessa antiga propriedade voltada para a produção cafeeira. Um processo de revitalização da fazenda voltado para o turismo. As trilhas muitas vezes são os antigos caminhos por onde os tropeiros transportavam a produção. Mas há destinos onde as trilhas são novos caminhos abertos, com sinalizações, trilhas interpretativas, tudo produzido para a visita de grupos ecoturísticos. Para ilustrar, a Conservation International<sup>55</sup> do Brasil e o Instituto de Estudos Socioambientais da Bahia, com apoio da Anheiser-Busch, da Ford Motor Company e do Banco Real, estão projetando a criação de um Parque de Ecoturismo na região da Reserva Biológica de Una, sul da BA. Para isso está sendo construída uma passarela para observação de pássaros sobre a copa das árvores dentro da floresta, facilitando a visita dos turistas.<sup>56</sup>

Os destinos ecoturísticos mantêm relações de troca com os espaços urbanos, e significam uma extensão da cidade dedicada ao lazer. Os roteiros da Fundação Nacional do Tropeirismo são exemplares de um reconhecimento de antigas formas de circulação de mercadorias. Os tropeiros transportavam mercadorias no passado, mas agora são símbolos de uma cultura e ação transformados em mercadorias para as rotas ecoturísticas. Ao invés de circulação de mercadorias, são os fluxos de pessoas ligadas às atividades do turismo. Por outro lado, a “paisagem natural intocada” é uma fonte, para renovação de energias físicas e espirituais do habitante da cidade. Ou seja, um recurso produtivo cênico para a prática de valorização regional.

Outrora o estudo das rotas dos tropeiros permitia compreender o processo de circulação de mercadorias durante o seu ciclo, agora sua simulação na forma de caminhadas ecoturísticas pode revelar outras relações, quando o ecoturista não é um tropeiro, mas um habitante da cidade moderna. O ecoturista não carrega mercadorias, mas consome um produto espacial e cultural de relações passadas. Ferraz irá mostrar ao turista com que velocidade se transportavam mercadorias por onde hoje há trilhas ecoturísticas.

A Fundação Nacional do Tropeirismo atende a uma demanda espontânea agendada com antecedência, o calendário de visitas monitoradas traduz uma procura de escolas, agências de turismo

<sup>55</sup> A organização privada sem fins lucrativos, Conservation International (CI), com sede em Washington nos Estados Unidos, dedica-se à conservação e uso sustentado da biodiversidade. Em 1988 começou a atuar no Brasil, assim como faz também em outros países como: Bolívia, Botswana, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Japão, Madagascar, México, Peru, etc. “Desde 1990 o Programa do Brasil se transformou em uma entidade nacional autônoma, com a denominação de Instituto Conservation International do Brasil S/C (CI do Brasil).” A CI do Brasil tem projetos nos “quatro biomas brasileiros - Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga e Cerrado/Pantanal” e trabalha em “colaboração e parceria nos projetos com organizações não-governamentais locais e regionais, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e a iniciativa privada”. Página na internet (<http://www.conservation.org/web/aboutci.htm>), 13 de outubro de 1997 e página da Conservation International do Brasil, 11/11/97, <http://www.bdt.org.br/bdt/cibrasil/>

<sup>56</sup> <http://www.bdt.org.br/bdt/cibrasil/>



cultural e ecológico, instituições de classes e universitárias. Ocílio Ferraz explica que as “agências de viagem pouco intervêm, os próprios grupos organizam-se”, em números que variam entre 10 e 40 pessoas. Atraídos por um turismo barato e exótico, os visitantes costumam buscar “subsídios pedagógicos: folclore, história... e a alimentação original que servimos: cafés e almoços típicos.”. São pessoas provenientes da própria região ou de outros estados, ocasionalmente “grupos da Finlândia, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, de fascinados com o legado indígena.”

Na opinião de Ocílio Ferraz, a presença de uma consciência ecológica nos receptores e visitantes é o que distingue o ecoturismo do turismo convencional. O ecoturismo surgiu no Brasil em decorrência das lutas pela formação da consciência ecológica, movimentos ambientalistas difundidos na década de 70. Deste modo, o ecoturismo não é derivação de um processo de segmentação do mercado turístico, mas de evolução conceitual do entendimento tido por turismo. A demanda por esta forma de turismo vem em função de um movimento de busca, vivido pela população das grandes cidades, a fim de alcançar suas origens. Fator este que, somado ao grande número de áreas naturais brasileiras, acaba por proporcionar condições favoráveis ao crescimento do ecoturismo no Brasil.

#### **b) Associação Ituana de Proteção Ambiental - AIPA**

O presidente Juljan Czapski respondeu ao questionário dizendo que não considerava a AIPA uma ONG atuante na área de ecoturismo, por despertar polêmica diante dos ideais de preservação. O que realiza é a educação ambiental, que inclui trilhas ecológicas. Esse trabalho através do uso de trilhas, tem como objetivo “mostrar os sons característicos da fauna, fazer as pessoas sentirem a natureza”, permitir as pessoas conhecerem diferentes ecossistemas da área de proteção — “...o cerrado, a mata ciliar, áreas alteradas pelo homem para as atividades agrícolas e trechos degradados...”. As trilhas ecológicas foram criadas pela associação, na Área de Proteção Ambiental Bairros Varejão Taquaral, em Itu, todas com início na própria sede na AIPA, localizada no bairro rural Varejão. (URTIGA n. 113. dez. 96)

Outra matéria deste jornal, “Férias Ecológicas”, apresenta algumas orientações dirigidas àqueles que possam vir a ser “ecoturistas”. “O ano acabou, chegaram as festas e as férias. A hora é de relaxar. Por isso, siga a dica mais importante: preserve seu próprio organismo. Planeje suas férias. Escolha um encontro com a natureza, dizendo não às atividades estressantes. Não esqueça de evitar excessos alimentares, para não enlouquecer seu organismo. Comece 1996 de bem com a natureza interior e exterior.” São as indicações de cuidados com o corpo humano. A necessidade de fotografar a natureza chega como regra de boa conduta ecológica: “Na mala do ecologista que se preza não falta máquina fotográfica. Assim se leva o maior número de lembranças, através de imagens, e não de depredação da mãe natureza...”

O envio de alguns exemplares do Jornal URTIGA, onde costumam publicar abordagens sobre o ecoturismo, Czapski destacou um artigo sobre a Ilha do Cardoso<sup>57</sup>. Numa reportagem feita pelas jornalistas Silvia Czapaki e Malu Ribeiro (URTIGA n. 79. Fev. 94), o texto coloca em questão a prática do ecoturismo promovido pelos operadores de viagem: “São centenas de visitantes, que enfrentam o percurso até Cananéia mais 3 horas de barco, para acampar ou alugar quartos das casas dos moradores, especialmente em fim de ano e período de carnaval. Muitos vêm através de agências turísticas que usam o

<sup>57</sup> Parte integrante do sistema estuário-lagunar Iguape-Cananéia no estado de São Paulo.



selo de turismo ecológico.” Com o título de “Um parque ameaçado”, alguns problemas associados ao turismo são enumerados como, a especulação imobiliária;

No núcleo Picinguaba no litoral norte de SP, por exemplo, a especulação imobiliária forçou vários nativos a vender suas terras e casas para turistas, com isso o espaço para a agricultura ficou muito reduzido. É notória as perdas desta comunidade, não obstante o esforço para resistir a tantas pressões. Para a autora, algumas peculiaridades ambientais e culturais do lugar representam um verdadeiro atrativo para a invasão do homem moderno. Uma delas são as boas condições portuárias. (Angelo, 1986, p. 458)

Apesar das transformações econômicas provocarem mudanças nas relações econômicas de trabalho, e alterações no modo de produção artesanal para o industrial, é necessário salientar que os próprios moradores/pescadores não negligenciaram o problema fundiário. Em 1986, a população de Picinguaba estava dividida entre moradores no local, constituindo cerca de 84 famílias, 51,9% do total, e novos moradores, turistas com casas no local, que atingiram o número de 78 famílias, ou seja, quase a metade (48,1%) da população. Estas mudanças registram uma série de implicações associadas ao conflito entre estes dois grupos de moradores. (Angelo, 1990)

O depoimento do presidente da Associação dos Moradores da Ilha do Cardoso, Ezequiel de Oliveira também foi citado: “eu acho que nessa convivência com vocês, o consumismo aumentou. O consumo do caçara era meia dúzia de coisas, né? A gente mantém a cultura e o tipo de atividade, por que é só 3 meses por ano com turismo. Então, tem 9 meses que o pessoal fica na pesca, nas coisas costumeiras.” Ao mesmo tempo ele não acha justo impedir e acredita que a comunidade local deva ter capacidade para atender a demanda turística. Ele advoga sobre um “manejo” nos termos de que aqueles já com 10 quartos construídos parem de aumentar este número, enquanto outros, ainda sem ter construído, passem a fazer quartos para receber estes turistas. A opinião de técnicos do Instituto Florestal, por sua vez, foi salientada por argumentar a necessidade de limitar o turismo, e distribuir a visitação por toda a Ilha em grupos pequenos e monitorados.

### c) *Eco Sistema*

O grupo Eco Sistema respondeu ao questionário esclarecendo que as atividades desta ONG tiveram início em 1989, porém institucionalizada somente em 1994. No dia 19 de dezembro de 1996, foi decretada de Utilidade Pública pelo município de São José dos Campos sob a lei n.º Rio-92. 4994/96. A Eco Sistema presta serviços ligados à área ambiental como a elaboração e desenvolvimento de projetos, captação de recursos, treinamento para empresas e órgãos governamentais, e passeios, atividades de lazer ao ar livre.

“A prática do ecoturismo surgiu em face da necessidade que o grupo possuía em tornar as Unidades de Conservação do Estado de São Paulo em unidades sustentáveis, como sugere a Agenda 21 da Rio’92. Desta forma o grupo desenvolveu o projeto ADVENTURE TREK, que seria mais tarde o nome do nosso informativo, para proporcionar aos filiados e à sociedade uma proposta de viagens diferenciadas para estas pessoas, fazendo-as participar de forma intensa e interativa das unidades de conservação do estado e do Brasil. Sentimos esta necessidade, pelo fato de que a grande maioria, senão todas as agências operadoras de turismo nesta área, faziam seus roteiros baseados simplesmente nos atrativos das áreas naturais, não se preocupando com as normas e a forma de Gestão da Unidade, e sem nenhum cuidado de como estes turistas visitariam estas áreas”.



A idéia que motivou o início do trabalho na área de ecoturismo foi “o ideal de despertar nas pessoas o espírito de contemplação e proveito das áreas naturais sem se tornar um predador, utilizando-a de forma integrada harmônica e consciente”.

O projeto ADVENTURE TREK tem estabelecido como principal área de visita as Unidades de Conservação, áreas protegidas por lei, que permitam o uso intensivo. Guias da entidade são oferecidos para orientar e fazer cumprir as normas dessas unidades. Os guias locais conhecem as áreas visitadas, assim os roteiros têm como propósito “desenvolver nas pessoas o espírito preservacionista e conservacionista nelas muitas vezes oculto.” O espírito de aventura é explorado através de esportes como trekking, canoing, rapel, escalada, assim como o conhecimento integrado à natureza e a noção de respeito aos seus limites. Os passeios costumam ser de curta duração de um a seis dias, e podem evidenciar a parte histórica e atual das comunidades circunvizinhas, bem como aspectos da fauna e flora. Procuram respeitar a noção de passeios de mínimo impacto e fornecem serviços de alimentação, fretamento de ônibus, guias e monitores, tentando manter a capacidade de “carga” das trilhas.

As pessoas que procuram este tipo de atividade na Eco Sistema, em geral “solicitam atividades de aventura, para que possam desafiar seus próprios limites”. As acomodações costumam ser os acampamentos, mas dependendo da duração da viagem, pousadas a fim de atender um mínimo de conforto, cama, banho e alimentação. Na maioria, são pessoas vindas da grande São Paulo e também do Rio de Janeiro, Campinas, Jundiaí, cidades do Vale do Paraíba, sul de Minas, profissionais liberais, que mostram interesse neste tipo de programa.

A organização conta com a participação individual de seus membros e filiados na divulgação de seus trabalhos e possui um banco de dados para mala direta anual em torno de 5000 cadastrados entre empresas, escolas e pessoas. As campanhas promovidas procuram atingir toda a sociedade. A inserção em vários meios de comunicação social — como a Folha de São Paulo, Metrô News (São Paulo), Vale Paraibano (Vale do Paraíba), Diário de Jacareí, além de rádios locais da Vale do Paraíba, como Vale FM, Band Vale AM, seja através de matérias como de anúncios; as revistas Os Caminhos da Terra e Outdoor com anúncios e até a Central Globo de Jornalismo local em matérias — é uma característica desta entidade.

Na opinião de Charles Loyres Gomes, o turismo convencional é identificado como sendo um turismo de massa e feito em áreas onde há construções, visitas em áreas construídas pelo homem, áreas urbanas. O ecoturismo se realiza em áreas naturais com visitas às comunidades do entorno e não está necessariamente vinculado à noção de sustentabilidade.

#### **d) Agência Para o Desenvolvimento Sustentável - ABDS**

Agência Para O Desenvolvimento Sustentável – ABDS é formada por planejadores que julgam que um “ecoturismo mau conduzido pode acarretar mais malefícios do que benefícios às áreas naturais e comunidades” e foi motivada a iniciar um programa de capacitação de proprietários particulares de áreas naturais para o ecoturismo. Isabel Garcia explicou que esta ONG não tem a pretensão de operar roteiros de ecoturismo, mas oferecer assessoria<sup>58</sup> com o intuito de desenvolver um ecoturismo planejado e não predatório, isto é, sustentável. Ela afirma que o único roteiro ofertado será executado na área de demonstração, de realização do projeto piloto. Esta área é uma propriedade em área de Mata Atlântica no

<sup>58</sup> Este serviço pode ser pago ou gratuito.



Vale do Ribeira, sul de São Paulo, onde após estudo e zoneamento está sendo implantado uma unidade receptiva para ecoturistas — pequenos alojamentos integrados com a paisagem, casas construídas nos moldes das caipiras da região. Esta propriedade é bem dotada de atrativos naturais, com trilhas pela mata, cachoeiras, presença de animais silvestres.

“O principal conflito é convencer as comunidades, pequenos proprietários e até mesmo governos interessados, que o ecoturismo não é a tábua de salvação. Ele deve ser encarado como atividade complementar, devido à sua sazonalidade e deve respeitar a capacidade de suporte do meio.” Alerta Isabel Garcia.

No documento “Entendendo o Meio Ambiente” consta que a ABDS — formada por profissionais das áreas de comunicação, agronomia, educação, turismo ambiental e direito — tinha como objetivos de trabalho as seguintes atividades:

“Ecoturismo: capacitação para o planejamento e gestão da atividade como uma alternativa de desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda e preservação; Comunicação para o desenvolvimento sustentável: projetos e assessoria para ONGS, empresas privadas, órgãos governamentais e projetos independentes; e, Capacitação para o autodesenvolvimento: assessoria técnica em projetos sustentáveis, visando a capacitação para formação de empresas associativas (cooperativas, associações), conciliando melhoria de qualidade de vida, geração de emprego e renda e preservação ambiental.”

#### f) *Centro de Amigos da Natureza - CAMIN*

Delma M. Vidal respondeu às solicitação da pesquisa sobre ecoturismo, encaminhada na forma de um questionário, esclarecendo que o Centro de Amigos da Natureza - CAMIN constitui um grupo pequeno, fundado em 1976, sem fins lucrativos, que não atua com o ecoturismo. Mas as atividades realizadas são caminhadas pelas montanhas e espeleologia, além do envolvimento com problemas ambientais da região de São José dos Campos. Desta forma, as perguntas definidas para o ecoturismo não se aplicariam ao caso desta organização.

A decisão de procurar o CAMIN surgiu através do documento da SMA-SP "Entendendo o Meio Ambiente", onde a ficha técnica desta ONG, descrevia suas atividades. Dentre elas destacam-se: Promoção de atividades esportivas de baixo impacto ecológico: montanhismo, alpinismo, espeleologia, mergulho, ciclismo e canoagem; Realização de expedições às principais áreas de conservação do Brasil e do exterior, Antártida, Patagônia, Saara, Ilhas Galápagos e de Páscoa, Alaska, Canadá, EUA, etc.; Realização de atividades de educação ambiental com escolares e coleta de lixo nas trilhas. Além destas atividades consideradas de relevante similaridade com o ecoturismo, vale aqui salientar as outras atividades enumeradas naquele documento e que o CAMIN estaria realizando, tais como: Levantamento de cavernas no PETAR e outras regiões do país; Participação de todas as atividades no município e região sobre questões ambientais; Assento nos Conselhos Municipais de Caçapava e São José dos Campos (presidência); Participação na "Frente Verde das ONG's Ambientalistas do Vale do Paraíba"; promoção de debates com os candidatos à prefeitura; atuação através das formas tradicionais adotadas pelas ONGs — cartas, artigos para jornais, campanhas de abaixo-assinados, etc. Realização de palestras em escolas, empresas e outras, abertas ao público; realização e organização do XV Congresso Brasileiro de Espeleologia promovido em 1983 pela SBE em São José dos Campos.



A necessidade de saber se aquelas práticas são definidas pelo CAMIN como sendo de ecoturismo ou não e de obter detalhes sobre as atividades esportivas e expedições que oferece, tendo em vista a semelhança com a noção que se tem de ecoturismo, foi em parte resolvida. Na postura desta ONG, qual a diferença entre ecoturismo e suas atividades realizadas? Como estas atividades esportivas e expedições estão vinculadas às questões dos problemas ambientais, que esta ONG procura lidar? Por que o CAMIN escolheu promover caminhadas, espeleologia, montanhismo, expedições em áreas de conservação, e se haveria nisso alguma proposta de concepção ecologista?

Com o propósito de responder algumas destas indagações, Delma Vital afirmou que o CAMIN não oferece expedições. Disse preparar expedições quando alguns membros do grupo se dispõem a realizá-la, para tanto apenas oferece informações de quem já fez a viagem para os interessados, ou a possibilidade de encontrar pessoas interessadas. Quando se forma um grupo, o custo do aluguel do ônibus ou da gasolina dos próprios veículos o custo é rateado.

“São atividades que não custam praticamente nada pois a alimentação tende a ser ainda mais barata que em sua própria casa (cada um leva o que prefere comer, obedecendo as regras do bom senso - nada de latarias, alimentação leve e nutritiva,...) o custo maior é o deslocamento. Entretanto, você não tem nenhuma mordomia: tem que levar suas próprias coisas ou carregar parte da barraca em que vai dormir, reinando apenas um espírito muito forte de camaradagem e de auxílio mútuo, para os que tem maiores dificuldades. Com o envolvimento no grupo cada um tem o dever de apreender as regras básicas de orientação.”

Na tentativa de definir o que distingue uma empresa de ecoturismo das atividades de uma ONG ou o que o CAMIN realiza, Delma Vital apontou o “lucro”, como linha de separação. Entretanto advertiu que esta possa parecer tênue em alguns casos. Ela esclarece seu posicionamento:

“uma empresa de ecoturismo é uma empresa de turismo especializada em atividades junto a natureza, como empresa de turismo seu objetivo é o lucro e a sobrevivência financeira do grupo de pessoas ligadas a ele (proprietários e empregados); uma ONG é uma entidade sem fim lucrativo, não é uma empresa. Quando se dedica a caminhadas, por exemplo, o faz por amor a natureza e quando se dispõe a levar consigo pessoas que não pertençam ao grupo, tem como objetivo partilhar este amor e ao mesmo tempo divulgar e atrair pessoas para este ponto de vista.”

Delma Vital argumenta que não faz muitos anos que era possível discernir tal diferença. Entretanto,

“Com a atuação cada vez mais intensa das ONGs em atividade de proteção a natureza e os auxílios que começa a aparecer, inclusive do exterior, para financiar estas atividades, surgiram os que tentam ganhar dos dois lados: ecoturismo e atividades de proteção ambiental financiadas, que podem até ter um objetivo ambiental correto, mas que certamente também servem para garantir a subsistência dos patrocinadores. Muita gente que não entende nada de natureza e sua proteção e nem procura estudar muito, passou a se chamar ambientalista e realizar programas de educação ambiental. Há também, sem dúvida, os de boa vontade, nem todos agem de má fé, mas o problema é a clareza para os de fora do que realmente ocorre pois não se exigem diplomas, apresentação de balancetes e acertos de conta claros na maior parte das vezes.”

Vital ressalta a necessidade de obter recursos superiores às mensalidades dos associados — número que varia muito de uma organização para outra, enquanto as grandes sobrevivem com doações —, no mínimo para manter pessoas trabalhando em tempo integral. Ela não conhece nenhuma ONG na região fazendo do ecoturismo uma fonte de renda. Ela diz que estas nuances dificultam a identificação



daquela diretoria idônea e idealista, capaz de garantir que não haja fim lucrativo nas atividades de sua organização.

Delma Vital procurou abordar a mistura desordenada entre educação ambiental e ecoturismo, por parecer comum fazer um em nome do outro. Ou melhor, na prática não se educa apenas se faz um passeio para mostrar ou discursar sobre a ótica do “ambiental” ou “ecológico”. Reconhece-se a educação ambiental por disponibilizar a oportunidade de mostrar a importância de preservar, bem como os problemas de degradação sem que haja um acompanhamento pedagógico e curricular.

Infelizmente não há como neste trabalho analisar esta questão, porque extrapolam as delimitações da pesquisa. Caberá, todavia, colocar o problema. Restringindo-se no momento ao testemunho de Delma Vital, que aponta a educação ambiental como algo aparentemente fácil de ser realizado. Ela julga ser domínio de “uma das ciências mais difíceis da atualidade, tantas são as contínuas descobertas sobre o meio ambiente e as polêmicas discussões sobre detalhes como lixo, efeito estufa.” Para ela, o MEC e o MMA deveriam assumir a função de orientar como proceder neste sentido. No seu entender, a educação ambiental não deve ser uma matéria à parte mas estar contemplada em todas as matérias, história, matemática, etc. Quanto ao que os grupos podem fazer, enquanto atividade espontânea na sociedade, é desenvolver uma atividade específica com um grupo particular ou o que ela denominou ser uma “atividade de divulgação da natureza”, através de “caminhadas para estimular o carinho e o respeito pelo que nos cerca”.

### **g) Reserva Ecológica da Fazenda Boa Vista**

A Reserva Ecológica da Fazenda Boa Vista<sup>59</sup> é uma propriedade particular e ONG particular, fundada em 1977, e está localizada na Área de Proteção Ambiental de Roseira Velha no Vale do Parnaíba, no município de Roseira - SP. José Luiz Pasin, diretor e proprietário, respondeu ao questionário dizendo que o início do trabalho com o ecoturismo se deu em 1980 com o intuito de conseguir recursos para manter a reserva e o ecomuseu da Fazenda Boa Vista.

O público interessado costuma ser estudantes, professores, grupos de terceira idade e turistas em geral, (colégios e empresas e clubes de serviços, etc.). Pasin informa que uma média de 1.500 pessoas visitam a fazenda por mês, particularmente nos períodos de abril a outubro. Estas pessoas usam o espaço — que “Trata-se de um primitivo engenho de açúcar e aguardente na segunda metade do século XVII e fazenda produtora de café no século XIX.” além da vegetação, pomar e jardins — para aprendizagem e lazer.

O “Projeto de Ação Cultural e Ambiental” apresenta seus objetivos principais:

---

<sup>59</sup> Segundo Pasin, na Reserva Ecológica da Fazenda Boa Vista funciona um Posto Avançado da Reserva da Biosfera, do projeto MAB da UNESCO. De acordo com informações (Informações obtidas no dia 11 de novembro de 1997 através da internet, com o seguinte endereço (URL): [http://www.conservation.org/science/cptc/capbuild/unesco/s\\_amer/cintverd/problema.htm](http://www.conservation.org/science/cptc/capbuild/unesco/s_amer/cintverd/problema.htm)) provenientes da organização americana “Conservation International”, “A Reserva da Biosfera é uma figura instituída pela UNESCO para abrigar uma rede de áreas, no globo, de relevante valor ambiental para a humanidade. Representa um forte compromisso do Governo local, perante seus cidadãos e a comunidade internacional que realizará os esforços e atos de gestão necessários para preservar essas áreas e estimular o Desenvolvimento Sustentável, dentro do espírito da solidariedade universal.” O Programa MAB, isto é, *Man and biosphere* ou “O Homem e a Biosfera”, prevê um zoneamento da “Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo”, criada em 1993 abrangendo 66 municípios, dividida em três categorias: zonas núcleo, zonas tampão e zonas de transição. O fato de São Paulo ser a segunda maior cidade do planeta concentrando 10% da população brasileira e ter baixo índice de área verde por habitante, teriam sido as principais razões da realização deste ato.



“Resgatar no ser humano o contato com a natureza e a possibilidade de integração com o grupo. Despertar a consciência ecológica, o desenvolvimento sustentável e a preparação do meio ambiente para o novo milênio. Estudar o passado do Brasil, despertando a responsabilidade de cidadãos conscientes, na construção do hoje e do amanhã. Trabalhar a dimensão do afeto por meio da sensibilidade no contato consigo mesmo e com o outro.”

Para a realização destes objetivos o Projeto apresenta algumas alternativas de curtos roteiros para grupos mínimos de 30 pessoas a um custo individual de 3 Reais e com duração de 3 horas.

Trilha Ecológica: um passeio pelas dependências da fazenda, do museu e da reserva ecológica. A atividade está direcionada a mostrar as riquezas do passado e a trabalhar as relações interpessoais.

Trilha da Independência: a história do Vale do Paraíba é conhecida refazendo o caminho percorrido pelo Príncipe Dom Pedro em 1822.

O “Projeto de Ação Cultural e Ambiental” ainda define o que observar em cada trilha existente para ser percorrida. Na Trilha das Nascentes chama-se a atenção para a erosão, o assoreamento, a degradação do solo e vestígios do antigo rio. Na Trilha Águas da Boa Vista observa-se erosão, decomposição das rochas (alteração para formação do solo), assoreamento, microorganismos (fungos e cogumelos), vegetação nativa, os entulhos no rio e rochas (substrato). Na Trilha do Migrante é possível ver vale, planície, urbanização, eixo de transporte, mata ciliar (Rio Paraíba), degradação do espaço. Na Trilha dos Escravos, plantio do 1º curso, entulhamento do rio, vista geral do vale, nascentes, enquanto que no Caminho do Imperador teria a perspectiva histórica.

Há também a realização de um curso “Pessoa - Natureza - Vida” focado na inteligência emocional, os elementos da integração grupal, com os de sensibilidade e psicodrama. “O trabalho nasce do contato individual e do resgate do ser com a natureza, e busca as dimensões de amizade e afeto. Ideal para professores, empresários, profissionais liberais e integrantes de clubes de serviço.” O espaço da Fazenda Boa Vista também está aberto para ser utilizado da forma como um grupo desenvolva sua própria metodologia, os espaços ofertados para este uso são o auditório, museu, pátio das artes e a reserva ecológica. José Pasin, professor e ambientalista, coordena este Projeto, que conta com “um corpo de orientadores e agentes culturais treinados para o tipo de trabalho que oferece.”

José Pasin escreve que o Projeto: “Ser humano - natureza - vida”, é um programa de palestra, caminhada ecológica e momento de reflexão, com os seguintes objetivos:

1. “Proporcionar à pessoa, um período de reflexão e reencontro com suas emoções, através de uma vivência diretamente relacionada com a natureza, na reserva ecológica da Fazenda Boa Vista, em Roseira Velha.
2. Despertar na pessoa a motivação para a preservação do meio ambiente, através de uma caminhada ecológica reflexiva, ampliando seus conhecimentos e integrando a experiência de cada um no reencontro consigo mesmo.
3. Liberar a pessoa da rotina de suas atividades, permitindo que ela, livremente, refaça suas energias e reencontre o equilíbrio necessário para prosseguir seu trabalho a nível de consciência individual e junto a seus semelhantes.
4. Levar a pessoa a redescobrir seus valores individuais e rever seu papel revolucionário na construção de uma sociedade mais justa e mais harmônica.
5. Permitir à pessoa rever seus conceitos, ideais, linguagem e postura, recondicionando positivamente suas energias criativas, na compreensão da importância fundamental do relacionamento afetivo e intelectual com seus semelhantes.”



No documento “Entendendo o Meio Ambiente” consta quais as principais atividades realizadas na Reserva Ecológica da Fazenda Boa Vista: “Recuperação da paisagem botânica (Mata Atlântica); Educação Ambiental; Desenvolvimento do projeto Professor Natureza Vida, um trabalho que envolve professores da rede pública e particular de Ensino, através de vivência diretamente relacionada com a natureza, na reserva ecológica da fazenda Boa Vista; Roteiros de ecoturismo; Refúgio de animais silvestres; e, Reflorestamentos das nascentes e grotas.”

#### **b) *Clube dos Amigos da Natureza e da Ecologia/Grupo Ecológico Caneco Verde***

Apesar desta ONG não ter respondido ao questionário, conhece-se algumas informações pela experiência de ter feito um passeio de um dia pelas trilhas de Paranapiacaba. A realização de caminhadas, em 1995, eram acompanhadas por monitores voluntários, para interessados em educação ambiental e conscientização ecológica. Em um de seus folhetos esta ONG se define: “Somos uma entidade ambientalista, uma ONG que faz caminhadas, trekking, que são passeios a pé pela natureza, por rios, lagos, cachoeiras, montanhas, florestas, praias e cavernas com a finalidade de preservar o meio ambiente onde você vive. Atuamos em mais de 8 serras e em mais de 25 locais diferentes (São Paulo e Minas Gerais).”

Apesar dos passeios serem abertos ao público em geral, haviam orientações para grupos escolares:

“Nosso preço para a Serra do Mar é de R\$ 4,00 (quatro reais) por aluno, podendo ir 36 pessoas pagas e vão 4 a 5 professores(as) sem pagar nada e levamos de 4 a 5 guias e monitores. Os alunos irão aprender educação ambiental e conscientização ecológica na prática com noções de sobrevivência nas matas, marcações e sinalizações de trilhas, primeiros socorros, noções de montanhismo, alpinismo e de espeleologia (cavernas), com a finalidade de transformar as pessoas em defensores da natureza e guia ecológico para participar de equipes de busca e salvamento.”

Uma atividade interessante era a coleta de lixo deixado por outros visitantes. O guia Antônio, os chamava de “vândalos”, ao avistar da trilha sacos de lixos de coletas passadas jogados ao fundo de um vale. Em seguida ia até em baixo recolher o lixo. Enquanto isso o grupo o esperava pacientemente ou mesmo questionando que programa de lazer era aquele. Outro folheto trata deste trabalho que era realizado com as caminhadas: “O CANECO VERDE limpou e recolheu todo o lixo jogado nas trilhas, matas e águas, e como a prefeitura de SANTO ANDRÉ não quer saber de trabalhar, não nos ajuda com sacos de lixo nem coloca latões de lixo nas trilhas, colabore conosco não jogando lixo, levando ele de volta para a 1ª lixeira alta que encontrar.”

Em síntese, a programação de passeios e caminhadas (com preços apenas para pagar o custo do transporte, seja de trem, metrô ou ônibus de rodoviária, variavam de R\$ 2,00 a R\$ 16,00 por pessoa) tinha destino para: Rios Taiaçupeba, Anhanguera, Cachoeiras dos Namorados, Água Fria, Do Gustavo, Parque Estadual do Juqueri em Franco da Rocha, Serra do Mar pelo Rio Gaió, Serra da Cantareira, Serra do Mar por Embu-Guaçu, Serra do Japi para Jundiá, Cachoeiras de Franco da Rocha até represa de Mairiporã, Serra do Mar para Juquitiba, Cachoeiras do Rio Itapanhau.

#### **i) *Ipa-Ti-Ua Vivência Ambiental***

Este grupo surgiu em 1988. Segundo Marincek, é uma derivação da Eco Associação - que seria também uma ONG, apesar de estar neste trabalho apresentada como uma agência de turismo. Apesar



desta organização não ter respondido ao questionário, sabe-se<sup>60</sup> que é especializada em roteiros para escolas, para a realização da prática do ‘estudo de meio’ como forma da educação ambiental. A inserção desta ONG no mercado ecoturístico, entretanto, é bastante perceptível, dada a contínua referência a seus pacotes por parte de Jornais como a Folha de São Paulo e revistas como “Os Caminhos da Terra”, em sua seção “Verdes Viagens”. Em consulta pelo telefone em 1996, esta agência oferecia pacotes para a Ilha do Cardoso e para o Pantanal. Os novos pacotes estavam previstos para o início de fevereiro, durante o feriado do carnaval. As datas estavam sempre ligadas aos feriados devido à disponibilidade de seus instrutores, biólogos e geólogos com outra atividade principal.

Para o Pantanal — ainda sem um grupo formado, na data de 13 de dezembro de 1996, mas que podia ser individual — era para a fazenda Rio Negro, local das filmagens da novela “Pantanal” da rede de televisão Manchete. A chegada em Campo Grande era por conta do ecoturista, não obstante a agência poder providenciar a compra da passagem aérea ou terrestre. A atuação da agência se iniciaria a partir do encontro e acompanhamento do monitor em tempo integral, incluindo o transporte aéreo até a fazenda, a hospedagem, pensão completa, caminhadas, “visitas” aos jacarés, passeios de barco e de jipe e a cavalo. Para um grupo de apenas duas pessoas e durante 4 dias e 3 noites o pacote custava R\$ 885,00, valor que seria acrescido às despesas de chegada em Campo Grande, para três pessoas aquele preço cairia para R\$ 742,00 e para cinco (número de vagas do avião, e não limite de pessoas na fazenda), R\$ 627,00, por pessoa.

A Ipá Ti-uá trabalha com preços de mercado e não de custo como foi observado com o grupo Caneco Verde. Em abril de 1997, a revista “Os Caminhos da Terra”, anunciou um de seus pacotes. Era para Ilha Grande (RJ) custando R\$ 420,00 referente a quatro dias. Em setembro de 1997, o mesmo periódico indicou este roteiro pela Ecos Natur por R\$ 185,00.

Uma das especialidades desta agência é o trabalho com escolas. Dependendo do assunto estudado pela turma de alunos ela oferece um apoio com o estudo de meio e a educação ambiental. Os lugares escolhidos para estes programas dependem da temática de estudo, se o interesse é conhecer as formações rochosas ou a diversidade animal, por exemplo. Com um grupo mínimo de 10 estudantes é possível organizar as saídas, que podem durar apenas um dia ou um fim-de-semana. Outra origem de formação de grupos era através de um contato com o Rotary Club, nestes casos o pacote costuma ser fechado para estrangeiros americanos.

No documento “Entendendo o Meio Ambiente”, constava que a região de atuação da Ipá Ti-uá Vivência Ambiental — liderada por Claudete A. Fortues de Oliveira e Marcelo Teixeira — eram diversas áreas de preservação e ambiente urbano. As principais atividades foram enumeradas: Projeto ecossistemas brasileiros; Educação Ambiental; Comportamento Animal; Observação de campo; Trabalho com adultos: ecoturismo educativo; Elaboração de caderno de atividades de educação ambiental para ambiente urbano (1º e 2º graus) - (em fase de pesquisa - trabalho executado juntamente com CAPES/PADCT); Criação do CEPREM - Centro de Estudos para Preservação e Reprodução de Mamíferos Silvestres; e Publicação de trabalhos em congressos, revistas de divulgação e livros didáticos ligados à temática do meio ambiente.

<sup>60</sup> Através de informações colhidas pela primeira estratégia de pesquisa na qual foi assumido o papel de consumidora a procura de pacotes ecoturísticos através de telefonemas. Além da Ipá Ti-uá Vivência Ambiental, foram consultadas em dezembro de 1996: Naturismo Agência de Viagens; Hadama Ecoturismo; Ecotrip Turismo Ecológico; Climb Expedições; Highland Adventures; Biotrip; Brasil Adentro Turismo Ecológico e Freeway Trilhas e Natureza.



César Dassie cita a opinião de Marcelo, “Não existe ecoturismo desvinculado de uma preocupação de estímulo para a criação de novos hábitos para a sociedade. O turismo ecológico deve estar comprometido com um processo educativo, que busca sensibilizar pessoas e conseguir aliados que se preocupem com a preservação dos ecossistemas que visitaram. Isto, com certeza, acabará influenciando na qualidade de vida das futuras gerações.” (Dassie, p. 24) Segundo esta posição, ecoturismo e educação ambiental seriam nomes diferentes para a mesma coisa.

**j) Educadores Do Meio Ambiente: Centro De Pesquisas Ambientais - EMA**

Segundo Marcos Barros Machado, no documento “Entendendo o Meio Ambiente”, o grupo EMA foi fundado em 1993 em Santos, onde realiza as seguintes atividades: “Educação ambiental em escolas e comunidade; Ecoturismo - Baixada Santista - ambiente natural e urbano; Participação da Agenda 21 através da P.M. Santos - Seman - com o projeto de "Educação Ambiental Engenho dos Erosnos"; Participação das políticas ambientais no município (Plano Diretor - Lei Orgânica); Capacitação para geração de renda, proveniente de técnicas alternativas de reciclagem; e, Denúncias de danos ambientais.”

**k) Estação Guanhanhã**

A. P. Guerreiro informou durante o Programa estadual de Apoio à ONGs (1995-1996) organizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo que a organização Estação Guanhanhã, fundada em 1994 na cidade de São Paulo, atua na região de Mata Atlântica em Peruíbe. Na listagem das atividades realizadas constava: “Campus avançado na Mata Atlântica, Peruíbe; Educação indígena; Educação ambiental; Reciclagem do lixo; Ecoturismo; Pedagogia da biodiversidade; Formação de militantes em meio ambiente; Piscicultura; Laboratório de projetos aplicados a Mata Atlântica; e, Participação no projeto especial para recuperação da Mata Atlântica: replantio de palmitos nativos e híbridos, piscicultura para pesca artesanal e preservação da cultura tradicional nas comunidades indígenas.”

**l) Gaiivotas Atlântico Sul - Educação Ambiental / Ecoturismo - GASEA**

No documento “Entendendo o Meio Ambiente”, aparece a informação de que esta organização tem as regiões de Itanhaém, Peruíbe e Mongaguá como áreas de atuação. Hellen Oliveira comunicou que o início das atividades se deu em 1990, estabelecendo sede na Praia das Gaiivotas em Itanhaém, com práticas ligadas à operação praia limpa, atividades de ecoturismo e educação ambiental. No período em que os Programa estadual de Apoio à ONGs (1995-1996) a GASEA estaria desenvolvendo o “Projeto Mãos à obra em parceria com SOS Mata Atlântica, sobre Praia Limpa, onde será abordado o tema durante o decorrer do ano letivo, com um grupo de estudantes e professores”.

**m) Grupo Ecológico Ere**

No documento “Entendendo o Meio Ambiente” consta que o Grupo Ecológico Ere, com sede na cidade de São Paulo e atuação no leste do estado, foi fundado em 1992. Ronaldo Pires apresentou a ficha técnica desta ONG ao PROAONG apontando as principais atividades realizadas: Educação ambiental; Ecoturismo; Ecologia humana; e Museu ecológico. No “Jornal SOS Mata Atlântica”, março/abril de



1995, na seção “lazer ecológico”, estava anunciado um programa do Grupo Ecológico Erê. Tratava-se de ida a Monte Verde a São Francisco Xavier (Serra da Mantiqueira), passando pela Pedra Redonda, Mirante Chapéu do Bispo, que eram indicadas como as atrações a serem visitadas. A dica do programa orientava que a viagem seguia para São Francisco Xavier, onde “rios, cachoeiras e lagos, formando piscinas naturais aguardam os visitantes para refrescantes banhos.” No “Jornal SOS Mata Atlântica” (jan./fev. 95) a seção “Passeios Ecológicos noticiava a programação organizada pelo Grupo Ecológico Erê. Para a Serra do Japi (R\$ 27,00), Trilhas do Rio Juquiá (Juquitiba, R\$ 18,00, caminhada ou R\$ 36,00 com descidas de botes), Reserva Ecológica da Juréia (R\$ 36,00), Trilhas do Rio Itapanhaú (em Bertiooga, custava R\$ 27,00). “Em todos os passeios estão inclusos transportes fretados, guias, taxas de autorização, lanche e material informativo.”

#### *n) Movimento Futuro Verde*

Segundo Edmundo Garcia, o Movimento Futuro Verde, fundado em 1989, atua em São Paulo, Capital e Grande São Paulo tendo como atividades de interesse a ecologia humana, consultoria ambiental, ecoturismo, recursos hídricos e questão energética. As informações foram obtidas no documento “Entendendo o Meio Ambiente”, uma vez que o questionário não foi respondido.

#### *o) Fundação SOS Mata Atlântica*

Apesar desta entidade ambientalista não organizar programas ecoturísticos, tem dedicado tempo e reservado espaço para a promoção desta atividade — seja através da promoção e concepção de um programa que pode causar grande repercussão, o ‘Pólo Ecoturístico Lagamar’, seja com orientações de lazer em áreas naturais para os leitores, e filiados, de seu “Jornal SOS Mata Atlântica”. Com frequência são publicadas matérias e realizadas promoções de viagens sobre diversos destinos ecoturísticos. As orientações vão no sentido de que há lugares que quem ainda não conhece deve conhecer, de preferência antes que seja degradado ou que seja “descoberta” a beleza natural. Esta Fundação é hoje uma das poucas ONGs brasileiras com inserção na sociedade através da mídia. Roberto Villar<sup>61</sup> diz que ela é uma das exceções que “aprenderam a disputar tempo e espaço na mídia”, uma vez que conhece “o funcionamento dos veículos de comunicação, o processo de produção das notícias”

A SOS Mata Atlântica tem criado várias maneiras de arrecadar recursos, a mais rentável — R\$ 158.095,00 em janeiro a setembro de 1995 — tem sido a campanha de filiação através da seguinte chamada: “Use o seu lado capitalista para preservar o seu lado selvagem.” Trata-se de “A união da consciência econômica com a consciência ecológica.” Algo possível quando se acredita não haver incompatibilidade entre conservação do meio ambiente e desenvolvimento, posto que o objetivo de “garantir a manutenção de uma vida adequada para todas as espécies do Planeta” é comum a todas as partes. Assim, o folheto de adesão aos Cartões de Crédito SOS Mata Atlântica Bradesco Visa mostra como adquirir “os benefícios de um grande cartão de crédito, ao mesmo tempo em que, parte da anuidade, é destinada à SOS Mata Atlântica.”

<sup>61</sup> Villar, Roberto. Jornalismo ambiental - evolução e perspectivas. Agir Azul. 09/01/98 na internet, URL: <http://www.agirazul.com.br/journal.htm>



Aproveitando a mesma auto-definição que os 4.500 cidadãos<sup>62</sup> atraídos naquele período encontraram:

“A Fundação SOS Mata Atlântica é uma entidade privada sem fins lucrativos, partidários ou religiosos, criada em 1986 por ambientalistas, jornalistas, empresários e profissionais liberais. Seu objetivo é promover um desenvolvimento sustentável, em especial no domínio da Mata Atlântica, conservando o meio ambiente e garantido a manutenção do patrimônio natural e cultural para a presente e futuras gerações. Se você também compartilha destes princípios e acredita que a conservação da Mata Atlântica pode ser um grande negócio para a manutenção da vida, entre selvagem nesta luta. Solicite o seu Cartão preenchendo a proposta anexa. O Planeta Terra agradece.”

Sendo assim, não haveria mais motivo para oposição entre o “lado capitalista” e o “lado selvagem”. Os dois parecem funcionar como uma cadeia alimentar, sobrevivem os mais fortes na lógica da competição. Tão logo se troque “um bom negócio por natureza” as vantagens estão postas para ambos os lados — graças à parte da anuidade do Cartão SOS Mata Atlântica Bradesco Visa que é destinada à conservação dos 8,8% restantes da Mata Atlântica. A harmonia se estabelece com o cumprimento de um único imperativo: consumir, inclusive a Mata Atlântica, desde que este remanescente seja preciosamente conservado. Só é necessário consumir o espaço visual que resta na forma de “paisagem natural intocada”. A conservação é mútua, conserva-se o valor de um modo de vida fundado no consumo e o uso e consumo da “natureza intocada”.

A Fundação possui outras campanhas de filiação ou renovação de filiação. É comum dar como prêmio a chance de praticar ecoturismo: “Concorra a uma viagem ao Club Med”<sup>63</sup>, um final de semana com direito a acompanhante no Village Rio das Pedras (Margaratiba, bacia de Angra dos Reis - RJ), no Hotel do “Club Med no meio de uma reserva de Mata Atlântica”. O lugar “é um pequeno paraíso entre o mar e a montanha com muitas atividades e lazer”, onde os hóspedes podem percorrer trilhas e conhecer os trabalhos da Universidade Estadual, do Rio de Janeiro, e da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN).<sup>64</sup> Esta ONG faz o sorteio de viagem com direito a passagem, acompanhante e quatro dias no Refúgio Ecológico Caiman no Pantanal, para filiações feitas até final de abril de 1995.<sup>65</sup> Deste modo, a SOS troca estadas em áreas naturais preservadas por financiamento para a conservação deste mesmo “recurso renovável”.

No Jornal SOS Mata Atlântica há a indicação de passeios, viagens, etc. — são aqueles organizados por outras organizações não governamentais ambientalistas, como: Grupo Ecológico Erê, Grupo Ecológico Caneco Verde<sup>66</sup>, além de pacotes vendidos por agências, hotéis, etc. A SOS constrói — em seu periódico bimensal para filiados — uma noção do que vem a ser o ecoturismo e mostra quais os lugares, unidades de conservação, e práticas de lazer atrativos. Define um gosto especial para o consumo ecoturístico. Apresenta os parques propícios existentes e mostra como conhecê-los. Assim foi com o Parque Estadual de Ibitipoca<sup>67</sup>; a região litorânea de Itararé (Área de Proteção Ambiental – APA no sul

<sup>62</sup> Número que somando ao antecedente deu 11 mil filiados. Todas estas informações foram colhidas no folheto de adesão ao cartão e no Jornal SOS Mata Atlântica. nov/dez, 94.

<sup>63</sup> O Club Méditerranée é uma luxuosa rede francesa de hotéis para quem deseja “realizar seu sonho de férias num reencontro com a natureza, na redescoberta das coisas simples e belas, sem horários, sem pressões... perto da praia, da piscina... com todos os esportes à sua disposição... se você quiser... quando você quiser...” em seu folheto da unidade em Itaparica - BA.

<sup>64</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. nov/dez, 94.

<sup>65</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. 1995.

<sup>66</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. Jan-fev/1995.

<sup>67</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. set-out-nov, 95. Fontes, Cristiane. Ibitipoca: Sul de Minas abriga um dos melhores parques do país. p. 6.



da Bahia)<sup>68</sup>; o patrimônio histórico da cidade de Paraty e suas praias (Tarituba, São Gonçalo, Praia Grande, Paraty Mirim, Trindade, na divisa entre RJ e SP)<sup>69</sup>; a Estrada Parque para o ecoturismo na Estância Turística de Itu<sup>70</sup>; o vilarejo de Caraíva (a “100 quilômetros da saturada Porto Seguro”, Bahia)<sup>71</sup>; o Parque Nacional Marinho do Arquipélago de Abrolhos, no sul da Bahia<sup>72</sup>; o Cado de Santa Marta no sul de Santa Catarina<sup>73</sup>.

O Jornal diz ao leitor que o ecoturismo propõe o desenvolvimento do indivíduo e o respeito ao ambiente, tem o objetivo de sensibilizar e conscientizar sobre as problemáticas ambientais, suas causas e conseqüências, “levando-o a reflexão sobre a necessidade de mudanças em sua postura como cidadão, produtor ou consumidor, buscando através desta reflexão propostas para uma mudança no quadro ambiental para a qualidade de vida local e planetária.” “Por isso, a Eco-Tur desenvolveu o projeto Tietê Vivo, que faz turismo ecológico na nascente do Tietê em Salesópolis, há 100 km da Capital. Este projeto foi elaborado “por profissionais de diversas áreas, sob a orientação do Grupo Ecológico Nascentes do Tietê (GENT).”<sup>74</sup> As trilhas de Itatinga (Santos - SP) levam o turista à história e a aventura na Serra do Mar. O Projeto Nativa e a Travel Port Turismo ofertam passeios para estes lugares.<sup>75</sup>

Mais uma forma de incentivo à prática de ecoturismo é dar desconto para os filiados que vejam a divulgação de agências naquele jornal. “A SOS Mata Atlântica e a Naturismo Atividades Ambientais continuam oferecendo aos praticantes de ecoturismo duas opções de locais de grande beleza cênica, com prática de caminhadas, mountain-bike, canoagem e outras atividades ao ar livre.” Os filiados têm desconto de 25% nas diárias para a Pedra do Baú, refúgio de Montanha em São Bento do Sapucaí (Campos do Jordão - SP) ou para a Reserva Ecológica de Joatinga (Paraty-Mirim - RJ).

O grupo de espeleologia H2Omem e a Fundação SOS ofereceram um curso de espeleologia e um de canyoning, com direito a aula prática no Parque Estadual do Alto do Ribeira (Petar, no sudeste de SP) e a Brotas, respectivamente. “O curso de canyoning contará com a projeção de slides de fotos de Carlos Zaith, fotógrafo da revista Caminhos da Terra”.<sup>76</sup> Fotografar a natureza, eis um dos programas mais promovidos pela SOS Mata Atlântica. A Associação em Defesa da Juréia realizava curso de fotografia sobre a Estação Ecológica Juréia-Itatins, no Vale do Ribeira, os interessados deveriam possuir qualquer máquina fotográfica e pagar R\$ 100,00.<sup>77</sup>

A maior campanha, para ver e arquivar os resultados da produção de um objeto atrativo ao ecoturismo, foi o 1º concurso de fotografia Revela Brasil promovido em parceria com a Yázigi Intenational<sup>78</sup>. Juntos justificam a ação: “com o objetivo de realizar um levantamento do meio ambiente do país sob o ponto-de-vista da população.” Para atualizar o conhecimento da situação real do meio ambiente em todo o território brasileiro. “Para concorrer, as fotos devem ter como tema básico o meio

<sup>68</sup> Yahn, Mário Sérgio. Lazer Ecológico: Itararé tem praias de rara beleza. Jornal SOS Mata Atlântica. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, set/1996. p. 6.

<sup>69</sup> Yahn, Mário Sérgio. Paraty: A mais nova rota do turismo ecológico. Jornal SOS Mata Atlântica. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, set/1996. p. 6.

<sup>70</sup> Jornal SOS Mata Atlântica, ago/96. Estrada Parque: Show e passeio ciclístico marcam inauguração.

<sup>71</sup> Fontes, Cristiane. Lazer Ecológico: Caraíva, paraíso na região do descobrimento. Jornal SOS Mata Atlântica. Jan/1996. p. 6.

<sup>72</sup> Yahn, Mário Sérgio. Abrolhos: Um paraíso preservado na costa brasileira. Jornal SOS Mata Atlântica. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, jun/1996. p. 5.

<sup>73</sup> Yahn, Mário Sérgio. Farol de Santa Marta: Beleza e magia no sul do Brasil. Jornal SOS Mata Atlântica. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, jul/1996. p. 5.

<sup>74</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. nov/dez, 94.

<sup>75</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. março/abril de 1994.

<sup>76</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. set-out-nov, 95.

<sup>77</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. nov/dez, 94.

<sup>78</sup> Rede de ensino de línguas com 193 escolas espalhadas pelo país.



ambiente, sua interação com o Homem e os ecossistemas (Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Floresta Amazônica, Restinga, Manguezal, Caatinga, Dunas, entre outros). As imagens podem mostrar tanto áreas preservadas quanto degradadas.”<sup>79</sup>

### Promoção do Pólo Ecoturístico do Lagamar:

Com tamanha familiaridade com propostas práticas ligadas à promoção do ecoturismo, a Fundação resolveu institucionalizar a gestão da atividade. O hábito de fazer paulistanos apoiarem a necessidade de preservar as raras porções de áreas naturais remanescentes da Mata Atlântica vem sendo organizado através do lema “conhecer para preservar”. A proposta surge aliada às agências de ecoturismo a fim de impulsionar e regular o mercado no litoral sul do estado de São Paulo. Sendo a região de estuário do Lagamar no Vale do Ribeira uma das áreas em que a SOS mais atua, nada mais oportuno do que estabelecer lá um pólo para o desenvolvimento do ecoturismo. E assim esta ONG vem fortalecendo uma rede de destinos distribuídos entre os municípios de Iguape, Ilha Comprida, Pariqueira-Açu e Cananéia, incluindo roteiros para caminhadas, bicicletas, botes a remo, barcos a motor, competições esportivas e festas populares, com o propósito de suprir a demanda de adultos, escolas, esportistas, etc.

A evolução do projeto do Pólo Ecoturístico teve cobertura mês a mês no Jornal SOS Mata Atlântica, uma vez que se tornou uma das prioridades da Fundação. Em novembro de 1994, o presidente da SOS e proprietário do Refúgio Ecológico Caiman<sup>80</sup>, Roberto Klabin, apresentou uma palestra sobre suas experiências com o Ecoturismo.<sup>81</sup> O ato ocorrido na Câmara Municipal de Iguape para comerciantes e lideranças locais, já revelava ser parte da linha da SOS de considerar essa atividade como uma das alternativas de desenvolvimento econômico para a região do Vale do Ribeira.

Em julho de 1995, foi lançado o Pólo Ecoturístico do Lagamar, quando três reuniões com operadoras turísticas, empreendedores e autoridades locais ocorreram para a definição das atividades dos integrantes do projeto. Argumentou-se que os participantes deviam atender a critérios mínimos de qualidade, segurança, preço e profissionalismo. Um projeto no qual a Fundação SOS Mata Atlântica agencia e coordena a relação entre os diferentes agentes envolvidos, assume a função de divulgação do pólo e monitora as atividades ecoturísticas no intuito de manter a preservação ambiental do lugar.

Essa Fundação tinha a pretensão de oferecer cursos de “capacitação para profissionais” locais como de “guias e garçons”. O objetivo obedece a uma das preocupações do modelo de desenvolvimento sustentável, que assiste a sobrevivência da população nativa como condição ao crescimento das atividades econômicas mantidas por um controle ecológico. Em outras palavras, o ecoturismo se transforma em instrumento para a geração de empregos. Ao turista caberá pagar uma taxa adicional ao preço do roteiro para ser “usada em prol da preservação e da comunidade local”. Segundo Allievi<sup>82</sup>, cada turista paga uma “taxa ambiental” de R\$ 5,00 incluída no preço dos roteiros, para ser aplicado na região na forma de cursos de capacitação para os moradores e melhorar a infra-estrutura. Ou seja, uma arrecadação de

<sup>79</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, jun/1996. p. 6.

<sup>80</sup> O Refúgio Ecológico Caiman está localizado na fazenda pecuarista de Roberto Klabin, no Pantanal Matogrossense com aproximadamente 53 mil ha, com pousada para o ecoturismo, prática já comum entre outras fazendas da região. “Já o Refúgio Ecológico Caiman, a 240 km de Campo Grande (MS), ainda tem a pecuária como carro-chefe do seu faturamento. “Cerca de 70% do faturamento bruto da fazenda vem da criação de gado”, afirma Robert Betenson, gerente do Caiman.” (Folha de São Paulo, 19 fev. 97)

<sup>81</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. nov/dez, 94.

<sup>82</sup> Declaração de Allievi na Folha de São Paulo ( 28/10/96). Denardin, Valmir. Litoral sul cria roteiros para ecoturismo. Caderno de Turismo. p. 6-18.



recursos para investimento no próprio Pólo. As áreas abrangidas se tornam parques de diversão onde se cobram ingresso pela entrada daqueles que saem do grande centro urbano, como a cidade de São Paulo.

Em 1997, fixou-se uma segunda fase com a proposta de Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira: o Pólo Ecoturístico do Lagamar. Como justificativa foram enumeradas as riquezas naturais, a biodiversidade e o estado de preservação, a idéia de que “Essa beleza paisagística atrai os habitantes dos grandes centros urbanos, no país e no exterior, que estão dispostos a despendere recursos para ter o privilégio de conviver com o ambiente natural. Por essas razões, torna-se clara a vocação para o ecoturismo do Lagamar, que poderá catalisar um sistema de desenvolvimento sustentável centrado no refluxo econômico provindo dos grandes centros urbanos próximos e distantes.”<sup>83</sup>

João Allievi<sup>84</sup> afirma que a criação desse Pólo é uma novidade para o mercado, assim como foi a concepção da criação da própria SOS. Seu depoimento, em 1996, a respeito dos 10 anos comemorativos da SOS mostrava as semelhanças: “Uma fundação para mexer com meio ambiente, “teúda e manteúda” pela iniciativa privada. Exemplos internacionais sinalizavam nesse sentido, mas entre agente era um caminho que nunca tinha sido trilhado. Me lembro dos comentários e das críticas à nova idéia.” Assim, em janeiro de 1996 foi criado um “*Trade Pool*” para operar em “lugares que jamais foram visitados pelos donos das agências. São dessa maneira, atrações alternativas e melhor, áreas não degradadas pelo turismo predatório.” Isso significa que a opção de fazer estes roteiros terá o privilégio de ofertar um espaço qualitativo, longe do lixo de turistas mal educados e onde estes são proibidos de entrar, um lugar mais puro e limpo, de beleza inquestionável, onde poucos conquistam, ou compram, o direito de uso. Ou seja, um lugar “preservado e intocado” reservado para o consumo por quem pode ter o título de ecoturista. “Breve, estes roteiros estarão sendo oferecidos aos ecoturistas.” Poucos meses depois, em maio de 1996, o Jornal SOS Mata Atlântica anunciava a lista das agências de ecoturismo cadastradas como parceiras no Pólo Ecoturístico. Posteriormente lançava um folheto com fotos, telefones e descrições gerais, como parte do *Marketing* elaborado para o projeto, em setembro tinha o patrocínio (financiamento) da Embratur.<sup>85</sup>

O primeiro critério para a prática deste projeto era utilizar os recursos e infra-estrutura existentes — como hotéis, pousadas, barcos, etc. A independência burocrática e institucional foi apontada como requisito, com a busca de viabilização econômica autônoma do projeto a curto prazo. Isso exigiria a formação de um “*trade pool*” de agentes receptivos, organizado e gerido por fornecedores de serviços locais e operadores de turismo oferecendo serviços de hospedagem, alimentação, transporte, guias, artesanato, animadores, etc. Allievi informou que o projeto conta com 20 hotéis e pousadas, 20 barqueiros e 50 guias, a maioria é ou era pescador.

O projeto pretende estabelecer alguns princípios “sustentáveis” para a prática do ecoturismo como: “gestão verde”, isto é, atividades de baixo impacto e monitoria; vivência da Natureza, cultura, história. Em outras palavras, estabelecer um respeito aos modos de vida das comunidades tradicionais, via concepção da participação da população local na realização do projeto e na forma como irá distribuir os recursos financeiros. O “respeito” conquistado com a máxima utilização de produtos e serviços locais na produção dos pacotes, evitando comprar produtos produzidos em outras regiões, vai obedecer a necessidade de auto-sustentação. Este seria um primeiro passo para promover o desenvolvimento do litoral sul do estado de São Paulo — sua área mais pobre e menos desenvolvida. Para tanto, o projeto

<sup>83</sup> As informações sobre as propostas deste projeto (na forma de Sinopse do Projeto) foram recebidas em setembro de 1997 após solicitação e diálogo com Paula Arantes da Fundação SOS Mata Atlântica.

<sup>84</sup> João Allievi é proprietário da operadora de ecoturismo “Naturismo Atividades Ambientais”, foi o primeiro secretário executivo da SOS Mata Atlântica e é um dos coordenadores do Pólo Ecoturístico do Lagamar.

<sup>85</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. Jun/96.



prevê também que uma parcela dos recursos provenientes do turismo seja destinada a projetos comunitários, pesquisa e conservação ambiental. O turismo, dessa forma concebido e nessas áreas naturais praticado, passa a ser um instrumento de educação e conscientização ambiental, ganhando o prefixo 'eco', porque vai "ecoar" esse discurso e reproduzir alternativas econômicas para o turismo.

Os agentes emissivos são pessoas jurídicas responsáveis pela organização, venda e operação de pacotes ecoturísticos no Lagamar, agentes e operadores de viagens e ONG ambientalistas. Não se sabe ao certo como as agências se estabeleceram dentro do projeto, quais são os critérios para o credenciamento, quais suas responsabilidades e obrigações e como isso pode ser controlado ou fiscalizado. Seria necessário obter alguns esclarecimentos quanto às alterações observadas quando comparadas a lista em 1997 e uma outra publicada no Jornal da SOS Mata Atlântica em maio de 96, algumas se mantêm atuantes, outras foram excluídas (ou saíram) e outras incluídas (ou entraram).

1) As 13 ausentes na lista de 1997: Bioma, ClimB, Gekko, Ipa ti uá, Lince, Pe de Vento, Phisis Cultura, Super Agencia, Travel Port, Trip Trop, Trilhas Brazil, Terra Natura, 360.

2) As 11 integrantes ao projeto a partir de 1997: Expedições Taimã, Econautas, Ecos Natur, Magna Vida, Filhos da Terra, Pedaleira Bike Tours, Pisa Trekking, Projeto, Special Way, Atamaê Ecoturismo, Harpya.

3) As 9 que permanecem desde 1996: Ambiental, Apel, Brasil Adentro, Biotrip, Ecotrip, Eco Associação, Naturismo, Naubrasilis, Venturas & Aventuras.

As solicitações a procura de diálogo com cada uma dessas empresas, a respeito da participação neste projeto não foram atendidas. Nenhuma delas manifestou qualquer palavra sobre suas atividades no Pólo Ecoturístico do Lagamar, nem sobre as relações com as outras agências, nem com a SOS, nem com os agentes locais. A proposta parece estar apenas em projeto, não obstante ter saído em busca de apoio e patrocínio de órgãos governamentais, com sucesso. A única exceção saiu em uma frase de Zurquin, da Ambiental, "Em relação ao Pólo, de nossa parte participamos como uma maneira de dar apoio a um destino que precisa de uma alternativa de sustentabilidade apesar de não colocarmos o produto no tarifário e sim nas escolas que são nossas clientes."

A Fundação SOS Mata Atlântica coordena o projeto em parceria com a Naturismo Atividades Ambientais e Hylas Consultoria em Turismo Ltda.<sup>86</sup> Ademais, a Embratur, as Prefeituras Municipais, o Instituto de Ecoturismo do Brasil – IEB constituem agentes colaboradores. Dentre as propostas de ação estão as tentativas de: Regulamentação do Ecoturismo; Fortalecimento e Interação Interministerial, a EMBRATUR e o IBAMA se comprometem a "promover e apoiar eventos para disseminação de informações sobre o ecoturismo". O projeto conta com ações do Instituto Florestal e da Fundação Florestal de São Paulo, da Secretaria do Meio Ambiente, unido a esforços da Secretaria de Esportes e Turismo e ao Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR), que reúne 26 municípios, e lançaram a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, que pretende, através de uma série de eventos, capacitar recursos humanos e definir roteiros ecoturísticos que possam ser distribuídos e comercializados.<sup>87</sup>

O sistema de parcerias, que concilia a conservação ao crescimento de investimentos turísticos, é justificado por parte do governo:

<sup>86</sup> Jornal SOS Mata Atlântica. Set-out-nov/95.

<sup>87</sup> As informações sobre as propostas deste projeto (na forma de Sinopse do Projeto) foram recebidas em setembro de 1997 após solicitação e diálogo com Paula Arantes da Fundação SOS Mata Atlântica.



“Ao considerar a política nacional do turismo e atento aos preceitos básicos da “AGENDA 21” — fomentar a sensibilidade e participação da sociedade civil, e a integração das atividades dos setores público e privado — a “Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira” inova na forma de atuação em uma ação regional do Estado. Descentralizando a gestão turística junto ao poder público municipal, e articulando as atividades de governo - preparando-o para a necessária parceria e orientação referencial para o setor privado, que pressupõe a confiança por parte do empresariado para a realização de investimentos que se fazem necessários.”

Para tanto, os representantes do governo<sup>88</sup> atuantes neste plano de trabalho, a fim de atender os objetivos (de estudar, planejar e fomentar o ecoturismo como instrumento do desenvolvimento sustentável regional) desta Agenda nos anos de 1996 a 1998, comprometiam-se em: capacitar agentes municipais (descentralização) e profissionais como “monitores ambientais”, prestar informação e divulgação sobre os atrativos e serviços ecoturísticos, implementação de uma linha de crédito para incremento de serviços e empreendimentos, adequando-os “ao exigente mercado internacional”; adequar a infra-estrutura, hospedagem, edificações históricas, ao ecoturismo.<sup>89</sup>

## 2.2.O ECOTURISMO E O AMBIENTALISMO

As propostas de ação de cada uma destas organizações junto à sociedade carregam diferenças entre si. A Fundação Nacional do Tropicarismo leva a percorrer trilhas como forma de valorização de um passado histórico e regional. A Associação Ituana de Proteção Ambiental – AIPA promove trilhas como meio de fomento de educação ambiental e publica orientações para aqueles que tiram férias ecológicas e matérias críticas às transformações nas relações com a comunidade nativa frente a chegada do turismo. A Eco Sistema faz caminhadas por trilhas para despertar o interesse da preservação ambiental e concebe o ecoturismo como uso alternativo das unidades de conservação. O Centro de Amigos da Natureza – CAMIN conduz caminhadas a fim de ensinar a amar a natureza. A Reserva Ecológica da Fazenda Boa Vista incentiva o contato com a natureza aliado à dinâmica de grupo e observação de aspectos de degradação ambiental. O Clube dos Amigos da Natureza e da Ecologia, conhecido como Grupo Ecológico Caneco Verde, realiza caminhadas como proposta para a preservação do meio ambiente através da educação ambiental e conscientização ecológica. Além disso, realiza manutenção de trilhas, isto é, serviço de recolhimento de lixo deixado por outros turistas. A Ipa Ti-uá Vivência Ambiental divulga o ecoturismo como meio para a prática da educação ambiental e alternativa de lazer. A Agência Para o Desenvolvimento Sustentável – ABDS oferece assistência a proprietários particulares que queiram investir no ecoturismo como alternativa ao desenvolvimento sustentável. A Fundação SOS Mata Atlântica estimula o uso do ecoturismo como forma de lazer e uso das áreas naturais, além de ter um projeto de desenvolvimento sustentável em parceria com as empresas de ecoturismo, tendo em vista a proteção do Lagamar, um dos remanescentes da Mata Atlântica.

“Ensinar a amar a natureza: não é possível estar em desacordo com um tal objetivo; mas a que preço?, fica-se tentando a acrescentar. Atualmente, multiplicam-se tanto as criações de parques

<sup>88</sup> Além dos anteriormente citados, outros representantes do governo compõe a Agenda, são a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho (SUTACO - Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades); Secretaria de Economia e Planejamento; Secretaria de cultura; Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

<sup>89</sup> Estas informações podem ser encontradas na internet, assim como foi em 24/11/97, através da URL: <http://www.seade.gov.br/agenda/hpv01.htm>



diversos, privados ou públicos, que pretendem apresentar àqueles que os visitam uma cultura local em vias de extinção ou um meio ambiente colocado numa vitrine. Esses espaços recondicionados juntam-se assim à natureza sem homens das zonas desertificadas, reservas nacionais e conservatórios de todos os tipos. A natureza fica ali como que personalizada, transformada em sujeito de direito através de medidas de proteção jurídica. Isso feito, empregam-se meios técnicos, muitas vezes excepcionais e ultramodernos, para salvar espécies em perigo. Não arriscamos, assim, a deixar de lado a natureza comum, tornada antropomórfica e destinada à poluição ou à desfiguração cotidiana?” (Alphandéry, 1992, p. 37)

As atividades promovidas pelas ONGs diferem no preço. Ao serem organizações sem fins lucrativos acabam promovendo roteiros simples cobrando em média apenas o valor de custo. Em compensação o intento é mostrar como é possível respeitar a natureza. Mas o custo não se limita ao contábil, não se trata deste preço, porque é através da ação de grupos como estes que a sociedade é despertada para uma nova prática econômica, o ecoturismo. Esta tem sido inteligentemente vislumbrada por empreendedores desejosos de angariar rendimentos extras, e que já formam um mercado de agências, operadoras, hotéis, pousadas, restaurantes, etc. Resta dizer que o trabalho das ONGs tem uma diferença no conteúdo daquilo que é observado. Assim como na educação ambiental os visitantes têm a oportunidade de conhecer aspectos não somente uma “paisagem natural intocada” bela, como seu comparativo não urbano de uma “paisagem natural” degradada, ausente nos pacotes vendidos pelas agências.

O desejo por uma “paisagem natural intocada” revela-se através do desenvolvimento deste turismo, que serve aos olhos de quem gostaria de fugir do desconforto de uma “paisagem degradada”. O ecoturismo carrega contradições no sentido de que sua promoção implica em sua própria morte. Eis uma dicotomia que deve perseguir sempre uma atividade como o ecoturismo. Considerando o turismo baseado na natureza um setor que cresce mais rapidamente na economia, Ceballos-Lascuráin, tenta reverter tal situação, mostrando como este fato pode ser tomado em prova de um incentivo poderoso à conservação de várias partes do mundo. Esse autor apresenta a necessidade de conduzir o turismo para uma responsabilidade ambiental, transformando-o em um ‘turismo sustentável’. O produto vendido no segmento ecoturístico deve ir contra a expectativa da tendência incontrolável do turismo de massa causar a perda da diversidade biológica e cultural, que degradam áreas naturais e culturais. (Ceballos-Lascuráin, 1996, p. 20)

Isso faz lembrar um problema que as ONGs devem enfrentar ao lidar com o ecoturismo nos mesmos lugares em que discursam sobre proteção da ação destruidora do homem. Sathler, salienta que uma das características dessa atividade refere-se a uma sobreposição do ecoturismo em áreas de preservação, onde o nível de conservação da natureza possibilita o objetivo do ecoturista de ter uma interação mais intensa com o meio ambiente. Para tanto, quanto maiores as unidades de conservação que contemplam legalmente a entrada de turistas, mais selvagens seriam e melhor desempenhariam o papel de oferecer ao visitante uma interação original com a natureza. Quando os destinos ecoturísticos não se tratam de unidades de conservação, os operadores de ecoturismo e, em geral, todos aqueles que se beneficiariam destas áreas preservadas, teriam o interesse de protegê-las, colocando-as sob o abrigo de lei ordinária. (Sathler, 1997)

A concepção de um conceito associado às áreas protegidas surgiu no século XIX, logo criadas nos Estados Unidos com a intenção de proteger a “vida selvagem”, dadas as perspectivas de crescimento urbano e industrial, ‘destruidoras da natureza’. A poluição tinha invadido a vida na cidade e a extensão das atividades produtivas já tinha tomado todos os espaços. Diegues completa dizendo: “A idéia



subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderia existir pedaços do “mundo natural” em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana. No entanto, mais do que a criação de um espaço físico, existe uma concepção específica de relação homem - natureza, própria de um tipo de naturalismo, que Moscovici (1974) denomina de “naturalismo reativo”; isto é, uma reação contra a corrente dominante do “culturalismo”. Era preciso criar áreas não somente no intuito de garantir a vida de futuras gerações mas também para que “... o homem pudesse refazer suas energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono.” Para tanto, acreditava-se na necessidade de proteger a natureza, afastando-a do homem, só assim “lugares paradisíacos” podiam permanecer selvagens. Diegues explica que esta idealização parece reproduzir o mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de ser expulso do Éden. Esse mito moderno está imbuído racionalmente, representado por conceitos como o de ecossistema, diversidade biológica, etc. — que Morin em 1986 justificava dizendo que “o pensamento técnico-racional, ainda hoje se vê parasitado pelo pensamento mítico e simbólico.” (Diegues, 1994, p. 11)

Diegues mostra que as influências na criação de áreas protegidas no Brasil e no Terceiro Mundo, em função de uma transposição de modelos, não levou em consideração as populações tradicionais que lá vivem. Isso implicou num conflito real. Indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais tinham sido incluídos na culpabilidade de uma destruição. A transferência desta população para outras áreas, semelhante ao processo norte americano, ignorou não só a cultura deste povo como o próprio fato da idealização destes espaços protegidos ser originária de um processo de urbanização e industrialização acelerado. Diegues ressalta que a negligência quanto a variedade de modos de vida e culturas tradicionais causou problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural, decorrentes de um preservacionismo puro — preso a uma simples “conservação do mundo natural”.(Diegues, 1994, p. 15)

Questionar a oposição entre desenvolvimento do ecoturismo e defesa do meio ambiente é deparar-se com uma surpreendente convergência de idéias da atualidade. Elizabeth Boo apresenta duas tendências globais. A primeira diz respeito à expansão da indústria do turismo, acompanhada pelo crescimento de uma demanda por um turismo “especializado”, com destino a áreas naturais protegidas. O segundo se trata das estratégias de gerenciamento daquelas áreas. Para esta autora, tanto os conservacionistas como os administradores de parques começaram a reconhecer a importância de integrar a preservação dos recursos naturais às necessidades das populações rurais das regiões ligadas às áreas protegidas. Um movimento que abandona as ações estritamente “protecionistas” em favor de atividades para um “desenvolvimento integrado”. Este esforço implica em investigar alternativas que promovam a viabilidade econômica de parques e reservas. Com base nestas duas expectativas, Boo acredita haver a oportunidade de ligá-las a um caminho benéfico. (Boo, 1990, p. 1)

O desenvolvimento sustentável e a sua matriz discursiva nas conferências das nações unidas e seu documento antecedente, o “Nosso Futuro Comum” começa a ser reproduzido pelos mais diferentes atores desta questão. Layrargues mostra que os empresários “verdes” podem estar reunindo todas as condições necessárias para apresentar um discurso ecológico que seduz como solução às preocupações ecológicas. Ele escreve que o setor poluidor privilegia a tecnologia limpa. (Layrargues, 1996, p.194). No caso dos empresários verdes do setor ecoturístico a situação parece bem mais cômoda. De início, não há grandes preocupações com acusações em relação ao medo das catástrofes ecológicas, não é a “poluição das chaminés” o maior mal. Ao contrário, o setor ecoturístico aproxima o ‘amor à natureza pura’ e com isso, o seu maior conflito será com a luta sobre o mesmo terreno das áreas naturais conservadas. Uma questão de território em que disputam empresários do turismo, ecoturistas, mochileiros, e a comunidade



local. A população tradicional deixa de usar o espaço segundo seu antigo modo de vida e tende a passar a servir como mão-de-obra adaptada ao novo uso do espaço baseado na prática ecoturística. Assim, a conciliação é dada quando conservação de áreas naturais e turismo são apresentados como sendo o casamento perfeito. Na realidade, o ecoturismo está sendo a ilustração para o melhor elogio e prova de que o modelo de desenvolvimento sustentável, pode dar certo.

A aceitação desta proposta por parte dessas entidades irá depender de suas linhas ecológicas seguidas. Uma variável que convém destacar é que o público e o privado parecem muito próximo, quando não confundidos, na prática das ONGs aqui estudadas. É comum verificar que a atuação delas — como a Fundação Nacional do Tropeirismo, a Reserva Ecológica da Fazenda Boa Vista e a Fundação SOS Mata Atlântica, pois seu atual presidente é proprietário de mais de cinquenta mil hectares no Pantanal — estão associadas com as propriedades privadas de seus próprios sócios diretores. Indicar em que medida o movimento praticado por essas entidades, está prezo a determinações ditadas por interesses privados é tema para outra tese.

No caso do setor empresarial verde, é forçoso afirmar que em pesquisa realizada mais de 67% dos entrevistados acreditam que “deve haver atividades turísticas em Unidades de Conservação, administrada pelo Poder Público em parceria com a Iniciativa Privada” enquanto mais de 65% defende que o “Setor Privado é que deve tomar a iniciativa de propor modelos para esta parceria”. (Ruschel, 1994)



### 3.O COTIDIANO

Henri Lefebvre, ao investigar as relações que estão sendo estabelecidas no mundo moderno, esclarece que as antigas definições dadas por Marx, na obra *O Capital* há um século atrás, adquiriram outra dimensão. Assim propõe a superação do entendimento da realidade por ele compreendida como uma sociedade burocrática de consumo dirigido. Seus argumentos são que o ‘total’ apreendido e definido por Marx se esgotou, o que não significa restringir-se a uma assertiva de insuficiência, como se a identificação de vazios pudesse ser restaurá-los posteriormente. Lefebvre explica que o sentido da totalidade deve ser superado e o que se percebe, hoje, são apenas fragmentos. A história e as transformações das relações, dos modos de produção, dos modos de vida, etc. implicam numa outra totalidade, mudada. Lefebvre defende a tese de que é possível alcançar a totalidade da sociedade através de suas categorias, por servirem tanto na prática como na ideologia. A estratégia não é desmontar a sociedade para a análise isolada de suas categorias, “...o *funcional* (instituições), o *estrutural* (grupos, estratégias), o *formal* (redes e ramificações, canais de informação, filtros, etc.)”, porque seria inevitável perder o “todo” neste percurso. (Lefebvre, 1991, p. 80).

Se a ideologia foi gerida pelo individualismo<sup>90</sup>, provendo categorias e representações da sociedade, na atualidade é desdobrada em funcionalismo, formalismo, estruturalismo, operacionalismo, cientificismo, multiplicando-se em ideologias. “Elas se apresentam como *não-ideologias*, misturando-se mais sutilmente que antes ao imaginário. Elas mascaram o fato fundamental, isto é, o fundamento de fato: tudo importa, tudo tem peso sobre a cotidianidade, que revela o “tudo” em questão (ou seja, que sua análise crítica mostra o “tudo” colocando-o em questão).” (Lefebvre, 1991, p. 81). Marx distinguia qual era o sujeito (a classe burguesa, detentora dos meios de produção), entretanto, este não é mais encontrado. Duvidar-se-ia mesmo se seria o homem, apesar de evidente que haja ao menos alguma existência humana. Isto apenas para mencionar as especulações quanto às manifestações em que objetos aparecem como sujeito.

Não é fácil encontrar o sujeito, especialmente, porque o que é passível de ser percebido são apenas fragmentos. Lefebvre lembra que tanto numa escala nacional quanto internacional, o que se conhece são frações de uma cultura, de ciências, de “sistemas” que, por sua vez, aparecem encobertos em meio a “subsistemas”. A compreensão do todo permanece obscura, posto que fica com a disposição, a distribuição, as relações das partes e não de uma totalidade da realidade atual. Um “sistema de álibis” está ligado e preso ao fomento desta “estrutura latente”. Lefebvre mostra continuamente exemplos destes álibis, mas logo cita alguns importantes, especialmente para este trabalho. “A tecnicidade serve de álibi para a tecnocracia, e a racionalidade, aos funcionamentos que giram em torno de si mesmos

<sup>90</sup> O individualismo é um dos pontos que merecem ser mais questionados, pois sobre ele repousa a noção de liberalismo burguês, que fomentou este processo de industrialização desencadeando na competição entre firmas e entre países pela realização de negócios comerciais. As palavras de Horkheimer em seu “Eclipse da Razão” revelam uma preocupação que pode ser transportada para a discussão posta à ideologia: “Assim como os *slogans* de individualismo vigoroso são úteis politicamente para os grandes trustes que procuram isentar-se do controle social, assim também a retórica do individualismo na cultura de massas, ao impor modelos de imitação coletiva, desmente o próprio princípio ao qual pretende estar servindo na aparência.” (HORKHEIMER, 1976, p. 170)



(pleonasmos sociais). (...) A natureza fornece um álibi àqueles que querem fugir das contradições ou dissimulá-las. A cultura da elite é álibi da cultura de massas, e assim por diante.” (Lefebvre, 1991, p. 80).

Entender os mecanismos reguladores da sociedade contemporânea assemelha-se a uma meta árdua. Mas o caminho vislumbrado, para o encontro com suas contradições e conflitos inerentes à modernidade, é apontado, por Henri Lefebvre, como sendo um estudo do cotidiano.

“O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e à razão ou à bisbilhotice individuais. Não é mais o lugar em que se confrontam a miséria e a grandeza da condição humana. Não é mais apenas um setor colonizado, racionalmente explorado, da vida social, porque não é mais um “setor” e porque a exploração racional inventou formas mais sutis que as de outrora. O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção).” (Lefebvre, 1991, p. 81).

A propagação de necessidades é uma orientação para o consumo. Assim, Amélia Damiani afirma qual o momento em que isso se torna possível: é quando os limites das regulações de acumulação saem da fábrica e entram na vida cotidiana.

“O cotidiano se torna um nível de análise do real, importante, quando a reprodução social atinge inteiramente a reprodução da vida. Diante do capitalismo como modo de produção cabal, isto é, quando o processo produtivo imediato não responde mais, sozinho, pela reprodução ampliada. Quando dois fatos coincidem: 1. A reprodução ampliada do capital e da sociedade coloca em questão a reprodução das relações sociais num âmbito fora da fábrica, em outros momentos da vida social; 2. Quando, inversamente, a lógica da fábrica - a divisão técnica do trabalho - transcende-a e alcança outros momentos da vida social. Ressecados cada vez mais. Administrados, programados, redefinidos pelos poderes e saberes. A tendência é gerir a vida cotidiana sob o modelo de uma pequena empresa. O cotidiano envolve outros momentos da vida social, além do trabalho, sob a lógica deste, momentos que já não são alheios, ingênuos à reprodução do capitalismo.” (Damiani, 1997)

A geógrafa explicita que a esfera social da sociedade é ressaltada, mesmo sendo cercada pelos domínios do econômico e do político. A cotidianidade integra-se ao modo de regulação da acumulação capitalista, pois este sai dos domínios da fábrica e invade a vida familiar, indo além de todos os tempos, não apenas o do trabalho. O tempo do não trabalho passa a ser contado como tempo para o consumo, fundamentando a acumulação pela circulação, distribuição e consumo de mercadorias e não simplesmente na exploração da força de trabalho. Por este motivo, as relações de produção capitalista se expandem para toda a sociedade, sob a égide do “...desenvolvimento das forças produtivas e da <<profusão de bens de consumo>>...”. (Granou, p. 48). A revolução na maneira de produzir e no modo de reprodução da vida mexe nas formas de vida sociais a ponto de transformar o modo de vida dos trabalhadores, que passa a ser controlado em suas horas livres, além das de trabalho — que se remete ao cotidiano. Ou seja, a ter um cotidiano capturado. Imersos na sociedade de consumo, os indivíduos incorporam a necessidade de manter-se dentro de um padrão, que os enquadrarão sob o prisma de uma qualidade de vida nivelada pela quantidade e “qualidade” de mercadorias consumidas. A cotidianidade é entendida pelo modo de vida regido pelo que Granou denominou “reino da mercadoria”.

O cotidiano é o produto do que Lefebvre chama sociedade de consumo dirigido e através dele se entende a sociedade contemporânea, portanto, a modernidade. O autor vai insistir dizendo que nem tudo é capturado, existe algo de irredutível que resiste à obediência aos ordenamentos desta cotidianidade. Odette Seabra argumenta este fato: “O USO É fundante do pensamento de Henri Lefebvre



essencialmente porque, na seqüência de suas obras, ele busca encontrar as resistências, ou o que denominou resíduos irreduzíveis ao domínio da lógica, da razão.” Seabra segue escrevendo que se trata do “Uso do espaço, do tempo, do corpo, essencialmente porque abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida: o prazer, o sonho, o desejo, o riso!...” (Seabra, 1996, p. 71)

O corpo é o primeiro a denunciar esta resistência reguladora do uso. Pensar no corpo é lembrar do lazer, do descanso, do ócio, dos momentos para a liberdade e o prazer, do tempo para a reposição de energias. Entretanto, uma das marcas das mudanças históricas da atualidade é definida por Lefebvre não como uma passagem da escassez para a abundância, mas especialmente do trabalho para o lazer. Domenico de Masi diz que o homem trabalha para desenvolver técnicas que possam libertá-lo de sua própria escravidão, do cansaço, a fim de recuperar o ócio. O autor escreve que a sociedade caminha em busca do ócio. Os avanços da sociedade industrial estão possibilitando uma vida mais longa na medida em que superam antigas limitações das condições de vida humana. Todavia Lefebvre esclarece que os “lazer” entram na cotidianidade como “novas necessidades”. “As fadigas da “vida moderna” tornam indispensáveis o divertimento, a distração, a distensão.” (Lefebvre, 1991)

A vida cotidiana, ainda presa pelo tempo do trabalho, passa a ter, especialmente entre a classe média, a expectativa quanto às férias. Lefebvre tenta mostrar que “Os valores ligados ao lazer estão começando a nascer. Que as pessoas pensem nas suas férias durante todo o ano, isso não quer dizer que um “estilo” tenha surgido dessa situação e que esse estilo tenha dado um sentido novo ao lazer. Talvez o estilo esteja sendo procurado no âmbito das “cidades de lazer”, mas não é evidente.” (Lefebvre, 1991, p. 62) No ecoturismo esses lugares coincidem com as unidades de conservação, locais não disponíveis dentro do ambiente urbano, mas que passam a estar vinculados à cidade. Isso porque os antigos valores ligados ao lazer, como a festa e a “atividade livre que se exerce para si mesma”, foram perdidos por imposições cotidianas, o que implica no lazer representar uma ruptura — momentânea — com o cotidiano. O lazer? “É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo.” (Lefebvre, 1991, p. 62)

### 3.1.A SOCIEDADE DO LAZER PROGRAMADO

Um aspecto importante ao se discutir a questão do lazer sob esta perspectiva do cotidiano trata da separação entre as horas de trabalho e as de não trabalho, o que não impede do lazer estar imerso na vida cotidiana. Esta separação define quais são as horas de realização do lazer, na forma de turismo, que é parte integrante do cotidiano. Com esta idéia Henri Lefebvre esclarece que a fuga deste cotidiano é recuperada pela sociedade do consumo com algumas criações como, por exemplo, o turismo. Sendo assim, Lefebvre aponta duas diferentes versões do que considera lazer.

“A menor das análises mostra que há duas espécies de lazer, bem distintos, “estruturadamente” opostos:

a) O lazer integrado na cotidianidade (leitura de jornais, televisão etc.), que deixa uma insatisfação radical, que se interessa pela situação daquele senhor kierkegaardiano que rasga seu jornal diante da mulher e dos filhos, gritando: “Coisas possíveis! Coisas possíveis!”.

b) A espera da partida, a exigência de uma ruptura, a vontade de uma evasão: o mundo, as férias, o LSD, a natureza, a festa, a loucura.” (Lefebvre, 1991, p. 95).



John Urry escreveu um livro com o tema centrado no prazer, nas férias, no turismo e nas viagens onde discute o desenvolvimento do que ele definiu como sendo o “olhar do turista” e suas transformações históricas. Um conceito chave para entender como vários cenários e paisagens familiares podem ser diferentemente percebidos é o de “afastamento”. Sob o olhar do turista tem-se nítida uma ruptura com a rotina e a prática no lar e no trabalho, com o repetitivo e desinteressante tempo de trabalho. Uma relação que delimita o lazer das atividades habituais, do local de trabalho e da família. Uma forma de “distanciamento” do cotidiano sem dele se desligar, pois o lazer e o turismo estão capturados no cotidiano, segundo Lefebvre. Por várias razões, sendo, uma delas, a intenção de logo voltar para casa e para o trabalho, para Urry. Mantido o elo, o olhar do turista depende daquilo com que ele contrasta e, portanto, é constituído por meio da diferença. Alguns aspectos da vida prática podem ser revelados, porque o turismo é entendido como uma ruptura imaginária com o cotidiano. Daí porque, John Urry salienta que uma forma de estudar a “sociedade normal” é através da investigação de como os grupos sociais constroem seu olhar turístico, por ser este também socialmente organizado e sistematizado. (Urry, 1996, p. 17)

Além da separação dos tempos da vida, com a divisão entre o lazer, o trabalho, há também a divisão do espaço em que cada um deles se realiza. Pois esses tempos se dão em espaços distintos, espaços para o lazer, para o consumo, para o trabalho, para o transporte, etc.

Antes de iniciar uma análise histórica e sociológica relativa ao turismo o Urry destaca algumas características básicas que o definem. Nas sociedades “modernas” o ser turista indica uma face das transformações do trabalho remunerado. “O turismo é uma atividade de lazer que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamentado e organizado.” (Urry, 1996, p. 17) Os deslocamentos no espaço e os períodos de permanência nos lugares estabelecem relações turísticas entre aqueles que estão temporariamente fora dos lugares de residência ou trabalho e os outros. O objeto focado pelo turista são lugares atraídos por “...motivações que não estão diretamente ligadas ao trabalho remunerado e oferecem normalmente alguns contrastes distintivos com o trabalho, remunerado ou não. (...) Uma proporção substancial da população das sociedades modernas adota práticas turísticas. Novas formas socializadas de provisão são desenvolvidas, a fim de se poder lidar com o caráter de massa do olhar dos turistas, que se opõe ao caráter individual da “viagem”.” Urry ainda afirma que a escolha dos lugares está baseada em expectativas (devaneios e fantasias) para com o prazer, não só diferentes do cotidiano mas mais intensas. Expectativas que são desenvolvidas fora das práticas turísticas através do cinema, televisão, literatura, revistas, e que constroem e reforçam o olhar do turista. “O olhar do turismo é direcionado para aspectos da paisagem do campo e da cidade que os separam da experiência de todos os dias.” Isso porque, de alguma forma, tais aspectos passam a ser vistos como algo que não é habitual, revelando uma sensibilidade visual superior à vida cotidiana, esta, tomada como desinteressante quando no turismo tudo revela-se extraordinário. “As pessoas se deixam ficar presas a esse olhar, que então é visualmente objetificado ou capturado através de fotos, cartões-postais, filmes, modelos, etc. Eles possibilitam ao olhar ser reproduzido e recapturado incessantemente.” Urry salienta que os signos são os elementos constitutivos deste olhar e os turistas são movidos à procura de qualquer sinal das demonstrações tidas como típicas de cada lugar: o comportamento italiano típico, as cenas orientais, os pubs tradicionais ingleses, etc. “Desenvolve-se uma tropa de turistas profissionais que tentam reproduzir novos objetos do olhar do turista. Esses objetos se localizam em uma hierarquia complexa e mutante. Isso depende do inter-relacionamento, por um lado, da competição entre os interesses envolvidos no fornecimento de tais



objetos e, por outro lado, das mutantes distinções, no que se refere à população potencial de visitantes.” (Urry, 1996, p. 18)

A insistência de Urry em salientar a necessidade de um afastamento da vida cotidiana, da marcação de um contraste para a realização do lazer, não é fruto do acaso. Granou esclarece esta questão, mostrando que isso faz parte de uma supressão dos lazeres que estavam integrados ao cotidiano, uma perda no momento em que as relações limitam-se às mediações das mercadorias. A supressão dos lazeres é dada pela extinção de uma vida social e festiva, baseada em relações de troca diretas, quando camponeses ou artesãos iam ao mercado vender o produto de seu trabalho. “Hoje, o lazer é fundamentalmente uma actividade separada, isolada, estranha tanto ao trabalho como à vida familiar ou à vida social. É o que fazemos quando nos <<evadimos>>. Mas, da mesma maneira esta actividade nem é <<livre>> nem é <<gratuita>>. Ela é pelo contrário ocasião para um sobre-isolamento e um sobreconsumo.” (Granou, p. 52)

O turismo poderia ser entendido como sendo uma simulação do lazer. As férias, definidas pelo calendário, marcam a presença do lazer na vida de cada indivíduo, mascaram-se assim a própria ausência do lazer na vida cotidiana. O turismo organizado também simula o momento do libertar-se do cotidiano massacrante. Isso porque a vida passa a estar dividida pelo emprego do tempo. Lefebvre define a repartição entre o tempo obrigatório (do trabalho), o tempo livre (lazer) e o tempo imposto (deslocamentos, burocracias, etc.). Para este filósofo o cotidiano tem um sentido amplo que abrange todos os tempos da vida. A divisão do tempo para a realização do lazer como tempo do não-trabalho está prezo às formas de reprodução das relações sociais capitalistas, pois tende a ser tempo para o consumo.

Ana Fani Carlos lembra o fato desta divisão do emprego do tempo poder ser encontrada dentro do tempo de lazer no turismo organizado. O tempo obrigatório é do trabalho de tudo ver, de cumprir o roteiro obrigatório mínimo, do sobe e desce, do entra e sai, do anda e senta, do registrar tudo em imagens fotográficas para ter o que mostrar como resultado da viagem ou o produto das férias. O tempo imposto é absorvido pelas horas dentro do carro, na estrada, no ônibus, no avião, nas *vans*, etc. Quanto ao chamado “tempo livre” nas excursões organizadas, constantes nos roteiros turísticos, também passam a fazer parte do tempo capturado? Sua denúncia mais explícita é uso para o “sair às compras”. A autora chama a atenção para a tendência de “...os chamados “horários livres”, acabem sendo despendidos em actividades programadas pelas agências com custos extras.” (Carlos, 1996)

Isso significa salientar que para Lefebvre o tempo para o lazer é contraposto ao tempo do trabalho e que esses tempos são passíveis de ser absorvidos aos moldes da vida cotidiana. O lazer pode tender a ser reduzido em tempo para o consumo. Este fenómeno se refere à transformação do tempo do não trabalho em tempo capturado pela sociedade de consumo e transforma-se num repetitivo massificado.

Ana Fani Carlos também distingue a necessidade do “afastamento” do próprio lugar da vida cotidiana. “O lazer aqui se refere ao distante, isto é, o espaço do lazer se dissocia do da vida e passa a referir-se a um lugar distante ligado ao sonhado ou imaginado.” Ela completa mostrando que o espaço do turismo e do lazer é controlado, normatizado, homogêneo, uma vez que é parte integrante do processo de reprodução das relações sociais e, por isso, suporta contradições entre o público e o privado, entre o uso e a troca. Assim o lazer passa a ser organizado segundo determinações da sociedade de consumo e a publicidade seria um dos veículos para a disseminação de “rituais”, gestos e modelos imaginários que o turista reproduziria. (Carlos, 1996) O chamado tempo livre nesta sociedade seria dedicado ao consumo.



As férias são transformadas em tempo para o turismo e este numa das formas mais bem acabadas de determinação para o consumo. As pessoas passam o ano esperando as férias na tentativa de fugir do cotidiano, mas este tempo destinado ao lazer mantém-se capturado através do turismo.

Há que se fazer aqui algumas considerações, o turismo que teve seu processo de expansão durante o século XIX em países como a Inglaterra, desenvolveu-se sob pressupostos da massificação. Neste século, o turismo torna-se ainda mais “democratizado”, deixa de ser prática exclusiva a uma elite e passa a ser seguido também pelas outras classes médias, trabalhadoras. Os tradicionais trens e, posteriormente, o carro e o avião teriam sido, segundo Urry, importantes motores para o aumento do número de viajantes e extensão da atividade entre diferentes classes sociais.

No início o turismo restringia-se a uma elite, era indicador de *status*, com a “democratização” este sentido foi relativizado com respostas comparativas. Talvez por isso, comecem a surgir diversos segmentos do turismo, além da necessidade de fuga da reprodução de uma uniformidade de gestos e modelos formadores de uma prática padronizada, porém não idênticos. O sentimento do ridículo, da não identidade, de entrar numa rotina, de estar fazendo exatamente o mesmo que o outro, são razões para este universo turístico massificado venha a ter uma feição personalizada, individualizada como busca por outros valores turísticos. Uma procura motivada por questões aparentemente externas à vida cotidiana. O sentido do libertar-se de um repetitivo turístico é associado a outros temas emergentes na vida cotidiana, como é o caso do discurso ecológico com o ecoturismo, significando uma alternativa ao turismo de massa, ainda que usufrua de sua infra-estrutura, como no caso, das redes de transporte. Não se trata apenas das condições de organização e captura do turismo, mas sim uma oportunidade espacial. O ecoturismo tem como característica a fuga dos destinos mais concorridos, levando o turista a lugares o mais bucólico e desabitado possível.

Para Mishan<sup>91</sup>, a escala do turismo contemporâneo padece de limites associados aos custos dos congestionamentos e do excesso de gente. Situação revelada pelo conflito entre os que se preocupam em preservar a beleza natural em oposição aos interesses de turistas, agentes e governo, que almejam o crescimento da atividade. Aqueles que pretendem aproveitar a paisagem ainda intocada decidem chegar antes que seja invadida pela multidão indesejada. Divulgar o quanto esta paisagem intocada é maravilhosa é a própria contradição de um individualismo que deseja aproveitá-la sozinho, enquanto permaneça com o ‘ar intacto’. Assim resta ficar com a crença de que foi o ‘primeiro a chegar’. Sua crítica consiste no argumento de que não se chega a uma democratização das viagens através de uma difusão do turismo de massa, porque o espaço geográfico é uma fonte limitada. Todavia, alerta, quem é sensível ao meio ambiente não terá interesse em adiar sua viagem, ao contrário, o incentivo é sair o quanto antes. (Urry, 1996, p. 65)

Pellegrini trabalha com a seguinte idéia: “Para efeito operacional, consideramos que turismo em massa é aquele cujo fluxo ultrapassa os limites da capacidade de recepção de um local em determinado tempo; ao passo que turismo brando ou suave é aquele que apresenta fluxo compatível com a capacidade de recepção de determinado local em determinado tempo (portanto oferecendo pequenas condições de ocasionar impactos ambientais e culturais).” Um entendimento que se manifesta como contraposição ao que chamou “turismo predador”. “*A imagem do turismo como fator de poluição e destruição deve ser debitada ao turismo em massa. Uma política para o setor deve privilegiar o turismo brando.*” (Pellegrini, 1993, p. 12)

<sup>91</sup> Economista citado por Urry ao tratar dos limites sociais do turismo, O Olhar do Turista (1996:66), em referência a MISHAN, E. The costs of Economic Growth. Harmondsworth, Peguin, 1969.



Ao passo que Beckerman<sup>92</sup> censura esta incomodidade diante de uma autodestruição dos lugares turísticos, quando adverte que os efeitos do turismo de massa são preocupações de “classe média”, a exemplo das questões com o meio ambiente, visto que os realmente ricos estão a salvo desses problemas, isto é, livres em propriedades isoladas. E os que se dizem afetados pelo turismo de massa, inclusive certos visitantes, também se beneficiam disso, ao disporem de serviços produzidos para esta massificação. Somente com a redução de custos em transportes, hotéis, etc. é que podem realizar o desejo de encontrar ambientes para o lazer. (Urry, 1996, p. 66) Mas como a classe média é, para Lefebvre, a mediadora para a disseminação de modos de pensar, de agir, da cotidianidade — são da classe média, intelectuais, jornalistas, planejadores, publicitários, etc. —, estas preocupações se generalizam, mesmo quando aparentemente sem causa própria. Damiani assim entende: “O cotidiano se estabelece nas classes médias, e, daí, expande-se para a sociedade inteira, pelo menos em seus resíduos.” (Damiani, 1997) A classe média cria valores e comportamentos que se reproduzem na sociedade.

### 3.2. OS DISCURSOS QUE DIRECIONAM O OLHAR DO ECOTURISTA

Qual é o objeto atrativo à prática do ecoturista? O imaginário de uma natureza intocada se restringe ao seu espaço visual? Como foi que ele surgiu? Como este objeto está sendo definido, isto é, quais são os fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais que fomentam uma base para a exploração desta prática? O setor ecoturístico, particularmente no que se refere a representação de seus empreendedores, possui um discurso ecológico próprio, quando e por que isso poderia ter surgido?

John Urry investigou as ligações entre as práticas turísticas e os vários outros fenômenos sociais, estes envolvem cada vez mais elementos daquele objeto, resultando em uma diversificação do turismo, além de implicar numa complexidade de “diferentes olhares e, em consequência, diferentes práticas turísticas são autorizados em termos de uma variedade de discursos.” (Urry, 1996: 182) A instrução aliada a cultos ao trabalho, a “restauração” do indivíduo — para garantir a saúde na volta ao trabalho —, são alguns destes discursos, talvez os mais diretos. Mas a delimitação de um objeto indica a existência de temas.

Urry escreve que a prática do turista é construída com base num conjunto de discursos. Aqui se quer identificar quais estão envolvidos no fomento e definição do objeto do ecoturista. Se o impulso ao lazer, assegurado como uma necessidade da vida moderna, for tomado como um destes discursos, o ecoturismo estará aliado ao desenvolvimento de um consumo personalizado dentro do setor turístico. Este discurso não ajuda a definir em que consiste a peculiaridade que faz o produto do ecoturismo ser individualizado com base num perfil de consumidor e não na produção em massa. Outros setores do turismo carregam igualmente aquele discurso. Encontrar o que se caracteriza como atrativo ao ecoturismo requer a investigação de outros fundadores deste objeto e não da atividade turística em si. Para tanto, importa identificar os elementos constitutivos daquilo que prende à atenção do ecoturista e, em seguida, perseguir os caminhos que teriam sido seguidos ao ser construído da forma que foi, ou melhor, sob as influências de quais discursos enriqueceu-se. Neste caso, supõe-se um conjunto de

<sup>92</sup> Citado por Urry ao tratar dos limites sociais do turismo, O Olhar do Turista (1996:66), em referência a BECKERMAN, W. In defense of Economic Growth. London, Jonathan Cape, 1974.



evidências manifestadas de acordo com o exotismo, excursionismo, alpinismo, entre outros, como naturalismo, romantismo, especialmente, o ambientalismo e ecologismo.

As relações do fomento do ecoturismo associado ao movimento ambientalista e aos discursos ecológicos provocam atenção, em princípio, cumpre distinguir o que se define como o atrativo ao olhar do ecoturista daquilo que estaria associado ao desenvolvimento de procedimentos de sua prática. Isso significa distinguir três aspectos, um diz respeito a uma idealização de natureza estimulada pelos pensamentos ecologistas, em particular da ecologia profunda<sup>93</sup>, o segundo refere-se a uma onda ambientalista revertida ao consumo e, um terceiro, marcado pelas propostas ambientalistas vinculadas a modelo de desenvolvimento sustentável. Este seria um passo preliminar para demonstrar a consciência de que, apesar destes vários aspectos poderem parecer sintetizados na realidade de uma idéia única, são, ao contrário, representados por um processo condicionado por uma multiplicidade de fatores, bem como de interesses. No entanto, os três casos estão sendo mediados por uma mesma força, a saber: a do mercado.

O ambientalismo é considerado para alguns autores, Viola, Leis e Boeira, como um movimento multissetorial (ou transetorial), não só porque vários setores e classes da sociedade começam a atuar, mas porque tendem a se unir com seus antagonismos aparentemente para uma causa comum. Dada a sua abrangência, Hector Leis e José D'Amato disseram: "...nos anos 50 emergiu o ambientalismo dos cientistas, nos 60 o das ONGs e nos 70 o dos atores políticos e estatais (tendo todos eles praticamente seu apogeu na década seguinte), nos anos 80..."; "Vinculado ao conceito de "desenvolvimento sustentável" e à idéia de um mercado verde, as empresas dos anos 90 começaram rapidamente a recuperar o tempo perdido, abandonando de forma gradual as atitudes negativas em relação as questões ambientais." Eles colocam a questão de que o ambientalismo corre grandes riscos de não mais constituir um movimento vital capaz de responder à crise ecológica, isto é, a hipótese de que o ingresso empresarial possa interromper tal movimento. (Leis e D'amato, 1995, p. 81)

Observar que o ecoturismo capta diferentes discursos provenientes do ecologismo e ambientalismo implica em ter que lidar com uma variedade de elementos, seja em função de aparentes influências vindas de 'ecologias' de diferentes origens, seja porque tais movimentos contam com a participação de vários setores da sociedade. O primeiro caso lembra o fato do ecologismo possuir bases teóricas, históricas, geográficas, que não o faz uma unidade uniforme. Problema bem abordado por Luc Ferry que não dará para ser reproduzido neste estudo. O segundo caso trata especificamente de cientistas, pesquisadores, grupos associativos (movimentos sociais), políticos, governos, empresas, que se misturam, atuando em meio a idéias ambientalistas.

#### a) *A natureza da mercadoria natureza*

Para George Sessions, o Sierra Club é uma das organizações mais ligadas ao movimento ecológico, que tem se caracterizado filosoficamente pelo ecocentrismo e por um posicionamento crítico diante do antropocentrismo. Naess, entretanto, esclarece que o Sierra Club não pode ter, em seu estatuto, os princípios da ecologia profunda, mas deve incluir pessoas que são antropocêntricas e que apenas pensam no benefício para o ser humano dentro de um período de 10 a 20 anos. Isso para dizer

<sup>93</sup> Em uma de suas fontes mais expressivas, a organização não governamental ambientalista americana o Sierra Club, usada como exemplo ilustrativo para a base das discussões aqui desenvolvidas.



que a ecologia profunda deve ser flexível diante de sua visão sobre o homem e o mundo quando frente a uma ação imediata, mas sem esquecer o budismo e outras tradições filosóficas orientais e ocidentais. (in Sessions, 1994, p. 31)

Embora norte americana, esta entidade exerce influência internacional, devido a postura originária do líder fundador, John Muir — um dos nomes mais expressivos na constituição dos fundamentos do que veio a se chamar Revolução Ecológica dos anos 60 nos Estados Unidos, em consonância ao movimento contra-cultura. O pensamento de John Muir é tido como sendo uma das bases influentes do que o filósofo norueguês Arne Naess em 1972 definiu como ecologia profunda (biocêntrica) em oposição ao que denominou ecologia superficial (antropocêntrica). Ambas são as duas principais correntes dos movimentos ecológicos que emergiram nos anos 60. Naess advoga que a luta ecologista na Califórnia (e genericamente nos Estados Unidos) inspirou o resto do mundo, com o lema da clássica conservação da natureza, que não tomava parte em lutas do centro de poder que conduzissem ao “desenvolvimento”. Durante a década de 60, o diretor executivo David Brower tornou-se o ativista conservacionista mais conhecido de sua época, por ter radicalizado ecologicamente o Sierra Club e o ter transformado na organização ambiental mais influente no mundo. Como Muir, Brower era um ‘ecocêntrico’. (Sessions, 1994, p. xi)

John Rodman, por sua vez, escreve que o movimento conservacionista (entre 1890 a 1914) se definia contra as forças de exploração desenfreada dos recursos produtivos. A tradição da “Wilderness Preservation”, representada em parte por John Muir e o Sierra Club, começava a se erguer como força social. Rodman assegura que, em contraste com a linguagem econômica de ‘Conservação de Recursos’, os Preservacionistas tendem a articular seus pontos de vista em termos religiosos e estéticos. (Rodman, 1994, p. 123) Dave Foreman comunica que o sentido da natureza freqüentemente expressa no conceito “wilderness”<sup>94</sup>, foi primeiro usado como recurso recreativo pelo Novo Movimento de Conservação — cujo argumento se baseava na conservação da biologia e no reconhecimento da diversidade biológica nativa como valor fundamental. Estas áreas e os parques nacionais eram vistas como ilhas isoladas para as mal tratadas áreas urbanas. Isto é, para que visitantes vindos das cidades pudessem ter um espaço de lazer que lhes faltavam nestes centros urbanos e industriais. (Foreman, 1994, p. 55).

Timothy Luke explica que o Sierra Club foi fundado em 1892, como desdobramento das reivindicações pela conservação das montanhas da Serra Nevada (Califórnia, EUA), como recurso cênico, a fim de garantir que as terras nunca fossem “processadas” pela indústria como qualquer outro recurso não renovável. Este ato se caracteriza por proteger a natureza da produção industrial primária, mas a deixava disponível para o desenvolvimento de um setor terciário capaz de atender aos modos de consumo. Este autor atesta que as caminhadas sobre montanhas na Califórnia realizadas por um pequeno grupo liderada por John Muir foram a motivação de incentivar ações preservacionistas, a fim de garantir que os habitantes dos grandes centros urbanos e industriais da região tivessem a possibilidade de eventualmente escapar da poluição, do consumismo e apreciar o culto e a contemplação da natureza. Luke completa dizendo que o Sierra Club está envolvido nacionalmente (sobretudo nos Estados Unidos), com os principais esforços globais da atualidade contra a destruição da natureza promovida pelo capitalismo transnacional. Entretanto, este autor se propôs a analisar a ação desse expoente grupo ambientalista no que se refere à a promoção da prática do ecoturismo, que é considerada no setor ecoturístico como sendo uma das mais sérias. Sua hipótese consiste em que bastaria reler a revista *Sierra*

<sup>94</sup> Que traduzida seria ‘deserto’, região não cultivada ou não habitada.



do Sierra Club, seu popular calendário ou suas petições em cartas e circulares, para encontrar os vestígios das mais profundas contradições e que os tipos de críticas culturais apresentados acabam revelando os seus “valores e práticas eco-consumistas”. (Luke, 1997)

John Muir se convenceu que a melhor maneira de persuadir as pessoas a lutarem pelas áreas naturais é levá-las e deixá-las ver o valor de defendê-las. Este é o argumento que até hoje o Sierra Club utiliza para ter começado os passeios desde 1901.<sup>95</sup> Isto significa que o Sierra Club, além de suas tradicionais lutas ambientalistas, está vigorosamente associado a práticas ligadas ao montanhismo, alpinismo, apesar de ter, ao longo de sua história de atuação nos Estados Unidos, a marca de seus esforços de oposição à indústria nuclear, de conservação da água, etc. Luke continua, John Muir e Will Colby organizavam, desde o início, subida às montanhas, como programa de valorização e popularização de passeios ao ar livre, em campos e áreas silvestres, junto à natureza e às montanhas. Assim, as antigas caminhadas, com o passar dos anos, estenderam-se para diversos lugares do país e do mundo, prática exclusivamente destinada para aqueles regularmente filiados a instituição. (Luke, 1997)

Luke começa sua crítica anunciando que o moderno Sierra Club iniciou em 1960 a usar imagens fotográficas como estratégia de linguagem para ilustrar técnicas de montanhismo e a história natural para desvendar a paisagem — esta retórica, baseada na natureza, iria promover uma visão idealizada a fim de fazer ver como “a natureza realmente é”, qual a “autenticidade dos passeios pela natureza” e quais são os “recursos cênicos” a serem fotografados. Em 1979, o ‘lema verde’, conduzido através de uma retórica visual da paisagem moderna (ou da fotografia comercial), foi uma prática popularizada, com uma competição promovida para fotógrafos convidados. Luke ressalta a fotografia como linguagem principal, da revista publicada pelo próprio grupo, juntamente com uma série de livros, que exploram extraordinariamente a beleza natural produzida por fotógrafos qualificados, equipamentos sofisticados, além de outras condições especiais. (Luke, 1997). Nenhum turista seria capaz de com suas lentes e seu pouco tempo de permanência em cada lugar capturar o que lhe resta ser “a percepção através de uma máquina”, no dizer de Jameson. (Jameson, 1991, p. 144).

Luke esclarece que a fotografia, como modo de representação, é, para Michael Shapiro, facilmente assimilada dentro de discursos de conhecimento e verdade. Para Luke, poucas formações ideológicas têm explorado esta propriedade da fotografia tal como o Sierra Club em suas publicações tem reproduzido. Nesta “celebração à natureza”, fotografar a “natureza espetacular” demanda manipulações de luz, cor, contraste, que “ferem” a ‘proteção da natureza’, uma vez que mostra a visão de um paraíso e qualidade de vida concebida pelo Sierra Club. Uma visão produzida através de imagens, símbolos, devoção e lealdade, que não respeitam o real, pois pretendem “projetar a natureza”. Isto é, promover com excessiva valorização. (Luke, 1997, p. 42)

Luke supõe que, dessa maneira, o Sierra Club abre janelas para um olhar verde sobre a natureza, dado que as imagens reproduzem a valorização de uma autenticidade para os passeios explorados pela organização, não para proteger a Natureza per si, mas sim a Natureza da pureza da ecotopia. Esta última promete uma boa vida, digna de todas as excursões vendidas pelo Sierra Club. Para Luke esta é uma cultura de projeção da Natureza realizada pelo seu consumo. Luke questiona: “Apesar dos álibis de objetividade fotográfica, estas visões aprimoradamente gravam o estado real da Natureza ou elas habilmente empacotam um estado hiperreal da fetichização simbólica da Natureza em sinais supra-valorizados (flores silvestres, montanhas rochosas, águas cristalinas, praias intocadas) e lugares (clareiras

<sup>95</sup> <http://www.sierraclub.org/outings/national/activist.html>



idílicas, picos nevados, rios sem barragens, florestas virgens)?” Será que esta luz é possível guiar ações ecologistas? Luke concorda que essas imagens podem não ser verdadeiras ou reais como tais, porém conduzem as pessoas às aceitarem como se fossem reais, sem qualquer hesitação.

Ao que parece, o que o Sierra Club aspira explorar, gozar e preservar são as excursões de ecoturismo. E manter-se guardião do estado primitivo da natureza, do poder de ser espetacular, embora mecanicamente capturado e reproduzido. Para tanto, seus membros podem ter aulas de como fotografar a “natureza espetacular”, ou de como observar pássaros. Ademais, seus esforços se tornam abstratos quando o que passa a importar, enquanto turistas fotógrafos, campistas, excursionistas, são as impressões (10 x 15) manufaturadas e informatizadas para uma apropriação pessoal. O olhar verde obedece também a uma ética ambiental fundada nos valores da entidade, as viagens a áreas naturais e a fotografia da natureza são reunidas a uma regulação única: “não deixe nada apenas pegadas, não tire nada mas somente fotografias”. (Luke, 1997)

Segundo Luke, a Natureza como artefato mercantilizado através da fotografia mostra a vida selvagem, formas abundantes de natureza, todas as criaturas em seus habitats (ou paisagens) naturais, lugares intocados no mundo. A fotografia permite que a Natureza seja representada como “recurso cênico”, quando o “lema verde” passa a ser definido por um olhar através da câmera, para a qual a Natureza é vista como fotos fantásticas. A “re-imaginação fotográfica da natureza” reside ainda mais na possibilidade de ser uma arma eficaz (do Sierra Club) para convencer, porque a conservação se transformou em algo vital, por exemplo, ao denunciar o que pode ser perdido — ou o que se perdeu — com a construção de uma hidroelétrica. A tese defendida por Luke, portanto, vai além da definição de uma “paisagem natural intocada” para o ecoturismo, quando passa a atender a outros objetivos, como os enumerados por este autor, a saber: construção de imagens puras e primitivas da natureza; suporte de mobilização das práticas de guias e monitores; popularização dos destinos de viagens; defesa dos lugares de interesse ambiental. “A realidade ideológica do Sierra Club, portanto, tem sido reconstruir as múltiplas aparências da natureza como algo muito “não cênico” para se ajustar a sua fetichização particular de sinais verdes e símbolos de “recursos cênicos”. A natureza não pode simplesmente existir dessa maneira; ela precisa ser construída, distribuída e estabilizada para se ajustar perfeitamente nessas categorias de “espetacularidade” primitiva que o Sierra Club escolheu para associar às excursões.” (Luke, 1997, p. 45)

A contestação de Luke é que, de um lado, o Sierra Club tem resistido à industrialização da natureza, de outro, transformou a Natureza em imagens, signos, ideologias que podem servir a várias agendas lucrativas — pondo em funcionamento e crescimento a máquina do setor informacional. Não obstante, esta organização não se apropria nem processa a “Natureza enquanto átomos”. Luke procura afirmar que as contradições entre o Sierra Club e o amplo uso do movimento ecológico talvez sejam semelhante às contradições internas ao capitalismo entre o setor informacional (terciário) e o da indústria secundária das economias avançadas. Assim como é entre forças pré-industriais versus os partidários da economia hiper-industrial. Luke faz referência a Shapiro<sup>96</sup>, que, por sua vez, procura discernir a retórica política da fotografia, identificando as bases de uma tendência a reproduzir formas dominantes do discurso da fotografia, de modo a fazer circular a existência de poder, autoridade e troca. Ou ainda, encontrar nas fotografias as bases de suas inclinações a provocando uma análise crítica, para desnaturalizar aquilo que é aceito e expor uma problemática politizada. Para Luke, as fotografias para o Sierra Club desnaturaliza o que é tido como Natureza, para politizar a problemática do excursionista ou

<sup>96</sup> Timothy Luke cita Michael Shapiro, *The politics of representation writing practices in biography, photography, and policy analysis*. (Madison: University of Wisconsin Press, 1988), p.124.



esportista de economias industriais desprovidas de seus limites de consumo. Luke relata que, depois de 1895, lojas, museus, igreja e agências de governo começaram a agir em conjunto para criar a “Terra do Desejo”, re-direcionando as aspirações para o consumo de bens, para o prazer e a diversão. A “Terra do Desejo” do mundo moderno foi construída em “interiores”, dentro da cidade industrial moderna em contradição à tradicional atividade ao ar livre integradas a uma vida agrária rural. Mas a questão é que a natureza também tem sido “remanufaturada” para atender aos desejos do consumidor de bens de consumo ou consumo de diversão, que aparece na forma de atividades ao ar livre em áreas naturais, como o ecoturismo, por exemplo. (Luke, 1997)

Luke finaliza dizendo que a natureza é consumida como cenário amável (ou paisagem), um gerador de biodiversidade, ou um centro de descanso, mas não o é como uma vantagem para a indústria pesada poluidora. Para usar essa “natureza preservada”, em experiências ao ar livre, é preciso ter acesso a esse produto como comprador, isso implica que essa mercadoria não está disponível para todos. Assim, o autor deste artigo mostra como a postura ambientalista do Sierra Club, ao invés de criticar a sociedade de consumo, acaba mantendo-se integrada a este modo de vida, assumindo o capitalismo de consumo. Desta forma, o Sierra Club reproduz as relações sociais de produção pela orientação às práticas de consumo do espaço ecoturístico, espaço dito para preservação, induzindo o usuário como devem ser realizadas e onde encontrá-las. O lema da conservação da natureza segue reproduzindo necessidades de consumo, que começam com o próprio ato de filiação de um indivíduo que queira contribuir com este projeto. Pagar uma anuidade, para ajudar a financiar projetos de preservação, dá direito ao consumidor de comprar esses pacotes ecoturísticos especiais, de ter descontos na compra de livros e de ganhar uma assinatura da revista ‘Sierra’.

“Para completar a experiência de ecoturismo, o Sierra Club também toma a defesa de povos indígenas, aceitando aqueles que vivem em equilíbrio com seus ambientes como uma parte integral de “o ritmo das razões e as leis da natureza” no Planeta Terra.”. Ao contrário desses povos indígenas, o Sierra Club pode estar se tornando uma fonte de destruição da natureza, quando se observa que o número de seus ‘ecoturistas’ tem crescido surpreendentemente. (Luke, 1997)

## *b) O consumidor verde*

Para Dália Maimon, a demanda pelos produtos verdes cresce com a difusão da consciência ecológica, quando o “setor privado deixa de considerar o meio ambiente como somente um adicional de custo, passando a vislumbrar lucros com a criação e difusão de novos produtos e mercados.” Ela escreve que o setor de despoluição é o mais oligopolizado dentre os atuais negócios associados à questão ambiental. Entram neste ramo as consultorias em meio ambiente, realizando “...desenho de facilidades de controle de poluição, consultorias relativas à regulamentação ambiental, projetos de engenharia, assentamento, auditorias ambientais, análise de risco, assistência para obtenção de licença de poluição, etc.”. Enquanto a incorporação da “tecnologia limpa” depende de fatores como a taxa de investimento da indústria, da sua capacidade de autofinanciamento e do desenvolvimento tecnológico, os ecoprodutos dependem das novas preferências dos consumidores por produtos “verdes”. “... a maior consciência ambiental vem repercutindo na modificação do conceito de qualidade do produto, que agora precisa ser ambientalmente



viável.” O setor que lidera em faturamento é o de serviço coletivo de depuração de demandas urbanas ou de gestão territorial, isto é, de despoluição de água e reciclagem de lixo. (Maimon, 1995, p. 405)

O livro ‘The green consumer’ é um verdadeiro manual para transformar qualquer pessoa no que seus autores denominaram ser um consumidor verde em potencial. Destacam que uma soma de decisões semanais individuais pode afetar diretamente o meio ambiente no planeta terra. Sendo assim, cada escolha, realizada no trabalho, em casa, nas compras, nas férias, está dividida entre uma opção contra ou a favor do meio ambiente (Elkington, 1990). Segundo pesquisa de opinião pública no Brasil, os elementos naturais (Água, Ar, Rios, Mares, Matas, Minerais, Animais e Solo/Terra) são muito mais citados, como fazendo parte do meio ambiente, do que na pesquisa realizada em 1992. Entre os mais instruídos, a idéia de que favelas e cidades fazem parte do meio ambiente é maior. Enquanto curiosamente, 38% dos entrevistados mencionaram que homens e mulheres também fazem parte do meio ambiente (Crespo e Leitão, 1997).

Para Elkington, Hailes e Makower, a visão de que os produtos e os serviços comprados pelo consumidor podem estar destruindo o meio ambiente é argumento para os autores apresentarem critérios para fomento de um estilo de vida ambientalmente comprometido, ou seja, variáveis qualitativas para a realização de compras verdes. Assim, um produto verde é aquele com elementos ‘ambientalmente’ compostos e/ou embalados com materiais ‘ambientalmente’ produzidos. Em síntese, os autores escrevem que os produtos verdes não devem ser: perigosos à saúde das pessoas nem dos animais; danosos ao meio ambiente nem dispendiosos de energia e outros recursos durante seu processo de manufatura, de uso ou descarte; causadores de desperdícios desnecessários, seja devido às embalagens excessivas ou a uma curta vida útil; cruéis aos animais; derivados de espécies ou ambientes degradados (Elkington, 1990).

Os autores destacam sete principais problemas ambientais e, para cada um, indica o que o consumidor, individualmente, pode fazer para evitá-los. A chuva ácida, por exemplo, é resultado de emissões industriais, e o indivíduo contribuiria para sua diminuição, reduzindo o desperdício no consumo de energia. O aquecimento global e o efeito estufa poderiam ser combatidos com a redução do lixo doméstico, do uso de energia e do consumo de produtos com CFC, como os aerossóis, e aumento do plantio de árvores e de consumo de alimentos orgânicos. O Buraco da camada de ozônio, por sua vez, deveria ser evitado basicamente com a interrupção da utilização dos inúmeros produtos que contêm CFC, inclusive provenientes dos sistemas *fast foods*. A poluição do ar seria combatida com diferentes hábitos pessoais de lidar com o carro, como não encher o tanque em demasia, abastecer em postos que controlem a emissão de vapores de combustível, dar contínua manutenção do carro, reduzir a quilometragem dirigida, diminuir o uso de energia e preferir o gás natural. As florestas tropicais e a biodiversidade seriam preservadas pela preferência a madeiras provenientes de florestas temperadas ou cultivadas, compra de produtos tropicais não madeireiros, como certas amêndoas, cosméticos feitos de ervas tropicais, etc. O lixo, apesar de ter a reciclagem o maior meio de controle, deve ser previamente combatido com a seleção prévia de não adquirir produtos de plástico ou muito embalados, etc. A poluição da água deve ser uma das preocupações domésticas no intuito de conservá-la e mantê-la limpa, sem desperdício e sem produtos tóxicos. O cuidado com a água implica em evitar comprar produtos de limpeza poluentes, ao mesmo tempo denunciando quem polui, fábricas ou outros negócios, na vizinhança. Então, a solução é recusar, reduzir, reusar e reciclar sempre que possível. As palavras de ordem são: “recuse” comprar qualquer produto de plástico, ou “reuse” os recipientes plásticos ou compre os “reciclados” ou “recicláveis”, etc. (Elkington, 1990, p. 14-41).



Arlete Rodrigues lembra que os resíduos, a produção do lixo, poluição, etc. são resultantes do processo de industrialização — posto que há tempos este é comandado pela urbanização — e são os chamados produtos (ou mercadorias) “indesejáveis”. “Entra em cena um “novo” processo industrial, *o da reciclagem do lixo*. Lixo que virou resíduo. Embora a reciclagem seja assunto difundido desde a 2ª metade deste século o processo tornou-se industrial após a década de 60.” Ela completa dizendo que o lixo é uma mercadoria e que seu preço é definido pelo mercado comprador, não pelo ‘vendedor’. Na economia doméstica o consumidor torna-se o produtor do lixo e nem sabe que seu ‘produto doméstico’ tem preço. Em geral livra-se do lixo, às vezes contribuindo para o processo coletivo de preservação do meio ambiente, para salvar-se da culpa pelo desperdício. (Rodrigues, 1997)

A questão colocada pelos autores, então, é saber quando um produto é ou não ambientalmente partidário. Isso porque, às vezes um produto “não limpo” pode ter uma embalagem verde — feita com papel reciclado, por exemplo —, enquanto outros “limpos” podem não mostrar ser assim em sua embalagem, embora resultarem na chamada “tecnologia limpa”. Ou seja, as corporações podem produzir mercadorias verdes apesar de serem grandes poluidores mundiais. (Elkington, 1990, p. 7).

Para ajudar o consumidor a tomar decisões corretas, a segunda parte do livro ‘The green consumer’ descreve o que escolher, o que comprar e onde achar tais produtos. Com a noção de que as pessoas não desejam abdicar do conforto nem das conveniências conquistadas como um modo de vida Elkington acredita que as idéias de redução drástica em todas as compras foram superadas em respeito ao meio ambiente. A necessidade do crescimento zero parece descartada em troca de mudanças nos hábitos de consumo. Isto é, ao invés de deixar de consumir, a proposta é alterar o gosto e as preferências do que comprar ou a tecnologia a desenvolver. Nem todos os produtos e serviços são necessariamente destrutivos, tais como: automóveis, alimentos, produtos domésticos, de jardinagem, animais de estimação, presentes, energia, móveis, produtos de beleza até viagens de turismo. Assim, para não comprometer seu modo de vida, baseado no consumo induzido e, ao mesmo tempo, não causar impactos negativos ao meio ambiente, o consumidor deve escolher com cuidado o que comprar, tornando-se um consumidor verde. (Elkington, 1990, p. 4).

Maimon alerta que outros negócios estão sendo realizados, pois o consumidor está cada vez mais disposto a pagar maiores quantias, desde que contribua para a proteção do meio ambiente, ou descubra que certos produtos podem ser nocivos. O mercado torna-se promissor para os eco-produtos. A disposição para pagar mais pelo produto “verde” implica no seguinte: a informação sobre um produto “eco-compatível” autoriza um adicional ao preço, passando a ser um critério de escolha ou uma preferência para a cesta do consumidor. Ademais, “Para subsidiar e atender esta nova demanda do consumidor, surgiram vários programas de “endosso ecológico” que pode ser fornecido por órgãos públicos ou privados. (...) As experiências pioneiras de endosso da ecologicidade do produtos, através do selo verde, são a alemã, a canadense e a americana.” Seus principais objetivos são: melhorar as vendas ou imagem dos produtos, sensibilizar os consumidores para os distintos efeitos ambientais de produtos da mesma categoria, oferecer informações fidedignas e exatas sobre a composição dos produtos e melhorar a qualidade ambiental através do consumo de produtos eco-compatíveis. (Maimon, 1995, p. 408)

Como foi observado até o momento, pouco se falou de produtos verdes que não estejam vinculados à indústria poluidora, entretanto, o mercado verde não está se restringindo a esta particularidade. De fato, o mercado do *ecobusiness* vem liderando, internacionalmente, com a produção anti-poluidora, em particular, nos Estados Unidos, Alemanha e Japão. (Maimon, 1995, p. 406). Maimon mostra que o *ecobusiness* está se expandindo para indústrias de cosméticos, alimentação natural, reciclagem



de lixo e de *marketing* de empresas. “O *marketing* ecológico foi introduzido pela primeira vez, em 1990, pela São Paulo Alpargatas na venda de camisetas ecológicas. Esta foi sua campanha de maior retorno de vendas. A SOS Mata Atlântica, por sua vez, associou-se à Aqualongo na venda de camisetas do projeto Tamar. A Atlantis também lançou uma campanha de óleo verde que economiza a gasolina e o álcool.” (Maimon, 1995, p. 414)

Dália Maimon apresenta alguns outros exemplos, como o aparecimento de notícias sobre o meio ambiente em vários jornais, revistas e canais de televisão, às vezes com horários exclusivos, programas especiais, etc., onde a notícia é a mercadoria. Há ainda muitos ramos para o *ecobusiness*, além de produtos como pousadas, camisetas, bonés, agendas, revistas, música e livros fotográficos especializados em temas ecológicos. O ecoturismo induz à transformação de recursos naturais em uma outra mercadoria, a começar pela “paisagem natural intocada” — passível de ser fotografada — não poluída, com ar puro e água cristalina consumíveis. Os espaços, parques naturais para o ócio, são consumidos em poucas horas de desfrute ou em momentos onde homem, fauna e flora têm direitos igualitários. A mercadoria aqui não é mais “indesejável” e sim o seu oposto: é a amostra da não poluição e de um espaço não urbano e não industrial, embora, tão logo o turismo se instale adquira características de sua contradição. As possibilidades de realização de novos negócios, não inspirados em problemas ambientais provenientes da produção industrial e urbana, multiplicam-se em modelos ideais, tendo por base o que a natureza teria a oferecer de mais belo, mais natural, mais puro e, conseqüentemente, mais limpo. O sinal dado não é vermelho, nem de alerta, nem regido pelo imperativo da reciclagem, ou pela diminuição de desperdícios produtivos ou por despejos de resíduos em lixo. O sinal tem outra cor: o verde das áreas de lazer, espaços de elevada qualidade ambiental, porque há pouco transformadas e reservadas para aqueles que vivem na cidade.

Os autores escrevem ser o turismo uma das indústrias que cresce mais rapidamente no mundo atual. Em alguns lugares, o turismo está sendo priorizado sem que haja medidas de proteção aos ambientes naturais. A procura por destinos distantes e exóticos tem incentivado vários problemas, Elkington enumera:

“Trekking in Nepal are destroying land terraces that grow fodder for cattle. To build airports capable of accommodating jumbo jets, large areas of forests are being destroyed in Indonesia. In the Caribbean, the number of tourists is often larger than the local populace. Remote villages are being razed to build access highways to new luxury resorts. Even in United States, many travelers looking for a “back to nature” experience flock to national parks and forests, crowding out the natural wildlife, trampling flora and forests, and leaving trails of waste and garbage.” (Elkington, 1990, p. 241).

Mesmo se o turismo massificado causa impactos ambientais, há a possibilidade de ser encontrado uma coexistência harmônica entre turismo e meio ambiente. Mas isso exige que alguns princípios básicos de preservação ambiental e de cultura local sejam tomados como linha de ação, com os quais se estabelece uma mercadoria diferenciada, o ecoturismo. Para tanto, o autor vota na capacidade de escolha de empresas e entidades comprometidas com isso.

Assim, um consumidor verde, comprador de pacotes turísticos ou não, deve ser também um viajante responsável e seguidor de orientações e regras de várias organizações que oferecem modelos, em geral chamados de “ecoturismo” ou “viagens verdes” ou “viagem de baixo impacto” — apesar destes termos não serem sinônimos. O clássico lema do Sierra Club foi apresentado com a paráfrase que vem entrando no senso comum: “você não deve deixar nada, somente pegadas e não tire nada, apenas



fotografias e memórias”. O consumidor verde pode solicitar um “código de ética de viagem” ao North American Coordinating Center for Responsible Tourism em San Anselmo, Califórnia. A prática do turismo vem ganhando com o ecoturismo um alto conteúdo normativo. Assim, Elkington enumera alguns preços e os vários grupos ambientalistas que oferecem roteiros: para a floresta Amazônica, para a observação de baleias na Argentina ou de pássaros em Bali, para visita das Ilhas Galápagos, da Índia, do Peru, da Nova Zelândia, etc. (Elkington, 1990, p. 242). Há também clubes e operadores de viagens vendendo esses programas, mas é preciso alertar que nem todos estão ecologicamente habilitados, afinal o turismo de aventura é um bom negócio para agentes amadores. (Elkington, 1990, p. 244). O autor aconselha o consumidor verde a fazer algumas perguntas aos operadores antes de decidir comprar um pacote de viagem. As exigências para o consumidor são: 1. Os guias são treinados para ser ecologicamente conscientes e ambientalmente sensíveis? 2. A vida animal e seu habitat estão livres de estresse, de forma a não inibir o comportamento selvagem? 3. As áreas naturais a serem visitadas são cuidadosamente administradas? 4. Quais são os esforços desta agência em contribuição à conservação? 5. Os guias são aptos a alertar sobre lembranças e *souvenirs* que ameaçam a vida animal e vegetal? (Elkington, 1990).

O consumidor verde que se preze deve tanto comprar um pacote ecoturístico de uma empresa “autorizada” como obedecer a certas regras básicas de boa conduta e comportamento. A EcoBrasil trata do que chamou “Ética de Mínimo Impacto Ambiental”, no intuito de evitar o estresse de animais silvestres, a destruição da vegetação pelas pegadas que ficam nas trilhas. Esta entidade adverte: “Praticar o código de Mínimo Impacto é bom, levar para casa o seu lixo é melhor, mas somente essas atitudes não serão suficientes para proteger e preservar nosso patrimônio natural. Cada um de nós deve procurar orientação toda a vez que se aventurar no ambiente natural, para aprendermos e nos conscientizarmos de como agir para protegê-lo e conservá-lo.” (Ecobrasil, 1997)<sup>97</sup>

Tratar de produtos verdes no Brasil requer mostrar o quanto seu território está composto por uma verdadeira reserva para a oferta turística. O Brasil é elogiado por suas riquezas naturais, por ser um país tropical e, portanto, abundante em diversidade de espécies animais e vegetais. A dimensão deste país comporta inúmeras áreas atrativas para o ecoturismo, concentradas na exploração das belezas da Amazônia, da Mata Atlântica, do Cerrado, do Pantanal, etc. Matas, montanhas, cavernas, praias, mangues, todos são motivos para descrições poéticas capazes de motivar qualquer pessoa que leia um folheto informativo de uma agência ecoturística ou veja um filme para divulgação de um roteiro. Mas transformar essas diferentes paisagens em lugares prontos para receber grupos organizados de turistas demanda um esforço conjunto de operadores, agentes governamentais de promoção do turismo, com as contribuições da EMBRATUR e de controle ambiental da competência do IBAMA<sup>98</sup>, de empreendedores para a construção de espaços destinados à hospedagem, à alimentação e aos outros serviços complementares à indústria turística.

Um trabalho fundamental para a promoção dos lugares ecoturísticos (produtos ecológicos finais) foi destacado por Olga Tulik quando relata que “... através de novelas de televisão, foram difundidas imagens do Pantanal Matogrossense e da Chapada Diamantina, regiões até então não alcançadas pelos roteiros turísticos.” Ela enumera também que “Paralelamente à esta promoção de imagens veiculadas pelos meios de comunicação que despertam o interesse do turista induzindo fluxos, outras localidades

<sup>97</sup> Encontrado através da internet em 09-11-97, URL: <http://www.ecobrasil.org.br/ecosus6.html>

<sup>98</sup> Tarefa que parece oficialmente divulgada através do documento do Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo”.



(consagradas ou não como núcleos receptores e até mesmo como pólos turísticos) reivindicam sua fatia neste imenso espaço mercadológico voltado para o meio ambiente e, em especial para o ‘ecológico.’” (Tulik, 1992, p. 23)

A autora advoga que o turismo alternativo aprimorou-se na oferta de atividades diversificadas quanto à forma dos alojamentos e dos equipamentos utilizados para atividades esportivas e de recreação terrestre, aquática e aérea. Para tanto, cita: as bicicletas, motocicletas, jipes, “bugs”, canoas, barcos (à vela, remo e motor), lanchas, caiaques, botes infláveis, etc. Ademais, fazendas e sítios em áreas verdes passam a ofertar atividades rurais e ecológicas. Tulik cita também redes de “campings”, SPAs (para cuidados com a saúde e o corpo), hotéis de lazer (“resorts”). (Tulik, 1992, p. 27). O leitor da revista *Os Caminhos da Terra* ao folhear suas páginas encontrará marcas e lojas especializadas em mochilas de diversos tamanhos e modelos, sapatos e botas especiais para “trilheiros” (marcas como Sanmanco, Cannon), sacos de dormir, barracas para acampamentos, cantis, fogareiros, bússolas, etc.

Observar o crescimento deste arsenal de objetos mediadores de uma aproximação do homem com a natureza deixa transparecer a questão sobre a necessidade, a ser realizada através do consumo, de se apropriar da “paisagem natural intocada”. Consumo do espaço, pelo fato das áreas naturais serem transformadas em pólos ecoturísticos e também consumo complementar de uma variedade de artigos e acessórios. Vistos por esta ótica, estes campos de negócios estão assegurados por investimentos que atendem padrões de consumo crescentes. O encadeamento de atividades produtivas diversas, para o suprimento de uma demanda ecoturística, justifica a formação deste mercado, para não dizer indústria.

### c) *O desenvolvimento sustentável*

Em 1994, a EcoBrasil<sup>99</sup> e sua diretoria fundadora participaram da elaboração das “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo”, documento interministerial (MICT versus MMA), coordenado pela EMBRATUR e o IBAMA. Nessa ocasião, foi formulada a idéia de que o ecoturismo é “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”, passando a ser adotada conjuntamente. (Brasil, 1994)

Os consultores que auxiliaram na realização deste estudo chegaram a conclusão de que o “Ecoturismo no Brasil encontra-se desordenado e desarticulado” porque consideram: a ação dos empresários deficiente; a atuação político-governamental insuficiente; o comportamento do (eco)turista inadequado; a não participação da comunidade local; a interação empresarial e inter-institucional fraca; a infra-estrutura para o ecoturismo deficiente ou inadequada; a falta de profissionais capacitados e treinados. Como resposta, o documento representa uma carta de compromisso do governo (Ministérios do Meio Ambiente e da Indústria, Comércio e Turismo) e organizações (como a EcoBrasil, a

<sup>99</sup> Associação Brasileira de Ecoturismo é uma organização não governamental (sociedade civil), sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro, que surgiu durante um Seminário em 1993, em Ilhéus, entre as preocupações de alguns operadores frente a uma confusão de critérios e conceitos sobre ecoturismo. Um problema que comprometia a qualidade dos produtos ecoturísticos disponíveis no mercado naquela época. Roberto Mourão narra que no mesmo ano, durante o World Congress on Adventure Travel and Ecotourism (em Manaus), fundou a EcoBrasil juntamente com Silvio Barros, Ariane Janér, Carlos Probst, Oliver Hillel, entre outros. (Via Rio - Entrevista com Roberto Mourão. 03/02/98 in: <http://www.via-rio.com.br/entrjan.html>)



Conservation International, o Senac – SP), com o propósito de “fazer do Brasil um destino ecoturístico confiável e sustentável”. Deste modo, a Associação Brasileira de Ecoturismo aspira ser uma “rede de troca de informações”, “uma alavanca de desenvolvimento de ecoturismo sustentável no país” e “defender os interesses de seus associados<sup>100</sup> em nível nacional e internacional”. (EcoBrasil, 1997)

A EcoBrasil, então, passa a ter como finalidade as tarefas de “fazer do turismo um instrumento eficaz de desenvolvimento econômico e conservação dos recursos naturais e culturais do Brasil”; “Representar o Brasil junto as organizações internacionais de Ecoturismo, incorporando destas objetivos que sejam adequados às condições nacionais”; identificar o potencial ecoturístico no território nacional e promovê-lo comercialmente, etc. Esta organização está trabalhando junto a programas governamentais<sup>101</sup>, um deles se trata do “Grupo Técnico de Coordenação para a Amazônia Legal”. Formado com o objetivo de dar continuidade a política para o desenvolvimento do ecoturismo<sup>102</sup>, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para Amazônia Legal - PROECOTUR prevê a viabilização e implantação de unidades hoteleiras (justificada com a criação de empregos diretos e indiretos nos pólos ecoturísticos selecionados) através da obtenção de financiamentos. “O Governo brasileiro encontra-se em negociação avançada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a respeito do PROECOTUR, já estando aprovada a fase de Pré-investimentos, no valor de US\$ 10 milhões, para aplicação prevista em 18 meses e desenho da segunda fase, de Investimentos, no valor de US\$ 200 milhões, para aplicação em 3 anos.” Realmente o ecoturismo se transforma em instrumento de investimento.

O “GTC Amazônia” está desenvolvendo um primeiro projeto, o “Programa Piloto de Ecoturismo em Áreas Indígenas”, ainda com o comparecimento do Ministério da Justiça e a Fundação Nacional do Índio - Funai. A EcoBrasil aparece como entidade executante e estabelece como objetivo “a viabilidade operacional e econômica do ecoturismo em bases sustentáveis, em áreas indígenas, através do desenvolvimento de uma experiência piloto com comunidades que tenham interesse, potencial e vocação, visando dar alternativas econômicas para a melhoria da qualidade de vida, promovendo ao mesmo tempo a conservação do patrimônio ambiental e cultural.” A EcoBrasil mostra-se consciente de que o turismo é uma atividade de risco para as comunidades de áreas indígenas, assim enumera os possíveis custos ambientais e culturais. Os impactos que podem vir a ser provocados pelo desenvolvimento de ecoturismo, são:

“falta de respeito à cultura e à privacidade das comunidades; estímulo a vergonha étnica; risco de transmissão de enfermidades; produção de lixo, principalmente não biodegradáveis; introdução de vícios (álcool e drogas) e prostituição; exploração e/ou manipulação da mão-de-obra comunitária; introdução de falsos valores, sobretudo em crianças e jovens; comércio de artesanato e artefatos abaixo do valor justo; estímulo à produção “industrial” de artesanato; estímulo à produção de artesanato com espécies raras; estímulo à produção de artesanato com espécies ameaçadas de extinção”.

Observa-se que a inserção do turismo significa perda do modo de vida da cultura indígena tradicional. A preocupação ecológica se diz especialmente ligada a uma perda da diversidade biológica.

<sup>100</sup> As categorias ecoturísticas representadas pela EcoBrasil (esportes especiais, excursionismo, montanhismo, mergulho, mountain bike, surf & windsurf, espeleologia, canoagem & remo) inclui uma listagem de associações um tanto diversa em relação ao Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), no sentido que não consta a presença das conhecidas agências de ecoturismo de São Paulo e do Brasil. São grupos como a Associação Brasileira de Ultra-leves (RJ), Centro Excursionista Brasileiro (RJ), Clube Alpino Paulista (SP), Abrolhos Atividades Subaquáticas (BA). Em 1997 havia um total de 115 associados, dos quais 46 encontravam-se no estado de São Paulo.<sup>100</sup>

<sup>101</sup> Estatuto da Associação Brasileira de Ecoturismo, in <http://www.ecobrasil.org.br/estatuto.htm>

<sup>102</sup> Conforme a portaria interministerial n. 21, de 30 de novembro de 1995, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.



Mesmo assim o projeto é justificado. Argumenta-se a necessidade de se criar alternativas econômicas para as comunidades indígenas que já tiveram contatos com a sociedade moderna (nacional e internacional), que demonstram interesse pela atividade ecoturística frente à demanda externa para a visitação. O ecoturismo passa a ser justificado como sendo uma atividade dentro dos moldes tradicionais do extrativismo — patrimônio natural e cultural —, garantindo condições de sustentabilidade, baseadas numa harmonia e equilíbrio entre resultado econômico, mínimos impactos ambientais e culturais, satisfação do ecoturista, visitante ou usuário e das comunidades envolvidas. O dizer “extrativismo tradicional” foi explicado como “... característico de comunidades equilibradas, na qual diferentes grupos sociais (indígenas, caboclos, seringueiros, etc.) vivem harmonicamente em estreita relação com a natureza, praticando o extrativismo da borracha, a coleta da castanha, a caça e a pesca artesanais de subsistência, sempre revelou-se capaz de manter o equilíbrio ambiental.” Este extrativismo tradicional estaria sendo deturpado na medida em que “... vem sendo substituído por processos produtivos que têm na exploração maciça dos recursos naturais (madeira, garimpo, tráfico de animais, etc.) seu principal objetivo.” O último apelo foi dizer que o melhor é estabelecer contato com os índios através da “visitação controlada e monitorada de ecoturistas, informados, educados e conduzidos por pessoal treinado e autorizado” do que no passado foi com os bandeirantes ou hoje com os especuladores imobiliários, agricultores, pecuaristas, madeireiros, garimpeiros, etc. Isso é quase recorrer ao argumento de que os ecoturistas serão mais “civilizados” ou não têm a pretensão de serem desbravadores, mas esqueceram que o capitalismo pode ser “selvagem” quando “agentes idealizadores, capacitadores, executantes, financiadores, etc.” colocarem as reservas indígenas à venda como produto ecoturístico, com o prêmio de ter os índios dentro do mesmo pacote.

Os programas de “capacitação para o ecoturismo” incentivados pela EcoBrasil, que têm como objetivo dar suporte técnico para o fomento do ecoturismo, contam com a parceria da Bioma Educação Ambiental (de São Paulo). As oficinas realizadas pela Bioma consistem na “transmissão de metodologia de planejamento para o desenvolvimento do ecoturismo”, que, por sua vez, foi estruturada pelo Ecoplan:Net Institute em parceria com a Conservation International.<sup>103</sup> A estratégia de desenvolvimento foi concebida por Karen Ziffe<sup>104</sup> e Reinaldo Lourival, originalmente, para um programa no Pantanal. Nos últimos anos tem se expandido com 16 oficinas, em 15 estados brasileiros, voltadas para representantes do setor público, privado e das ONGs.

A missão da Conservation International com o ecoturismo visa ligar as comunidades locais à indústria do turismo em prol do desenvolvimento, dar suporte às empresas economicamente “sustentáveis”, que contribuam para a conservação e sirvam como modelo para outras iniciativas. Sua proposta é desenvolver e disseminar estratégias que influenciem amplamente a indústria turística em direção a uma sustentabilidade ecológica. A Conservation Internacional acredita que o ecoturismo, quando planejado e implantado de forma adequada, pode ser tanto um efetivo instrumento para a conservação, como um modelo bem sucedido de desenvolvimento para tais comunidades. Neste sentido, o ecoturismo é um instrumento para a conservação, mas a conservação da natureza é o meio de manutenção do próprio ecoturismo. A qualidade ambiental é recurso necessário para que a atividade ecoturística se reproduza. Ao passo que os defensores da natureza estão aceitando o inverso, isto é, transformando o fim em meio, para se atingir o que era tomado como objetivo de seu ativismo. Aliás,

<sup>103</sup> “Oficina de Capacitação em Ecoturismo”, encontrada na internet em 17 de setembro de 1997 na URL: <http://www.mmarte.com.br/bioma/oficina.htm>

<sup>104</sup> Vice presidente da CI em Washington nos EUA.



estão argumentando que, por conta do ecoturismo, ser uma prática que requer a continuidade de uma “paisagem natural intocada”, acaba sendo aliado espontâneo das preocupações com a natureza.

Este problema foi muito bem colocado por Luke quando fez a seguinte interrogação provocativa a respeito de semelhante posição adotada pelo WWF<sup>105</sup>: “Se a proteção dos habitats dos humanos era de fato a primeira preocupação do WWF, então porque está promovendo tantas viagens ecoturísticas nas últimas extensões relativamente intocadas de natureza?” Para este autor, o WWF nos Estados Unidos deveria ser reconhecido como um pioneiro no uso da conservação da natureza como suporte ao turismo, que é uma idéia de *marketing* por trás do ‘ecoturismo’. Luke afirma que a participação turística nas atividades de conservação do WWF também aumenta o consumo de combustíveis à base de petróleo (dos transportes em viagens ao redor do mundo), que põe em perigo habitats e ameaça espécies animais, e causa degradação ecológica. Tudo para produzir extraordinárias memórias e vistas da vida selvagem, para quem gasta seus dólares em viagens com o “WWF... naturalmente”. (Luke, 1997, p. 51)

Contraditoriamente, a Conservation International justifica seu envolvimento com o ecoturismo argumentando que o turismo tem se tornado a maior indústria do mundo. O praticado com base na natureza representa entre 40% a 60% desta indústria e, para um crescente número de países, o turismo baseado em atrações na natureza é grande gerador de capital estrangeiro. A CI acredita no poder econômico do ecoturismo como sendo um incentivo para que os planejadores de políticas governamentais e a comunidade local conservem os recursos naturais e culturais que atraem visitantes de fora. A CI esclarece que não opera nem vende viagens, mas trabalha com as comunidades no desenvolvimento de produtos ecoturísticos, que são uma combinação de atrações naturais e culturais, serviços e itinerários. Uma vez acabados estes produtos são oferecidos para operadores ecoturísticos, que se encarregam de vendê-los e operá-los para turistas.<sup>106</sup>

O WWF tem tomado o ecoturismo como uma atividade econômica capaz de conciliar os objetivos voltados para a conservação da natureza. Enquanto o WWF dos Estados Unidos organiza viagens, no Brasil<sup>107</sup>, a atenção dirigida ao ecoturismo está orientada para o fomento de capacitação para a introdução da atividade, em padrões aceitos pelo mercado, que une o turismo ao paradigma da sustentabilidade. Luke escreve que nos anos 90 o turismo tornou-se uma das maiores indústrias, inclusive pelo alto percentual no mundo de empregos vinculados a esta atividade. Luke ressalta que o WWF nos Estados Unidos tem explorado a tendência em usar o turismo como suporte para a conservação, com orgulho de

<sup>105</sup> WWF - World Wide Fund For Nature, formada em 1961 com três primeiros escritórios no Reino Unido, Estados Unidos e Suíça, desde 1991 se estabilizou no Brasil, apesar de atuar deste a década de 70. Nos anos 60 a figura mais importante no WWF era o biólogo britânico, Julian Huxley. Como primeiro Diretor Geral da UNESCO, Huxley convocou o ornitologista Max Nicholson, Diretor Geral da “Nature Conservancy” Britânica, e Peter Scott, vice-presidente da IUCN, que mais tarde foi o líder da organização. (fonte: janeiro 1998 em URL: <http://www.panda.org/>) O WWF chegou ao Brasil em 1971 apoiando o Projeto Mico-Leão-Dourado, depois iniciou o desenvolvimento de cerca de 350 projetos de conservação, geralmente com parceiros como outras organizações não-governamentais e órgãos dos governos federal, estaduais e municipais. Em agosto de 1996 passou a ser uma organização nacional autônoma, o WWF Brasil, cujo o Conselho Diretor era formado por ambientalistas, representantes do empresariado e de outros setores da sociedade brasileira. Sendo uma das 25 organizações nacionais da rede, o WWF no Brasil passou a ser chamada de Fundo Mundial para a Natureza. (fonte: WWF no Brasil, URL: <http://www.wwf.org.br/>)

<sup>106</sup> Todas estas informações foram encontradas através da internet no dia 13/10/97, URL: <http://www.conservation.org/web/aboutci.htm>

<sup>107</sup> O WWF no Brasil se tornou uma organização não-governamental brasileira ingressa numa rede internacional com a missão de conservar a natureza e os processos ecológicos através da preservação da diversidade genética, de espécies e de ecossistemas; do uso sustentável dos recursos naturais renováveis e do combate à poluição e ao desperdício de recursos e de energia. No Brasil, o WWF, possui uma lista de projetos em andamento como os ligados a parques e reservas, os que promovem as bases para um desenvolvimento sustentável (um dirigido ao “Ecoturismo em Fernando de Noronha”, outro “Ecoturismo em Silves”), e ainda na área de disseminação, educação, treinamento e pesquisa como, por exemplo, o projeto de capacitação em ecoturismo.<sup>107</sup>



seu pioneirismo. Aliás, esta é a idéia que estaria por trás do ‘ecoturismo’. O programa de viagens oferece convite ao ecoturista para juntar-se a esta aventura, pagando US\$ 6.480 por 19 dias nas ilhas oceânicas indianas, assim as pessoas ganham o acesso a lugares exóticos sem custos extras inesperados: o preço já conta com ‘tudo incluído’. Este autor advoga que, por outro lado, as estratégias para vender esta corrida parecem centradas na preservação da diversidade biológica de uma pequena parte ao redor do mundo, apenas das crescentes indústrias do turismo no mundo. (Luke, 1997, p. 50)

Luke acredita que o ecoturismo “remanufatura” a Natureza, transformando hábitat em utilidade, a flora e a fauna em fábricas e as comunidades indígenas em interessados empreendedores, ou o que pode ser pior, gerentes sub-remunerados. “A conservação da natureza se torna um jogo, e todos envolvidos se tornam um jogador para o WWF.” Isto justificado pelo WWF como sendo um negócio perigoso, mas potencialmente recompensador, quando o turismo se transforma em uma alavanca para atividades produtivas e um instrumento para o desenvolvimento. Isto torna-se uma interessante alternativa econômica dada às comunidades sem que haja um uso consumista de seus recursos naturais. Estes posicionamentos são parte de uma terceira onda da organização ambiental, havendo um importante desenvolvimento no modo de pensar conservacionista dos últimos anos. Luke mostra que o argumento do WWF revela-se pela tomada de consciência dos projetos de conservação que não terão viabilidade, a menos que as comunidades tenham algum benefício econômico derivado disso. O ecoturismo passa a ser visto como “um instrumento para a conservação e desenvolvimento econômico e negócios lucrativos.” A visão da conservação da natureza passa a estar vinculada a noção de “capacidade de carga”, até quantas pessoas numa trilha, hotéis num parque é possível crescer mantendo um mínimo impacto sob as condições originais do lugar. (Luke, 1997, p. 52)

### 3.3. A NATUREZA CONSUMIDA NO TURISMO.

John Urry aponta que o objeto do olhar do turista pode ser uma paisagem campestre, uma paisagem urbana, um grupo étnico, um estilo de vida, artefatos históricos, locais de recreação como o “sol, areia e mar”, signos da tradição, da cultura, da arte, etc. (Urry, 1996) Assim, convencionou-se definir aquilo que atrai a atenção do ecoturista: a “paisagem natural intocada”. Mas dependendo das práticas envolvidas — educação ambiental ou esportes de aventura — o espaço é tomado pela exuberância de um espetáculo natural, passando a servir de palco de uma aventura.

A prática do ecoturista parece produto da exploração do novo e do velho. Assim como a mídia, o comércio tudo faz para atrair a atenção do consumidor. Tentar recuperar um “modo de vida natural”, a nostalgia por um contato com a volta à natureza, à tradição, são perspectivas apresentadas como fuga do cotidiano. A memória das atividades representadas pelas figuras do viajante, do aventureiro, do desbravador de terras desconhecidas é encurralada pelo desejo ao heroísmo, à exclusividade, ao excepcional, ao não comum, etc. Ceballos-Lascuráin escreve que as origens do ecoturismo são muito remotas, mas ao tratar dos últimos tempos este autor cita grandes personagens<sup>108</sup> na história,

<sup>108</sup> Dentre eles o viajante Marco Polo, o jesuíta Eusebio Kino no México, o navegador inglês James Cook, o alemão e acadêmico da moderna geografia física Alexander Von Humboldt, o naturalista inglês Alfred Russell Wallace, o navegador francês Louis-Antoine de Bougainville, o médico missionário pela África David Livingstone, o sueco e suas expedições na Ásia Central considerado o primeiro europeu a visitar o Trans-Himalaya no Tibet, Sven Hedim.



particularmente do século XIX. O autor explica que estes “... exploradores do passado eram pessoas excepcionais, dotados de formidável energia e força de vontade, que empreenderam suas viagens num modo altamente individual, frequentemente experimentando muitas privações e dificuldades. A viagem baseada na natureza como uma diversão popular não pode ser considerada verdadeiramente desenvolvida até o último século 19, seguindo avanços no turismo de massa.” (Ceballos-Lascuráin, 1996) Aqui pode ser lembrada a figura dos bandeirantes em São Paulo, muito usada em alguns roteiros.

Em resposta a esta imagem de pessoas notáveis, a Highland Adventures<sup>109</sup>, operadora de ecoturismo especializada em viagens internacionais, como subir o Himalaia no Nepal, colocou em seu folheto o sentido da exclusividade: “Os poucos de nós que se aventuram nestes confins do planeta são bem mais que simples espectadores num cenário fantástico: são eles os protagonistas da sua própria aventura. E são poucos”. A agência Special Way refere-se à idéia de fuga do cotidiano massificado, por sua própria repetição: “Voltada para o desenvolvimento de atividades ambientais, expedições e viagens em contato com a Natureza, trabalhamos para tornar acessível a todos o que muitas vezes é visto como programa para aventureiros e desbravadores”. A imagem do turista versátil, ativo, enérgico, é quase o excepcional, por sua vez, foi elucidada pela empresa TrilhaBrazil Turismo de Aventura: “Caminho pelas trilhas, matas, vales e campos - Desço as cachoeiras e as corredeiras - Subo as montanhas para ver o horizonte - Dentro da terra descubro novos abismos e cavernas - Aventurar-se é preciso - Preservar é fundamental”.

O que era programa apenas para aventureiros, excursionistas, alpinistas, em geral viajantes independentes, ou para excursões escolares voltadas ao estudo de meio — prática da primeira geração de agências<sup>110</sup> —, torna-se atrativo aos olhos de quem nunca havia pensado em sair dos roteiros convencionais, ou mesmo do meio urbano, do percurso casa-trabalho-casa. A promoção do que era um turismo selvagem o transforma em ecoturismo. O mercado se expande para o público alvo atingido e estende-se e multiplica-se para “lugares naturais” com destinos ecoturísticos potenciais. As singularidades naturais de um país como o Brasil, lisonjeado desde seu descobrimento por suas belezas e riquezas naturais, mais uma vez são valorizadas e valoradas na prática. O objeto vendido aos olhos dos turistas, a natureza, é produto de impulsos sistemáticos<sup>111</sup> que promovem a chamada consciência ecológica, orientam o modo como as pessoas devem usar seu tempo livre e como podem melhorar suas vidas, através do relaxamento, da fuga dos centros urbanos e da poluição, etc. É neste sentido que o ecoturismo também passa a ser tempo capturado pelo cotidiano.

Todavia, o ecoturismo ainda representa o desejo de libertar-se do cotidiano, isto é, de suas monotonias, opressões, violências. Revela-se como necessidade, ou ansiedade de ver, de sentir o novo, que se mistura ao que seja o diferente, o exótico, ou qualquer que seja um outro ainda não visto. Para

---

<sup>109</sup> Mauro Chwartz, o proprietário, conta que a idéia inicial para montar a empresa era a de sugerir aos brasileiros que o Himalaia não se restringia aos super-homens. Ele afirma que fecha negócio com 150 pessoas ao ano e o seu público alvo é de alto poder aquisitivo, com 25 a 60 anos de idade.

<sup>110</sup> Com o trabalho de Marínček ficou claro que a maioria das operadoras paulistanas da primeira geração ainda no mercado — Ambiental Expedições, Biotrip Turismo Ecológico, Brasil Adentro, Eco Associação, FreeWay, Ipá Ti-uá, Pisa Trekking — originaram-se da prática de viagens escolares, do chamado estudo de meio. Exceto a TrilhaBrazil Turismo de Aventura que foi fundada por espeleólogos e montanhistas. Entretanto, isso não impede considerar que o ecoturismo tenha sido impulsionado também pela prática de grupos esportistas, que têm como cenário a natureza, e por uma ramificação vinda de propostas de “educação ambiental” de organizações não governamentais ambientalistas, posto que muitos deles estão associados ao ecoturismo hoje.

<sup>111</sup> Para se discutir este ponto será necessária uma abordagem do papel da imprensa, no mínimo relativo à veiculação de agências de ecoturismo em matérias sobre os mais diferentes “lugares naturais”, além das indicações de programas e paraísos para férias e feriados.



tanto o ecoturista depende aquilo com que contrasta, tendo como referencial os grandes centros urbanos e industriais, a “paisagem natural intocada” parece proporcionar momentos de prazer, deleite e liberdade.

Lefebvre se refere aos cidadãos que desejam reencontrar uma certa “qualidade do espaço” no momento da partida para as férias. O espaço qualitativo deve ter o sol, a neve e o mar, como elementos facilmente nomeáveis, e ainda podem ser naturais ou artificiais. O pensador salienta as contradições inerentes a este processo, ao mostrar que a orla do Mediterrâneo se transforma em espaço de lazer para a Europa industrial, abrindo caminho para a entrada da própria indústria neste novo terreno. As antigas cidades de lazer descaracterizam-se e aqueles que fogem da indústria e do urbano passam a sentir a nostalgia desta perda. (Lefebvre, 1974)

Assim o tema ‘natureza’ significando uma atividade como o turismo e o lazer, não é novo, mas com o ecoturismo ele toma uma outra forma. E esta ‘natureza’ passa a ser explorada massificadamente, baseada numa representação do intocado, do inexplorado, como as ‘terras virgens’. O conjunto de signos derivados do debate ecológico é composto de águas cristalinas e não poluídas — verdes ou azuis; da biodiversidade, representada pelos exemplares das espécies vegetais e animais em extinção — selvagens e não domesticados, conhecidas através de informação fotográfica, de jardins botânicos, de zoológicos, de biodômes, de livros, de revistas, de vídeos, etc.; das formações geológicas e singularidades geográficas culturais ou naturais. A revista *Veja* mostra matéria com a seguinte chamada: “As praias intocadas do Nordeste”. Descreve o cenário: “Areia branca, dunas, lagoas e águas cristalinas. Uma paisagem ainda inexplorada pelos turistas e à disposição dos aventureiros. São dezenas de quilômetros de praias, onde a especulação imobiliária não chegou.”<sup>112</sup>

A exploração desta nostalgia, como uso de uma novidade, serve para atrair os desejos de quem se prende a um objeto ecoturístico. Lefebvre lembra a vida cotidiana, onde os desejos são encurralados quando as necessidades são previstas, definindo assim, uma cotidianidade que não chega a ser a antítese do espontâneo, ao ser produto da sociedade de consumo dirigido. Porque as forças do mercado são desafios para a liberdade. O desejo de romper com este cotidiano na forma de lazer é transformado em necessidades tão logo seja identificado. Quando a vida cotidiana introduz os modos de satisfazê-las, organiza e orienta como tais ‘desejos’ — transformados em necessidades — devem ser saciados, convencem e induzem a escolha de uma alternativa de lazer. Comercialmente, o turismo é uma das vias mais bem sucedidas e a natureza é o signo mais puro de alcançar a imagem da esperança por uma nova vida.

Lefebvre escreve sobre este tema:

“Para a idéia da natureza ‘em si’, ela guarda com ela uma grande ilusão. A feição das atividades e férias devem ser a da verdadeira vida. A verdadeira vida começa no momento em que vamos embora. A natureza pura e o prazer puro devem ir de mãos dadas. Aí, isto é como o trabalho, a família e a moralidade objetiva chamam a peregrinação adormecida dentro de um curral. Para estes cujo olhos estão ofuscados pela ilusão, o que é real torna-se o oposto do que é verdadeiro, e a vida como verdadeiramente é (vida real) torna-se o oposto da vida verdadeira. A vida verdadeira para em companhia com a vida como verdadeiramente é, e o ideal perde seu laço com a realidade” (Lefebvre, 1995, p. 90).

O ecoturismo sugere a garantia de emoções para serem vividas verdadeira e inteiramente, porque promete fazer a “ação” interior acontecer. A natureza, objeto e tema para o ecoturismo, vai além da praia, onde se caminha e se toma banho de sol e mar, e do apenas um meio campestre. O que poderia ser considerado como curiosidade eventual, transforma-se em protagonistas: corais, baleias, golfinhos, gaivotas, etc. A “ação”

<sup>112</sup> Nanne, K.; Francisco, P.; Franco, F. e Goethe, P. As praias intocadas do Nordeste. *Veja* 28 Graus. 15 de Janeiro 1992. p. 6-9.



promovida por grupos organizados são longas caminhadas, escaladas, mergulho, descidas de corredeiras em botes infláveis e outras que, em geral, são divulgadas pelas agências de ecoturismo com as palavras: trekking, climbing, rafting. São também os esportes de aventura, chamados radicais, por proporcionarem a “adrenalina”. A revista médica “Prodoctor”<sup>113</sup> trata das emoções nas corredeiras e do medo como fonte de prazer, que podem gerar o chamado “estresse positivo”. Há ainda os adeptos do encontro consigo mesmo, da espiritualidade e das energias puras vindas da natureza pura, do culto ao corpo e à saúde, etc.

Urry cita Mishan para destacar a idéia de uma “beleza natural intocada” e a define como sendo um típico objeto com características “românticas”. Isto é, uma prática turística na qual a contemplação da natureza tende a conduzir o fluxo turístico para sua “sacralização”. Para adotar esta peculiaridade romântica, Urry atribui a Walter<sup>114</sup> a conceituação: o eu romântico não se encontra na sociedade, mas na contemplação solitária da natureza. Uma montanha é percebida como um “bem posicional” — santuário da natureza — num relacionamento pessoal (privado) e semi-espiritual. Um parque deve ser projetado a fim de garantir o mínimo contato e impressão da presença de outras pessoas. Mas segundo Urry, há ainda um olhar “coletivo”, baseado no que Walter justifica como sendo uma capacidade de percepção na qual as concepções de natureza e as circunstâncias em que o sujeito espera contemplá-la permite ver um “bem material”. A montanha é contemplada por sua grandiosidade, beleza e conformidade com uma paisagem idealizada, de modo que suas qualidades permanecem independentes do número de apreciadores. O parque não possibilita um isolamento total, se em seu centro estiver visível a todos, de qualquer recanto, uma casa imponente ou um complexo público para atividades e comodidades diversas. Um lugar idealizado para ser alheio ao vazio. Se definem assim duas concepções de parques, cada uma baseada num modo de ver a natureza. Uma romântica, idealizada para a contemplação privada da natureza, o isolamento, a espiritualidade; e outra onde o parque tem no centro uma bela e grandiosa casa, vista de qualquer ponto do parque, e projetada para que esteja sempre rodeada de pessoas, o vazio é contrário ao seu propósito, posto que visa uma convivência pública. O exemplo é o balneário marítimo estudado por Urry. (Urry, 1996, p. 69)

Ponderar com variáveis como a sazonalidade turística e a localização, próxima ou distante dos grandes centros urbanos, é considerar que, independente do ‘desenho’ desses parques, há circunstâncias em que se constata a ausência quase total de pessoas cujos olhares são programados para ser coletivo. Ou a situação inversa, o fluxo excessivo de turistas num mesmo lugar, em um parque onde se deseja a privacidade, pode retirar a possibilidade de isolamento ou da convivência externa com o outro.

O ecoturismo parece se diferenciar do convencional mostrando-se como alternativa ao definir rotas e destinos distantes dos fluxos já congestionados. Esta inclinação chega ao extremo de se sobrepor às áreas mais preservadas, quando a “paisagem natural intocada” se transforma em objeto atrativo ao fluxo turístico.

“Tradicionalmente o **turismo convencional** — principalmente concentrado em **áreas urbanas** — assume grande expressão no contexto mundial, se constituindo no principal fator de sustentação econômica de inúmeros países. O **ecoturismo** — modalidade de turismo praticada em **áreas naturais** ou em **domínios ecológicos** — vem tendo um enorme incremento em todo o mundo, especialmente ao longo das três últimas décadas. No **Brasil**, em especial, estima-se que ao longo das duas primeiras décadas do **século XXI**, o ecoturismo será responsável por uma enorme expansão no fluxo de turistas estrangeiros no país, o que poderá converter o país no **principal destino ecoturístico mundial**, dentre os demais países em desenvolvimento.” (Pellegrini, 1993)

<sup>113</sup> Rodrigues, Otacilio. Rafting: uma aventura em águas revoltas. Prodoctor Grupo Achê. ano V, n. 3. Maio/jun. de 1998. p. 26-9.

<sup>114</sup> Citado por Urry em seu “O Olhar do Turista” (1996:69-70), em referência a WALTER, J. “Social limits to tourism”. Leisure Studies, 1:295-304, 1978.



## 4.CONDICIONANTES HISTÓRICAS

Para Alain Lipietz, a lógica do período anterior à guerra é requisito para o entendimento da realidade atual, pois apontou um *boom* no crescimento do capitalismo. O modelo de desenvolvimento que se realizou nos Estados nacionais (capitalistas desenvolvidos) nessa época implicava numa organização do trabalho; em um regime de acumulação; e um modo de regulação. A organização do trabalho está baseada em um “modelo de industrialização” ou “paradigma tecnológico”, sob os quais são definidas as formas de divisão do trabalho entre as empresas, e não apenas as formas de organização do trabalho no seio das empresas. O regime de acumulação está fundado nas condições de produção — produtividade do trabalho, grau de mecanização, importância relativa das diferentes atividades — e as condições de uso social da produção — consumo doméstico, investimentos, despesas governamentais, comércio exterior. O modo de regulação é entendido como uma combinação de mecanismos de ajustes de comportamentos contraditórios. O modo de regulação é definido por formas de ajustes, estabelecidas através de hábitos, disponibilidade dos empresários, dos salários; bem como por formas institucionalizadas, tais como leis e orçamento público; ou privadas, por exemplo, as convenções coletivas ou semi-públicas, como a seguridade social francesa. Sendo assim, Lipietz mostra que o regime de acumulação aparece como o resultado macroeconômico do funcionamento do modo de regulação sobre a base de um modelo de organização do trabalho. (Lipietz, 1989, p. 17)

Granou explica que, durante o período entre as duas grandes guerras, a produção dos meios de produção capitalista e a acumulação do capital ganharam novos campos de expansão. Isso implica em compreender que o capital não mais tomava posse da força de trabalho, retirando a mais-valia, mas de sua reprodução, isto é, da produção de um sobre-trabalho. Este último, somente foi possível quando a divisão do trabalho e suas condições foram alteradas, estabelecendo a “passagem da manufatura ao maquinismo da grande indústria”. O trabalho em cadeia e a produção em série apareceram pela primeira vez na produção de automóveis das fábricas de Ford, em 1913. Momento em que a divisão entre o trabalho manual e intelectual adquiriram uma clara separação. Granou argumenta que quando Henry Ford quis produzir automóveis para seus operários consumirem a necessidade de uma nova organização do trabalho se impôs. A idéia da produção de um sobre-trabalho, por sua vez, veio como possibilidade de aumentar a produtividade do trabalho, de intensificar a exploração da força de trabalho. Para tanto, as experiências realizadas por Taylor demonstravam que o tempo gasto a cada operação poderia ser reduzido através da “simplificação e economia dos gestos do operário”, mão-de-obra esta que não precisava mais pensar nem ser qualificada, posto que a capitalização dos ganhos reduzia-se à sincronização no cumprimento das tarefas. (Granou, p.77)

As mudanças ocorridas durante as inovações tecnológicas e organizacionais de Ford revelaram que o consumo é pré-requisito para a produção. O que marcou nesta época foi a percepção de que mais



renda e mais tempo dariam condições ao trabalhador de se tornar consumidor orientado a absorver o elevado padrão de produção. Foi esta a visão de Ford que fez a diferença em relação às técnicas administrativas de Taylor. O consumo induzido num primeiro momento estava subordinado à orientação de assistentes sociais nas casas dos trabalhadores e no período seguinte passa a ser conduzido pela mídia, que invade o cotidiano das famílias definindo um modo de vida. (Harvey, 1992, p. 131) David Harvey explica: “O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção em massa significava consumo massificado, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (Harvey, 1992, p. 121).

A distinção entre uma produção voltada para o lucro e uma produção de lucro pode ter sido alterada com o fordismo por sua visão sobre o consumo, não mais na produção, esta era a grande força geradora de lucro. Granou quer com isso mostrar que a “sociedade pós-industrial” deve ser entendida através das transformações quanto ao desenvolvimento do trabalho em cadeia, da produção de massa e do aparecimento do capital no modo de vida, quando marca a extensão das relações de produção capitalista a toda sociedade, que ao invés de ser chamada de pós-industrial como fez Touraine, deveria ser sociedade capitalista. Lefebvre a denomina de sociedade burocrática de consumo dirigido. Ademais, Granou escreve que é engano pensar que a produção capitalista era voltada para o lucro e não para a satisfação das necessidades. Na realidade, ele queria explicar que era uma produção de lucro, posto que o este aparecia antes da venda da mercadoria, porque estava na forma de mais-valia, no momento da realização do trabalho na fábrica. O lucro era o resultado de um trabalho não pago, a venda da mercadoria apenas convertia a mais-valia em forma de dinheiro. Isso significa dizer que a existência do lucro estava na fábrica, na produção de mais-valia. Entretanto, este modelo mudou desde as crises monetárias, financeiras, que resultaram na Segunda Guerra Mundial. Como resposta ao aparente fim do capitalismo veio a base de acumulação sobre a circulação de mercadorias para tanto foi preciso revolucionar o modo de vida da classe trabalhadora, uma vez que esta continuou sendo explorada não apenas dentro da fábrica e sim em todas as esferas de sua vida, no seu cotidiano. A necessidade de transformar o modo de vida consistia em que os trabalhadores consumissem o mínimo para suprir nível de subsistência, o que passou a ser visto como um “subconsumo”. Elevar o consumo implicava então em mudar as noções do que seja uma necessidade essencial através da indução ao consumo, isto é, imposição do “reino da mercadoria”. As necessidades históricas assim se definiam enquanto o antigo modo de vida se transformava, fazendo distinção entre o necessário e supérfluo, ao passo que sua total mudança parece tender a retirar tal diferenciação. Granou indaga que se o trabalhador estava acostumado a viver com o mínimo para sua sobrevivência como poderia comprar bens de consumo de luxo, como a produção fordista? Para isso acontecer foram ampliados prazos de pagamento, direitos a créditos, etc.

Lipietz explica que o fordismo definiu um modelo de organização do trabalho apoiado na combinação entre o taylorismo e a mecanização. O taylorismo consistia na racionalização da produção, de um lado, estavam aqueles que a concebiam e a organizavam, engenheiros, técnicos, e do outro, estavam os que a executavam, os trabalhadores manuais ou operários profissionais. Os métodos mais eficazes eram generalizados tal como “the one best way”, isto é, socializados como uma aprendizagem coletiva. Uma outra meta desta racionalização era a maximização do número de operações por hora de trabalho e a minimização da “ociosidade” ou desperdício da força de trabalho. As bases do modelo



fordista, nesta época, eram a eficiência da organização da produção reservada a grupos dominantes, os tecnocratas tayloristas. (Lipietz, 1988, p. 13)

Granou prossegue dizendo que a organização do trabalho em cadeia, esta racionalização programada por Taylor, implicou na necessidade de dar novo impulso ao desenvolvimento de máquinas cada vez mais complexas para a indústria, num processo de substituição por equipamentos, que realizassem operações mais qualificadas. Granou conta que a automação progressiva da produção levava a processos de transmissão de energia e da auto-regulação de sistemas mecânicos, cada vez mais mecanizados e ininterruptos, assim o homem tendia a ser expulso do processo de produção imediato. Se o homem era até então o <<agente principal>>, a produção não mais o tomava como fonte decisiva, gradativamente esta era transferida para <<o patrimônio social dos conhecimentos>>, uma vez que era na ciência que se vislumbrava as soluções dos problemas tecnológicos, sua aplicação a fazia uma <<força produtiva direta>>. Deste modo, o uso de novas máquinas e de novos objetos de consumo envolviam a transformação do modo de vida. Entretanto, Granou adverte quanto àquelas interpretações. As transformações ocorridas no processo produtivo são conseqüências de uma revolução das ciências e das técnicas, posto que em sua opinião, esta última só teria acontecido devido a necessidade do capital adquirir uma forma <<superior>> de divisão (capitalista) do trabalho, tendo em vista a nova realização quanto a produção de mais-valia. (Granou, p.81)

Lipietz e Leborgne também afirmam que a técnica não determina as relações profissionais de trabalho. Isso não acarreta uma postura determinista, ou seja, em achar o modelo de desenvolvimento de uma sociedade limitado ao movimento influente das mudanças tecnológicas. Na realidade, existe uma série de fatores que concorrem antes de se anunciar um dado paradigma tecnológico e um modelo de industrialização com base numa mesma técnica. Assim, tudo vai depender de como as lutas de classes são travadas. Como a concorrência internacional e dos compromissos políticos são estabelecidos. (Lipietz, 1988, p. 26)

No entanto, quando o fordismo passou a adotar as técnicas organizacionais do taylorismo que, por sua vez, passou a demandar investimentos em máquinas, esta produção de mais-valia pareceu abalada. Os ganhos acelerados de produtividade, decorrentes desta revolução do taylorismo, sofreram um certo esgotamento. Lipietz argumenta que os princípios tayloristas acabaram fomentando sua própria crise, pois se o trabalhador executava as tarefas com maior eficiência (*the one best way*) restava apenas a máquina ser aperfeiçoada, para aumentar a produtividade. Crise porque a sofisticação da máquina acarretava numa elevação do custos fixos, portanto, de capital fixo, gerando efeitos sobre os ganhos de produtividade, agora diminuídos. Observa-se no taylorismo uma diminuição nos ganhos de produtividade e um aumento no coeficiente do capital. O entendimento do momento de crise taylorista é uma das chaves para se compreender a crise do fordismo. A crise do período fordista é marcada por uma “necessidade tecnológica”, movida por inerentes processos de inovação, que aparecem como estratégia diante da elevada competição entre empresários na luta pela expansão de fatias no mercado, em benefício do crescimento econômico. Schumpeter<sup>115</sup>, por exemplo, acreditava que as mudanças estruturais revigoravam o sistema capitalista, entretanto, ele se referia apenas a variações tecnológicas e produtivas, deixando de fora as transformações institucionais, sociais e de organização do capital, suas estruturas de mercado, etc. (Lipietz, 1988, p. 14)

<sup>115</sup> A idéia de “destruição criadora” destacada por Lipietz refere-se ao pensamento de Schumpeter. Este último é um economista que adotou Marx como fonte original e inspiradora de sua obra, inclusive para elaborar sua teoria sobre o movimento cíclico inerente à dinâmica capitalista.



Harvey explica que o processo de disseminação do fordismo na Europa começou nos anos 30 e exigia uma ‘revolução das relações sociais’, entretanto, somente nos anos 50 é que os efeitos foram efetivamente sentidos. Harvey atribuiu a depressão dos anos 30 a exigência de condições para o fomento de uma nova concepção sobre a forma e o uso dos poderes do Estado. Os modos e mecanismos de intercessão estatal eram vistos como barreiras para a sustentação e expansão da produção fordista. Segundo Harvey, a crise dos anos trinta era reflexo da falta de demanda efetiva. O autor também mostrou que, somente em 1945, o problema de definição das políticas de Estado passa a assumir a necessidade de superação da “incapacidade do capitalismo de regular as condições essenciais de sua própria reprodução”. Sendo assim, foi no pós-guerra que o fordismo atingiu maturidade, período em que os países capitalistas avançados obtiveram elevadas taxas de crescimento econômico. Mas Harvey ressalta que os países da Europa Ocidental, como a França, Grã-Bretanha, Itália e Alemanha Ocidental, tinham formas bastantes variadas de intervencionismo estatal, bem como diferentes níveis de sindicalização. As organizações nas negociações salariais eram reguladas através de variadas combinações entre as forças produtivas e o Estado. (Harvey, 1992)

O fordismo teve no período pós-guerra a sua maturidade, após 1945, quando a configuração e o uso dos poderes do Estado foram bem resolvidos, situação em que o fez firmemente aliado ao keynesianismo. Lipietz sintetiza esta inserção estatal nas formas de regulação:

“A capacidade de manobra sobre a demanda social efetiva e sobre a liquidez monetária constitui a base do que se denomina *políticas keynesianas*, ainda que o keynesianismo propriamente dito tenha enfatizado as despesas diretas do Estado (a absorção). Isso implica uma expansão considerável das despesas sociais (escola, saúde, medidas ecológicas etc.), sem excluir a extensão das funções já antes reconhecidas do Estado: política agrícola e industrial, organização e financiamento da P & D, controle direto (nacionalização) de certas indústrias, planejamento e desenvolvimento do território, urbanismo.” (Lipietz, 1988, p. 15)

Para atingir o auge na produção fordista, com o suporte da teoria keynesiana, exigiu a institucionalização de poderes estatais, fundamentada em políticas fiscais e monetárias. Segundo Harvey, o keynesianismo seria responsável pelo fato do Estado ter sido encarregado de controlar os ciclos econômicos, posto que os altos investimentos em capital fixo, uma vez assumidos pelo estado também garantem níveis de estabilidade da demanda efetiva na forma de gastos públicos, investimentos do governo. (Harvey, 1992)

O mercado de trabalho, por sua vez, passou a ser regulado através das negociações coletivas, que segundo a Lei Wagner, de 1933 nos Estados Unidos, eram fundamentais para a resolução da falta de demanda efetiva. Isso estabeleceu novas relações de classe. Harvey observa que nos EUA, os sindicatos ganharam poder nas negociações, no controle sobre as especificações de tarefas, segurança e nas definições de benefícios de seguridade social, salário mínimo, etc. Harvey advoga que as outras partes dos papéis no contrato social também foram bem definidas neste período pós-guerra. Harvey pontua que “A administração científica de todas as facetas da atividade corporativa (não somente produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégias de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos) tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática”. Harvey esclarece que as corporações tiveram que aceitar o poder da organização sindical, quando estes procuravam controlar seus membros (trabalhadores) e colaborar com a administração em planos de aumento de produtividade, objetivando a troca por salários, que iriam estimular a demanda efetiva. Estas medidas culminaram com o crescimento no consumo de massa. (Harvey, 1992, p. 129)



Além de engendrar um novo tipo de homem, induzido e capacitado para exercer o papel de consumidor, o fordismo, juntamente com uma estética modernista, segue em busca de um internacionalismo. “O longo período de expansão do pós-guerra dependia de modo crucial de uma maciça ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional”. Esta consideração de Harvey vai mostrar que o lento desenvolvimento do fordismo antes de 1939, nos Estados Unidos, teve depois de 1940 expansão na Europa e no Japão. Harvey faz saber que o investimento das corporações americanas buscavam mercados externos, na tentativa de superação dos limites da demanda efetiva interna. Por outro lado, a abertura na Europa para a entrada de investimentos estrangeiros e de relações comerciais permitiu que a produção americana fosse absorvida em outros lugares, que estavam fora do mundo comunista. No pós-guerra, os países capitalistas desenvolvidos aperfeiçoaram o modelo fordista. O fato deste ter sido rapidamente difundido entre os países se deve às suas crescentes relações internacionais. “... o desenvolvimento desigual na economia mundial significou a experiência de ciclos econômicos já paralisados como oscilações locais e amplamente compensatórias no interior de um crescimento razoavelmente estável da demanda mundial. Do lado dos insumos, a abertura do comércio internacional representou a globalização da oferta de matérias-primas geralmente baratas (em particular no campo da energia).”<sup>116</sup> (Harvey, 1992, p. 131)

Dentre as novas atividades do chamado “novo internacionalismo” promovido nesta fase de recuperação e reprodução do capitalismo, o turismo, acompanhado por outras atividades como a de hotéis e de aeroportos, é um das mais promissoras no mundo desenvolvido, por ser um setor que exige um patamar de renda elevado. O turismo é um novo meio de gerar elevados níveis de circulação de mercadorias, portanto de acelerar o tempo de rotação do capital.<sup>117</sup> O lazer passa a assumir um papel fundamental neste contexto histórico e o turismo, enquanto um de seus segmentos, acaba se tornando um dos veículos de integração dos mercados mundiais. (Harvey, 1992). Granou acrescenta que o turismo também aparece como uma “necessidade histórica”, ou uma “nova necessidade” no momento em que se alienam os lazeres da vida social, inclusive das relações de troca. O autor mostra como o consumo se revela como não-troca, dada a entrada do capital no modo de vida, isto é, quando as relações sociais ou as relações dos homens com os meios de existência não mais se realizam, a menos que sejam mediatizadas pela aquisição de mercadorias, pelo consumo. As necessidades históricas vão dar margem para a entrada de novas mercadorias no mercado a fim de estimular a busca de lucro no interior da vida cotidiana. Ou seja, isso implica numa “reconstrução de novas forças produtivas”, que é produto do desenvolvimento de uma divisão social do trabalho.

Segundo Harvey, o fordismo se manteve ileso até aproximadamente 1973. Lipietz escreve que, na virada da década de 70 para os anos 80, o fim da era fordista implicava na perda da hegemonia incontestável, a “crise da produção em massa” se instaura. A capacidade de controlar a demanda social efetiva era um dos principais eixos de sustentação do regime de acumulação fordista, quando seu modo de regulação já não é mais suficiente, para garantir seu mecanismo de reprodução, ele entra em crise. A

<sup>116</sup> “O estudo de Keynes sobre a economia capitalista é iluminado pela hipótese da instabilidade, como elemento essencial e inseparável da idéia de dinâmica daquela realidade. Tomando a incerteza das expectativas ou a crença não fundada - que orienta as decisões de investir - como o principal agente causador das flutuações na renda e no emprego. A instabilidade do investimento para Keynes também diz respeito a uma crise vinda de elementos monetários e financeiros, próprios da atividade capitalista.” O ciclo econômico define-se como pelas flutuações verificadas na produção real, no emprego das horas de trabalho e no desemprego, existem na economia algumas teorias sobre ciclo econômico como: teorias monetárias, as teorias de flutuação dos investimentos autônomos, as teorias dos ciclos espontâneos e dos ciclos estruturais. (Santana, 1993)

<sup>117</sup> Estas são algumas das idéias abordadas por David Harvey ao tratar da Transformação política-econômica do capitalismo do final do século XX, correspondente a parte II de seu livro *Condição Pós-Moderna*, 1989. p. 115-184.



preocupação é identificar como está sendo estabelecida a nova organização industrial, para focalizar, posteriormente, o novo quadro de divisão social do trabalho, da relação salarial, das relações de produção, do papel da tecnologia e, em conseqüência, da especialização desta nova sociedade.

No fim dos anos 60, a competitividade entre o Japão e a Europa alcança os Estados Unidos. A balança comercial americana torna-se deficitária e o dólar repudia seu referencial no ouro. O choque do petróleo em 1973 só agrava a taxa de lucratividade, mas mesmo sem ele a internacionalização já estaria levando a cabo a crise do fordismo. Este processo é explicado por Lipietz, que continua dizendo que as firmas multinacionais, para reestabelecer suas rentabilidades, acabaram desenvolvendo sistemas produtivos em continentes inteiros, que seriam novos países industrializados em dez anos. A possibilidade de regular o crescimento, cada vez mais, escapava das mãos dos governos nacionais. Lipietz explica que toda elevação no poder de compra nos países fordistas era resultante da elevação da demanda proveniente de suas próprias empresas. Elevação do poder de compra, do consumo e do investimento significava a elevação das importações. Para equilibrar a balança comercial, restava contrair a demanda interna e contar com o exterior para escoar o excedente da produção. (Lipietz, 1989, p. 31)

O problema era que todos estavam fazendo o mesmo. Se ao menos existisse um acordo multinacional para equilibrar os crescimentos paralelos dos diferentes países, mas isso não havia sido feito. A crise interna do fordismo, do lado da oferta, somava-se a uma crise internacional do lado da demanda. A partir desta situação, três fases podem ser definidas como tentativas de restauração dos lucros. As políticas que mais interessam a este texto dizem respeito às que enfrentaram a <<crise da oferta>>, em especial, quanto às medidas para redução do custo do trabalho nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na França. Foram elas: sub-contratação, terceirização e deslocamento da indústria para o terceiro mundo. (Lipietz, 1989, p. 32-3)

Segundo o artigo “O pós-fordismo e seu espaço”, escrito por Alain Lipietz em colaboração com Danièle Leborgne, ainda não é possível estabelecer um novo modelo de desenvolvimento hegemônico. O momento histórico em transição, o “regime de acumulação”, não está devidamente caracterizado, não obstante, sabe-se que o mesmo está sendo instituído por três vias atualmente vigentes: a via neotaylorista, a via californiana e a via saturniana. Estas três tendências podem ser interpretadas como modelos que levam a uma “Sociedade em três níveis”: “um segmento primário de trabalhadores autônomos, com uma relação salarial baseada na mobilidade e em negociações individuais; um segundo segmento, de funções subordinadas, com uma relação salarial mais rígida, incluindo bônus; e as funções taylorizadas, com uma relação salarial precária para as tarefas menos qualificadas.” (Lipietz, 1988, p. 21)

Entretanto, estas considerações alertam para o perigo exercido pelas forças de manutenção de um sistema movido pelos interesses do capital e em detrimento dos interesses sociais da classe trabalhadora. Ou ainda, em benefício da acumulação de capital das grandes potências desenvolvidas, em prejuízo para países atrasados, periféricos e/ou explorados, como próprio efeito de um regime de acumulação em escala mundial decorrente de um “desenvolvimento desigual”. Ademais, a manutenção da reprodução das relações sociais de produção não se dá por inércia, mas sim pela ação conjunta de normas, costumes, leis, entre outros mecanismos que controlam o comportamento dos agentes deste processo, ou seja, capitalistas e trabalhadores, exploradores e explorados. É o que vem a ser o “modo de regulação” de uma sociedade. (Lipietz, 1984, p. 73)

A importância de discutir um pouco estes períodos históricos mais recentes, taylorismo, fordismo e crises, é que dá continuidade ao processo de industrialização, e revela o desejo de entender as fases do capitalismo. Ao compreender o contexto em que se engendrou os movimentos ecológicos pode-se



visualizar os caminhos já tomados e os que serão direcionados a partir das definições do modelo de desenvolvimento a ser firmado.

#### 4.1.FORMAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL VERDE

No período posterior à Segunda Guerra a forma do sistema mundial era marcada pela bipolaridade entre os dois eixos EUA e URSS. Entretanto, Eduardo Viola e Hector Leis acreditam que, do ponto de vista ambiental, as transformações se processaram a partir da década de 60, quando os países do Primeiro Mundo começaram a exportar poluição para os do Terceiro. As questões ambientais surgiram na década de 50, quando as áreas de grande concentração industrial apresentaram impactos sobre a água e o ar, além da erosão em solos agrícolas decorrente de ‘tecnologia imediatista’ e da degradação ecossistêmica por projetos energéticos e de mineração. (Viola, 1991)

Estes autores afirmam que na década de 70 as indústrias “sujas” foram exportadas para os novos países industrializados, enquanto na década seguinte o lixo tóxico industrial e urbano era transportado, especialmente, para a África e a América Central. Andrade (1997) escreve que nos anos 70, período em que ocorreram importantes reuniões, do Clube de Roma<sup>118</sup> e de Estocolmo<sup>119</sup>, o que estava nas preocupações de economistas era encontrar soluções para os problemas ambientais com mecanismos internos às regulações de mercado, baseados no princípio do “poluidor-pagador”. Nesta perspectiva, o Estado poderia assumir o papel de mediador. Maimon (1995) explica que nesta década as empresas dos países desenvolvidos apenas evitavam acidentes locais e cumpriam com normas de poluição determinadas pelos órgãos governamentais de regulação e controle. Os objetivos de maximização de lucros no curto prazo significavam uma atitude reativa às regulamentações baseadas na poluição. Isso derivava na necessidade de um processo posterior de despoluição, ao invés de atitudes preventivas. Layrargues (1996), por sua vez, relata que, no Brasil, a visão dicotômica da relação desenvolvimento e meio ambiente data da década de 60 e meados dos anos 80, quando o projeto nacional era a instauração de um parque industrial. A prioridade, portanto era o crescimento, não haviam medidas preventivas quanto ao fato da produção causar poluição. Neste período, os problemas ambientais como a poluição do ar, do solo e das águas se propagaram em ritmo acelerado.

Dália Maimon analisa que, em Estocolmo, a delegação brasileira havia adotado uma postura defensiva em relação a questão ambiental, como variável para as empresas, com o argumento de que “a pior poluição é a da pobreza”. Ao contrário ao discurso ecologista, os ministros incentivaram a entrada de capital externo, que representava a indústria poluidora. “Assim, na década de 70, a abundância de recursos naturais e a ausência de uma política de controle ambiental foram fatores de atração aos investimentos nos setores de mineração, química, construção naval, que já sofriam restrições nos países de origem.” Se as empresas nos países industrializados já estavam tendo que arcar com os custos ambientais este seria um bom motivo para investir em países onde ainda não impunham restrições ambientais, esta seria uma vantagem comparativa para a entrada de capital estrangeiro no Brasil (Maimon, 1995).

<sup>118</sup> Layrargues explica “Em abril de 1968, trinta cientistas se reúnem na Accademia dei Lincei, em Roma, para debater os dilemas da humanidade no presente e para o futuro. Do encontro, nasce o Clube de Roma, que ganhou notoriedade com a publicação do relatório final, intitulado Limites do Crescimento.” (LAYRARGUES, 1996, p. 119)

<sup>119</sup> Em 1972 ocorreu em Estocolmo uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente.



Philippe Layrargues completa dizendo que a política de crescimento econômico, de 1967 a 1982, durante o ciclo do endividamento externo, foi marcada pela entrada de multinacionais de capital estrangeiro. Isso significou um meio de obtenção de novas tecnologias a qualquer custo, a fim de permitir ao país recusar ser um simples elemento periférico no cenário mundial:

“Assim, teria ocorrido de fato, uma migração das ditas “indústrias sujas” dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, sempre com o intuito de adquirir vantagens competitivas no mercado, explorando assim a permissividade brasileira em exaurir os recursos naturais e poluir o ambiente, fato que em última análise não acarretaria em acréscimos financeiros que pudessem comprometer o sistema de preços e a margem de lucros anteriormente praticada pelo empresariado.” (Layrargues, 1996, p. 7).

É válido considerar que esta vantagem comparativa possa ser invertida, tão logo os países industrializados tenham adquirido suficiente estrutura para cobrir exigências de controle ambiental, passando a ter uma produção mais ‘limpa’. Uma indústria menos poluente, antes imposta pelo mercado do que por livre iniciativa de empreendedores individuais, seria mais aceita no mercado. Enquanto as empresas dos países subdesenvolvidos estariam atrasadas quanto à padronização da produção sob o controle ambiental, sendo cobradas por isso ou até excluídas do mercado. Segundo Altvater, “A concorrência regulamentada no mundo por organizações, instituições e normas internacionais aparentemente não se dá conforme o princípio do *survival of the fittest* (sobrevivência do mais capaz), mas do *survival of the fattest* (sobrevivência do mais rico). A distância entre os países que querem se tornar *fit* (eficientes), e aquelas sociedades que já estão *fat*, ou seja, ricas, não diminui.” (Altvater, 1995, p. 22). Na década de 90, o discurso empresarial brasileiro entra em consonância com o que era visto como antagonismo entre desenvolvimento e meio ambiente.

Maimon diz que em sua pesquisa (1991) junto a 86 empresas brasileiras, a responsabilidade ambiental nas empresas aparece desigualmente. O que determina a performance ambiental destas empresas é a política dos órgãos de regulação e a pressão da comunidade local e internacional, como cumprimento de exigências externas a iniciativas provenientes do próprio empresariado. “Prevalece, ainda entre nossos empresários, uma atitude reativa e uma ideologia de antagonismos entre a proteção ambiental e crescimento econômico da empresa.” Para esta autora, são as empresas de maior inserção internacional que apresentam uma *performance* ambiental. Empresas como as de exportação de produtos derivados de recursos florestais, as dependentes de financiamento de bancos internacionais e as da região amazônica, acabam respondendo às medidas de controle ambiental dada a pressão dos acionistas, consumidores e/ou órgãos de financiamento. A origem do capital, nacional/privado multinacional ou público, apesar de não determinante também acaba sendo uma resultante das pressões internacionais e dos órgãos de regulação. A localização é uma importante variável na adoção de “responsabilidade ambiental” pelas empresas. Aquelas, ao mesmo tempo poluidoras e próximas dos centros urbanos, tiveram que assumir mudanças no processo produtivo. As da região amazônica, por sua vez, sofrem freqüente pressão internacional contra atividades poluentes (Maimon, 1995).

A relação, vista pela opinião pública, como de incompatibilidade entre desenvolvimento e meio ambiente, começa a ser invertida quando o setor empresarial passa a se apropriar do discurso ambientalista. Este processo é explicado por Layrargues, à medida que vai analisando como e porque este setor empresarial, em especial a grande indústria poluidora, torna-se adjetivado de verde, obscurecendo sua imagem de “vilão da ecologia”. O que é feito neste momento é a adoção de um paradigma tecnológico diferente. Isto é, antes o setor produtivo era responsabilizado por ser o causador das



catástrofes ecológicas, mas inverte tal posição colocando-se como sujeito atento aos problemas ambientais. Se de um lado, no imaginário social, a poluição e a degradação ambiental seriam exemplos negativos dos efeitos do processo de desenvolvimento, por outro, o discurso popular privilegia este último, descartando o meio ambiente como uma prioridade.

Para entender esta idéia, Layrargues explica que a germinação de discursos podem cristalizar-se em verdades inquestionáveis, mesmo antes de uma visão clara relativa às transformações. Na realidade, quando a variável ambiental é tomada com uma diferente dimensão dentro do processo produtivo, esta passa a ser sinônimo de custos e riscos empresariais extras. No entanto, quando uma suposta conscientização ecológica surge, o que era problema passa a ser respondido como sendo oportunidade para quem a adote como estratégia econômica de vantagem competitiva. Assim, Layrargues explica o processo em que e quando a preservação do meio ambiente deixa de ser vista como custo e transforma-se em oportunidade empresarial. E questiona a possibilidade deste movimento ter sido acompanhado pelo imaginário social, o que acredita não ter acontecido. O fato da postura do empresariado não ter sido percebida pela opinião pública, e esta passar a acreditar na necessidade do trato com o meio ambiente, é argumento, segundo o autor, capaz de explicar o viés ideológico em que a questão ambiental está sendo conduzida. Fica notória a exigência de uma compreensão sobre as práticas políticas conduzidas, hoje, em nome de uma “civilização sustentável” (Layrargues, 1996).

Layrargues grifa a citação de Cristovam Buarque em que diz: a proteção ambiental implica custos adicionais de produção e um sacrifício, em termos de consumo da presente geração. Essa idéia autoriza uma outra colocação, que Layrargues não aborda. Isso talvez porque seu olhar esteja voltado para o que chamou ‘discurso empresarial verde’ sobre a produção ‘limpa’ e não do consumo verde. Ao invés de apenas o empresariado ser responsabilizado pela degradação ambiental, vê-se aqui a sombra da tentativa de transferi-la ou dividi-la com o consumidor. Se para o pensamento ambientalista a preocupação com o meio ambiente revela um projeto de garantir o futuro das novas gerações, o discurso empresarial verde pode tomar a mesma afirmação com o intuito de garantir a reprodução de um modo de produção e consumo. De um lado, há o consumo empresarial de matérias-primas e insumos para uma produção menos poluidora, aquilo que era apenas custo ambiental passa a ser tido como um consumo “verde” em artigos industriais antipoluentes. Ou ainda, consumo de substituição de tecnologias menos poluentes, assim como descreve Castells, (1977) em seu livro *Sociologia del Espacio Industrial*.

Por outro lado, tem o estado do consumidor em si, para o qual existe um movimento de formação do que vem se denominando consumidor verde. Layrargues faz referência a citação de Starke, que salienta a formação do mercado verde escrevendo que o livro ‘The green consumer’ foi vendido 250 mil exemplares, somente em sua primeira edição, no Reino Unido em 1988. A formação do consumidor verde pressupõe a realização de uma consciência ecológica, que se traduz em preferência orientada ao consumo de produtos verdes. Enfim, a formação de um consumidor verde garante a diversificação do mercado por uma demanda de mercadorias diferenciadas em função de gostos, preferências, estilos que emergem na sociedade. É neste sentido que a promoção de uma consciência ecológica pode gerar “novas necessidades” e novos mercados capazes de aumentar a circulação de mercadorias. Produzindo, deste modo, alternativas ao mercado, que pode não significar um comércio alternativo, uma indústria de produtos verdes. Com isso, cresce também o número de publicações e leitores sobre como este consumidor verde deve ser.



## 4.2. CRISE ECOLÓGICA E NASCIMENTO DE MOVIMENTOS E IDÉIAS ECOLÓGICAS

O entendimento da crise ecológica para Eduardo Viola (1987), parte do ponto de vista de que a civilização ao longo da história desenvolve poder para que a humanidade, adotada como parte de um todo que é a natureza, possa "... mexer com a natureza em escala crescente." Há nisso uma postura crítica contra um comportamento dito predatório, porém transformador, que não seria dos últimos dois séculos de industrialismo. Novos seriam os símbolos do que ameaçam a humanidade neste fim de século. Seriam catástrofes como "a guerra nuclear, o lixo atômico acumulado e acidentes em usinas nucleares, o efeito estufa e o enfraquecimento da camada de ozônio na atmosfera." Problemas ecológicos que estão sendo temas de análises de cientistas desde a década de 60 ou 50. (Viola, 1987, p. 67)

O Clube de Roma e sua derivação, o documento *Limites do Crescimento*<sup>120</sup>, indicavam perspectivas catastróficas de esgotamento da capacidade produtiva. "A pretensão era sobretudo mostrar a natureza do crescimento exponencial frente à finitude do planeta, isto é, um crescimento ilimitado onde há limites bem definidos." (Layrargues, 1996, p. 121) A proposta, como escreve Rodrigues, é a de crescimento zero. (Rodrigues, 1994, p. 120). O entrave para isso foram as críticas contrárias a possibilidade de uma recessão industrial no Primeiro Mundo e contenção do desenvolvimento do Terceiro Mundo, passível de permanecer na condição de dependente e subdesenvolvido. (Layrargues, 1996, p. 124) Este conflito veio à tona na ocasião da Conferência de Estocolmo.

"A crise ecológica aparece neste momento com a incrível capacidade de desviar o embate geopolítico em termos planetários: tradicionalmente centrado na polaridade do eixo horizontal — Leste (capitalismo) e Oeste (comunismo) — sofre progressivamente um desvio para a polaridade centrada no eixo vertical — Norte (industrializado) e Sul (não-industrializado)... Afinal de contas o que está em jogo é a liberação de recursos financeiros para o controle da poluição e a reversão da degradação ambiental." (Layrargues, 1996, p. 128)

A questão é se o controle da poluição e a reversão da degradação ambiental associada a uma causa industrial são problemas ambientais, então estes dizem respeito às preocupações dos países industrializados. A um "interesse comum" que aflige acima de tudo aos países desenvolvidos. Trata-se do controle do crescimento urbano e industrial. Por outro lado, se os problemas ambientais são a miséria, a fome, a falta de saneamento básico e de água potável logo, a questão vai referir-se aos países subdesenvolvidos. Em especial, sobre as condições de desenvolvimento humano. É por esta razão que Layrargues questiona qual será a mais impactante das catástrofes: a poluição da riqueza ou da pobreza? (Layrargues, 1996, p. 128)

Layrargues, em estudo sobre o "discurso empresarial verde" e a "ideologia da poluição", introduz a discussão da noção de antagonismo atribuída à relação entre desenvolvimento e meio ambiente que, em geral é considerada independente de uma análise definidora destes termos. Como consequência, a poluição e a degradação ambiental são vistas como efeitos negativos à história da produção industrial realizada pelo homem. A discussão da incompatibilidade entre desenvolvimento e meio ambiente é argumentada por Layrargues através do entendimento do que seja a "racionalidade econômica" (Enrique Leff) diferenciada ou oposta a uma "racionalidade ecológica". A "racionalidade tecnológica" (Marcuse), tem como pressuposto a crise ambiental, estabelecendo a questão como sendo de eficiência e produtividade. A "racionalidade ecológica" substitue a "racionalidade econômica" por ter a ecologia

<sup>120</sup> Também conhecido como Relatório Meadows, foi elaborado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).



como princípio organizativo do sistema produtivo, apontando uma crise de civilização. Layrargues advoga que “... o conflito e a clivagem ideológica do mundo contemporâneo ocorre no embate entre as forças conservadoras da civilização ocidental predatória-perdulária e as forças opostas que apontam para uma civilização social e ecologicamente equilibrada.” (Layrargues, 1996, p. 12)

Colocar a questão nestes termos implica numa abstração quanto à falta de maiores argumentos de caráter histórico, e em particular, quanto à crítica ao regime capitalista. Na realidade, faltou indicar que esta “racionalidade econômica” está associada à lógica de produção e reprodução do capital, enquanto isso a “racionalidade ecológica” aproximou-se da ética. Layrargues explica que esta última significa o meio ambiente não limitar-se a ser uma variável de mercado. Se assim fosse se adequaria ao modelo de desenvolvimento dito sustentável. Em outras palavras, a ecologia profunda aponta a sociedade industrial de consumo como o problema, esta viria a se opor à ecologia superficial, que admite buscar no próprio sistema uma resposta para a crise ambiental. (Layrargues, 1996, p. 13)

Pensar a questão como um problema industrial é não dar margem para propostas de simples mudanças e ajustes tecnológicos. Por outro lado, pensar em uma “racionalidade ecológica” como uma postura ética, ou um problema da civilização ocidental, pode significar um não posicionamento face ao modo de produção que se está tratando, na medida em que parece se esquivar da ação econômica inerente à vida do homem, pelo fato de não ser posto em dúvida o modo de produção. Seria esta ética ecológica, uma boa conduta do homem para com a natureza selvagem, que lhe é externa? Se é preciso salvar a natureza e a terra das presas do homem, tornado dominador através de suas técnicas e ciências, é porque a idéia de separação entre homem e natureza chegou a tal ponto que esta ética torna-se irracional ou romântica. Neste sentido, pode-se perguntar à Terra, ou ao Deus quem a criou, se depois da era mesozóica, com a inexplicável extinção dos dinossauros, haverá alguma chance dos homens intervirem na fatalista extinção da espécie humana. Se a questão ecológica é uma preocupação com a possibilidade de qualquer forma de vida na terra, então não necessariamente haverá uma preocupação com as condições em que esta vida humana é mantida. Quer-se com isso lembrar que a Terra, tomada como “sujeito de direito”, tem a história dela, o homem é um corpúsculo, fato que Layrargues narrou, para dizer que a participação da história humana na história do planeta corresponde a apenas 0,001% em relação ao tempo de existência da Terra. Mas o que interessa nesta discussão é a história do homem, mesmo que seja acusada de antropocentrismo. Chamar a atenção para a “insuficiência” da crítica diz respeito a objetivos claros, que não são tratados neste estudo. Visto que a indústria com chaminé atrai as catástrofes ambientais e o turismo é uma das que se abstém deste problema. Este duelo entre a “racionalidade econômica” e a “racionalidade ecológica”, não atinge a produção industrial capitalista como chave para a discussão, ao contrário, deixa brechas, para a formação de um setor industrial verde.

A década de 70 foi apontada por Viola como marco da consciência ecológica, porque reuniu a emergência de vários acontecimentos com repercussão pública, como a “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972); Relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento e relatórios subsequentes (Tinbergen, Laszlo, Bariloche); surgimento do paradigma teórico da ecologia política; proliferação de movimentos sociais ecológicos no mundo norte ocidental”. Fatos que fundamentaram a consciência sobre os problemas de degradação do meio ambiente não eram apenas pontuais, como se imaginou durante os anos 50 e 60, mas sim uma questão global. (Viola, 1987, p. 68)

Por outro lado, há outros níveis de preocupações ecológicas, não estritos a “efeitos produtivos” como esgotamento de recursos e poluição. Naess, um conhecido filósofo, definiu os movimentos ecológicos em duas correntes radicalmente distintas. Uma tendo como base o antropocentrismo, como a



ecologia superficial, onde aqueles impasses catastróficos são lembrados por Viola. Uma outra corrente reivindica o direito à vida de qualquer ser não simplesmente humano, o ecocentrismo ou biocentrismo seria a base desta filosofia.

Luc Ferry considerou decisivo saber como a proteção à natureza é apresentada pela visão de um novo ideal ético e moral da ecologia. Qual é este ideal ético e moral? Em que consiste esta ética ecológica?

Quais os fundamentos que podem ter originado este ideal ético e moral? Quais são as influências mais profundas?

“Toda nossa cultura democrática, toda nossa história econômica, industrial, intelectual e artística depois da Revolução Francesa é marcada, por razões filosóficas de fundo, por um elogio do *desenraizamento* ou, o que vem a significar o mesmo, da *inovação* - elogio que o romantismo, depois o fascismo e o nazismo não se cansaram de denunciar como fatal para as identidades nacionais, inclusive para os costumes e as particularidades locais. O anti-humanismo deles, explícito no plano cultural, fez-se acompanhar de uma intensa preocupação com o enraizamento, que foi propícia à eclosão de uma formidável atração pela ecologia.” (Ferry, 1994: 21)

Ferry pergunta para França, para os países com tradições cartesianas e para a maioria dos católicos do sul da Europa, se esta “civilização do desenraizamento e da inovação” é mesmo irreconciliável a uma “preocupação natural” e se esta admite uma renúncia aos artifícios do homem, estes últimos, para Descartes, teria feito do homem o “senhor e possuidor da natureza”. Para este filósofo, pensar na possibilidade desta abdicação exige considerar a existência de várias ecologias, em síntese definidas em três correntes distintas. A primeira não atribui um valor intrínseco ao meio ambiente, entende que “...através da natureza é ainda e sempre o homem que se pretende proteger, até de si mesmo...”. Ferry salienta que, neste caso, a natureza é indiretamente defendida, por ser entendida como sendo o meio que cerca o homem, destruí-la implica em comprometer a qualidade ou a própria vida do homem. Ao observar um sentido “humanista” e antropocentrista nesta corrente, Ferry nega que, neste caso, a natureza seja tomada como sujeito de direito e como entidade possuidora de um valor em si mesma. A segunda corrente estabelece uma igualdade moral entre os animais e os homens, fundamentada em uma argumentação “utilitarista”, comum ao mundo anglo-saxão, em que o interesse próprio dos homens, e de todos os seres passíveis de dor e prazer, seja perseguido no intuito de minimizar sofrimentos e maximizar a quantidade de bem-estar. Esta, por sua vez, apresenta um antropocentrismo suspeito. A terceira forma de ecologia destacada por Ferry é explicitamente contrária ao antropocentrismo, por argumentar uma reivindicação dos direitos da natureza. O universo inteiro é tomado como sujeito de direito e deve ser defendido contra a ameaça dos homens. O homem é visto como espécie nociva ao ecossistema e a “biosfera” ganha um valor intrínseco, colocando a natureza em posição de superioridade. (Ferry, 1994, p. 22-24)

Esta terceira ecologia revela que a relação entre o homem e a natureza não pode mais ser marcada pela ação de um predador, o homem não é um ser supremo, portanto não tem direito de ser destruidor da natureza. A segunda ecologia alega que deve haver uma relação igualitária entre o homem e a natureza, para garantir um respeito mútuo, posto que ambas as partes têm interesses em conformidade. A primeira ecologia condiciona a garantia e a qualidade da existência humana ao imperativo de proteger a natureza. Entende-se assim que, nestas três posturas, há um pressuposto comum, o homem está vivendo um impasse decorrente de uma relação dual na qual se evoca a natureza como variável irredutível e insubstituível. Ou melhor, presume-se uma separação entre homem e natureza, enquanto essência de



uma relação não definida por igual pelas três propostas. Antes de seguir com este raciocínio, é necessário investigar o porquê desta separação e qual o sentido adotado nestas ecologias para a natureza.

A tentativa de “recuperar” um equilíbrio na relação entre homem e natureza demonstra a ausência de uma relação harmônica, porque o homem não é simplesmente parte da natureza. Se sua totalidade fosse natural, estaria limitado a pertencer ao reino animal, porque construiu um mundo humano que lhe é próprio. Uma diferenciação que só faz sentido se compreendida como resultado de um processo histórico. Por outro lado, isto implica em não reconhecer que o homem, mesmo sendo parte desta natureza, tem como luta de sobrevivência buscar dominar a natureza. A pergunta é saber se esta demanda por uma harmonia entre homem e natureza tem como fim a reprodução da espécie humana, ameaçada por sua própria ação, ou do modo de produção que teve como base uma concepção individualista de mundo. Mas se o homem precisa dominar a natureza e para isso se apresenta com a ação do seu trabalho, desenvolvendo o conhecimento, a técnica, a ciência, para se realizar como homem, isso o impede de tomar uma atitude passiva e contemplativa diante da natureza? Por que esta atitude não pode coexistir, afinal o homem apesar de lutar contra a natureza pode se identificar por também ser natureza? O movimento de volta à natureza, proveniente das ecologias, quando ligado às diferentes formas de contemplação, é um reconhecimento de que a relação entre o homem e a natureza não comporta apenas uma luta, mas uma ligação indissociável. Ou é apenas uma resultante de um sentimento ilusório de luta vencida, de conquista do homem, e domínio sobre a natureza?

Para entender estas três posições, dentro do que é sugerido para discussão como cobrança ou reivindicação é fundamental discernir o que se convencionou chamar de natureza. Aliás, como e porque a natureza aparece distinta da ação transformadora do homem. Como fundamento, Ferry frisa que nada existe de tão pouco natural quanto o direito e a história, que são exemplos essenciais da emancipação do homem em relação à natureza. Esta consideração irá permitir um entendimento sobre da natureza, hoje adotada com uma versão ecológica a qual parece querer recuperar algo perdido. O que se quer explicitar aqui é a consciência do homem não se reduzir a sua animalidade, sua superação foi alcançada pelo desenvolvimento de sua humanidade. A crítica que pode ser suscitada refere-se a possibilidade da visão ecologista biocêntrica ser anti-humanista ao valorizar uma natureza externa ao homem como se não fosse também humana. O valor intrínseco atribuído à natureza, exclui a visão marxista de que é o trabalho que atribui valor humano aos objetos que lhe parecem exógenos.

Marx, em sua *Crítica da Dialética e da Filosofia de Hegel*, esclarece.

“O *homem* é directamente um ser da natureza. Como ser natural e enquanto ser natural vivo é, por um lado, dotado de *poderes* e *faculdades naturais*, que nele existem como tendências e capacidades, como *pulsões*. Por outro lado, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objectivo, é um ser que *sofre*, condicionado e limitado, tal como o animal e a planta, quer dizer, os *objectos* das suas pulsões existem fora dele, como *objectos* independentes, e, no entanto, tais objetos são *objectos* das suas *necessidades*, *objectos* essenciais, indispensáveis ao exercício e à confirmação das suas *faculdades*.” (Marx, 1989: 249-250).

Assim o homem, enquanto um ser natural, tem a sua natureza fora de si, o que o faz um ser da natureza. Esta natureza fora de si são objetos existentes fora do homem, porém objetos de suas necessidades. Sem esta natureza fora de si o homem pode, por exemplo, morrer de fome, posto que esta é uma necessidade natural dada a condição do homem ter vida. Sem vida, o homem seria apenas um ser objetivo, um ser que não tem um objeto fora de si. O homem, enquanto ser objetivo, tem o poder de ser objeto para um outro ser, na qualidade do próprio homem ser objeto para um terceiro, que pode ser um



outro homem. Portanto, o homem é um ser “...corpóreo, dotado de forças naturais, vivo, real, sensível, objectivo, significa que ele tem *objectos reais, sensíveis* como objetos do seu ser, ou que pode *exteriorizar* a própria existência só em objetos reais, sensíveis.” (Marx, 1989, p. 250).

O homem não seria um ser se não fosse um ser objetivo, ele não é uma unidade única no sentido de estar só e isolado, ele é um outro, uma outra realidade diferente do objeto fora de si. Isso porque, para Marx, um ser somente tem existência para um outro se possuir uma relação objetiva com este outro, ou seja, se servir de objeto a este outro. “Mas um ser *não-objectivo* é um ser irreal, não sensível.” O homem é ainda objeto dos seus sentidos e a natureza, que lhe é externa e se presta como objeto ao homem, é objeto de suas sensações logo um ser que sofre e age para obter o seu objeto. “Mas o homem não é unicamente um ser natural; é um ser natural *humano*; quer dizer, um ser para si mesmo, por conseguinte, um *ser genérico*, e como tal tem de autenticar-se e expressar-se tanto no ser como no pensamento.”(Marx, 1989, p. 251).

O marxismo é uma concepção de mundo e como tal trata de uma “visão de conjunto da natureza e do homem, uma doutrina completa”, que além de uma ‘atitude filosófica’, comporta uma ação. Uma concepção de mundo diferente da cristã, marcada durante a Idade Média, que aponta a existência de um ser superior, Divino, não se fundamentando em uma “*hierarquia* estática de seres, actos, <<valores>>, <<formas>> e pessoas”. Divergente quanto à concepção individualista, inaugurada no final do período medieval, como uma forma ‘otimista’ de negação àquela hierarquia, caracterizada como o suporte ao liberalismo da burguesia em ascensão. Para esta última, o indivíduo está em harmonia com o universal, a razão, porque o interesse de um coincide com o de todos graças à razão existente dentro de seu próprio interior. Espontânea é a relação harmônica entre os direitos e deveres, entre a natureza e o homem. (Lefebvre, 1974, p. 10-2)

A concepção marxista de mundo se opõe à promoção de uma hierarquia externa ao indivíduo, bem como de uma consciência isolada do indivíduo. Ao recusar a idéia de subordinação e de harmonia, o marxismo acaba expondo contradições inerentes à realidade humana, presentes nas relações com a natureza, com seu mundo exterior, nas práticas no trabalho, na ação, além de condições sociais e históricas como a estrutura econômica da sociedade, as classes sociais. Contradições estas que denunciam uma incompatibilidade entre um interesse individual privado e o geral. “O marxismo descobriu a realidade natural, histórica e lógica das contradições”. Neste sentido, a manifestação mais clara da luta do homem contra a natureza surgiu com a sociedade moderna através da indústria. O avanço técnico, por sua vez, deduz um poder sobre a natureza. Uma nova realidade social aparece historicamente com a libertação do homem face à natureza e com o enriquecimento desta sociedade capitalista. A contradição é decorrente da existência da classe operária, do proletariado, e da capitalista burguesa. (Lefebvre, 1974, p. 13-5)

Viola cita autores, como André Gorz, Rudolff Barho, Fernando Gabeira e Daniel Cohn, para dizer que na década de 70 emergiram os movimentos ecológicos fundados na crise do marxismo. No Brasil, o argumento de que o movimento operário e sindical tem o papel principal no caráter de mudanças históricas ficou enfraquecido quando foi visto perdendo força diante das transformações tecnológicas na relação capital-trabalho. A crise ecológica questiona a teoria do valor-trabalho como algo que supõe a infinitude dos recursos naturais e a noção de natureza no marxismo como sendo um objeto passivo e desprovido de valor intrínseco. Estes são os pontos apresentados por Andre Gorz. Neste caso, Viola compreende que o socialismo idealizado pelos marxistas está em posição semelhante ao capitalismo na medida em que subentende um desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Assim, o ecologismo critica o utilitarismo endógeno às relações “sociedade-natureza”, enquanto o marxismo trata do interior



da sociedade, nas relações sociais de produção.<sup>121</sup> Este é um motivo que explica o fato dos movimentos ecológicos, e pacifistas, não terem fronteiras quanto às classes, sexo, raça, nação. Os valores e interesses deste movimento aparecem com um caráter universal. Viola argumenta que outros movimentos sociais têm uma posição específica dentro da estrutura produtiva da sociedade, por exemplo, a de operários, de camponeses, de moradores, bem como os de feministas, estudantes e minorias étnicas. Viola alega que nestes casos está indissociavelmente definida uma base social real, mesmo que estes movimentos possam adquirir um caráter universalizante. (Viola, 1987, p. 69).

A questão do movimento ecológico ser tido como universal, por lidar com um bem da humanidade — sem uma determinação específica dentro da estrutura produtiva da sociedade — precisa ser desmistificada. Primeiro, se a maior reivindicação é da consciência de que os bens naturais são finitos e limitados, então parece precisar manter os princípios utilitaristas em que o homem toma a natureza como objeto a ser socializado. Ora, a medida em que porções da natureza são conscientemente usadas como fonte finita, esta perde o seu caráter de “bem-livre”. No entanto, é difícil tratar deste tópico quando de início os movimentos ecológicos se mostram apolíticos, como um ato de manifestação de pureza, em paralelo ainda tomam uma causa de interesse para a humanidade em geral. A questão ecológica não pode ser entendida como causa universal, um dos motivos é que antes das catástrofes atingirem a totalidade da humanidade ela será desigualmente sentida entre os homens. Isso porque há na sociedade as relações de apropriação e também de propriedade.

Esta idéia parece esquecida no pensamento universalizante das reivindicações ecológicas. A prova parece ser a menção a um “patrimônio comum” da humanidade, como se este fosse o mais urgente. Este não é um embate imediato. Antes disto o que há de real são as preocupações ambientais pontuais, localizadas ao ameaçarem diretamente a vida de um grupo. Juan M. Alier defende a tese de que há um ecologismo dos pobres, acontecendo no momento em que tomam consciência da necessidade de conservar os recursos naturais como requisito a uma “ecologia da sobrevivência”. (Alier, 1992, p. 190) O autor apresenta exemplos de grande força ativa, como os seringueiros no Acre, no Brasil, antes liderados por Chico Mendes, assassinado em 1988. Para Diegues, o movimento dos seringueiros, iniciado na década de 70 contra o desmatamento que ameaçava seu modo de vida e se apoiava na produção extrativa de borracha, castanha, etc., é um caso local que ganhou visibilidade social nacional e internacional<sup>122</sup>. (Diegues, 1994, p. 134) Todavia Alier diz que o ecologismo em geral é interpretado como um fenômeno social das classes médias profissionais do Atlântico Norte, derivação do excesso de riquezas, inclusive como do “pós-materialismo”, de modo que os pobres têm algo mais urgente para se preocupar do que com a ecologia. (Alier, 1992, p. 189)

Ademais, uma abordagem geográfica da questão ambiental deve ter um cuidado preliminar relativo à escala de análise. Carlos Walter Gonçalves adverte que, tomando por base o território brasileiro, os fenômenos sócio-ambientais não são igualmente sentidos nos diferentes níveis e escalas, mesmo que se articulem entre si. Para autor a categoria analítica básica é o Estado-nação. Porque um modo determinado de apropriação da natureza segue a instituição de estruturas de poder realizadas no interior de fronteiras territoriais. “As linhas divisórias que delimitam os diferentes Estados-nações constituem a primeira e mais evidente expressão da apropriação da natureza a nível planetário.”

<sup>121</sup> Idéia apontada por Viola através de leitura a Alberto Guerreiro Ramos.

<sup>122</sup> Diegues mostra que em 1988 foi iniciado um Projeto de Assentamento Extrativista como parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do INCRA. Em 1990 o IBAMA passou a definir um nova categoria de unidade de conservação, baseada no uso direto das reservas extrativistas.



Entretanto, isso requer considerar as relações sociais estabelecidas sob relações de poder, de maneira que se torna necessário “... desvendar o *como, por que, por quem, para quem a natureza é apropriada.*” (Gonçalves, 1995, p. 311).

As florestas tropicais, em especial a Amazônia brasileira, por representar 40% dessas florestas no mundo, ganharam destaque por uma não valorável biodiversidade, tida como “patrimônio comum”. Desastres como as mudanças climáticas e a destruição da camada de ozônio também passaram a ser usados como argumentos alarmantes contra o desmatamento no Brasil a partir da década de 80. Nesse momento, o mundo e o Brasil parecem tomar conhecimento da superioridade tropical diante de suas incalculáveis riquezas em diversidade de espécies de vida e ecossistemas. As denúncias dos riscos de extinção dessas formas de vida sensibilizaram estudiosos que logo partiram para a tentativa de apresentar quais vantagens poderiam ser visadas no intuito de justificar a preservação desta biodiversidade. (Santos, 1994, p. 168)

Laymert Santos mostra como a questão da biodiversidade ascende na década de 80 induzida pela necessidade de denunciar o desmatamento das florestas tropicais, que passam a ser olhadas de forma diferente da idéia de só ter valor aquilo que pode ser explorado economicamente. Isso porque, ao invés de serem tomadas como patrimônio em função de considerações éticas, foi atribuído valor de troca às suas utilidades. Esta postura, com o enfoque nas vantagens materiais, acaba sugerindo a noção de “capital natural” sobre o valor da biodiversidade. O processo que integra a variável biodiversidade ao mercado torna explícita a questão da propriedade da riqueza natural. (Santos, 1994)

Há que se salientar o conflito existente quando esta realidade é confrontada com o fato da biodiversidade, ainda desconhecida e inexplorada, estar em território de países subdesenvolvidos. Os países desenvolvidos detêm o conhecimento em ciência e tecnologia capaz de atribuir valor a esta biodiversidade. A discussão sobressalente remete a uma definição do direito de propriedade sobre a vida. A aprovação de uma lei de patentes encontra-se numa encruzilhada quando a descoberta e exploração de seres vivos estão subordinados à convenções territoriais. O direito proíbe que os produtos da natureza sejam tomados como objeto de propriedade. (Santos, 1994)

Até a década de 80 encontrava-se, reinante no Brasil, uma postura predatória como forma de desenvolvimento baseada na idéia de ausência de valor econômico das florestas, que possuem apenas valor qualitativo e não imediato. A crescente cobrança contra a ação brasileira diante de seus recursos naturais expõe a alternativa de ver esta realidade não só como um problema mas também como uma oportunidade. As derivações da consciência ecológica são difundidas em nome de um patrimônio global. Isso porque esta biodiversidade de alguma forma está associada as possibilidades da biotecnologia permitir a realização do que veio a se chamar “capitalismo verde”. Isto é, a proposta de conciliação entre salvação do planeta e ganho de dinheiro simultaneamente. (Santos, 1994, p. 176) A biotecnologia parece não satisfazer a tais expectativas, para tanto o autor descreve a análise da metamorfose da semente. O processo de beneficiamento industrial de sementes, desenvolvido através da biotecnologia por grandes corporações, transforma as sementes em matéria-prima e a produção em uniformidade e monoculturas. A indagação apresentada com este exemplo é saber como esta “força produtora de uniformidade” pode ser adotada para fins de conservação da diversidade. (Santos, 1994, p. 174)

A questão do esgotamento dos recursos, quando transposta para a uma proposta de preservação da biodiversidade brasileira, e da floresta tropical brasileira reflete uma contradição relativa ao fato da Amazônia ser “propriedade do Estado brasileiro” e, ao mesmo tempo ser reivindicada como pertencente a uma “propriedade global”. (Santos, 1994, p. 184) Santos ressalta a possibilidade de ganho de valor



intrínseco, livre da valoração mediada pelo uso econômico da Amazônia. “Seria uma bênção se a floresta amazônica fosse reconhecida como *res communis*, ou “patrimônio global” — caso isso significasse que elas haviam se tornado um *patrimônio* considerado não em termos de valor, mas como uma riqueza a ser transmitida. Nesse caso, a biodiversidade poderia ser salva, e com ela a sociodiversidade que ainda a faz existir.” (Santos, 1994, p. 183) Este sim é um problema crucial, sendo um dos tópicos mais conflituosos discutidos em torno de negociações ligadas a Rio-92. Em síntese, o autor esclarece: “O vínculo entre biotecnologia e biodiversidade tornou-se então explícito: os países industrializados reivindicavam livre acesso aos recursos genéticos; em contrapartida, o Brasil reivindicava o acesso à biotecnologia.” (Santos, 1994, p. 186)

As preocupações ambientais vêm sendo apreendidas como algo que transcende às delimitações da noção de Estado-nação. Há que se fazer uma ressalva desde já. Esta superioridade além de fronteiras, parece vigorar ligada a poluição, fontes energéticas, recursos naturais para continuidade e ampliação da produção industrial. A questão é o problema de quem paga o custo ambiental. É claro, dentre as preocupações sociais do Terceiro Mundo, ainda há grandes resistências.

Alphandéry, Bitoun e Dupont (1992) confirmam uma crença ecologista atual que dispõe a contribuir para a proteção da natureza, tornada “patrimônio comum” da humanidade. Mas se quase todos se dizem ecologistas e têm “consenso ecológico”, estes autores defendem que “Tal unanimidade é ambígua e, evidentemente, nem todo mundo tem a mesma idéia de natureza.” Estes escritores apontam um “medo planetário” como sendo uma inspiração que possibilita uma identidade quanto à causa ecológica. “Para medir até que ponto o medo ecológico está ligado ao caráter inédito e singular da condição do homem moderno, basta se debruçar um instante sobre três dos temas que dominam há mais de vinte anos o movimento ecológico internacional: o esgotamento dos recursos naturais, a multiplicação de dejetos industriais e a destruição de culturas tradicionais.” (Alphandéry, 1992, p.71)

É possível arriscar dizendo que o caráter universal das preocupações ecológicas não veio de movimentos sociais particulares mas de preocupações ambientais que se internacionalizaram, quando as agências internacionais começam a cobrar desempenhos ou modelos padronizados. Isto pode ser entendido uma atitude extra de “internacionalização da crise”, definida por Lipietz no que foi a crise fordista, da produção em massa, mas que tem sido levada até as últimas conseqüências. Isto é, alcançado todas as dimensões da sociedade e do planeta, inclusive a ecológica. O esgotamento de fontes energéticas, de recursos naturais, elevação de custos de fatores de produção em um lugar tem sido enfrentado com mudanças de locais ou atividades, mesmo que seja para ultrapassar fronteiras. O nacionalismo, segundo Lipietz, teve que ser superado. O pré-requisito era e ainda é a produção de lucro com o aumento de circulação de mercadorias. Mantém-se assim a idéia de ter a natureza como recurso para a vida humana, recurso produtivo, em concordância com a visão utilitarista, na qual tem valor o que entra na perspectiva não só do uso como da troca.

Viola mostrou a permanência de princípios utilitaristas entre os ecologistas favoráveis a um desenvolvimento que respeite a noção de “equilíbrio ecológico” — conhecida por assumir valores como o da justiça social, não violência ativa e a solidariedade com as gerações futuras. Exceção feita apenas dentre aqueles que possuem uma visão “romântica” diante da natureza. (Viola, 1987, p. 71)

O entendimento de Mário Gaviria parece ser elaborado diferentemente. Para este autor, há dois tipos básicos de ecologia, um usa o conceito de equilíbrio e estabilidade para justificar a impossibilidade da revolução e da superação de uma sociedade hierárquica. O outro assume a crítica do capitalismo, e da ciência e técnica burguesa, por demonstrar que nas últimas décadas o crescimento econômico capitalista é



inseparável da pilhagem de matérias-primas e energia do Terceiro Mundo, da exploração da classe operária e da destruição dos recursos naturais: água, terra, atmosfera, etc. Gaviria expressa sua posição quanto à ecologia aparecer como uma contradição secundária no seio do capitalismo, sendo as lutas ecológicas uma variável da luta de classes. Uma autêntica práxis ecologista é, para Gaviria, aquela destinada a combater o modo de produção capitalista, causador não só da exploração do homem pelo homem e da sociedade de classes, como também da destruição do entorno físico. (Gaviria, 1976, p. 9)

Neste caso a responsabilidade do homem quanto aos problemas de “degradação social e ambiental” é transferida para a mediação relativa ao uso da técnica, ciência e tecnologia. É o momento de lembrar como Granou entende a questão. Em um momento da história, o fordismo quer dizer que a “revoluções tecnológicas e científicas” foram fomentadas como necessidade, em resposta às imposições que emergiram das mudanças nas relações sociais de produção. As exigências associadas à acumulação de capital diante de novas condicionantes históricas acabam por ajustar as bases da organização do trabalho. As formulações do pensamento de Lipietz ajudam exaltar este movimento. Quando o interesse capitalista é manter um regime de acumulação do capital, a sua sustentabilidade só é possível se as bases da organização do trabalho forem alteradas, quando enfrentados os conflitos inerentes a essência contraditória da realidade. Granou ajuda a complementar que as inovações tecnológicas surgiram como “necessidades tecnológicas”, reveladas como a negação da possibilidade de eficiência máxima de uma divisão da força de trabalho, alcançada com as determinações tayloristas. Quanto à idéia de que o desenvolvimento é desigual, Viola faz uma consideração apresentada nos seguintes termos: “Os problemas de degradação ambiental enfrentados pelos ecologistas do 1º e 3º mundos são de similar natureza, mas os problemas de degradação social são profundamente diferentes; no 1º mundo a grande maioria da população tem resolvida a satisfação das necessidades materiais básicas (...), no 3º mundo a maioria da população vive em condições miseráveis.” (Viola, 1987).

Viola aponta um assunto importante ao tratar do valor democracia que deve ser redefinido pelo valor da ecologia. A necessidade de preservação do “equilíbrio ecológico” é requisito para uma delimitação democrática. As contestações da década de 60 surgiram como bases para a formação de um pensamento democrático radical que tinha como eixo pressupostos otimistas na relação liberdade e opressão. Contudo a ecologia política fica no extremo entre a vida ou a morte. No movimento ecológico as contestações entram numa “tensão entre democracia e ecologia”. Situação assumida de forma dual, por uma postura realista e outra fundamentalista. Os realistas acreditam na possibilidade de construção de um programa econômico de transição que atenda a pressupostos ecologistas, priorizam valores da ecologia, reservando uma valorização democrática. Enquanto os fundamentalistas enfatizam uma “pureza do movimento”, a valorização da ecologia implica numa desvalorização da democracia. (Viola, 1987, p. 77)

Viola destaca ainda a existência de um “dilema capitalismo-socialismo”, que faz da ecologia política um movimento múltiplo — classificado em ecologista, eco-socialista e ecocapitalista, divididos e apoiados em influências ora realistas ora fundamentalistas. A posição ecologista realista, por exemplo, é “... herdeira do socialismo utópico (Proudhon, Fourier, Owe), do socialismo democrático (Kautsky, Adler, Jaurés, Blum, Gramsci, os esposos Webb, de León), do liberalismo de desenvolvimento da pessoa (John Stuart Mill, Henry Thoreau, James Dewey, Bertrand Russell) e do Gandhismo”.

Para Gaviria, o tema central dos ‘problemas ecológicos’ diz respeito aos recursos naturais — a contradição fundamental está entre o caráter limitado dos recursos e o caráter ilimitado que se dá ao conceito de crescimento. Há, segundo ele, a falsa idéia de um progresso ilimitado, juntamente com a confusão entre o que seja progresso, crescimento econômico e industrialização. Mario Gaviria explica



que o chamado progressismo científico do século XIX considerava — exceto Malthus e alguns outros — que os recursos eram ilimitados, que o homem era dominador da Natureza, que está a seu serviço. A maioria do trabalho na sociedade industrial avançada não pode ser nem satisfatório, nem prazeroso, senão alienante. Gaviria chega a uma situação invertida, quando completa sua idéia: o trabalho é o que determina a Natureza, e o que domina é inferior ao que teria anteriormente, ou seja, seu meio tecnológico é mais insatisfatório que o meio natural. Este autor entende que os desenvolvimentistas, incluindo Marx, enganam as pessoas fazendo-as crer que trabalhando e produzindo mais consumiriam mais, e que isso daria uma satisfação maior. Tal modelo somente seria extensível a uns poucos dentre os países industriais. A situação não elimina a alienação do trabalho, até se agrava. Sua crítica à sociedade industrial, portanto, não se detém a poluição, há também a destruição do desfrute do próprio corpo, a liberdade num meio ambiente equilibrado e belo. O que implica na negação dos “cosmonautas”, da visão de um homem do futuro capaz de tudo que o programem, mas uma vez no espaço, é incapaz de sobreviver só. São seres dependentes e menos criativos, incapazes de iniciar qualquer coisa por si só, maduros, sensatos, pais de família, dependentes do computador, de fontes de energia e programas estabelecidos anteriormente. Enfim, Gaviria passa a focar na questão de estar entre uma sociedade de cosmonautas ou uma sociedade de gente muito elementar, porém livre e capaz de decidir sobre o que irá fazer. A questão não é a ocorrência de poluição, mas o tipo de vida futura. Não se pode sacrificar as gerações para se chegar a ser um cosmonauta perfeito. Este ponto se agrava devido à crise do capitalismo. Gaviria não acredita que, numa crise, uma sociedade que cresce não esteja também em crise, no sentido industrialista capitalista do termo. (Gaviria, 1982)

### 4.3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Frederic Jameson define os “novos movimentos sociais” como um momento histórico extraordinário, entretanto, alguns ideólogos pós-modernistas interpretam como decorrentes de um vazio pelo desaparecimento das classes sociais gerados entre detritos dos movimentos políticos. Sua crítica consiste no fato de não aceitar como as classes possam ter desaparecido, dizendo que pequenos grupos<sup>123</sup> *substituem* a classe trabalhadora. Esta última estaria em extinção aparente, dentre outros motivos, porque o sistema produz crescentes quantidades de sujeitos estruturalmente não-empregáveis. Ele acredita numa reestruturação global da produção e numa introdução de tecnologias de ponta, em que os trabalhadores saem das velhas fábricas e de seus empregos e que novos tipos de indústria deslocam-se para lugares diferentes, recrutando uma força de trabalho não tradicional em aspectos que vão do gênero à habilidade e também à nacionalidade. Isto explica porque tantas pessoas pensam nesta idéia. É neste sentido que o autor mostra como estes movimentos sociais e um proletariado global tem emergido, originários do que considerou ser um terceiro estágio da expansão capitalista, “multinacional”. Fenômenos “pós-modernos” de um mundo, para quem como Jameson, compreende ser completamente humanizado, onde a “cultura”

<sup>123</sup> Jameson coloca o conceito de grupo e apresenta como referência a noção de sujeito de Marx encontrada na obra “Grundrisse”: “o sujeito [...] é dado, tanto na realidade quanto na mente, e que, portanto, as categorias expressam formas do ser, determinações da existência - e, às vezes, apenas aspectos individuais - dessa sociedade, desse sujeito, e, desse modo, até do ponto de vista científico, ele não começa de jeito nenhum no momento em que é discutido pela primeira vez como tal”. (Jameson, 1991, p. 323)



se tornou uma verdadeira “segunda natureza”. Porque a natureza, esta se foi para sempre e a “cultura”, essa virou um produto. (Jameson, 1991, p. 323)

Para Jameson, a idéia de uma “consciência coletiva” dá fundamento a uma “nova micropolítica”, alcançada ao se conhecer a “realidade” dos grupos através do sentido da coletivização da vida contemporânea. Esta micropolítica refere-se a uma variedade de práticas políticas de pequenos grupos formados sem uma base na classe social. Jameson explica que a noção de igualdade toma uma dimensão diferente em relação ao sentido dado por Marx, para quem a igualdade é resultado da equivalência instituída pelo trabalho assalariado. A forma mercadoria dos produtos do trabalho se torna universal quando o trabalhador compreende ser sua força de trabalho tomada como mercadoria. Os grupos surgem de uma paixão pela “igualdade”, mas o que cresce entre eles são igualdades relativas às identidades, algo no nível da experiência individual. A coletivização dos indivíduos depois de um período de individualismo, de atomização social e de anomia existencial, por sua vez, são bem analisadas sob um ponto de vista social da dimensão do cotidiano. As relações de propriedade no “pós-moderno” se dão através de uma “rede totalmente nova de relações de produção coletiva”. A noção de propriedade privada continua sendo a apresentada por Marx, inclusive quando pensadas as sociedades anônimas ou as multinacionais, etc. (Jameson, 1991)

Jameson indica que tais fenômenos afetam tanto ricos quanto pobres. Por exemplo: registra-se um desaparecimento de tipos antigos de solidão, como o de desajustados, vítimas da anomia, rebeldes solitários, anti-heróis existenciais, deixados nos cantos de uma ordem social. Estes que outrora permitiam germinar uma “imaginação liberal” de ataque ao “sistema” hoje tornam-se “líderes” de grupos. Jameson ilustra com os chamados “marginalizados”, os “sem-teto”, como são chamados na mídia, são considerados pessoas esquisitas ou excêntricas em consequência de um processo de especulação imobiliária, que passam a formar uma categoria sociológica reconhecida. Isso porque são organizáveis, quando já não estão organizados. (Jameson, 1991, p. 325)

Há que se considerar também quando as formas de “coletivização” são mediadas pela propriedade privada do solo urbano. Neste caso, Carlos pontua que, apesar de atingir ricos e pobres, ela se dá diferentemente, em especial quando observadas as distâncias que se definem entre as relações de propriedade e as de apropriação. A formação da consciência coletiva acontece através do contato cotidiano, por evidenciar modos de vida, problemas e perspectivas comuns. “Os movimentos sociais nascem da consciência das condições de vida das diversas classes, surgindo para o indivíduo como direito de participar das decisões...” (Carlos, 1996) As formas de uso, quando mediadas pela propriedade privada da terra, restringem formas de apropriação, bem como as condições de possibilidade nas relações entre as pessoas. No caso do acesso ao solo urbano, que está subordinado a uma hierarquia social e as próprias relações entre as pessoas — indivíduos, grupos, classes — como as de vizinhança, acabam sendo delineadas com diferenças entre ricos e pobres. (Carlos, 1996, p. 73)

Carlos elucida anotando que, em bairros nobres, onde casas e mansões são fortificadas com muros que as separam, seus habitantes estão isolados da possibilidade de relações de vizinhança. A expressão máxima deste confinamento são os condomínios fechados, na periferia da metrópole paulista, demarcados e com precisos sistemas de controle e segurança. Neste caso, o sentido de identidade tem a renda (o “ter”) como base para a produção de um modo de vida, um modo de pensar e sentir o espaço capaz de criar uma identidade aparente. Carlos salienta duas atitudes comuns, a do resgate de formas de vida tradicionais, na tentativa de estabelecer relações mais humanas que privilegiam o encontro de grupos de solidariedade ao verde e a natureza. A outra exacerba o isolamento com elevação de muros altos,



protegendo-se tanto de ladrões como dos próprios vizinhos. Enquanto na periferia, diferente dos espaços de elite, os bairros pobres possuem uma morfologia sócio-espacial que produz uma identidade associada à apropriação. As sociedades de amigos de bairro surgem da carência quanto ao acesso e as condições de moradia. Questionando as determinações das relações de propriedade acabam reavivando o uso do espaço através da vivência com as pessoas, a formação de “laços”. O sentido de identidade, do “pertencer a um lugar e a um determinado grupo” superam as limitações que são dadas pelo simples consumo do espaço. (Carlos, 1996, p. 71)

Boaventura de S. Santos explica que em alguns “...movimentos é discernível um interesse específico de um grupo social (as mulheres, as minorias étnicas, os favelados, os jovens), em outros, o interesse é colectivo e o sujeito social que os titula é potencialmente a humanidade no seu todo (movimento ecológico, movimento pacifista)”. (Santos, 1996, p. 260-261) É necessário distinguir quanto o discurso de um movimento diz respeito à reivindicações espaço-temporais locais ou globais. “Porque os momentos são “locais” de tempo e de espaço, a fixação momentânea da globalidade da luta é também uma fixação localizada e é por isso que o quotidiano deixa de ser uma fase menor ou um hábito descartável para passar a ser o campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhores.” (Santos, 1996, p. 261)

Como eles surgiram? Quais condicionantes históricas os propiciaram? Jameson escreve que os “... ‘novos movimentos sociais’ somente foram possíveis devido à expansão do setor estatal nos anos 60, e trazem a estampa de sua origem causal na consciência como uma marca de identificação e um mapa de estratégia e de luta políticas.” (Jameson, 1991, p. 325) Isso parece intensificar um “novo-historicismo” da relação entre a identidade de grupo e a história. Mas, Jameson contesta que “... o fato de que algo pode ser visto como tendo emergido historicamente não é um argumento contra seu conteúdo de verdade”. Questiona-se se a natureza de uma identidade de grupo é passível de seguir uma moda ou voltar-se à induções no mercado. Este autor indaga se tais movimentos são gerados pelo próprio sistema ou se novos “agentes da história” passaram a se fazer presentes como resistência — oposição —, como força contrária à lógica interna do sistema. Este é o dilema do marxismo, segundo ele, o do voluntarismo ou determinismo. Tal dilema é comparável à dialética da liberdade e a causalidade abordada por Kant, para quem o “mundo fenomenal” é “determinado” por leis da causalidade que não admitem exceção — nem mesmo a liberdade teria poder de negá-las. Sobre a criação de uma cultura e de uma consciência revolucionárias, como se refere Marx, Jameson descreve que são parte das circunstâncias objetivas e das necessidades históricas que, no imediato da práxis, parece incompatível com a ação e a agência. (Jameson, 1991, p. 329)

As reformas pontuais e as lutas cotidianas, entendidas como uma “política localizada”, tendem a ser coordenadas com as lutas globais na prática política. Jameson explica que a ocasião imediata de luta localizada tem um “valor alegórico” de representar a própria luta geral. “A política funciona apenas quando esses dois níveis podem ser coordenados; caso contrário, eles se separam e se transformam em uma luta abstrata e desencarnada pelo Estado e em torno dele, uma luta facilmente burocratizada...” O autor entende que a euforia, característica do pós-moderno, aparece como uma forma compensatória de uma situação em que a política autêntica (ou “totalizante”) passa a não ser mais possível, quando a dimensão do econômico, ou do sistema, da iniciativa privada e da razão do lucro, fica perdida. Jameson mostra que não basta afirmar que “os novos movimentos sociais” são pós-modernos por serem efeitos e conseqüências do “capitalismo tardio”, há que caracterizá-los como mais do que uma nostalgia pela velha política de classe. (Jameson, 1991)



#### 4.4.UM MOMENTO INICIAL DO AMBIENTALISMO BRASILEIRO

Eduardo Viola, em 1987, definia o movimento ecológico no Brasil em três períodos iniciais. O primeiro foi denominado “A fase Ambientalista (1974-1981)”. Em 1958, no Rio de Janeiro, um grupo de ativistas naturalistas instituiu a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (vinculada à União Internacional para a Conservação da Natureza fundada em 1947 na Suíça). Viola apresenta esta informação, considerando a primeira associação ecologista no Brasil, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, fundada em 1971, em Porto Alegre, liderada pelo engenheiro agrônomo José Lutzemberger. A Agapan tinha como objetivo a defesa da fauna e da vegetação; o combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e a poluição causada pelas indústrias e veículos; o uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas; à poluição dos cursos d’água pelos resíduos industriais e domiciliares não tratados; às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas; a luta pela salvação da humanidade da destruição promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica. (Viola, 1987, p. 88)

Foi com o início da liberalização política (em 1971) que Viola acredita ter havido circunstâncias mais favoráveis para o movimento ecológico manifestar-se no Brasil. A repercussão no Brasil diante do choque do petróleo em 1973 teria sido um fator a contribuir para um despertar Ecológico, não apenas no Brasil, mas em outros países. Isso significou uma necessidade de recorrer a tecnologias alternativas que viabilizassem o uso de fontes energéticas diferentes. Outras associações entram em cena no Sul e Sudeste, por exemplo, o “Movimento Arte e Pensamento Ecológico” em 1971. (Viola, 1987)

O editorial da primeira edição do “Pensamento Ecológico”, em junho de 1978, mostrava com clareza que temas eram considerados relevantes dentre as reivindicações que compunham a ação do grupo. “O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil e demais países do hemisfério sul, presta-se a absorver uma tecnologia gerada pelos povos do hemisfério norte, em troca da idéia de acesso ao conforto material e melhoria da qualidade de vida. Esse Modelo repousa no uso intensivo de energia: eletricidade, petróleo, gás, madeira ou carvão, e agora, a energia atômica.” E continua dizendo que a solução dada não serve para todos em cidades ou estados, caso necessitem de capital e tecnologia internacional para resolver os mínimos problemas. A aplicação deste modelo está ampliando a dependência entre os países do norte e os do sul. Para contrapor-se ao uso de uma tecnologia cara e sofisticada e privilegiar as possibilidades internas do próprio país, é necessário buscar soluções ao alcance da comunidade, isto é, manter-se simples (baixo custo e de pequena escala) e utilizam mão-de-obra ofertada com abundância. Este editorial revela um olhar crítico sobre os novos modos de vida que parecem emergir das influentes regulações econômicas. Importante é observar o enfoque histórico sobre a expansão da economia Norte Americana:

“Essa tecnologia importada traz consigo, ainda, por intermédio da propaganda nos grandes meios de comunicação, padrões comportamentais uniformizadores, massificando a vontade nacional e colocando toda a nossa criatividade em dependência externa, descaracterizando culturas e anseios regionais. Esse fenômeno da centralização administrativa, econômica e política acaba por criar a necessidade de soluções igualadoras de tipo gigantesco. Criam-se, assim, economias cada vez mais centralizadoras, de capital intensivo, com utilização de tecnologia bruta, pouca absorção de mão-de-obra na excessiva e desordenada exploração dos recursos naturais, satisfazendo a máxima do: "USE E JOGUE FORA".” (PECO, 1978)



Viola relata que durante este período, os movimentos eram basicamente os de denúncia da degradação ambiental nas cidades e os das comunidades alternativas rurais, ambos eram auto-identificados como apolíticos. Viola prossegue: os movimentos de denúncia da degradação ambiental agiam no interior da sociedade e interagiam com associações da sociedade civil e agências estatais<sup>124</sup>, mas não tiveram grandes êxitos nas lutas. Nessa época o movimento é considerado apolítico. Viola esclareceu qual teria sido a denotação da rejeição à política, dizendo:

“uma visão dos desequilíbrios ecológicos que tende a ser dissociada dos problemas de organização do poder e da propriedade no interior da sociedade, um modo de proteção das associações contra os efeitos divisionistas que uma eventual introdução do debate político partidário teria no interior delas, uma visão da atividade política e do campo político partidário como marcados pela impureza autoatribuído à visão ecológica do mundo e à militância ecologista.” (Viola, 1987, p. 89)

Em agosto de 1982, o Movimento Arte e Pensamento Ecológico publicou o seu 15º boletim informativo.<sup>125</sup> Este volume tinha uma intenção clara: a consciência de que estava envolvido na defesa e preservação do ambiente sem que tivesse uma idéia madura da importância de seu trabalho, o movimento já ultrapassava o esforço de pura constatação de uma destruição da fauna e flora. Mas estava sujeito a um problema de base, a falta de informação de “O que é Ecologismo”, título dado àquela edição especial que consistiu numa coletânea de artigos originários de experiências do movimento internacional, que serviram de orientação. Como ilustração aos argumentos da época na defesa de um movimento apolítico, tem-se:

“a característica fundamental da corrente ecológica, é a sua clara, inequívoca e inconfundível AUTONOMIA. Não há que subordiná-la a nenhum partido ou sequer fazer dela um partido, isso seria destruí-la; não há que faze-la depender nenhuma ideologia, isso seria cloroformizá-la; não há que amarrá-la a nenhum chefe, líder, vedeta, isso seria banalizá-la e acefalizá-la; não há que faze-la depender de nenhum poder, força ou dinheiro, isso seria dissolvê-la. A única prudência a manter é a sua autonomia. A ousadia que lhe basta é a de ser autônoma. E o que significa essa autonomia? Significa que a força da corrente ecológica, que é imensa, e que está em acto, reside na sua necessidade irresponsável, na sua livre fatalidade face à putrefação da civilização industriocrata aparentemente dominante, pois ela nasce do solo mesmo da sociedade que combate. Nessa medida, ela é inteiramente espontânea, mas da sua espontaneidade fazem parte formulações organizativas que dependem da vontade consciente de indivíduos e grupos.” (Marques, 1982, p. 23)

Eduardo Viola relata que, entre 1982 e 1985, o ecologismo enfrentou um período de transição. O ano de 1982 foi considerado por Viola como um marco de inflexão política, tanto pela transição democrática brasileira quanto pela entrada do movimento ecológico na ação política. Nas eleições de 1982 um grupo minoritário do ecologismo apoiou candidatos do PT e PMDB. Nomes eleitos como Liszt Vieira - RJ, Walter Lazzarini - SP, Caio Lustoza - Porto Alegre, levantaram a bandeira ecológica. Em 1984, durante a campanha pelas diretas, as associações ecológicas assumem o envolvimento político. Viola continua, dizendo que a participação da maioria dos ativistas ecologistas passa a acreditar que “a defesa do meio ambiente está diretamente vinculada aos problemas da organização do poder e da propriedade na sociedade global.” (Viola, 1987, p. 96)

<sup>124</sup> Segundo Viola, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema) foi criada em 1974 pelo presidente Geisel, para atender a exigências de alguns organismos internacionais. Fato limitado a formalidade pois até a década de 80 não havia sido revertido em programas ativos, só quando as agências do sul e sudeste instituíram um licenciamento ambiental a fim de controlar a poluição excessiva.

<sup>125</sup> O boletim informativo chama-se “Pensamento Ecológico”, uma série iniciada em junho de 1978, o número 15 teve 8.000 exemplares.



Viola afirma encontrar formas de cooperação entre os esforços das diversas entidades, em grupos de São Paulo e do Rio Grande do Sul que se reuniram durante o ano de 1984. Esta prática foi aderida em 1985, em Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, com encontros estaduais. Politizada, a pauta das discussões era, segundo Viola, basicamente a seguinte: “identificação dos principais pontos de degradação ambiental no Estado, definição de prioridades de luta a nível estadual, discussão sobre as relações entre movimento ecológico e partidos políticos, alianças com outros movimentos sociais, fortalecimento organizacional das associações, discussão sobre a viabilidade e desejabilidade de formação de um partido verde no Brasil, conteúdos e formas de participação ecologista na Constituinte.” (Viola, 1987, p. 97)

Durante esta fase de transição as comunidades alternativas rurais e o ecologismo urbano começaram a se aproximar. Viola analisa que o fundamentalismo daquelas havia diminuído, favorecendo o diálogo com a vida urbana. Emergia também o problema da criação de uma economia alternativa nas cidades. Alguns indicativos desta aproximação foram apresentados por Viola. Os membros da cooperativa “Coolmeia”, fundada com um princípio cooperativo autogestionário, revezavam-se entre um entreposto-restaurante em Porto Alegre e uma fazenda à 50 km, além das lutas do movimento. Uma mobilização durante os debates pelas leis estaduais de agrotóxicos, que contou com as experiências daquelas comunidades com a agricultura ecológica, foi um primeiro passo para esta aproximação. Viola diz que o encontro anual destas comunidades, que se realizava desde 1978, foi aberto para ecologistas urbanos em 1985, quando reuniu mais de 2.000 pessoas em Pindamonhangaba - SP. (Viola, 1987, p. 99)

A preocupação que persegue aqueles que produzem um discurso de denúncias em defesa da natureza é ter claro que produzem um autêntico ou se apenas reproduzem um que não lhes pertence. Assim podem contribuir para a formação de um discurso de contestação e, portanto, fazer política. “Desde o início da década de 70, o ambientalismo tem sido visto, particularmente nos Estados Unidos, como *grupo de pressão* ou *grupo de interesse*. Neste caso, as iniciativas ambientalistas são tomadas como problemas cujas soluções podem ser encaminhadas pelos *canais competentes* do sistema político convencional..” (Boeira,1998)



## 5. CONCLUSÃO

"À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. (...) O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos." (Marx, 1983, p. 70)

Lefebvre escreve que o uso aparece em oposição à troca no espaço porque implica em "apropriação" e não em "propriedade". (Lefebvre, 1974) Vislumbra-se uma restituição do valor de uso, riqueza do homem, tanto como virtual, por causa da irredutibilidade do uso através do corpo, quanto para servir ao reducionismo, que o transforma em simples valor de troca, atributo das mercadorias. Mas quando o uso é capturado, com o pretexto de garantir a indução ao consumo, o próprio corpo se aliena. A valorização dos "bens naturais" vem fortalecer esta idéia de exaltação do uso como forma de efetivar a troca – fala-se de um benefício para o corpo o aumento ou melhoria do contato com a natureza. Como "novas raridades" eles passam a ser objetos de uso corrente pela possibilidade de adquirirem valor de troca, por conseguinte, a título de terem se convertido em mercadoria. A idéia de uma "paisagem natural intocada" subentende a existência de um espaço físico não transformado, porque objeto atrativo ao fluxo ecoturístico. Entretanto, com a chegada do ecoturismo este espaço tem seu uso alterado. O que era área de preservação com valor intrínseco, natureza personificada como sujeito de direito, passa a estar na base da constituição do valor de troca.

Os "bens naturais" na antigüidade são considerados "bens livres", mas nas sociedades modernas apenas o ar parece ser abundante. São finitos, por isso contradizem a tese do crescimento infinito. As transformações ocorridas através do processo de industrialização e de urbanização desencadearam uma "crise ambiental", tornando cada vez mais escassa as riquezas vindas da natureza. A natureza também se torna raridade na paisagem urbana e industrial, quando caracterizada pela "natureza pura" na vida na cidade. A raridade é o argumento que faltava para dar valor de troca àqueles bens. Este movimento histórico implica na entrada destes bens no circuito econômico enquanto mercadoria.

Em princípio, é necessário situar algumas mudanças dentro de um movimento histórico. A escassez num primeiro instante é conseqüência do processo de produção capitalista, mas a carência de recursos naturais logo transforma o elemento natural num bem raro, portanto passível de ser valorizado. É quando esta "nova raridade" passa a representar uma condição para a produção e reprodução do capital, porque ganhou valor de troca ao ingressar no processo de circulação de mercadorias. A perda da abundância dos elementos naturais é um problema real que está sendo absorvido pela lógica capitalista. Ou seja, as "novas raridades" servem de estratégia para a reprodução do capital por adquirirem valor de troca e, por conseguinte, transformarem-se em mercadoria. Estabelecem assim a propriedade privada dos



outrora "bens livres". Uma vez raro, o bem ganha valor, isto é, o bem ganha valor pela condição de ser raro.

O que é abundante e o que passa a ser raro se redefine sob a lógica da acumulação capitalista enquanto necessidade de reprodução do capital. Deixando de ser bem livre, disponível a todos, as desigualdades sociais são reforçadas. Quanto mais raro um bem, e mais demandado for, maior o seu valor de troca, assim mais diferenciada será a apropriação deste bem. As "novas raridades" são adotadas estrategicamente. Neste sentido a produção de uma "paisagem natural intocada" voltada para o ecoturismo é realizada através de signos. O ecoturismo é a simulação da presença da "paisagem natural intocada" na vida urbana para o homem da cidade. Isso implica na apreensão do valor de uso enquanto mediação para a troca, isto é, para a realização da mercadoria. No momento em que tais bens se inserem na dinâmica da propriedade privada eles entram no circuito da mercadoria e no desejado espaço ambiental qualitativo. A condição da dignidade do homem e da vida na cidade como um todo acaba sendo desigual. Uma desigualdade estabelecida pelas desigualdades sociais nos termos de apropriação para o uso e conflitos sociais, econômicos e políticos.

Segundo Henri Lefebvre, os elementos "naturais" são introduzidos no grupo das novas necessidades (necessidades históricas) em particular urbanas e industriais, e servem de mediação da produção, da repartição e da distribuição. Nesse sentido, o regime de acumulação, que visa o lucro, era originado pelo trabalho não pago. Posteriormente, as inovações tecnológicas inerentes aos períodos de crise do capitalismo forçam a aceleração da circulação de mercadorias na economia como forma de sustentação do regime de acumulação.

O uso parece ter sido privilegiado quando, à primeira vista, observa-se a propaganda do "vender o verde", mas o que ocorre é a sua simulação. O econômico, em detrimento do social, continua dominante na sociedade. Por esta razão se conserva a economia (ciência) e a mantém política, mesmo neste novo momento histórico em que se produz o espaço, a "paisagem natural intocada", produzida, portanto comercializa-se o espaço. A noção de espaço construído é ampliada. Outrora, quando os elementos naturais eram abundantes não havia necessidade de produzi-los, mas nas circunstâncias atuais é possível fomentar a idéia de produzir um espaço para a percepção do ecoturista. O resultado é a instauração de indústrias antipoluidoras, construção de espaços verdes dentro das cidades, organização de passeios turísticos, etc. Uma mudança começa a surgir, a passagem da condição de "bens livres" para "novas raridades". É hora de uma reformulação, o espaço toma lugar de importância, a noção de economia política do espaço assume um papel ascendente no mundo moderno.

Para Henri Lefebvre, o corpo do homem é alienado. O espaço social é concebido de forma reduzida pelo chamado espaço geométrico e mental. Os sentidos são direcionados apenas ao visual. Os olhos, enquanto único canal de passagem de informações ou estímulos, restringem o vivido e a vida social, e até os deformam. O contato e a interação direta com objetos e pessoas ficam prejudicados, a ação e a prática são suprimidas. O olhar isolado distancia e esfria a relação entre homem-homem e homem-objeto, reduzidas simplesmente em imagens. O homem, o ser inteiro, total, transforma-se em mito, centralizado em uma parte de seu corpo. A masculinidade é retratada por expressões da violência além de representar a natureza criadora. Por esta via a coerção se consagra, legitimando o poder político (de polícia, de exército e da burocracia). O espaço torna-se abstrato, o uso deste espaço é limitado e conduzido pelo político e pelo econômico. O uso perde sua autonomia, enquanto vontade e escolha de um homem em si.



As implicações deste raciocínio conduzem ao questionamento da existência das possibilidades de ruptura com este mecanismo de reprodução das relações sociais de produção, pois é ele que no fim prevalece. O fato revela que é através do uso e, portanto por intermédio do uso que os resíduos podem ser apropriados, apesar das resistências serem enfraquecidas.

A insistência sobre a questão do valor de uso e o de troca têm muitas razões para existir. Uma delas aborda um dos movimentos delineados por H. Lefebvre, em seu livro *A Produção do Espaço*. Ou seja, uma passagem do espaço absoluto, fundamentado na religião, no poder divino, quando o corpo tinha lugar de destaque, para o espaço abstrato ( quando o poder estatal-político começa a contribuir para a reprodução, tendo o mercado como fonte dominadora, engendrada pela violência e perda do corpo. Talvez seja este o caminho seguido pela economia política, marcada pela época da produção de máquinas e bens de consumo. O crescimento do capitalismo acaba exigindo uma economia política do e no espaço, caracterizada pela produção do espaço. Este novo movimento não se sobrepõe ao antes descrito apesar de ambos pertencerem a um mesmo processo histórico de formação e ascensão do capitalismo.

As relações de produção capitalistas dominam o espaço e se apropriam dele, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano. O espaço que se produz tende a se homogeneizar, fragmentar-se e hierarquizar-se. A centralidade dita a racionalidade a ser disseminada. O espaço mercadoria é comercializado aos pedaços (em "parcelas" ou em "partes", pacotes turísticos de dias contados) e este espaço é fracionado obedecendo certas relações conflituosas encontradas entre centro e periferia, por exemplo. O centro pode se deslocar para as áreas naturais durante as férias ecoturísticas, mas o modo de vida do urbano é carregado pelo ecoturista. Na realidade, este processo espacializa inclusive a divisão social do trabalho.

A noção de centralidade mostra-se essencial para o entendimento da "lógica do espaço", os três aspectos acima enumerados estão intimamente ligados a isso. Mas o que pode ser descoberto sob estas considerações é a discussão acerca das contradições do espaço, fato que remete a uma dialética da centralidade. A centralidade retém o poder e as riquezas beneficiam-se da sua relação com a periferia, da relação cidade-campo, zona urbana e zona rural.

Esta questão precisa ser abordada do ponto de vista da mudança dos "bens livres" para a "natureza" como mercadoria. Há elementos naturais ainda sem substitutos provenientes do trabalho e espaço produzido. A centralidade imprime ao espaço a tendência à concentração urbana, onde aqueles elementos se mostram mais degradados e, portanto mais raros. A preocupação com as questões ecológicas e ambientais é uma reivindicação típica dos grandes centros urbanos. O valor de uso e o valor de troca dos "bens naturais" começam a ser determinados para o padrão de vida urbana, e sob a leis do mercado, de acordo com estratégias imobiliárias.

A centralidade continua a ganhar força e o centro a cada dia representa mais as ordens mundiais de poder de decisão, de informação, de saber, de capital. São as escolhas expressas pela centralidade que ditam os padrões a serem reproduzidos nas áreas naturais. A repetição ou cópia de um modelo é motivada por um entusiasmo que cai na uniformização. É o caso desta nova onda ecológica instituída por um discurso contraditório.

A vida cotidiana ultrapassa o fato das pessoas e culturas se igualarem, o próprio espaço também está sujeito a este processo. O que acontece é uma redução que pretende encobrir as diferenças da realidade, numa tentativa de mascarar os contrários, o que parece impossível. Relações inversas como a de trabalhadores e capitalistas não são obscurecidas facilmente, é comum encontrar a segregação daqueles que não correspondem ao padrão normalizado pelo poder central.



É no espaço urbano onde o espaço e o tempo tornam-se mais escassos, inclusive os elementos naturais se mostram mais "degradados". As áreas verdes livres na cidade de São Paulo são poucas e delimitadas relativas ao número de habitantes. Esta vida urbana ainda enfrenta a poluição do ar, sonora, visual, etc. Portanto, é dentro da lógica urbana que se pensa sobre tais problemas. O valor de uso e o de troca desses elementos naturais estão subordinados à dinâmica do mercado. No sentido de formular uma nova alternativa de reprodução do capital estes elementos ficam presos ao circuito da compra e venda mediado pela propriedade privada dos espaços de lazer. É com esta perspectiva que o espaço se divide entre centro e periferia e a sociedade entre ricos e pobres.

O mercado conta com as "novas mercadorias verdes" que parecem surgir como alternativas para a satisfação da "nova demanda" por um espaço ambiental e ecológico qualitativo. como requisito para a realização do mito da boa vida. Mas a questão é saber para privilégio de quem este mercado, onde se "vende o verde", é fomentado. As contradições entre centro e periferia podem ser visualizadas de diversas formas, uma delas é através da espacialização das propostas de melhoria da vida urbana sob o foco da atenção ambiental condicionada às diferentes classes sociais. Por exemplo, indaga-se em que medida os mais ricos habitam em lugares mais arborizados, e geralmente distantes do centro para evitar o contato com a poluição. Ou até que ponto os mais afortunados têm mais mobilidade para se deslocar para os espaços ecoturísticos e a população tradicional que lá se encontra não perderá seus direitos de uso?

As necessidades induzidas e produzidas em áreas de grande concentração urbana, como é o caso da busca pelo ar puro, da procura por áreas verdes, são diferenciadas em função da capacidade das pessoas pagarem para satisfazê-las. Não só o solo urbano é ocupado de acordo com a preferência manipulada pela ideologia do consumo, aliada ao discurso ecológico, como o campo, as montanhas, as praias (áreas paisagísticas e ecologicamente privilegiadas) são explorados por atividades como o ecoturismo. Todos parecem beneficiar a lógica da reprodução do capital. Esta última engendra uma demanda urbana nos moldes formulados para a população das cidades, apenas para aqueles segmentos capazes de pagar o preço imposto pelo mercado da indústria do turismo.

Mas como fica o discurso ecológico quando integrado a uma prática ecoturística? Uma grande contradição é o safári fotográfico. "Safári de animal (primariamente, apesar de não exclusivamente oferecidos na África), normalmente envolve saída a savanas a procura de grandes mamíferos. A viagem normalmente é feita com veículos com tração nas quatro rodas e teto aberto para observação e fotografia. O naturalista ou guia da excursão conhece os hábitat e os lugares onde as coisas acontecem e também podem dar alguma informação cultural sobre a região. Estas viagens normalmente envolvem tanto um passeio matinal como um no final da tarde, com o meio dia reservado para descanso ou 'game watching'" (Geffen e Berglie, 1993). No Brasil, as agências promovem semelhante prática conhecida como "focagem de jacaré".

Ele é a dissimulação de uma caça. O ecoturista aprende a seguir as pegadas do animal, descobrir suas rotas e, finalmente, encontrar o alvo. Uma vez diante dos símbolos maiores da preservação da diversidade biológica (símbolos da extinção ecológica) o ecoturista, "caçador aprendiz", atira o gatilho. O que era arma é transformada em máquina fotográfica. O orgulho de um tiro certo é levado para casa, uma lembrança na forma de imagem fotografada da natureza perdida enquanto ainda dura viva e selvagem. Se preferir o ecoturista pode ter tal mercadoria através do adicional de entrar em uma loja onde se compra uma réplica em miniatura ou um cartão postal. Assim, o turista se abstém da necessidade de ir, em pessoa, fazer o safári adquirindo semelhante simulacro de uma captura. Entrar na savana



africana é reproduzir todas as condições de uma caçada, mas o ecoturista, incapaz de se tornar caçador em tão poucas horas, pode sim ser um bom ou mau fotógrafo. Ele se apropria do animal através da propriedade de uma fotografia?

Entretanto, o sentido da caça não aparece. O que é mostrado é o sentido da preservação. Um é a lógica do campo, a caça, o outro da cidade, o turismo. A "caça fotográfica" é uma forma alternativa de prolongar a possibilidade de extinção de uma determinada espécie (o leão, o elefante, o jacaré). É também uma mudança no uso e do usador para o usuário. Ao invés do caçador tradicional usar a caça como meio de vida o sujeito passa a ser o turista vindo da cidade. A fotografia, então, faz imortalizar e objetificar o animal considerado em vias do desaparecimento.

De acordo com Jean Baudrillard, "o dissimulado finge não ter o que tem" e assim a presença que encontra-se no real toma a feição de ausência na aparência. Entretanto há também o inverso, "simular é fingir ter o que não tem". A experiência no real mostra uma ausência, que é encoberta com imagens reproduzidas permitindo a suposição de uma presença. Mas simular não é só fingir, quem simula produz todas as condições necessárias para a realização de algo originalmente ausente. Simular implica na produção do que na realidade estaria ausente. O fingir e o dissimular, deixam visíveis a realidade, mantendo-a intacta, pois apenas mascarada. Mas a simulação, ao tratar da diferença entre o que seja "verdadeiro" ou "falso", "real" ou "imaginário", uma vez que produz condições de fazer do que era ausente tornar-se presente, deixa a interrogação de ser aceito ou não como "fato natural". Assim, um discurso não poderia ser desmascarado sem que seja visto como falso, ao mesmo tempo que todos os indícios aparecem como verdadeiros. (Baudrillard, 1981)

Baudrillard narra que na medicina e no exército o uso das simulações são bastante favoráveis, aplicáveis a experimentações variadas. O simulacro religioso, também muito comum, revelado por uma cópia da imagem de divindade, de uma vida que a rigor não poderia ser representada na natureza, mas que sugere como um Deus deve ser. Um Deus que nunca esteve no seu próprio simulacro, posto que somente o simulacro existe. Assim Baudrillard explica que a simulação se opõe a representação, porque esta última teria como princípio a equivalência (mesmo quando tomada como utopia ou axioma) do signo ao real. A simulação é uma negação do signo como valor. A representação tentaria absorver a simulação interpretando-a como uma falsa representação, a simulação envolveria toda a construção de representação como ela própria sendo um simulacro. (Baudrillard, 1981)

Baudrillard mostra também que esta idéia pode ser explorada de outras maneiras como a produção excessiva do real, a exemplo do "microcosmo social" da verdadeira América, a Disneylândia. O mundo imaginário da Disneylândia é um modelo perfeito para a realização de simulações, tomado como a razão do seu sucesso. O número excessivo de materiais e efeitos cênicos criam a realidade visual e se concentra de modo a atrair multidões de visitantes a esta atmosfera. Fora deste mundo de imagens e ilusões a realidade se reduz a uma relação solitária com o automóvel. O contraste se revela com o contato com uma miniaturização e caricaturização de um perfil americano. O modo de vida americano, seus valores, não mostram uma realidade contraditória, e sim idealizada. Mas há também uma simulação, o país 'real', a América 'real', é ocultado, os arredores (Los Angeles e o resto dos Estados Unidos) acabam deixando de ser o real, mesmo quando a Disneylândia é apresentada como realidade imaginária. Este caso não se trata de uma falsa representação (ideológica), mas a omissão do fato de que o real não é mais o real, o imaginário não se apresenta como verdadeiro nem como falso. (Baudrillard, 1981)

O ecoturismo, entretanto, parece tomar a idéia inversa ao mundo do imaginário, explora a possibilidade de trazer o verdadeiro, a natureza pura. Segundo Lefebvre a natureza é tomada como tema



para as buscas por reencontro com "verdadeiras riquezas" e críticas ao cotidiano, assim como faziam poetas em 1946. (Lefebvre, 1991, p. 41) Seria a alternativa oposta à hiperrealidade dada através da Disneylândia. O lugar apresentado com sua "paisagem natural intocada" revela o natural como negação ao artificial. Então este lugar é oposto a um exemplo de simulacro? O ecoturismo não seria a simulação da existência do espaço natural? A idéia de simulacro, ao ser contrária a noção de representação não poderia ser a base para o desenvolvimento do ecoturismo, pois este tem como fundamento o tema da natureza. A questão, então, seria discutir a idéia do que seja o 'natural', que está associada a diversas representações da natureza, como foi lembrado por Henri Lefebvre ao ilustrar sua presença e ausência.

"La nature (première). Coïncidence de son éloignement pratique, de sa destruction, avec sa dépréciation:

Comme mythe, symbole des origines (le sang, la race, la terre, les héros fondateurs sortis de la nature comme les enfants de la louve romaine, etc.), comme source et ressource (les énergies animales, etc.).

Comme réalité sensible et vécue, chez les paysans (qui disparaissent dans les pays industriels).

Et cependant, il y a reprise de la nature comme nostalgie, fantasme, c'est-à-dire présence illusoire:

Dans la littérature, dans les films et dans les représentations mises en scène par l'habile emploi des techniques les plus sophistiquées (Disney-Land!). Les représentations pullulent, à travers la nature seconde. Elles se réalisent et se totalisent aisément.

Dans le tourisme et l'écologie qui se combattent âprement sur le même terrain, celui de la nature et de la valeur d'usage identifiés, le tourisme la transformant délibérément en valeur d'échange - l'écologie s'efforçant vers l'authenticité.

Dans les rappels officiels au respect de la nature, rappels et respect bien tardifs et contrastant avec la destruction non moins officielle de ce qui reste de paysages, de lieux non exploités...

Dans la méconnaissance de la nature seconde, qui naît sur les ruines de la nature première (l'urbain, l'art, l'architecture, les réseaux multiples, etc.)." (Lefebvre, 1980, p. 237)

As relações turísticas que se dão no espaço mostram que a "paisagem natural intocada" é imaginária. Os animais, símbolos da biodiversidade, dificilmente são vistos pelos ecoturistas, o movimento e barulho nas trilhas os afastam, daí porque há o safári fotográfico. A necessidade imposta pelo turismo e a idealização de conservação dos ecossistemas é de manter esta imagem intacta, é o que Ascher chamou de "museificação do lugar". Isso implica em querer alienar as relações sociais de produção, transformando o lugar em espetáculo e no seu próprio palco. Mas tais relações são reveladas na paisagem, supondo a existência de uma primeira natureza derivar numa segunda. A manter os regionalismos da arquitetura vernacular tem como propósito esta exigência do interesse em congelar a chamada "paisagem natural intocada". A segunda natureza, neste caso, conserva a representação do não poluído.

Ação levada a ser obra humana, porém consumida como produto. Urry explica que o turista pós-moderno tem comportamentos diferentes do passado, pois já sabe que tudo é um jogo de representação. O ecoturista apresenta o trunfo de consumir um produto que mais combina com o seu modo de ser e que a maioria não consome nem possui. O produto consumido é o que lhe diferencia do outro. O que o ecoturista, em particular, consome é o espaço. O espaço visual, em especial, quando o uso se realiza através de um único sentido, o da visão, revela a importância da fotografia na prática turística. A estética ganha valor, passando a ser focada em um objeto de apreciação do espaço.



A ecologia estética é um ponto criticado por Martínez com o argumento de que não se trata de um ambientalismo popular mas de uma economia ecológica, pode-se acrescentar que é do espaço. A natureza é vista como fonte de recurso e símbolo atrativo ao turismo. Este ecologismo estético em última análise toma a preservação como interesse para o homem, mesmo que não se trate de evitar as catástrofes ecológicas. A proteção das áreas naturais, lugares desaparecidos na paisagem urbana e industrial, é para usufruto e prazer para as horas de lazer do homem. Entretanto, isso não é para qualquer um, a democratização atinge apenas quem pode pagar pelas viagens de diversão, isto é, somente para consumidores usuários potenciais.



## 6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIER, Juan Martínez. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Barcelona: ICARIA, 1992. 219 p.
- ALPHANDÉRY, Pierre, BITOUN, Pierre, DUPONT, Yves. *O equívoco ecológico: riscos políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1992. 189 p.
- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo: UNESP, 1995.
- ALVARENGA, Tales. *Amazônia: um tesouro ameaçado*. *Veja*, São Paulo, a. 30, n. 51 dez. 1997.
- ANDRADE, José Célio Silveira. *Desenvolvimento sustentado e competitividade: tipos de estratégias ambientais empresariais*. CEPED. TecBahia: Revista Baiana de Tecnologia, Camaçari: CEPED-Centro de Pesquisas e Desenvolvimento/Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, v. 12, n. 2. p. 71-88, maio-ago. 1997.
- ANGELO, Sueli. *Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do Estado de São Paulo*. In: Movimento Brasileiro, Movimento Geográfico: Território, Ambiente, Cidadania - Encontro Nacional de Geógrafos, 8, 1990. Anais. v.2. p. 455-463.
- ASCHER, François. *Tourism: transnational corporations and cultural identities*. Paris: Unesco, 1985.
- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. Petrópolis: Vozes, 1997. 156 p.
- BARROS II, Sílvio M. *Ecoturismo: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia*. EcoRio, a. 1, n. 1, p. 24-26.
- \_\_\_\_\_. *Turismo na Amazônia: uma opção "eco" lógica*. Turismo em análise, São Paulo: USP, ECA, v. 3, n. 1, p. 31-36, maio 1992.
- BAUDRILLARD, Jean. *Selected writings*. Stanford: Stanford University Press, 1988. (Ed. por Mark Poster).
- \_\_\_\_\_. *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée, 1981.
- BECKER, Berta K. *A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia*. In: CRISTOFOLETTI, A., BECKER, B; DAVIDOVICH, F. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC, Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995. p. 46-64.
- BENJAMIN, César. *Nossos verdes amigos*. Teoria e Debate, São Paulo, v. 12, p. 6-31, nov. 1990.
- BODSTEIN, Luiz Carlos de Andrade. *Conservação ambiental e desenvolvimento turístico no Brasil: conciliação e perspectiva*. Turismo em análise, São Paulo: USP, ECA, v. 3, n. 1, p. 99-112, maio 1992.
- BOEIRA, Sérgio Luís. *Crise civilizatória & ambientalismo transetorial*. (Internet, Estado Nascente e Democracia). Faculdade de Comunicação e Artes - FACOART - Universidade do Vale do Itajaí, 1998.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.
- BOO, Elizabeth. *Ecotourism: the potentials and pitfalls*. Washington: WWF - World Wildlife Fund, 1990. v.1, 63 p.
- BORN, Rubens H. *Turismo e a "ECO 92"*. Turismo em análise, São Paulo: USP, ECA, v. 3, n. 1, p. 7-11, maio 1992.



BRASIL - EMBRATUR. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR, 1994. (Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA, sob a coordenação de Sívio Magalhães Barros II, MICT - SETS, e Denise Hamú M de La Penha, MMA - SCA)

\_\_\_\_\_. *Relatório das atividades desenvolvidas pelo PNMT no período de novembro/95 a julho/97*. EMBRATUR, 1997.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 150 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *As contradições do espaço: o lugar do turismo e do lazer*. Encontro Nacional de Geógrafos. Recife: AGB, UFPE, 1996.

\_\_\_\_\_. *Espaço e indústria*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. 70 p.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre a paisagem urbana Paulista: signos da paisagem Paulistana*. Revista da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo: Secretaria de Cultura Municipal, v. 54, p. 21-30, jan./dez. 1996.

\_\_\_\_\_. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 150 p.

\_\_\_\_\_. *O Meio Ambiente urbano e o discurso ecológico*. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n. 8, p. 75-78, 1994.

CARVALHO, Cristina Alves de. *As ONGs e a educação ambiental no Brasil*. Tecnologia Hoje: URL: <http://www.bis.com.br/~techoje/ab9501-1.htm>

CASTELLS, Manuel. *Sociología del espacio industrial*. Madrid: Ayuso, 1977. cap. 4, p. 213-233: Industria y medio ambiente: Espacio y sociedad.

\_\_\_\_\_. *Lutas urbanas e poder político*. Porto: Firmeza, 1976. p 69-91.

CEB - Centro Excursionista Brasileiro. *Curso básico de montanhismo*.

CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor. *Tourism, ecotourism, and protected areas: the state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development*. Gland, Switzerland; Cambridge, UK: IUCN-International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, 1996.

CRESPO, S., LEITÃO, P. *O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Mast/Cetem/Iser, 1997. Edição Especial (12/03/97 a 18/03/97) *InforMMA* da Assessoria de Comunicação Social do MMA URL:<http://www.mma.gov.br/port/ASCOM/informma/especial/pensa.html>

DAMIANI, Amélia Luisa. *O lugar e a produção do cotidiano*. Encontro: lugar e formação sócio-espacial. 1994

\_\_\_\_\_. *O lugar, o mundo e o cotidiano*. Encontro de Geógrafos de América Latina, 6. Territórios em Redefinição: lugar y mundo en América Latina. Buenos Aires, mar. 1997.

DASSIER, César. *Nos braços da Mãe Natureza*. Silvicultura. a. 16, n.63, p. 24-30.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Universidade, NUPAUB, 1994. 163 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito do paraíso desabitado*. Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 141-152, 1996.

ECOBRAZIL. *Sobre nós*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ecoturismo - ECOBRASIL, 1997. URL: <http://www.ecobrasil.org.br/sobre.htm>

ELKINGTON, John; HAILES, Julia, MAKOWER, Joel. *The green consumer*. New York: Penguin Books, 1990. 342 p.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal, o homem*. São Paulo: Ensaio, 1994. 193 p.

FOREMAN, Dave. *The new conservation movement*. In: SESSIONS, George. *Deep ecology for the 21 st century*. Boston: Shambhala, 1994. p.50-56.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Liv. Almedina, 1980. p. 221-263.

GATTARI, Felix. *A restauração da paisagem urbana*. Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 2, p. 293-300, 1996.



- GAVIRIA, Mário. *España a go-go: turismo charter y neocolonialismo del espacio*. Madrid: Turner, 1974.
- \_\_\_\_\_. *La subversión ecologista*. Pensamento ecológico: Boletim Informativo, São Paulo: Pensamento Ecológico, a. 4, n. 15. p. 26-38, jul./ago. 1982. (Entrevista realizada por Miguel Gil, na revista Transición, n.6, Iniciativas Editoriales, Barcelona)
- GEFFEN, Alice M., BERGLIE, Carole. *Eco tours and nature gateways: a guide to environmental vacations around the world*. New York: Clarkson Potter, 1993. 324. p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil*. In: CRISTOFOLETTI, A., BECKER, B, DAVIDOVICH, et al. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC, Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995. p. 309-333.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.
- HIGGINS, Bryan R. *The global structure of the nature tourism industry: Ecotourists, tour operators, and local businesses*. Journal of Tourism Research. Boulder: University of Colorado.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. cap. 4, p. 139-172: Ascensão e declínio do individualismo.
- HUPSEL, Fernando. *Ilha de Páscoa*. Check in. a. 2, n. 15, p. 26-33, maio 1998.
- IEB - Instituto de Ecoturismo do Brasil. *Boletim Informativo*, São Paulo, a.1, n.3, n. 4, n. 5, a. 2, n. 6, n. 7, 1996-1997.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1991.
- JUNGES, Maria Dania. *A preciosa Serra do Cipó*. Ecologia e Desenvolvimento. a. 3, n. 46, p. 26-28, dez. 1994.
- JUNIOR, Policarpo. Entrevista: Eduardo Martins. Está tudo errado. *Veja*, São Paulo. ed. 1.502. a. 30, n. 26, p. 9-11, jul. 1997.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da poluição*. Rio de Janeiro, UFRJ, EICOS, 1996. 254 p. (Tese Mestrado)
- LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973. 115 p. (La survie du capitalisme, I)
- \_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Espacio y Política: El Derecho a la Ciudad II*. Barcelona: Península, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Hegel, Marx, Nietzsche ou o Reino das Sombras*. Lisboa: Ulisseia, 1975. 259 p.
- \_\_\_\_\_. *Introduction to modernity: twelve preludes, September 1959 - May 1961*. London/New York: Verso, 1995. Ninth Prelude: Nature and nature conquered. P. 132-156.
- \_\_\_\_\_. *La présence et l'absence: contribution à la théorie des représentations*. Tournai: Casterman, 1980.
- \_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- \_\_\_\_\_. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza Editorial, 1972. 255 p.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969. 133 p.
- \_\_\_\_\_. *O marxismo*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, Saber Atual, 1974.
- \_\_\_\_\_. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisseia, 1972. 173 p.
- \_\_\_\_\_. *Position: contre les technocrates en finir avec l'humanité-fiction*. Paris: Gonthier, 1967. p.1-40.
- LEIS, Héctor Ricardo, D'AMATO, José Luis. *O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões históricas, ética e vivencial*. In: CAVALCANTI, Clóvis. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 77-103.



LIPIETZ, Alain & LEBERGNE, Danièle. *O pós-fordismo e seu espaço*. Espaço e Debates: reestruturação: economia e território. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo: Parma, NERU - Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, a. 8, n. 25, p. 12-29, 1988.

\_\_\_\_\_. *As transformações na divisão internacional do trabalho: considerações metodológicas e esboço de teorização*. Espaço e Debates; Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Canopus, NERU - Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. a. 4, n. 12, p. 66-94, 1984.

\_\_\_\_\_. *Verde que te quero verde*. Teoria e Debate, São Paulo. n. 15, ago. 1991. (Entrevista por Ermínia Maricato, João Machado e Marco Aurélio Garcia)

\_\_\_\_\_. *Choisir L'audace: une alternative pour le XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: La Découverte, 1989.

LUKE, Timothy W. *Nature protection or nature projection: A cultural critique os the Sierra Club*. Capitalismo, natureza, socialismo: a Journal of Socialist Ecology. Santa Cruz, v. 8 (1) n. 29, p. 37-63, mar. 1997.

\_\_\_\_\_. W. *The World Wildlife Fund: ecocolonialism as funding the worldwide "wise use" of nature*. Capitalismo, natureza, socialismo: a Journal of Socialist Ecology. Santa Cruz, v. 8 (2). n. 30. p. 31-61, jun. 1997.

MAIMON, Dália. *Responsabilidade ambiental das empresas brasileiras: realidade ou discurso?* In: CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 339-416.

MAISEIRO, Dalton. *Titicaca: o lago dos povos perdidos*. Os Caminhos da Terra, São Paulo, ed. 75, a. 7, n. 7, p.38-45, jul. 1998.

MARINCEK, João Ricardo. *Origem, evolução e situação atual das agências de ecoturismo de São Paulo*. São Paulo: USP, ECA, 1996. (Trabalho de conclusão do Curso de Turismo)

MARQUES, José Carlos. *Para um "espírito de Guimarães"*. Revista Bimestral "A Urtiga". Pensamento Ecológico: Boletim Informativo, São Paulo, a. 4, n. 15, p. 22-25, jul./ago. 1982.

MARTI, Jordi Henneberg. *El excursionismo: entre la ciencia y la estética*. Mundo Científico, Barcelona, n. 123, p. 962-969, nov. 1996.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Lisboa: Martins Fontes, 1976. 311. p.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989. Textos Filosóficos. n. 22. 270 p.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v 1. Liv. 1., t. 1, p. 45-78: O processo de produção do capital.: a mercadoria..

MASSARI, Cristina. *Ecoturismo em alta*. O Globo. Rio de Janeiro, 15 dez. 1997. Cad.: Boa Viagem

MASSEY, Doreen. *Geography Matters*. Cambridge: University Press, 1984. pp 1-11.

McLAREN, Deborah. *Evaluating ecotourism operators and agents*. El Planeta Platica, 1996. In <http://www.txinfnet.com/mader/planeta/1196/1196agents.html>

MEGALE, Januário Francisco. *Max. Sorre*. São Paulo: Ática, 1984. n. 46. p. 87-98, 140-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. n. 59. p. 5-30. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

\_\_\_\_\_. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: HUCITEC, 1994. 100 p.

MOURÃO, Roberto M. F. *Ecoportunismo*. Panrotas, São Paulo,. jan. 1997.

NANNE, Kaíke. *Bariloche em alta temperatura*. Os Caminhos da Terra, São Paulo, ed. 58, a. 6, n. 2, p. 10-23, fev.1997.

OMT - Organização Mundial de Turismo. *Guia para treinamento dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e monitores municipais*. EMBRATUR



- ORTEGA, Renato, WINTHER, João, RIBEIRO, Wandir. *Planejamento ambiental e desenvolvimento do ecoturismo*. Turismo em análise, São Paulo, USP, ECA, v. 3. n. 1, p. 51-59, maio 1992.
- PÁDUA, José Augusto de. *Natureza e projeto nacional: As origens da ecologia política no Brasil*. In: PÁDUA, José Augusto de. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987. p. 11-62
- PARAGUASSU, Aldenir C. *O ecoturismo não é a nova panacéia*. O Globo, Rio de Janeiro, 15 dez. 1997. Cad. Boa Viagem
- PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1993. 190 p. (Coleção Turismo).
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Turismo e meio ambiente: uma síntese geográfica*. Turismo em análise, São Paulo: USP, ECA, v. 3. n. 1. p. 12-20, maio 1992.
- PIZA, Domingos de Toledo. *Experiências precursoras do turismo ecológico no Brasil: um depoimento pessoal*. Turismo em análise, São Paulo: USP, ECA, v. 3, n. 1, p. 72-82, maio 1992.
- PONTING, Clive. *A green history of the world: the environment and the collapse of great civilizations*. New York: Penguin Books, 1993. 430 p.
- PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle. *Order out of chaos: man's new dialogue with nature*. New York: Batam Books, 1984.
- QUEVEDO, Fernando. *A jornada do medo*. Os Caminhos da Terra, São Paulo, ed. 58, a. 6, n. 2, p. 60-65, fev. 1997.
- QUINTÃO, Aylê Salassiê. *Ecoturismo: uma alternativa do novo modelo de desenvolvimento*. *Brasil Florestal*, n. 69. p. 33-38, jan./jun. 1990.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: para uma reconceptualização da Riqueza das Nações*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- REICH, Charles A. *The greening of America*. New York, Toronto, London: Bantan, 1971.
- RIBEIRO, Ronaldo. *Praias do redescobrimento*. Os Caminhos da Terra, São Paulo, ed. 60, a. 6, n. 4, p. 72-80, abr. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Sete dias no Tibet: a viagem proibida*. Os Caminhos da Terra, São Paulo, ed. 74, a. 7, n. 6, p. 36-53, jun/98.
- \_\_\_\_\_. *Varanasi entre a vida e a morte*. Os Caminhos da Terra, São Paulo, ed. 65, a. 6, n. 9, p. 32-41, set. 1997.
- \_\_\_\_\_. *A gestão do ecoturismo no Rio de Janeiro*. Eco-Rio, Rio de Janeiro, p. 26-7.
- RODMAN, John. *Four forms of ecological consciousness reconsidered*. In: SESSIONS, George. *Deep ecology for the 21 st century*. Boston: Shambhala, 1994. p.121-130.
- RODRIGUES, Arlete Moyses. *Novas práticas e novas matrizes discursivas?* *Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC - ANPUR, 1994. p. 119-126.
- \_\_\_\_\_. *Curso: A problemática ambiental urbana*. São Paulo, 1996. (Mimeo.)
- \_\_\_\_\_. *O lixo como medida de qualidade de vida e nova mercadoria*. Encontro de Geógrafos de America Latina, 6. Territorios en Redefinição: lugar y mundo en América Latina. Buenos Aires, 1997
- ROMANINI, Vinícius. *Quem somos, afinal?* Os Caminhos da Terra, São Paulo, ed. 74, a. 7, n. 6, p. 62-71, jun. 1998.
- RUSCHEL & ASSOCIADOS MARKETING ECOLÓGICO. *Bienal de Ecoturismo de Canela: Relatório de auditoria de opinião junto ao "trade" específico do ecoturismo no Brasil; Agenda consolidada do ecoturismo no Brasil e Textos preparatórios para o Congresso de Ecoturismo da Bienal de Canela*. Canela: Secretaria Municipal de Turismo, 1995.
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo sustentado para preservação do patrimônio ambiental*. Turismo em análise, São Paulo: USP, ECA, v. 3. n. 1, p. 42-50, maio 1992.
- SACK, Robert. *The power of place and space*. The Geographical Review. Lawrence: Allen, American Geographical Society. v. 83, n. 3, jul. 1993.
- SADOVSKI, Roberto. *O delicado equilíbrio do Pantanal*. Os Caminhos da Terra, São Paulo, ed. 65, a. 6, n. 9, p. 52-71, set. 1997.



- SANTANA, Paola Verri de. *Da socialização à mundialização da natureza*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Ensaio de Geografia contemporânea: Milton Santos: obra revisitada*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 47-54.
- \_\_\_\_\_. *Fatos e valores: um estudo crítico do positivismo e suas implicações para a Ciência Econômica*. Recife: UFPE, CCSA, 1993. 123 p. (Monografia)
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 235-280.
- SANTOS, Laymert Garcia. *A encruzilhada da política ambiental brasileira*. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 38, mar. 1994.
- SANTOS, Milton. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. 142 p.
- \_\_\_\_\_. *A questão do Meio Ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar*. *Anales de Geografia de la Universidad Complutense*. Madrid: Servicio de Publicaciones. Universidad Complutense, 1995. n. 15, p. 695-705.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 124p.
- \_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do Homem*. São Paulo: HUCITEC, 1982. 65 p.
- \_\_\_\_\_. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. 3. ed São Paulo: HUCITEC, 1986.. 236 p.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 190 p.
- SATHLER, Evandro, OLIVEIRA, Ana Maria et al. *Ecoturismo e desenvolvimento sustentável - RPPN do Caraca - Um estudo de caso*. Niterói: Faculdade de Direito Salgado de Oliveira, 1997. (Trabalho da disciplina: Direito Ambiental, Prof.ª Isabela Franco Guerra)
- SCHALLER, David T. *Indigenous ecotourism and sustainable development: the case of Río Blanco, Ecuador*. - University of Minnesota, Department of Geography.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *A insurreição do uso*. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefevre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.71-97.
- SEELAENDER, Heloisa. *Costa Rica: a natureza em parceria com a História*. *Ecologia e Desenvolvimento*. a. 3, n. 46, p. 29-31, dez.1994.
- SERRON, Júlio. *Ecoturismo e desenvolvimento sustentado*. *Turismo em análise*, São Paulo: USP, ECA, n. 3, n. 1. p. 37-41, maio 1992.
- SESSIONS, George. *Deep ecology for the 21th. century*. Boston: Shambhala, 1994.
- SILVA, Armando Corrêa da. *A geografia humana e a abordagem naturalista*. In: SOUZA, Maria Adélia. *Natureza e sociedade de Hoje: uma leitura geográfica*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC - ANPUR, 1994. p. 42-45.
- SILVA, Wanderlei Sérgio da. *Unidades de conservação ambiental e áreas correlatas no Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1992. 85 p.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 97-116.
- SOUZA, Jorge de. *Benditas Maldivas*. *Os Caminhos da Terra*, São Paulo, ed. 65, a. 6, n. 9, p. 34-51, set. 1997.
- TARRIO, Carolina. *Belize*. *Os Caminhos da Terra*, São Paulo, ed. 58. a. 6, n. 2, p. 20-29, fev. 1997.
- TAUK, Sâmia Maria. *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, FAPESP: SRT: FUNDUNESP, 1991. 169 p.
- TULIK, Olga. *Turismo e meio ambiente: identificação e possibilidades da oferta alternativa*. *Turismo em Análise*, São Paulo: USP, ECA, v. 3, n. 1, p. 21-30, maio 1992.



URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1996. (Coleção Megalópoles)

VIOLA, Eduardo, LEIS, Hector. *Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo*. In: LEIS, Hector. *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: FASE, AIRI, PUC, 1991. p.23-50.

VIOLA, Eduardo. *A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995*. Campinas: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecológica*. In: PÁDUA, José Augusto de. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987. p. 63-110.

WHELAN, Tensie. *Nature tourism: managing for the environment*. Covelo: Island, 1991. 223 p.

ZHOURI, Andréa. *Amadurecendo o verde: a construção de redes ambientais globais*. Cidadania. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 131-140, 1996.



## 7. ANEXOS

### MODELO EXTENSO DE QUESTIONÁRIO

#### QUEM RESPONDE AO QUESTIONÁRIO?

Nome e Cargo:

Agência:

**QUESTIONÁRIO:** Deve guiar a apresentação da agência, deste modo os pontos abaixo, bem como o espaço para resposta estão em aberto. Além disso, gostaria de mostrar meu interesse pelas possíveis comentários e informações adicionais que queiram manifestar.

#### SOBRE A FUNDAÇÃO DA AGÊNCIA.

1. Data de fundação?
2. Quando começou a praticar o ecoturismo? Quais os primeiros roteiros?
3. Quais foram as motivações, influências e idéias iniciais?
4. Quais são exatamente os serviços ofertados?

#### SOBRE O *MARKETING* DA AGÊNCIA:

1. Qual é o tipo de publicidade (e com qual frequência) realizado?
2. Qual público-alvo as estratégias de *marketing* desejam atingir? Quais são as estratégias?
3. Quais jornais, revistas, programas de televisão citam (em matérias ou anúncios) esta agência?
4. Possuem endereço na internet? Qual?

#### SOBRE OS PACOTES E ROTEIROS OFERTADOS.

1. Existiu algum processo de especialização em destinos e serviços ofertados? Qual?
2. Quais os destinos Paulistas, nacionais e internacionais e a quais Parques, Reservas pertencem?
3. Quais as práticas esportivas, educativas e de lazer que costumam ser incluídas?
4. Quais são as durações das viagens em cada pacote ou roteiro?
5. Quando acontecem, somente em fins-de-semana e feriados, qual é a sazonalidade?
6. Qual é o número mínimo, médio e máximo de pessoas para a formação dos grupos?
7. Como é realizado o trabalho operacional das viagens?
8. Em que consiste a orientação ao turista?



#### SOBRE OS CLIENTES:

1. Que lugares, comodidades, atividades eles solicitam?
2. O que os atraem? Um turismo barato, turismo diferente ou exótico, viagens rústicas?
3. Onde moram (cidades e estados) e qual é a ocupação em geral?
4. Com que frequência há presença de estrangeiros (de quais países) nos grupos formados?

#### TENTATIVAS DE CONCEITUAÇÃO DENTRO DA PROPOSTA DA AGÊNCIA:

1. Qual é a noção que se tem por ecoturismo?
2. Qual é a noção que se tem por natureza?
3. Qual é a noção que se tem por lazer?
4. Qual é a noção que se tem por paisagem?
5. O que seria marketing ecológico e consumidor verde?

#### QUESTÕES GERAIS:

1. Qual a diferença entre turismo tradicional e ecoturismo?
2. Como este segmento do turismo começou no Brasil?
3. O ecoturismo seria resultado de um processo de segmentação do mercado de turismo?
4. O ecoturismo teria como base as repercussões do movimentos ambientalistas?
5. Por que o quadro mercadológico do ecoturismo estaria favorável no Brasil?
6. Por que o ecoturismo pode ser um veículo para a valorização de áreas naturais?
7. Por que o homem da cidade desejaria passar seu tempo livre em lugares naturais?

#### QUAIS RELAÇÕES A AGÊNCIA MANTÉM?

1. Participam de algum programa especial ligado à Embratur e/ou ao Ibama?
2. É preciso obter autorização prévia para ingresso em áreas protegidas por legislação?
3. O que sabe sobre a atuação do Instituto de Ecoturismo do Brasil? Há algum outro no Brasil?
4. Quais as associações de turismo e/ou ambientalista a que pertencem?
5. Realizam serviços em parceria com alguma agência ou entidade ambientalista? Quais?
6. Estão envolvidos com algum projeto de pólo ecoturístico? Qual?
7. É mantido algum envolvimento com a comunidade local? Qual?
8. Quais conflitos estão sendo enfrentados?



### Relação das ONGs com Atividades Associadas ao Ecolurismo

ONGs	Funda ção	Cidade - Sede	Atividade
Agência para o Desenvolvimento Sustentável - ABDS	1996	São Paulo	Ecoturismo: capacitação para o planejamento e gestão da atividade como uma alternativa de desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda e preservação.
Associação Amigos do Horto	1995	São Paulo	Trabalhar em prol da comunidade, transformando o horto em área de cultura e lazer ambiental.
Associação Cultural e Ecológica Pedra do Coração	1993	Bom Jesus dos Perdões	Educação ambiental através de caminhadas ecológicas e semana do meio ambiente.
Centro Acadêmico da Ecologia - CAECO - UNESP	1993	Rio Claro	Abertura de trilhas ecológicas usadas pela população local na Semana do Meio Ambiente.
Centro de Amigos da Natureza - CAMIN	1976	São José dos Campos	Promoção de atividades esportivas de baixo impacto ecológico: montanhismo, alpinismo, espeleologia, mergulho, ciclismo e canoagem. Realização de expedições às principais áreas de conservação do Brasil e do exterior (Antártida, Patagônia, Saara, Ilha Galápagos e de Páscoa, Alaska, Canadá, EUA, etc.); Realização de atividades de educação ambiental com escolares e, permanentemente, coleta de lixo nas trilhas.
Centro de Estudo e Atividade de Conservação da Natureza - CEACON	1985	São Paulo	Organização de diversas atividades de Educação Ambiental em parques estaduais e municipais, escolas, clubes, igrejas e fábricas (de 1983 a 1994)
Eco Sistema	1989	São José dos Campos	Educação ambiental através da prática desportiva do trekking (enduro a pé) em áreas de proteção ambiental; Bioter - educação ambiental em convênio com escolas de primeiro e segundo grau, através de práticas vivenciais que visam o conhecimento da área, de sua biota e seu funcionamento.
Educadores do Meio Ambiente Centro de Pesquisas Ambientais - EMA	1993	Santos	Ecoturismo - Baixada Santista - ambiente natural e urbano.
Estação Guanhanhã	1994	São Paulo	Ecoturismo
Fundação Nacional do Tropeirismo	1985	Caçapava	Excursões didáticas; Programa de turismo cultural "Trilha da Independência"
Gaivotas Atlântico Sul - Educação Ambiental/Ecoturismo - GASEA	1990	Itanhaém	Atividades de ecoturismo
Grupo Ação Verde - GAV	1989	Jundiaí	Excursões monitoradas a Serra do Japi.
Grupo Ambientalista Alerta Cantareira	1989	Mairiporã	Programas de conscientização dos moradores dos loteamentos da Serra, no tocante a desmatamentos irregulares, lixo, importância das Matas da Cantareira como: passeio a pé na região.
Grupo Ecológico de Vocação Verde	1994	São Paulo	Manutenção das trilhas de parques estaduais através do recolhimento de detritos deixados por visitantes.



### Relação das ONGs com Atividades Associadas ao Ecolurismo

ONGs	Funda ção	Cidade - Sede	Atividade
Grupo Ecológico Ere	1992	São Paulo	Ecoturismo
Grupo Ecológico e Turístico Salva Mata	1995	São Lourenço da Serra	Passeios à reserva de Mata Atlântica; Passeios ecológicos.
Grupo Ecológico SOS Natureza	1991	Taubaté	Educação Ambiental por meio de acampamentos ecológicos, envolvendo jovens e adolescentes (estudantes em sua maioria).
Instituto Brasileiro de Proteção e Consultoria ao Meio Ambiente	1991	São Paulo	Aulas de educação ambiental in natura para crianças e jovens de escolas particulares junto à Serra da Cantareira (projeto de escolas municipais e estaduais em andamento); Aulas de educação ambiental através de passeios náuticos no reservatório de Guarapiranga, junto a escolas privadas da região.
Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental - 5 Elementos	1993	São Paulo	Programa educativo no Parque Ibirapuera, Trilha Radical Livre, para escolas da cidade de São Paulo - trilhas monitoradas.
Ipá Ti-uá Vivência Ambiental	1988	Taboão da Serra	Trabalho com adultos: ecoturismo educativo
Movimento Futuro Verde	1989	São Paulo	Ecoturismo
Reserva Ecológica Da Fazenda Boa Vista	1973	Roseira	Desenvolvimento do projeto Professo Natureza Vida, que envolve professores da Rede Pública e Particular de Ensino, através de vivências diretamente relacionada com a natureza, na reserva ecológica da fazenda Boa Vista; Roteiros de ecoturismo.

**Fonte:** Todas as informações contidas neste quadro foram extraídas no "Anexo II - Fixa técnica das ONGs cadastradas" do texto "Entendendo o Meio

Ambiente: volume IX - Programa Estadual de Apoio às ONGs (PROAONG) atividades 1995 - 1996" elaborado pela SMA - SP.

Este texto foi encontrado através da internet na URL: <http://www.bdt.org.br/bdt/sma/entendendo/anexong2.htm>

**Observação:** A identificação destas 22 ONGs não significam que estejam precisamente ligadas a prática do ecoturismo, nem que outras aqui ausentes possam estar também

atuando na área do ecoturismo. Ademais, os dados limitam-se às ONGs com uma ficha técnica detalhada.



## Agentes Emissivos em Ecoturismo em São Paulo.

Agentes	Questionário	Fundação	Cidade - Sede	Atividade
Ação e Emoção	Abstenção	?	São Paulo	
Adventure Club	Abstenção	?	São Paulo	Agência de ecoturismo
<b>Ambiental Viagens e Expedições</b>	Respondido	1987	São Paulo	Operadora de Ecoturismo com cursos de esportes de aventura. Organiza e vende caminhadas especialmente na faixa da Mata Atlântica.
Andaluzs Adventures	Abstenção	?	?	
Apel	Abstenção	?	São Paulo	Agência de ecoturismo.
<b>Atamaê Ecoturismo Ltda.</b>	Respondido	1996	Jundiaí	Operadora (idealizada em 1994) de estudo de meio, acampamentos, excursões culturais e de lazer com escolares da região.
<b>Bioma Educação Ambiental</b>	Respondido	1990	São Paulo	Consultoria ambiental; capacitação para ecoturismo; "estudos de meio". para escolas desde 94; pacotes turísticos operados por outras empresas.
Biotrip Turismo Ecológico	Abstenção	1991 ?	São Paulo	Operadora de ecoturismo originária da Eco Associação.
<b>Brasil Adentro Turismo Ecológico</b>	Respondido	1990	São Paulo	Operadora de Ecoturismo originária da Freeway Trilhas e Natureza.
<b>Brasil Nature*</b>	Respondido	1996		"Assessoria em distribuição turística", pesquisa de mercado local e intermediação para o ecoturista. Operações de pacotes a partir de 1998.
Canoar Rafting e Expedições	Abstenção	?	São Paulo	Ecoturismo com esporte de aventura
Chao Nosso	Extraviado	?	São Paulo	
Climb Expedições	Abstenção	1986 ?	São Paulo	Agência de ecoturismo
Dive Travel		1987	São Paulo	Empresa de turismo, com pacotes voltados para prática de mergulho.
Eco Associação	Abstenção	1982 ?	São Paulo	ONG que opera ecoturismo, dela derivou a Biotrip e a Ipá Ti-úá
Ecology Passagens E Turismo Ltda.	Abstenção	1988	São Paulo	Operadora que desde 1992 vende pacotes que misturam o turismo convencional com o ecológico, como segmento do turismo cultural.
Econautas Turismo Ambiental	Abstenção	?	São Paulo	Empresa de turismo ambiental e convencional, para escolas e empresas
Ecos Natur	Abstenção	?	São Paulo	Agência de ecoturismo.
Ecotrip Turismo Ecológico e Aventuras	Abstenção	1989 ?	São Paulo	Agência de ecoturismo.
Expedição Taiamc	Abstenção	?	São Paulo	Agência de ecoturismo.
Emerson Ferreira	Abstenção	?	?	"Agência individual" de viagens, inclusive de ecoturismo
Filhos da Terra	Abstenção	?	São Paulo	Agência de ecoturismo.
Freeway Trilhas e Natureza Viagens e turismo Ltda.	Abstenção	1983 ?	São Paulo	Operadora de Ecoturismo com cursos de esportes de aventura.
<b>Gate One Turismo</b>	Parcial	1994	São Paulo	Agência de vendas, desde 94 oferta "turismo alternativo" operado pela Ambiental Viagens e Expedições.
Gekko		?	?	Agência de ecoturismo.
Hadama Ecoturismo	Abstenção	1991	São Paulo	Operadora de Ecoturismo
Harpya	Abstenção	?	Santos	Agência de ecoturismo com esportes de ação em seus roteiros.



## Agentes Emissivos em Ecoturismo em São Paulo.

Agentes	Questionário	Fundação	Cidade - Sede	Atividade
<b>Highland Adventures</b>	Respondido	1990	São Paulo	Operadora de ecoturismo internacional desde 1990
<b>HR Turismo Ltda.</b>	Respondido	jun. 1990	São Paulo	Operadora de ecoturismo inicia com roteiros nacionais, depois só internacionais.
Legs	Abstenção	?	São Paulo	
Magna Vida	Abstenção	?	São Paulo	Agência de ecoturismo.
Manacá Viagens e Turismo Naturismo Agência de Viagens Ltda	Abstenção	?	?	
Nau Brasilis	Abstenção	1987 ?	São Paulo	Operadora de Ecoturismo
Pagu Turismo Educacional	Abstenção	?	Guaruja	Agência de ecoturismo.
Pauletto World Treks	Abstenção	?	São Paulo	Turismo Educacional para grupos escolares fechados.
Pé na Estrada	Abstenção	?	São Paulo	
Pé na Trilha		?	?	Empresa que planeja e vende roteiros de turismo ecológico.
Pé de Vento		?	?	Agência de ecoturismo.
Pedaleira Bike Tours	Abstenção	?	São Paulo	Agência de ecoturismo.
PISA Trekking	Abstenção	1984 ?	São Paulo	Operadora de Ecoturismo
Phisis Cultura		?	?	Agência de ecoturismo.
Projeto Radial Livre Ecoturismo e Aventuras	Abstenção	?	São Paulo	Agência de ecoturismo.
Seil Turismo e Passagens Ltda. *	Extraviado	1993-95.	São Paulo	Agência de vendas de pacotes de ecoturismo, hoje fechada.
<b>Sem Fronteiras Viagens e Aventuras</b>	Parcial	?	São Paulo	Agência de turismo convencional com pacotes de ecoturismo, esteve fechada, agora com nova diretoria.
Special Way	Abstenção	fev. 1997	São Paulo	Agência convencional há 17 anos ofertando turismo ecológico há 8.
Super Agencia		?	?	Empresa de turismo ambiental, oferece cursos de esportes como: <i>canyoning</i> , espeleologia, escalada, fotografia, etc.
Terra Natura		?	?	Agência de ecoturismo.
Top Trekking Turismo e Aventuras Ltda.	Extraviado	?	São Paulo	Agência de ecoturismo.
Travel Port		?	?	Agência de ecoturismo.
360		?	?	Agência de ecoturismo.
<b>TrilhaBrazil Turismo de Aventura</b>	Parcial	1973 ?	São Paulo	Operadora de ecoturismo com franquia em Brasília.
Trip Trop		?	?	Agência de ecoturismo.
Vento Forte Turismo Ambiental	Abstenção	?	Campinas	Operadora e agencia de turismo ambiental regional.
<b>Venturas e Aventuras</b>	Respondido	jul. 1992	São Paulo	Operadora de Ecoturismo e esportes de aventura; proveio da Ambiental.
VivaTerra Viagens		?		Agência especializada em roteiros "ecológicos" para a Argentina, não usa as palavras ecoturismo, natureza, ecológico.









## Roteiros Internacionais Praticados por Empresas de São Paulo

### ROTERIOS INTERNACIONAIS

### EMPRESAS - SP

- Ação e Emoção
- Adventure Club
- Ambiental Viagens e Expedições**
- Andaluzs Adventures
- Apel
- Atamaê
- Ecoturismo
- Bioma Educação Ambiental Biotrip Turismo Ecológico**
- Bon Voyage
- Brasil Adentro Turismo Ecológico**
- Brasil Nature\***
- Canoar Rafting e Expedições
- Chao Nosso
- Climb Expedições
- Drive Travel
- Eco Associação
- Ecology Passagens E Turismo Ltda.**
- Econautas

	AMERICA DO SUL	AMERICA CENTRAL e do NORTE	EUROPA	AFRICA	ASIA e OCEANIA
Andes					
Noroeste Argentino					
Lago Titicaca - Bolívia, Peru					
Chile- Ilha de Pascoa					
Chile- Pucon - lagos e vulcões					
Chile-Deserto Atacama					
Patagonia - Chile, Argentina					
Península Valdés - Argentina					
Pucon - Peru					
Galapagos - Ecuador					
Machu Picchu - Peru, Bolívia					
Costa Rica					
Guatemala					
Alaska, Canadá, PqNac dos EUA					
Toscana					
Africa do Sul					
Botswana					
Kenya					
Tanzânia					
Zimbábwe					
Angkor Wat - Cambodia					
Bali e Lombok					
Himalaya, Everest - Tíbet, Nepal					
Delhi, Thar, Taj Mahal - India					
Saigon, rio Mekong - Vietnã					
Bangkok - Tailândia					
Austrália					
Nova Zelândia					





## Rotérios Internacionais Praticados por Empresas de São Paulo

### ROTERIOS INTERNACIONAIS

### EMPRESAS - SP

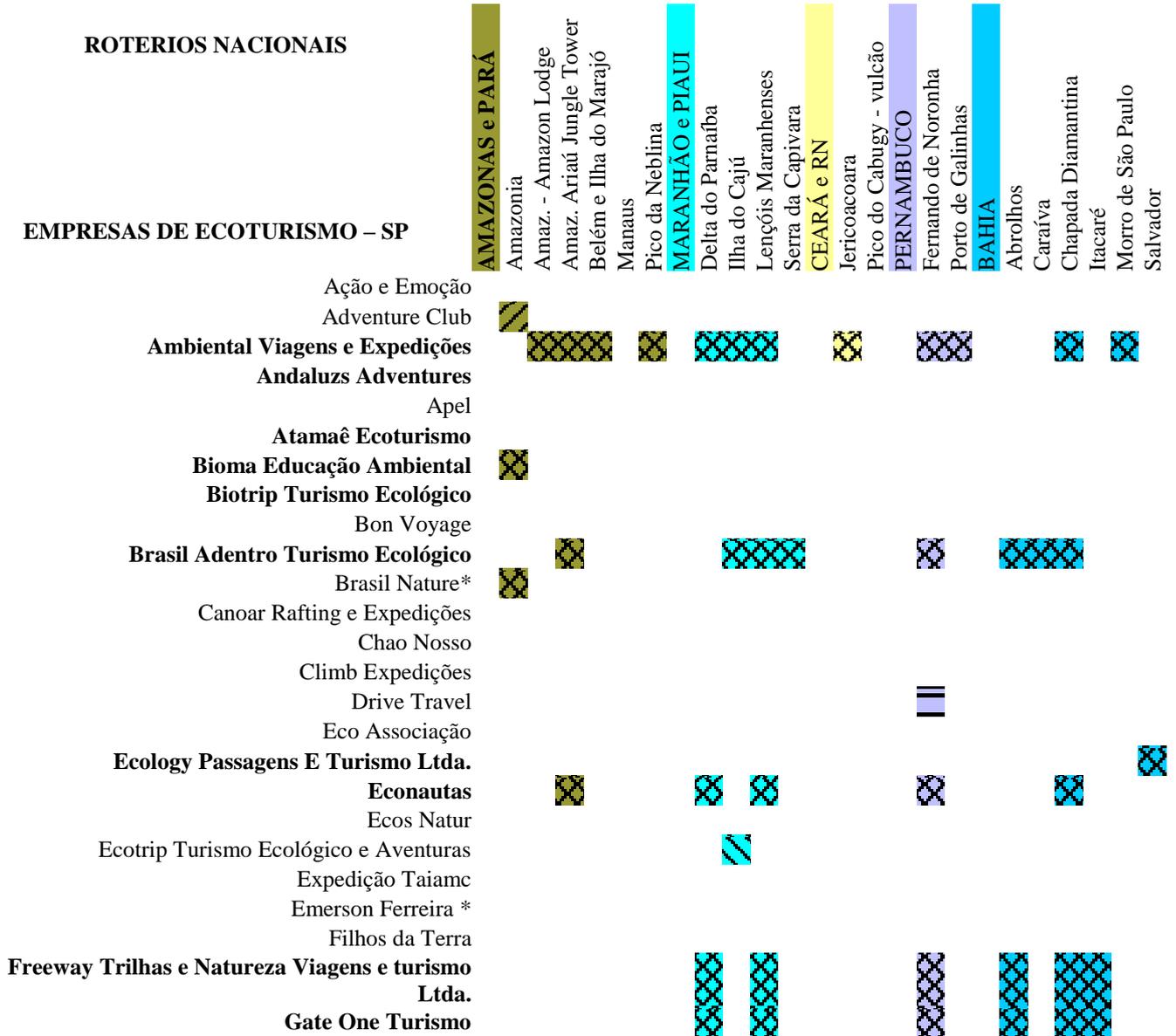
- Pé na Trilha
- Pedaleira Bike
- Tours
- Pisa Trekking
- Projeto
- Promotions
- International
- Radial Livre
- Ecoturismo e Aventuras
- Seil Turismo e Passagens Ltda. \*
- Sem Fronteiras
- Special Way

Rotério	Países
AMERICA DO SUL	Andes
	Noroeste Argentino
	Lago Titicaca - Bolívia, Peru
	Chile- Ilha de Pascoa
	Chile- Pucon - lagos e vulcões
	Chile-Deserto Atacama
	Patagonia - Chile, Argentina
	Península Valdés - Argentina
	Pucon - Peru
	Galapagos - Ecuador
	Machu Picchu - Peru, Bolívia
AMERICA CENTRAL e do NORTE	
	Costa Rica
	Guatemala
	Alaska, Canadá, PqNac dos EUA
EUROPA	
	Espanha-Santiago da Compostela
	Toscana
AFRICA	
	África do Sul
	Botswana
	Kenya
	Tanzânia
	Zimbábwe
ASIA e OCEANIA	
	Angkor Wat - Cambodia
	Bali e Lombok
	Himalaya, Everest - Tíbet, Nepal
	Delhi, Thar, Taj Mahal - India
	Saigon, rio Mekong - Vietnã
	Bangkok - Tailândia
	Austrália
	Nova Zelândia

Empresa	AMERICA DO SUL	AMERICA CENTRAL e do NORTE	EUROPA	AFRICA	ASIA e OCEANIA
Pé na Trilha					
Pedaleira Bike					
Tours					
Pisa Trekking					
Projeto					
Promotions					
International					
Radial Livre					
Ecoturismo e Aventuras					
Seil Turismo e Passagens Ltda. *					
Sem Fronteiras					
Special Way					



## Roteiros Nacionais Praticados por Empresas de São Paulo



## Roteiros Nacionais Praticados por Empresas de São Paulo

EMPRESAS DE ECOTURISMO – SP	ROTERIOS NACIONAIS
Hadama Ecoturismo	Amazonas e Pará
Harpya	Amazonas e Pará
Highland Adventures	Amazonas e Pará
HR Viagens	Amazonas e Pará
Legs	Amazonas e Pará
Magna Vida	Amazonas e Pará
Manacá Viagens e Turismo	Amazonas e Pará
Melbourne	Amazonas e Pará
Naturismo Agência de Viagens Ltda	Amazonas e Pará
Nau Brasilis	Amazonas e Pará
Pagu Turismo Educacional	Amazonas e Pará
Pauletto World Treks	Amazonas e Pará
Pé na Estrada	Amazonas e Pará
Pé na Trilha	Amazonas e Pará
Pedaleira Bike Tours	Amazonas e Pará
Pisa Trekking	Amazonas e Pará
Projeto	Amazonas e Pará
Promotions International	Amazonas e Pará
Radial Livre Ecoturismo e Aventuras	Amazonas e Pará
Seil Turismo e Passagens Ltda. *	Amazonas e Pará
Sem Fronteiras	Amazonas e Pará
Special Way	Amazonas e Pará
Top Trekking Turismo e Aventuras Ltda	Amazonas e Pará
Trilha Brazil	Amazonas e Pará
Venturas e Aventuras	Amazonas e Pará
	Amazonia
	Amaz. - Amazon Lodge
	Amaz. Aripauí Jungle Tower
	Belém e Ilha do Marajó
	Manaus
	Pico da Neblina
	MARANHAO e PIAUI
	Delta do Parnaíba
	Ilha do Cajú
	Lençóis Maranhenses
	Serra da Capivara
	CEARÁ e RN
	Jericoacoara
	Pico do Cabugi - vulcão
	PERNAMBUCO
	Fernando de Noronha
	Porto de Galinhas
	BAHIA
	Abrilhos
	Caraíva
	Chapada Diamantina
	Itacaré
	Morro de São Paulo
	Salvador



LEGENDA		
Fonte:		Informação obtida em resposta ao questionário, folhetos e/ou página na internet
		Informação contida em anúncios da própria empresa em Revistas
		Informação contida em matérias sobre destinos turísticos, em revistas e jornais.
		Informação contida na seção "verdes viagens" da Revista Caminhos da Terra.
		Informação contida na seção "viagens diferentes" da revista Viagem e Turismo.
		Informação obtidas como dicas de viagens na Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.
		Informação fornecidas pela SOS Mata Atlantica ou através de seu Jornal.

